

Maria Betânia do Socorro Moura

**Por uma teoria do formato jornalístico:
reflexões sobre o jornal como sujeito semiótico**

Belo Horizonte

2010

Maria Betânia do Socorro Moura

**Por uma teoria do formato jornalístico:
reflexões sobre o jornal como sujeito semiótico**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Souza Leal

Área de concentração: Comunicação e Sociabilidade Contemporânea

Linha: Meios e Produtos da Comunicação

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2010

Sumário

Resumo.....	8
Introdução.....	9
Jornal: uma interlocução em processo.....	23
Paixão, estética, coerência e identidade.....	23
Sistema e mediação.....	35
A forma de conhecer do jornal.....	45
Rituais, acordos e percepção.....	55
O lugar do jornal: conjunto de pressuposições.....	66
O texto como ponto de partida.....	70
O texto como interlocução.....	79
Por uma teoria do formato jornalístico.....	87
A (in)formação jornalística.....	89
Ponto de vista do discurso.....	89
Conjunto sinóptico.....	94
In-formar.....	98
Padrão textual contemporâneo.....	103
Verbo-visualidade e integração sinestésica.....	103
Cor, fotografia e fixação de sentidos.....	109
Práticas e construção textual.....	114
Forma (ato) jornalística(o).....	118
Esquematisações.....	118
Figuratividade, memória e imagem.....	126
Apreensão estética e percurso sensível.....	137
“Performance” e “presença”.....	153
Presença estética, sinestesia e concretização.....	164
Racionalidades semióticas: da “aparência” ao “aparecer”.....	170
Ensaio analítico.....	177
Folha de S.Paulo: “o formato como ato”.....	182
Cabeçalho: fixação da subjetividade e encenação da temporalidade.....	183
A in-formação verbal.....	199

Ponto de partida: “Caso Dantas”	199
Opinião: “O homem que racha o poder”	215
Teia de faticidade: “caso Dantas” em páginas internas.....	229
Esquematisações: Visita de Lula ao Vietnã.....	260
A in-formAção visual.....	270
Informação fotográfica.....	270
Operacionalização icônica.....	271
Apelo sinestésico.....	275
Representação cênica.....	283
Matiz da informação.....	294
Cor e estesia.....	294
Sobreposição cromática da propaganda.....	300
Considerações finais.....	305
Referências bibliográficas.....	309

Para

Minha mãe,
amor sem limites.

Agradeço

Aos colegas, funcionários e professores; especialmente, César Guimarães, Carlos Mendonça e Elton Antunes, do PPG-COM/UFMG; aos professores e professoras Gonzalo Abril (UCM-ES), Ida Lúcia Machado (FALE-UFMG), Kati Eliana Caetano (UTP-PR), Ronaldo Henn (UNISINOS-RS) e ao meu irmão, Luís Antônio de Moura.

Agradeço de modo especial

Ao meu estimadíssimo orientador, Bruno Souza Leal, pela parceria, estímulo, eficiência e, acima de tudo, por sua serenidade e afeto, que, combinados com a sua peculiar sabedoria, me fizeram ultrapassar o sentimento de sacrifício, inerente a este tipo de trabalho, e alcançar todo o prazer possível nesta experiência.

Resumo

Neste trabalho, propõe-se uma reflexão sobre o “formato jornalístico” com base na semiótica do discurso em ato, de orientação greimasiana. Concentra-se sobre o modo de ser do jornal impresso, com vistas a demonstrar que o sentido, no âmbito de sua recepção, constrói-se por meio da experiência do *formato*, tomado como “devir”. Procura-se demonstrar que embora o jornal seja um conjunto significativo portador de sentido, este não é atributo imanente à sua materialidade verbo-visual, mas é “organizado” no *formato* pela percepção do leitor, que o experimenta como “presença afetiva”, discurso vivo, puro devir. Conclui-se que, embora condicionado a condutas leitoras culturalmente sedimentadas e aos simulacros que o jornal constrói dia a dia em suas páginas, o leitor o experimenta, a cada leitura, como um “acontecer”, sempre singular, marcado por uma espécie de oscilação entre a *aparência informativa*, atravessada por referencialidades e particularidades, e o *aparecer da informação*, a estesia, que expressa o sentido do devir de todas as coisas, momento em que a materialidade sensível “jornal” apresenta-se à instância leitora de *uma forma outra*, proprioceptiva. Esta *forma* é o “corpo próprio” que integra, no *formato* jornalístico, a dimensão passional à dimensão cognitiva, transformando presença sensível em informação, em conhecimento jornalístico.

Termos-chave: jornalismo, jornal impresso, informação, discurso em ato, sinestesia.

Introdução

Este trabalho enfoca o processo verbo-visual de enunciação instaurado pelo jornal impresso. A reflexão desenvolvida incide sobre a apreensão do *formato* “como ato” que permite aceder à *forma* do seu discurso, isto é, reconhecê-lo em sua condição de sujeito semiótico. O ponto de partida é o pressuposto de que tal sujeito enunciador é produto de uma organização formal (discursiva) cujo acontecer, sempre singular, depende da experiência de leitura, ou seja, da recepção co-responsável por parte da instância leitora.

Convém esclarecer que as expressões “forma” e “formato” são empregadas nesta tese em sentido diferente do que se lhes atribui no senso-comum. Comumente, “forma” e “formato” são utilizados como sinônimos, designando “os limites exteriores da matéria de que é constituído um corpo, e que conferem a este um feitio, uma configuração, um aspecto particular” (FERREIRA, 1999, p. 928).

Neste trabalho, o *formato* resulta das negociações em torno dos arranjos plásticos e rítmicos oferecidos à leitura como modos de instalação da presença de jornal e leitor na encenação que faz o mundo emergir, no contexto jornalístico, como experiência de sentido. Ou seja, *formato* é tomado como devir, como discurso em ato – que a montante *in-forma* –, isto é, permite apreender a *forma* que delinea os contornos materiais (plano de expressão) e imateriais (plano de conteúdo), unificando-os como sentido no acontecer da informação.

Dessa perspectiva, recorre-se à teoria do conhecimento, herdeira da tradição aristotélica, para pensar a *forma* da informação jornalística como a “estrutura” que se opõe à matéria que ela “enforma”, no ato mesmo em que “forma” o objeto cognoscível, o qual se apreende por sua “constância” e identidade (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 217-218). É uma reflexão sobre a emergência do sentido que implica ressaltar a importância da interação e destacar a performatividade vivenciada dialogicamente por jornal e leitor.

Novas são as perguntas sobre “as condições da possibilidade de sentido”; portanto, para pensar o jornalismo impresso na contemporaneidade, precisa-se enfrentar um duplo problema: “o da passagem da substância¹ do conteúdo à forma

¹ “Na terminologia de L. Hjelmslev, entende-se por ‘substância’ a ‘matéria’ ou ‘sentido’ na medida em que são assumidos pela forma semiótica com vistas à significação. Com efeito, matéria e sentido, que são sinônimos para o lingüista dinamarquês, não são explorados senão em um de seus aspectos,

do conteúdo e o da passagem da substância da expressão à forma da expressão” (GUMBRECHT, 1998, p. 148). Gumbrecht pergunta: “como é possível que algo não estruturado adquira forma?” (1998, p. 148). Ele acredita que, para responder a essa indagação, “a tarefa inicial é a definição do conceito de forma”, tendo em conta que a manifestação do sentido em “objetos” da comunicação ocorre através da concorrência de formas materiais.

O caminho escolhido, neste trabalho, para pensar sobre as condições de possibilidade de emergência do sentido prevê o papel ativo da instância leitora no processo de construção da realidade social do qual toma parte o jornal e reforça a ideia de um leitor que se afirma solidariamente como co-autor. Deste modo, a *forma* não é um dado, algo acabado, pois precisa da interação do leitor para que se constitua, e depende do reconhecimento e da atualização, no âmbito da recepção, da materialidade verbo-visual jornalística. Portanto, quer-se alcançar “o significante” jornal, guiados pela *performance* posta em movimento por meio “daquilo” que seu conjunto significante concretiza: uma *forma* (experiência).

Assim sendo, a *forma* que advém do arranjo plástico e rítmico e que organiza os módulos informativos verbais e não-verbais do jornal ancora-se em modos culturais e cognitivos de apreensão da composição apresentada ao leitor como espaço sinóptico, isto é, como conjunto verbo-visual sincronizado. Tendo em conta os aspectos estéticos e morais, implicados na experiência in-formativa do jornal, vinculamos a nossa reflexão à proposição de Herman Parret de que “crenças têm o poder de competir com as impressões, conferindo-lhes uma influência análoga sobre as paixões” (1997, p. 120).

Parret afirma que “o discurso figurativo tem uma função expressiva e comunicativa com respeito às paixões que lhe subjazem” (1997, p. 111). Nesse sentido, no contexto jornalístico, as condutas interpretativas e os juízos de valor definem-se pelo modo como as figuras – elemento semântico responsável por criar, no discurso, efeito de sentido ou ilusão de realidade – se instalam na materialidade jornal e como elas determinam a intensidade do vínculo entre texto e mundo-referência.

Assim, é a própria figuratividade que indica a dimensão afetiva da experiência de leitura do jornal, uma vez que é a presença das figuras um elemento

determinante das relações de sentido responsáveis pela compreensão do discurso, em seu acontecer – no *formato* –, que dá vida à informação jornalística. Cabe lembrar que no jornal a sua materialidade verbo-visual está articulada de modo a gerar possibilidades de recuperação de vínculos baseados nas crenças já sedimentadas e compartilhadas pela comunidade hermenêutica à qual se dirige, criando uma relação dialética entre *crença* e *paixão*.

No jornalismo, os atores sociais, mobilizados como fontes de informação ou apenas como figuras de sustentação fatural, bem como as instituições sociais, poderes instituídos, grêmios esportivos etc., são incorporados estrategicamente à materialidade verbo-visual do jornal e se articulam à racionalidade passional aí implicada. Racionalidade passional é tomada, aqui, como aquilo que no arranjo da materialidade verbo-visual torna-se decisivo para articular as partes do jornal, de modo a desencadear um processo de “afetação” da instância leitora que gera a transposição da emoção para a *imaginação*, fazendo com que os valores sugeridos nos textos do jornal ganhem força, vivacidade e propiciem a experiência da informação jornalística.

O propósito, neste trabalho de pesquisa, portanto, é refletir sobre o processo verbo-visual de enunciação e sua analogia com a apreensão da *forma* que faz emergir o discurso do jornal e/ou vice-versa, o que parece ser algo novo e pode ajudar a compreender mudanças ocorridas nos procedimentos de produção e nos modos de leitura do “impresso”, bem como relações outras, importantes para pensar sobre o jornalismo na contemporaneidade.

Nossa hipótese geral é que o sujeito semiótico, enunciador do discurso do jornal, vem à tona por meio da materialidade verbo-visual jornalística, e se manifesta, na leitura, por meio de uma *forma*, ou seja, é produto de uma organização formal (discursiva) cujo acontecer, único, depende da instância leitora, a qual atualiza o *formato* do jornal, forma em ato, que culmina com a emergência da *forma* advinda do discurso realizado.

Percebe-se, pelo exposto, que há uma circularidade no processo de construção do jornal, isto é, ele se constrói por meio de uma série de relações dialéticas entre jornal, leitor, atualização de seu *formato* (produtor e produto do discurso realizado) e mundo-referência.

Com base nesse pressuposto, a investigação foi concentrada na problemática acerca do *formato* do jornal impresso, que ora formulamos. A primeira

questão, mais geral, pode assim ser resumida: é possível encontrar na materialidade do jornal marcas de cunho afetivo, estético, de identidade e de coerência, aqui pensadas como elementos balizadores da dimensão estratégica do processo de articulação da verbo-visualidade, o qual cria as possibilidades de emergência do *formato* jornalístico?

Por acréscimo à problemática geral, podemos apresentar algumas questões que se localizam no seu entorno e que norteiam este trabalho de pesquisa. Uma delas é a pergunta sobre a possibilidade de, uma vez assinaladas as referidas marcas de cunho estético, afetivo, de coerência e de identidade – aqui tomadas como marcas de estruturação figurativa –, ocorrer o reconhecimento, por parte da instância leitora, do posicionamento enunciativo do sujeito semiótico “jornal” no que diz respeito, precisamente, às relações estabelecidas verbo-visualmente entre fatos, fontes de informação e seus discursos. Com isso, além de esclarecimentos sobre o processo de in-formação jornalístico, pretende-se, na medida do possível, sugerir como o jornal prevê a co-participação do leitor na atualização do *formato* do jornal.

Além de alguns estudos clássicos de jornalismo, mobilizados para confrontação e indicação de fronteiras conceituais, importantes estudos de semiótica, que tratam do sentido em ato, estão aqui dispostos como apreciações sobre o modo como o sujeito semiótico “jornal” e a instância leitora estão implicados na constituição do sentido da informação apreensível no *formato* do jornal. Do mesmo modo, foram mobilizados estudos de “estética da recepção literária” a partir dos quais recorreremos a noções como concretização, interação, *performance*, atualização, indispensáveis para a reflexão proposta neste trabalho.

Com Greimas, especialmente em *Da imperfeição* (2002) e em *Semiótica das paixões* (1993), buscamos traçar um percurso para refletir sobre a experiência jornalística que pergunta sobre a possibilidade e a pertinência da adoção de uma perspectiva orientada para a apreensão de determinado modo de presença sensível no contexto da significação jornalística, perceptível nos comportamentos do próprio objeto “jornal”, como sujeito semiótico, e na experiência de leitura, no domínio da recepção.

Por esse viés greimasiano, pensa-se a semiótica da própria materialidade jornalística, que visa a dar conta dos efeitos de sentido oriundos do modo de estar desse corpo chamado “jornal” em relação a outra presença também corpórea chamada “leitor”. Reflete-se sobre o jornal como um “objeto’ capaz, por sua

compleição, sua consistência (seu peso, sua textura, (...) [seus arranjos verbo-visuais]) e sua mobilidade específicas, de significar imediatamente para outro corpo o sentido vivido de seu próprio ‘viver’” (LANDOWSKI, 2002b, p. 148).

Adotou-se a perspectiva greimasiana porque ela faz deslocar o leitor da posição de “espera-passiva” e perceber que os “comportamentos leitores” são o resultado dos próprios modos de interlocução instaurados entre o jornal e a comunidade de leitores na busca da construção de um universo de saber comum. Saber que se constrói pela mediação dos corpos – jornal (primeira representação) e leitor (segunda representação) –, que se tornam o centro de referência da encenação passional propiciada pela ‘materialidade significativa’ “jornal” ao transformar verbo-visualmente as figuras, os objetos do mundo-referência, em figuratividade que garante a fidúcia intersubjetiva, ou seja, a confiança necessária entre jornal e leitor.

Por meio da fidúcia intersubjetiva o leitor adere ao fazer persuasivo do jornal, o qual tem por objeto a veridicção – o dizer verdadeiro – e por contra-objeto um crer verdadeiro da parte do leitor, que reconhece e valida o discurso enunciado pelo jornal (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 208-209). Nesse sentido, quando sujeito semiótico “jornal” e leitor empenham-se na experiência epistêmica, estética e moral de semantização do mundo, ambas as instâncias evocam condutas que se tornam patêmicas graças a uma sensibilização particular que determina o modo como organizam figurativamente o mundo.

De acordo com Greimas, “as figuras do mundo só podem fazer sentido à custa da sensibilização que lhes impõe a mediação do corpo” (1993: 14). Desse modo, Greimas ajuda-nos a apreender a materialidade jornalística como algo que supera o espaço e o tempo, já que estes são abrangidos no próprio jogo interativo proposto pelo jornal, que opera uma verdade que não é correspondência entre o mundo e as proposições contidas nas notícias – garantidas por uma subjetividade constituída –, mas um acontecer. Fabbri assinala que, para Greimas, “os interstícios valem tanto quanto as localizações (...) [e] a atenção ao significante indica uma preponderância do inexprimível: não do indizível, mas de quanto resta para dizer” (FABBRI, 2002, p. 109).

Num diálogo com Greimas, Eric Landowski – autor fundamental neste trabalho, em *A sociedade refletida* (1992) e, sobretudo, em *Semiótica, estesis, estética* (1999), *Presenças do outro* (2002a) e *Aquém ou além das estratégias, a*

presença contagiosa (2005) – convida-nos a voltar a atenção às condições de emergência da significação na dinâmica dos discursos e das práticas sociais “reais”, ou seja, vividas, o que pressupõe um reexame e uma ampliação da gramática narrativa greimasiana (LANDOWSKI, 2005). A partir de noções como “presença”, “interação”, “corporeidade”, Landowski oferece elementos para a reflexão sobre a captura do sentido na experiência jornalística.

Da perspectiva landowskiana, pensamos o jornal impresso como um objeto vivo, como sujeito semiótico. Ou seja, é de um viés fenomenológico que refletimos sobre a emergência do sentido jornalístico, em “situação”, em ato, isto é, em seu acontecer dia-a-dia, em suas edições sucessivas, o que faz com que cotidianamente ele tenha sua identidade reconhecida e se ofereça à leitura como uma materialidade sensível que se deixa experimentar esteticamente como informação.

Logo, é a sociossemiótica de Landowski que orienta teoricamente, em grande medida, o desafio de compreender os jogos de relações propostos pela materialidade verbo-visual jornalística. Um tipo de “jogo” em que o leitor experimenta o “aparecer” dos atores sociais, fontes jornalísticas, e de seus discursos, ali figurativizados e transformados em possibilidade de construção e também de manutenção de laços que asseguram o cumprimento de sua função informativa.

Igualmente, a presença de Denis Bertrand justifica-se pela proficuidade de seu livro *Caminhos da Semiótica literária* (2003) na reflexão aqui proposta sobre o sujeito semiótico “jornal”, principalmente por seus esclarecimentos sobre noções caras a este estudo, como figuratividade, narratividade, afetividade. Da perspectiva de Bertrand, o leitor deixa de ser uma instância abstrata e universal, simplesmente pressuposta pelo advento de uma significação textual já existente, que se costuma chamar “receptor” ou “destinatário” da comunicação: ele é também e, sobretudo, um “centro do discurso”, que constrói, interpreta, avalia, aprecia, compartilha ou rejeita as significações (BERTRAND, 2003, p. 24).

O que Bertrand pondera sobre a experiência discursiva, no contexto da literatura, funciona muito bem como base para pensarmos a experiência jornalística. Para nossa reflexão sobre jornalismo, que o toma como um tipo de conhecimento que recorre o tempo todo, no nível figurativo, a valores, a conceitos generalizantes, soa bastante oportuno o que afirma Bertrand sobre figuratividade (2003, p. 218).

Segundo o autor, a verdade é subordinada à “legislação da linguagem”, que oculta o divórcio entre as palavras e as coisas, forçando a passagem do particular ao geral, transformando a irredutibilidade das impressões singulares em generalizações conceituais (2003, p. 218).

Isto reforça nossa perspectiva de que a possibilidade de acesso à informação jornalística está atrelada à experiência do *formato* do jornal, como forma em ato, como puro devir. Uma atividade cuja finalidade só é alcançada na experiência de leitura, no âmbito da recepção, no momento em que o jornal vem à tona como “presença figurativa” e coloca “as imagens do mundo sob os sentidos, ‘tela do parecer’”, fazendo assentar, assim, figuratividade e percepção num mesmo plano semiótico-narrativo-sócio-histórico de apreensão de sentidos.

Já o semioticista Jacques Fontanille, tanto em sua parceria com Greimas, em *Semiótica das paixões* (1993) como em seu trabalho individual *Semiótica do discurso* (2007), oferece-nos uma ampla exposição conceitual incorporada às reflexões aqui apresentadas sobre o *formato* do jornal, como discurso em ato. De acordo com Fontanille:

Será na experiência sensível, encarnada em um corpo enunciante, que os dois planos de linguagem, a expressão e o conteúdo, serão instaurados solidariamente a partir das primeiras impressões significantes exteroceptivas e interoceptivas, respectivamente. Todavia, a solidariedade entre esses dois tipos de impressões e entre os dois planos de linguagem só se deve a um princípio: seu enraizamento comum em um terceiro tipo de impressões, as propioceptivas, impressões do próprio corpo enquanto corpo sensível. Desse primeiro gesto, assim como dessa solidariedade propioceptiva entre os dois planos da semiose, vão se originar todos os outros, especialmente o controle tensivo imposto à formação de valores, da actância, das paixões e, de uma forma mais abrangente, da organização sintagmática do discurso, de seus esquemas rítmicos, prosódicos e axiológicos (2007, p. 18).

Essa proposta de Fontanille ajuda-nos na reflexão sobre a importância de um mundo de “percepções” no contexto de significação instaurado pelo jornal, apreensível em seu *formato*, aquele que emerge da experiência sensível e que faz o leitor reconhecer o jornal como sujeito semiótico. Nesse contexto, o leitor ocupa uma posição perceptiva (*proprioceptiva*) que relaciona o plano de expressão (*exteroceptivo*) ao plano de conteúdo (*interoceptivo*).

Essa posição assumida pelo sujeito da percepção (*proprioceptiva*) funciona como um invólucro, ou seja, um “campo” sensível às demandas e aos contatos provenientes da “verbo-visualidade jornalística” (exterior) e dos “valores, emoções,

afetos” implicados na sua experimentação (interior). De maneira que, a cada nova posição assumida pelo leitor na experimentação do corpo “jornal”, a série “intero-externo-propriocepção” é reconfigurada, isto é, submete-se a um ponto de vista que se oferece como a “forma” da significação (FONTANILLE, 2007, p. 44-45).

Também de grande valia para nossa reflexão é a contribuição de Ana Claudia Mei Alves de Oliveira, com seus artigos *A dupla expressão da identidade do jornal* (2006a) e, especialmente, *A leitura do jornal como experiência sensível* (2006b). A autora reflete sobre a identidade do jornal impresso por meio de seus aspectos sensíveis e corpóreos, de seus modos de presença e seu estilo que se impõem na sua interação com os outros sujeitos. Numa perspectiva landowskiana, Oliveira recorre à semiótica das situações, que centra sua atenção na inteligibilidade do sensível no âmbito jornalístico, prevendo que é pela interação sensível que se dá a reconstituição subjetiva ou mesmo intersubjetiva entre os sujeitos jornal e leitor.

De acordo com Oliveira, a relação do leitor com o jornal não é aleatória, nem mesmo programação, não implica uma rotina vazia de sentido (2006b, p. 27). Ao contrário, o sentido envolve o processo de leitura em seu todo: do gesto de abrir o jornal e de acomodar-se no assento, ao corpo a corpo da leitura, à experiência que o guia – uma experiência impregnada de outras, relativas ao mesmo mundo tematizado no jornal, onde se incluem a leitura de suas edições anteriores (OLIVEIRA, 2006b, p. 27).

Segundo Oliveira, é na leitura, no contato com sua materialidade verbo-visual, ou seja, pelo modo como cada jornal apresenta as ocorrências do mundo noticioso, que se apreende a identidade do jornal impresso; daí, não se poder pensar a sua construção de identidade como representação exterior ao jornal (2006b, p. 27). Para Oliveira, é o próprio mundo das linguagens jornalísticas que gera tal presentificação identitária (2006b, p. 27).

A mesma autora acrescenta:

Sendo tanto a finalidade da leitura, como os próprios meios de processá-la, esse giro do leitor pelos mundos do jornal mostra que os procedimentos de ajustamento balizam a construção dos modos de presença pelo uso presentificante do arranjo estético da expressão, mas também pelos recursos interativos e intersubjetivos da enunciação e pela figuratividade (OLIVEIRA, 2006b, p. 27-28).

O que foi exposto sugere as competências de jornal e leitor e sua articulação na experiência de leitura como modos de aceder ao sentido como *presença*

oferecida no *formato* do jornal, o qual, mesmo em sua familiaridade, resulta ser puro devir, conjunto de possibilidades de concretização da informação por um jogo tenso entre mutabilidade e permanência. Segundo Oliveira, se “de um lado, a leitura do jornal pode ser tomada só pelo seu teor contedístico, por outro, como um hábito ela mantém a autorregulação dos sentidos do sujeito para sentir-se, sentir o outro e sentir as coisas que lhe ocorrem enquanto significantes” (2006b, p. 30).

Soma-se às perspectivas já apresentadas, a contribuição de Antônio Vicente Pietroforte na área de semiótica visual, com seus estudos sobre a “construção da imagem” e os “percursos do olhar”, propostos em seus livros *Análise do texto visual* (2007b) e *Semiótica visual* (2007a). Tais obras, ramificadas na semiótica greimasiana (das paixões, semissimbólica, tensiva, do contágio, discursiva), ajudaram-nos a explorar melhor, na análise dos textos verbo-visuais jornalísticos, aspectos ligados a um conceito fundamental neste trabalho que é o de figurativização, por meio de discussões em torno da noção de semissimbolismo e de tensão e significação.

Pietroforte (2007b, p. 50) oferece um rico material teórico sobre a construção da imagem na formação de sinestésias, úteis à nossa reflexão sobre as relações verbo-visuais no jornalismo. Com o autor, afirmamos que no jornal, por meio da ambiguidade ou sugestividade de imagens fotográficas específicas relativas a “objetos”, muitas vezes de natureza distinta do que se explicitou verbo-visualmente, constroem-se algumas alegorias que direcionam a semantização do mundo referenciado no jornal.

Assim, ao descrever personagens, falas, comportamentos, acontecimentos por meio de elementos visuais, o sujeito semiótico “jornal” cria uma série de relações entre imagens e textos verbais e demais elementos significantes que se transformam em figuras do discurso, e, ao fazê-lo, oferecem investimentos semânticos decisivos para a experiência de leitura. Com outras palavras, o jornal coloca sua materialidade verbo-visual a serviço da construção estética e dos percursos figurativos que direcionam o discurso a ser realizado por meio da concretização da informação jornalística no contexto da recepção.

Desse modo, não se trata de mobilizar imagens que existem no mundo por meio de relações entre imagens, palavras e coisas, mas de definir uma rede de relações de palavras, imagens e valores socialmente construídos e compartilhados que instauram um campo semântico próprio na experiência de leitura do jornal no

âmbito da recepção. Portanto, o conjunto verbo-visual não se refere somente ao que ele sugere à primeira vista no mundo, mas, sim, a essa rede de relações que alimenta o processo de significação na narratividade do jornal e valida os códigos e os esquemas figurativos aos quais sua materialidade verbo-visual recorre e reenvia *ad infinitum*.

Também fundamentais neste trabalho são as contribuições do semioticista Gonzalo Abril, que, ao lado de Greimas e de Landowski, propicia-nos algumas chaves para as reflexões e proposições apresentadas. Especialmente importantes aqui são *La información como formación cultural* (2007b), *Cortar y pegar: la fragmentación visual en los orígenes del texto informativo* (2003) e *Análisis crítico de textos visuales: mirar lo que nos mira* (2007a)². Abril sugere a importância de se fazer uma exploração transversal do “texto visual”, que concilie o olhar sociossemiótico com a análise dos processos culturais para abordá-lo como um objeto de estudo por direito próprio. Segundo Abril, as competências de leitura que mobilizam a maioria dos textos visuais são já parte de um “general intellect” que, como o velho Marx prognosticou, abriria caminho com o apogeu das máquinas inteligentes, hoje em grande medida dotadas de uma interface visual (2007a, p. 12).

De acordo com Abril, os textos visuais sempre são lidos ativamente, pois nem mesmo um olhar incidental do transeunte diante de um jornal, por exemplo, exposto em uma banca, é puramente aleatório ou passivo, mesmo quando a vontade que rege o olhar procede de um fundo cego, sempre mal conhecido, não controlável por parte do sujeito consciente e racional (2007a, p. 13). Conforme Abril, quem lê através dos próprios olhos é um “eu”, mas também uma instância impessoal ou transpessoal de um “se” (de “lê-se”) determinado por pautas apriorísticas, normativas, frequentemente ideológicas, de atenção, seleção e fixação da realidade visível a que se refere.

E é com Paul Zumthor (2007) que reforçaremos a abordagem a respeito do engajamento do corpo, da *performance*, no processo de leitura. Com tal autor, situamos o leitor do jornal impresso como “ponto de partida do encontro” com a voz que diz o “ser” da materialidade verbo-visual jornalística, isto é, a incidência da *forma* como informação, ou mesmo, *forma* da ação do jornal sobre o leitor, jornal

² Nos casos de citações deste autor e de todos os demais baseadas em seus trabalhos escritos em espanhol a tradução é nossa.

apreensível no *formato*, a partir do qual o leitor in-forma-se, elevando-se à condição de co-fundador (*co-formador*) do discurso do jornal.

Com Zumthor, afirmamos que a leitura do jornal é a apreensão de uma *performance* ausente-presente, é a linguagem falando-se, e não apenas se liberando sob a forma isolada da materialidade do jornal. A leitura do jornal é percepção, em uma situação transitória e única, da expressão e da elocução juntas: um campo dêitico particular no qual a informação se produz, isto é, um aqui-agora-leitor irrepetível (ZUMTHOR, 2007, p. 56).

Em Niklas Luhmann (2005a, 2005b) encontramos algumas das bases teóricas para a reflexão sobre o jornal como sistema organizacional que dá suporte à “comunicação” jornalística, ao produzir informação, conhecimento, por meio de um suporte (*medium*) que se refaz permanentemente, sem qualquer “traço metafísico de continuidade, permanência, transcendência” (LUHMANN, 2005a, p. 9). Para Luhmann, “comunicação” é o que “viabiliza, que dá suporte, que permite a produção de conteúdos (as formas)” (2005a, p. 9).

Ainda de acordo com Luhmann:

A cena cinematográfica é uma forma a que podemos assistir graças ao *medium* luz; o som de uma orquestra, a sinfonia que ela toca, é uma forma que podemos ouvir graças ao *medium* ar. *Medium*, assim, é algo sempre flexível, sempre propício a assumir formas; diante dele, os objetos (as imagens, os sons) impõem-se por sua “rigidez”, constituindo narrativas, filmes, encenações, *performances* (2005a, p. 8).

Nesse sentido, podemos afirmar que a materialidade verbo-visual do jornal dá passagem à *forma* (conhecimento jornalístico), ou seja, transforma-se em uma verbo-visualidade-*medium*, tomada aqui, metaforicamente, como o fez Luhmann (2005a), como “areia” na qual a leitura, no âmbito da recepção, vem imprimir a informação. Daí ser o *formato* da ordem do puro devir³; só *in-forma* por meio da experiência estésica de um observador-leitor.

Luhmann corrobora, indiretamente, a tese de que o *formato* jornalístico acontece como informação quando o leitor, na leitura, organiza o caos verbo-visual do jornal, diferenciando o que é o sistema “jornal” do que são os outros sistemas ali mobilizados como fontes informantes, como figuras de tematização, como sistemas

³ Não se trata de uma concepção estritamente individual e pessoal da enunciação, pois o discurso enunciado pelo jornal só pode contribuir ao devir do sistema jornalístico se a enunciação individual e a enunciação coletiva não forem separadas, se elas forem consideradas como partes de um mesmo sistema em devir (FONTANILLE, 2007, p. 273).

com os quais o jornal mantém “acoplamento recursivo”, já que é um sistema que informa sobre tais sistemas.

Patrick Charaudeau é de grande valia, nesse sentido, para a reflexão sobre a construção de identidades e sobre o contrato de comunicação estabelecido entre jornal e leitor. Com Charaudeau, buscamos definir em que condições a situação de troca estabelecida na experiência jornalística prevê a constituição de um quadro de referência para pautar escolhas do sujeito semiótico “jornal” no processo de semantização do mundo. Charaudeau, em *Discurso das mídias* (2006a), ajuda-nos a pensar sobre os acordos implicados na encenação midiática, condições de validade da notícia, bem como sobre o engajamento do leitor no contexto de uma racionalidade da paixão típica do jornalismo impresso.

Nesse quadro analítico, Michel Foucault embasou a reflexão sobre a noção de enunciado jornalístico. Com Foucault (2002), propomos uma relação analógica entre “unidade informativa” e “enunciado”. As unidades informativas, embora marcadas pela singularidade que as distinguem como fragmentos de sentido, exercem sua função (informativa) por meio de relações entre si estabelecidas na experiência de leitura, na apreensão do *formato*, ato que conjuga a percepção sensível e o acontecer da informação, ou seja, ato que faz acontecer o discurso-enunciado pelo jornal.

O que foi dito remete tanto às relações de identidade e/ou de diferença constituintes das isotopias, que edificam os nexos e fazem o jornal significar em seu conjunto, como aos vazios e às sombras circunstanciadas pelo transcorrer daquilo que jamais se esgota no que se exprime por meio dos elementos que compõem a estrutura do jornal. De acordo com Foucault, talvez o enunciado seja tão conhecido que se esconde sem cessar, como transparências familiares que, apesar de nada esconderem em sua espessura, não são apresentados com clareza total (2002, p. 128). O nível enunciativo se esboça em sua própria proximidade.

Conforme Foucault:

O enunciado não é uma unidade ao lado – acima ou abaixo – das frases ou das proposições; está sempre dentro das unidades desse gênero, ou mesmo seqüências de signos que não obedecem a suas leis (e que podem ser listas, séries ao acaso, quadros); caracteriza não o que nelas se apresenta ou a maneira pela qual são delimitadas, mas o próprio fato de serem apresentadas, e a maneira pela qual o são. Ele tem uma quase invisibilidade do “há”, que se apaga naquilo mesmo do qual se pode dizer: “há tal ou tal coisa” (2002, p. 128).

Foucault ressalta que “a estrutura significativa da linguagem remete sempre a outra coisa”, isto é, “ela é sempre atormentada pela ausência” (2002, p. 128). Portanto, para descrevê-la no nível enunciativo é necessário deixar de lado seu poder de designar, de nomear, de mostrar, de fazer aparecer, de ser o lugar do sentido ou da verdade; requer interrogá-la na dimensão que a produz, “se deter no momento – logo solidificado, logo envolvido no jogo do significante e do significado – que determina sua existência singular e limitada” (FOUCAULT, 2002, p. 128-129). Daí, a importância de pensar o jornal como discurso em ato, como experiência ontológica que se constrói sobre as bases de uma ontologia negativa, de uma ausência.

Com Mikhail Bakhtin, especialmente em *Estética da criação verbal* (2000), aprofundou-se a discussão sobre a noção de texto como a materialidade que propicia o acontecer do conhecimento jornalístico. Bakhtin oferece os subsídios necessários à compreensão do jornal como lugar de produção de conhecimento, como arena onde se confrontam os múltiplos discursos circulantes na sociedade. Essa ideia remete à dimensão dialógica da experiência jornalística e orienta-nos a reconhecer o jogo enunciativo instaurado pelo jornal: conjunto de enunciados em diálogo constante, portadores e produtores de um discurso vivo, que atua na construção da realidade social.

Também se recorreu a Bakhtin (2000) para pensar as particularidades da enunciação jornalística, a interação entre a verbo-visualidade e o contexto histórico, na qual o contexto pragmático não age sobre a verbo-visualidade de fora, mecanicamente, mas é parte constitutiva essencial de sua significação. Ou seja, o que se enuncia no jornal só se concretiza, significa, por meio de conexões entre a verbo-visualidade imediata e o contexto sócio-histórico estabelecido dialogicamente. Assim, em que pese sua complexidade verbo-visual, seus pontos de vista cambiantes, é ele – o jornal –, em sua condição textual, que se oferece ao leitor como dispositivo de reconhecimento “corresponsivo” de seus percursos de sentido, de seus valores de verdade.

Nos estudos da recepção literária, recorreu-se, para a reflexão sobre experiência estética no contexto jornalístico, a dois importantes autores: Wolfgang Iser e Roman Ingarden. Ambos proporcionam conceitos úteis para esta proposta de trabalho, como é o caso de “indeterminação” e de “concretização”, cunhados por

Ingarden e atualizados por Iser, além de “interação” e “vazios textuais”, apresentados por este último.

Cabe ressaltar que se utiliza o conceito de concretização, conforme proposto por Iser, como “a interação entre texto e leitor, como a atualização, no processo de leitura, de aspectos potencialmente contidos no texto” (ISER, 1979, p. 95). Tal perspectiva é um avanço em relação à proposta de Ingarden de que a concretização individual de cada leitor está sujeita aos critérios de adequação ou inadequação, isto é, implica as qualidades metafísicas do texto que normatizam e determinam a realização ou fracasso da apreensão de seus sentidos (ISER, 1979, p. 93-95).

Percebe-se, pelo que foi dito, que é com Iser que podemos argumentar a favor de uma proposição que considera o *formato* jornalístico como decorrência da interação e experimentação estética desencadeadas no ato de leitura, pois este autor estabelece a diferença entre a constituição do sentido como uma atividade peculiar da recepção e a constituição do próprio texto. De acordo com Iser, a constituição do sentido por parte do leitor é, necessariamente, “uma atividade criadora, que consiste no preenchimento dos vazios e das indeterminações produzidas pelo texto, das quais se apodera a capacidade imaginativa do leitor” (1979, p. 133).

Somam-se aos autores mobilizados para abordar os aspectos semióticos da prática jornalística Raymundo Mier (1999), Luiza Ruiz Moreno (1999) e outros cujas ponderações sobre o contexto de produção do jornal possibilitaram o aprofundamento das reflexões presentes neste trabalho sobre o “formato jornalístico”. Entre eles, Lorenzo Vilches (teoria da imagem jornalística), Gaye Tuchman (teia de faticidade jornalística), Adelmo Genro Filho (singularidade), José Luiz Braga (recepção/sistema de interação social sobre a mídia), Nelson Traquina (profissionalismo e hábitos no contexto do jornal) e Maurice Mouillaud (jornal como conjunto de dispositivos de sentido).

Compete ressaltar que a variedade de autores adotados neste trabalho aponta a diversidade de perspectivas e filiações teóricas, o que nos exige cuidados, especialmente em relação à aproximação dos seus respectivos conceitos. Todavia, tal diversidade nos pareceu inevitável, e, inclusive, até necessária, devido à amplitude de questões que se abrem a partir da problemática em torno do “formato jornalístico”.

Jornal: uma interlocução em processo

Este capítulo da tese se configura como uma reflexão preliminar sobre o jornal. Têm-se como objetivos demonstrar que o jornalismo é uma forma de saber que se constitui por meio da interlocução com um leitor apto a estabelecer seu próprio horizonte de experiência no âmbito da leitura e indicar como o jornal se situa no contexto social a que pertence.

Buscou-se destacar aspectos relativos à racionalidade passional, à estética da recepção, às formas de mediação e de identidade entre sujeitos da enunciação, tipos de acoplamento estabelecidos entre o jornal e os demais sistemas sociais, mecanismos autorregulativos, a teia de faticidade e a singularidade como elementos de construção e de validação desta forma de saber, bem como procedimentos e estratégias nela envolvidos.

Entretanto, lembramos que a dispersão apreendida nos tópicos a seguir, de algum modo, sugere a natureza reticular deste trabalho, o qual se orientou pela busca de algumas correspondências interdisciplinares que abrissem caminhos em direção a uma teoria sobre o *formato* jornalístico.

Paixão, estética, coerência e identidade

Neste trabalho, o jornal é pensado como um *conjunto de módulos* composto por *unidades informativas* articulando-se solidariamente em função de fazer “emergir” a notícia como forma de conhecimento. Ou seja, é um modo de saber que se constrói por meio da submissão dos acontecimentos noticiosos a um processo de moldagem que, na leitura, resulta no *formato* que suporta a notícia – elemento instaurador e articulador do processo semiótico instalado no âmbito do jornalismo.

O jornal é “pensado” como conjunto de módulos informativos enquadrados em um padrão de medida do texto jornalístico que facilita o ordenamento e a localização dos assuntos nas páginas, de modo a disciplinar a formatação das notícias e informações em geral dentro de modelos textuais canônicos e nos moldes sugeridos pelo projeto gráfico do jornal. Trata-se de operações que correspondem à predeterminação dos espaços e à adoção no jornal dos padrões industriais de racionalização de seus arranjos verbo-visuais.

Como Gonzalo Abril, assinalamos a operação de moldagem da informação no contexto das operações textuais jornalísticas, as quais normalizam o produto jornal, modulando-o como possível objeto de desejo, uso e reconhecimento por parte do leitor-consumidor, com vistas à eficácia comunicativa, isto é, a efetividade técnica e estratégica, o cálculo e o controle dos meios empregados e das condições da difusão e recepção definidas como variáveis (2003, p. 100-101).

Contudo, em nossa proposta acrescentamos às considerações do referido aspecto de padronização industrial do jornal uma reflexão fenomênica que valoriza noções como corporeidade, presença e afetividade. Assinalamos que, embora o leitor recorra às perspectivas do texto que lhe são oferecidas, o que permanece é sua própria experiência de leitura do “complexo tecido de possíveis conexões, [...] [no qual o leitor produz] os enlaces não formulados” (ISER, 1989b, p. 140).

Tais enlaces, na contemporaneidade, remetem, entre outras coisas, aos novos padrões de experimentação da estrutura modular do jornal, que tanto antecipa possíveis gestos interpretativos por parte do leitor como abrem novas possibilidades de experiência: sinestésica, estética, da materialidade verbo-visual do jornal. Aquelas possibilidades colocam em jogo a visão e o restante do conjunto dos sentidos do destinatário, transformando suas impressões sensoriais em imagens reais, o que, segundo Abril, “preenche o conjunto de nossos órgãos dos sentidos” para produzir um efeito de verdade (ABRIL, 2003, p. 174).

Por esse viés, as referidas unidades informativas são os elementos básicos no processo de atualização de sentidos oferecidos no conjunto intertextual que compõe o jornal impresso. Diríamos que são elas as unidades mínimas da materialidade textual jornalística responsáveis por gerar o efeito de isolamento e/ou associação que as tornam unidades do discurso, ou seja, unidades de articulação do valor informativo do jornal.

Em que pese, neste trabalho, a importância da conceituação de unidade informativa e de módulo informativo, ambas as noções são mobilizadas como categorias heurísticas, isto é, elas adquirem, neste estudo, função exclusivamente explicativa. Tal fato se deve à dificuldade (ou melhor, impossibilidade) de demonstrar onde começa e onde termina uma unidade ou um módulo informativo, já que eles emergem no ato de leitura, isto é, na experiência semiótica de cada leitor.

Como afirmam Greimas e Fontanille, espera-se da semiótica que ela capte o “parecer” e constitua um discurso epistemológico capaz de formular as

precondições de captação da significação, prévias ao surgimento das condições propriamente ditas, o que remete à reflexão sobre o “ser” do mundo e do sujeito, que escapa à semiótica e entra no campo da ontologia (1993, p. 16). Segundo os autores, “espera-se da semiótica que ela alcance o ‘parecer’ e construa um discurso epistemológico que formularia tais condições, como tantos simulacros explicativos, em particular no que concerne às dificuldades e às aporias levantadas na análise discursiva” (1993, p. 16).

Para Greimas e Fontanille:

Este discurso hipotético, que captaria em filigrana o “parecer do ser”, não é evidentemente próprio para suscitar a certeza; mas é, de certa maneira, o mesmo tipo de discurso que mantém a epistemologia das ciências da natureza, que ela fala, por exemplo, do universo e de suas origens, do acaso e da necessidade. É provavelmente próprio de todo projeto científico que, dando um mínimo epistemológico – aqui: o imperativo fenomenológico –, se cria, ao mesmo tempo, um espaço teórico “imaginário” e até mítico, um pouco à maneira desses anjos newtonianos, condutores da atração universal (1993, p. 17).

Contudo, segundo os mesmos autores, esse “imaginário” da teoria, esses conceitos mal esboçados não devem dizer respeito à ordem do arbitrário, isto é, devem obedecer a restrições epistemológicas anteriormente reconhecidas e em exigências metodológicas que as suscitam e desafiam (GREIMAS; FONTANILLE, 1993, p.17). Por isso, a via escolhida, neste trabalho, para acercar-se e enfrentar tais delicadas questões relativas à construção de um discurso epistemológico sobre o “modo de ser” e a “forma” de conhecer propiciada pelo objeto “jornal impresso” solicita enfrentar a problemática das paixões. Reconhece-se no jornalismo uma “racionalidade passional” que, ao mesmo tempo, aponta para uma tensão no processo de constituição do sentido no jornal, que antecede e sucede o sujeito enunciante e, analogamente, o enunciatário.

Trata-se de uma “sensibilização” particular, na qual os objetos materiais (plano de expressão-exteroceptivo) e imateriais (plano de conteúdo-interoceptivo) do jornalismo se fazem sentir para além da razão explicativa. Segundo Greimas & Fontanille, é “aí que a paixão aparece em sua nudez, como negação do racional e do cognitivo, e que o ‘sentir’ transborda o ‘perceber’” (1993, p. 18). Por esse viés, conforme Greimas e Fontanille, “Não é mais o mundo natural que vem em direção ao sujeito, mas o sujeito que se proclama mestre do mundo, do seu significado, e o reorganiza figurativamente a seu modo” (1993, p. 18).

Ou seja, a instância leitora estabelece com os objetos materiais e imateriais do jornal seu próprio horizonte; deste modo, reconstitui a inteireza do corpo da informação jornalística, o que leva ao ato cognitivo de reconhecimento que relaciona suas partes (unidades e módulos informativos). Em síntese, entendemos que os arranjos das unidades informativas e os módulos aí reconhecíveis são aquilo que faz emergir o contorno da verbo-visualidade *in-formativa* do jornal para o leitor, que atualiza e faz reconhecer os sentidos aos quais ela remete no contexto da unidade textual maior chamada jornal.

Neste trabalho, tais aspectos, ligados tanto à materialidade textual como aos modos de antecipar as operações receptivas dos leitores do jornal, colaboram para a vinculação da concepção de *formato* jornalístico à noção de dispositivo, o qual se “dispõe” ao leitor como experiência *afetiva*, *estética*, de *coerência* e de *identidade*. Ou seja, utiliza-se a expressão “dispositivo” nas acepções apresentadas por Maurice Mouillaud (2002b) e por Vera Veiga França (2006, p. 31).

Para Mouillaud, os dispositivos correspondem a lugares materiais e/ou imateriais nos quais se inscrevem os textos; têm modo próprio de estruturação espaço-temporal; não são “suportes”, mas “matrizes” que impõem suas formas aos textos; e mais, os dispositivos se encaixam uns nos outros (2002b, p. 34-35). Mouillaud afirma que o dispositivo jornal, por exemplo, se inscreve no dispositivo geral da informação e contém dispositivos que lhes são subordinados (o sistema dos títulos, o sistema de elementos iconográficos, etc.) (2002b, p. 35).

Conforme o autor, os próprios dispositivos pertencem a lugares institucionais: um anfiteatro de uma universidade, por exemplo, não é apenas uma cena espacial, mas um subconjunto da instituição universitária, de modo que o dispositivo e o lugar são indissociáveis do sentido no qual se atualizam um pelo outro (2002b, p. 35). Daí podermos afirmar, com Mouillaud, que a materialidade verbo-visual jornalística e o dispositivo jornal se originam um no outro, pois se precedem e se determinam de maneira alternada, na medida em que o dispositivo jornal pode aparecer como uma sedimentação dos textos verbo-visuais, e os textos, como uma variante do dispositivo (2002b, p. 35).

A definição de dispositivo proporcionada por Vera França complementa a de Mouillaud, e, na medida em que a torna mais clara, aumenta sua operatividade na reflexão sobre o jornal proposta neste trabalho. Conforme França, o conceito de dispositivo, originário do latim *dispositus*, diz dos instrumentos e mecanismos

utilizados para construir determinadas formas ou disposições; diz dos modos como são dispostos os componentes de um aparelho, forma ou enunciado (2006, p. 31).

Segundo essa autora, os dispositivos sugerem a construção de uma determinada ordem, portanto, possuem uma dimensão estratégica; o que revela sua operacionalidade na análise mais aprofundada da *mise-en-scène* de discursos, da maneira como eles são materializados, se tornam matéria viva, disponível (FRANÇA, 2006, p. 31).

Nesse sentido, o jornal é um dispositivo englobante e organizador de outros a ele subordinados – as notícias, o sistema de títulos, o sistema iconográfico (fotografias e ilustrações diversas). Portanto, pensa-se o jornal como dispositivo que se atualiza na *forma* apreendida no/por meio do *formato*, pensado como “aquilo que faz ser”, como *discurso em ato*, como devir: maneira pela qual a materialidade verbo-visual jornalística se torna “matéria viva, disponível”.

Em tal contexto, a experiência *afetiva* (passional) do jornal, como discurso em ato, se dá pelo envolvimento do leitor com a própria materialidade verbo-visual jornalística, que ganha sentido por força da abertura aos efeitos passionais, ou seja, pelo reconhecimento de uma “racionalidade da paixão” instaurada no “corpo próprio” do jornal por meio de seu regime de presença. Nesse sentido, a adoção de uma posição discursiva, ou seja, a ocupação de um lugar de dizer no processo enunciativo estabelecido entre os interlocutores, supõe a possibilidade de avaliação dos códigos figurativos e rítmicos, os quais compreendem uma dimensão patêmica do gesto de interpretação⁴ do jornal, tanto no âmbito da produção jornalística como no da sua recepção.

Neste trabalho, a tradicional busca do sentido conduzida a partir do texto jornalístico – a interpretação – é substituída pela busca conduzida por meio dos jogos de relações verbo-visuais como possibilidade de aparição do sentido enquanto experiência imediata do *formato* do jornal, o qual interpela e envolve

⁴ “Interpretação”, aqui, é utilizada no sentido proposto por Gumbrecht, para explicar o paradigma hermenêutico, ou seja, como processo que se inicia na própria insuficiência intrínseca a toda expressão, que estabelece como resultado uma identidade entre o que o sujeito enunciador deseja expressar e o entendimento do “intérprete” – no caso em questão, o leitor do jornal (1998, p. 140).

passionalmente o leitor. Um tipo de envolvimento que diz respeito tanto à percepção dos arranjos, sinopticamente organizados, quanto às implicações sinestésicas daí decorrentes, que não dispensam os desdobramentos da figuratividade, o caráter “representacional” de toda manifestação passional, em que o corpo afetado torna-se o centro de referência da encenação passional inteira e garante, assim, o acontecer da informação no âmbito da recepção.

Recorrendo a Landowski, afirmamos a importância de distinguir duas concepções do objeto “jornal” como “texto”. A primeira diz respeito ao *discurso manifesto*, verbal e não-verbal, que, para Landowski, “designa uma classe de realidades empíricas deliberadamente construídas por um enunciador manipulador *com o fim de produzir* certos efeitos precisos dirigidos aos enunciatários, programando na medida do possível o regime de sua leitura” (1999, p. 271).

A outra concepção nos leva, por outro lado, a ampliar a noção de texto jornalístico, já que não exclui nenhum tipo de suporte no qual possa aparecer sentido, nem desconsidera o fato de que seu conjunto significativo traz as marcas de sua dialogicidade, que abre sempre para um já dito e demonstra incessantemente, de um lado, a fluidez de seu discurso, de outro, a complexidade do processo de semantização que desencadeia. Trata-se de ultrapassar as seleções e as combinações fixadas na materialidade “jornal” e alcançar as estratégias e negociações em torno do processo de figurativização instalado em seus relatos.

Desse modo, ressaltamos que o texto jornalístico não tem necessariamente, *a priori*, o estatuto de discurso manifesto, atualizado, reconhecível como tal e produzido pela intenção comunicativa do enunciador jornalístico. Assim sendo, o jornal impresso encontra-se em uma ordem de realidade que, na maioria das vezes, chega a existir *a posteriori*, como o resultado de seus próprios efeitos sobre o leitor, o qual, situado na posição sintática de “enunciatário”, experimenta como “texto-informativo” a *formação* do sentido que advém como presença no *formato* do jornal (LANDOWSKI, 1999, p. 271).

Em relação à dimensão *estética* de experimentação do jornal impresso, cabe ressaltar que ela está inscrita numa zona da experiência de leitura do jornal que comporta três posturas leitoras: lançar-se na busca da informação jornalística, deixar-se afetar pela materialidade “jornal” e ser surpreendido por essa mesma materialidade. Tais posturas estão fortemente marcadas por repetições de gestos que resultam ser modos de ler construídos por meio de *formatos* canônicos de

organização verbo-visual dispostos ao leitor como materialidade estético-performática e como presença instalada e assujeitada à narratividade instaurada, dia a dia, por meio do processo de semantização do mundo-acontecimento deflagrado pelo jornal.

Nesse processo de semantização, o leitor, por meio de seu comportamento frente à materialidade verbo-visual jornalística, ocupa papel fundamental ao se responsabilizar pela atualização e “concretização” da informação noticiosa, que diz respeito à atitude estética do leitor ao fazer uma leitura das “entrelinhas”. Essa leitura, involuntariamente, complementa diversos aspectos das objetividades representadas, não determinadas no texto mesmo, mediante um tipo de gesto de compreensão que preenche os espaços vazios, indeterminados, concretizando os relatos apresentados verbo-visualmente no jornal.

Tal compreensão reforça a perspectiva fenomenológica adotada neste trabalho, que faz pensar o jornal impresso em sua condição de discurso em ato, e coloca o ato de recepção num patamar de igualdade em relação à materialidade verbo-visual jornalística no processo de construção da informação nele gerada. Com base em Wolfgang Iser (1989a, p. 149), afirmamos a existência de dois polos no jornalismo: o da materialidade jornalística e o estético-cognitivo; sendo o polo da materialidade o conjunto intertextual oferecido ao leitor e o estético-cognitivo a “concretização” que dá passagem à informação.

O que foi dito demonstra que é no polo estético-performático, ou seja, na concretização, que se tem lugar a atividade co-criativa do leitor. Isso leva a crer que este, baseado num repertório de esquemas cognitivos, e de acordo com o modo de presença da verbo-visualidade jornalística, realiza diferentes concretizações do jornal em seu conjunto. Portanto, a materialidade verbo-visual e seus valores estéticos acionados no processo de concretização podem dar lugar a novas relações entre materialidades assimiladas na recepção como esteticamente relevantes.

Disso decorre que quanto mais recursos verbo-visuais estimularem a identificação do leitor com a materialidade jornalística, mais seus textos exercerão força sobre a atitude estética do leitor e mais condições de influência terão sobre os modos de atualização na leitura, bem como, conseqüentemente, mais probabilidade haverá de o leitor aceder aos direcionamentos de sentido sugeridos pelo jornal, pois

ele se submete às possibilidades decorrentes dos arranjos verbo-visuais ali apresentados.

Trata-se de uma verbo-visualidade, geralmente, estereotipada pelo jornal, no que diz respeito à mobilização de personagens, de seus discursos e à seleção lexical e de imagens, voltados à criação de aparência de verdade para a informação jornalística. Frequentemente, as imagens fotográficas contêm apelos-clichê direcionados à fácil assimilação. Soma-se a isso o fato de que as escolhas verbais, destacadas nos títulos, baseiam-se em seleções lexicais que implicam relações imediatas de sentido, e sugerem um percurso a ser trilhado rumo à significação proposta pelo sujeito semiótico “jornal”.

O uso de tais recursos verbo-visuais de fácil assimilação, próprios a generalizações, favorece a relação de comunicação, pois servem para estruturar o repertório textual em seu conjunto, fazendo com que a informação jornalística organize-se e ganhe *forma* discursiva. Em contrapartida, o leitor coloca à disposição da leitura do jornal sua sensibilidade, seus hábitos de percepção, sua preferência por certos atributos verbo-visuais, demarcando assim sua participação ativa no jogo que se estabelece na medida em que o jornal se oferece como um conjunto de estratégias de textualização, marcado tanto pelos rituais condicionantes da racionalidade jornalística, orientados pelos valores-notícia e pelos critérios de noticiabilidade em seu conjunto, como pelos valores vigentes num dado momento sócio-histórico.

As generalizações, fruto do recurso a esquemas estratégicos já assimilados pelo leitor, provocam a diminuição do grau de indeterminação do texto jornalístico no processo de atualização da informação noticiosa. E, em grande medida, são esses esquemas que norteiam a percepção estética do jornal. Assim sendo, o compartilhamento de valores estéticos em torno da materialidade verbo-visual da notícia, e do jornal como um todo, é a condição básica dos efeitos que ele produz sobre o leitor. Conseqüentemente, quanto mais fragmentados e menos determinados (mais abertos) forem seus textos, mais comprometido esteticamente estará o leitor na co-produção da informação jornalística.

Já com relação à dimensão da *coerência* na experiência jornalística, convém destacar a importância da noção de *isotopia* – permanência de um efeito de sentido ao longo da cadeia do discurso –, conceito semiótico de caráter operatório na análise dos textos, utilizado, neste trabalho, como desdobramentos semânticos dos

elementos verbo-visuais, unidades e módulos informativos, na dimensão sintagmática. Ambas as noções reenviam à noção de cognição, tomada como regime discursivo do cálculo das representações que geram o conhecimento jornalístico. O sujeito semiótico “jornal” fornece representações, simulacros, sobre os quais o leitor faz operações – sobretudo, operações de comparação.

Essas representações que circulam entre o sujeito semiótico “jornal” e o leitor são os *objetos de saber* ou *objetos cognitivos* – narrativas, figuras, atores sociais –, materialidade verbo-visual cujo valor discursivo (enunciativo) depende da confrontação com outros valores discursivos, mobilizados por intertextualidade e pelo recurso a um campo de memória no qual se encontra instalada a instância leitora. Confrontação possível graças às isotopias, por meio das quais se busca apreender a sintaxe do discurso jornalístico, ou seja, os jogos de relações estabelecidas entre as várias materialidades, entre os seus vários elementos de significação, especialmente das figuras recorridas na experimentação dos arranjos verbo-visuais do jornal.

De tal modo, a coerência do jornal, pelo que se pode apreender do *corpus*, parece estar sujeita à repetição, a qual se apoia numa isotopia que faz progredir a leitura em consonância com o discurso manifestado pela recorrência dos elementos semânticos, a qual, no conjunto intertextual jornalístico, dá lugar à constituição dos percursos de sentido. Conforme Greimas e Courtés, “a isotopia constitui um crivo de leitura que torna homogênea a superfície do texto” (2008, p. 278), uma vez que ela permite eliminar ambiguidades de uma unidade informativa a outra, de um módulo informativo a outro, ou mesmo, no plano verbal das notícias, de uma frase a outra, da vinculação de um termo a outro, garantindo, desse modo, a continuidade figurativa e temática do texto.

De acordo com Denis Bertrand, a isotopia, nesse sentido, alimenta também a progressão, ou seja, “o aporte de informações novas por sobre o fundo de continuidade ao longo dos enunciados, quando os traços semânticos são selecionados, assumidos e desenvolvidos na alternância e encadeamento dos ‘temas’ e ‘comentários’” (2003, p. 187), neste caso, relativos aos acontecimentos presentes no jornal.

Depreende-se do que foi dito que a coerência da materialidade jornalística, apreensível por meio das isotopias advindas da continuidade figurativa e temática, é algo decisivo na constituição e validação do conhecimento proporcionado pelo

jornalismo. Um conhecimento que, como já dissemos, constrói-se por meio da submissão dos acontecimentos noticiosos a um processo de moldagem que, na leitura, ativa o *formato*, gerando a *forma* que suporta a notícia e desencadeia o processo semiótico instalado no âmbito do jornalismo, elemento central na comunicação social contemporânea.

No que se refere à dimensão da *identidade* no âmbito da experiência do jornal ela remete à ocupação de posições interlocutivas por parte dos sujeitos, jornal e leitor. Mas não só isso, pode ser pensada em relação às identidades instauradas por meio dos simulacros construídos pelo jornal em torno das instituições em geral e dos atores sociais, apreensíveis na materialidade encadeada na narrativa jornalística, assim como em outras modalidades de ato comunicativo.

No jornalismo impresso, as imagens do sujeito enunciador “jornal” e do sujeito enunciatário “leitor” são construídas num jogo enunciativo em que se misturam o “ser” e o “parecer”. E, desse modo, a nosso ver, o que ao leitor parece ser, por força da presença do jornal, é o que é. Como é possível observar, aquilo que aparece para o leitor e, mais ainda, aquilo que parece ao leitor, o é a partir do que é percebido. De modo que não é arbitrário afirmar que o estatuto ontológico e, portanto, a identidade do fenômeno jornalístico, se faz no ato de leitura, ou seja, no encontro entre a materialidade “jornal” e o leitor.

Por esse viés, o sentido no jornalismo impresso resulta do encontro entre o sujeito semiótico “jornal” e leitor, daí suas identidades serem imagens co-construídas entre ambos. De tal modo, enunciador jornalístico e enunciatário são, um para o outro, imagens. Conforme Charaudeau, “Não absolutamente uma imagem falsa, uma aparência enganosa, mas uma imagem que é o próprio ser em sua verdade de troca.” (2006a, p. 108).

De acordo com Merleau-Ponty, os *factos* derivam da possibilidade que minha experiência abre para o mundo e para o Ser, os quais não se encontram diante dela como *factos*, mas animam e organizam a *facticidade* (1999, p. 110). Segundo o filósofo, não é possível tomar, em relação à experiência, uma distância que a coloque “inteiramente sob nosso olhar com todos os subentendidos de sensorialidade ou de pensamento operando nela”, fazendo-a e fazendo-nos “passar inteiramente para a transparência do imaginário, pensá-la sem o apoio de nenhum solo” (2008, p. 278).

Isso ajuda a esclarecer a reflexão sobre a impossibilidade de acesso, via jornal impresso, às coisas mesmas, aos fatos, ou mesmo a uma verdade essencial expressa no jornal ou sobre o sujeito semiótico “jornal”. É impossível consenso em torno do que é a notícia, o acontecimento, ou, mesmo, qualquer tipo de informação jornalística. A apreensão, a captura estética da verbo-visualidade do jornal, por exemplo, depende de um solo fértil de espera que oferece uma sensibilização alerta e receptiva.

Nesse sentido, a experiência de leitura do jornal se dá num contexto maior de significação do mundo fenomênico, cuja faticidade é mediada, animada e organizada pelo jornal e compactuada pelo leitor, ao outorgar-lhe estatuto de relato verídico, isto é, ao reconhecê-lo como conhecimento válido. Ou seja, o sujeito semiótico “jornal” e a instância leitora inscrevem-se no campo da experiência mesma de produção e consumo de informação, o que significa que se trata de um tipo de experiência pautada tanto pelas expectativas do sistema produtor (do) jornal como pelas aspirações dos leitores.

Trata-se de um tipo de experiência que ocorre num “quadro de ação, em uma praxiologia do agir sobre o outro” (CHARAUDEAU, 2006, p. 16), em que ambos os sujeitos definem-se um para o outro, baseada no *princípio de alteridade*, segundo o qual tais interlocutores não cessam de trazer o outro para si, e no *princípio da influência*, de tal forma que ambos pensem, digam ou ajam conforme a “intenção” um do outro. Levando em conta que jornal e leitor têm seus projetos de influência, os dois são levados a gerenciar sua relação interlocutiva segundo um *princípio da regulação* (CHARAUDEAU, 2006, p. 16).

No que concerne à construção de sua identidade, o jornal impresso possui alguns mecanismos bastante ilustrativos do seu empenho em construir uma imagem ideal, crível, com vistas a buscar a adesão do leitor, entre eles: a instituição do *ombudsman*, de espaços destinados ao leitor, de seu manual de redação, de dispositivos que apontam alguns de seus compromissos com o leitor, aos quais se somam estratégias de autorreferenciação, de construção de uma imagem de si fidedigna, apreensíveis tanto no plano verbal como no visual de suas matérias, embora estejam mais explícitas no verbal.

Além disso, no que diz respeito à identidade do jornal, os arranjos plásticos e rítmicos apreensíveis em sua materialidade verbo-visual instalam processos de encadeamento que criam a ilusão de uma relação significativa entre causas e

consequências para os fatos ocorridos, o que ressalta um aspecto de convencimento, embora não explícito, que envolve os leitores. Nesse sentido, alguns procedimentos adotados na textualização jornalística equivalem a estratégias de auto-legitimação e de afirmação de um saber fazer e de um poder fazer que colaboram para o fortalecimento da imagem de eficácia e de credibilidade do jornal em relação à sua função de informar sobre os acontecimentos de importância social.

O que foi dito sobre identidade no contexto jornalístico reforça a ideia de primazia da aparência no mundo contemporâneo. Arendt cita a formulação de Merleau-Ponty, de que “só posso escapar do ser para o ser”, e lembra que já que ser e aparecer coincidem, só podemos escapar da aparência para a aparência (ARENDR, 2002, p. 20). Na esteira de Arendt, afirmamos que também na prática jornalística, assim como no mundo cotidiano do senso comum, “nem a eliminação de erros, nem a dissipação de ilusões pode levar a uma região que esteja além da aparência” (ARENDR, 2002, p. 22).

Contudo, de acordo com Landowski:

Em lugar de um simples mundo de objetos situados ante si como meras coisas ou como ocasionais silhuetas do outro, ou de uma rede de signos cuja lógica interna impõe sua forma ao parecer do mundo, haverá que reconhecer o nascimento de um sujeito presente para si mesmo graças à mediação do que, no objeto, se configura e lhe “fala” (1999, p. 272).

Daí, pensarmos as identidades dos sujeitos interlocutores no jornalismo como decorrência do comportamento do leitor em relação ao próprio modo de mediação do jornal, e deste em relação ao modo pressuposto de presença do leitor no campo de co-presença instaurado neste tipo de ato comunicativo. De modo que assim se define a maneira como jornal e leitor se constroem como imagem um para o outro. Uma imagem que, segundo Landowski, é capaz de configurar a própria modalidade do olhar dos sujeitos e, em consequência, seu próprio modo de ser em relação um ao outro e ao que os rodeia (1999, p. 272).

Nesta seção foram destacadas algumas das dimensões da experiência no processo semiótico desencadeado pelo jornal, com destaque para os elementos que aludem à racionalidade passional que o condiciona. Ressaltou-se que o leitor, ao se situar no polo estético-cognitivo estabelecido em relação ao polo da materialidade verbo-visual, é quem avalia, em última instância, os códigos figurativos e rítmicos sugeridos por seus arranjos, sinopticamente compostos, o que indica a dimensão

tensiva implicada na interpretação do jornal, nos âmbitos da produção e da recepção. Destacados tais pontos, a nosso ver, relevantes para refletir sobre o jornal em sua qualidade de devir, passamos à reflexão sobre a dimensão sistêmica do jornal e suas formas de mediação.

Sistema e mediação

O jornal é produzido dentro de uma estrutura organizacional “sistêmica”, na acepção de Luhmann (2005a). Ou seja, embora mantenha ligação com o meio social que o cerca, o jornal é um sistema complexo que se reproduz, basicamente, a partir de mecanismos autorregulativos, num processo operacionalmente autônomo. Com outras palavras, o sistema jornalístico possui uma racionalidade que adota rotineiramente os mesmos mecanismos de funcionamento, recorrendo a informações geradas pelos demais sistemas sociais, todavia submetendo-as aos procedimentos de tipificação e inserindo-as num campo de memória narrativa autônomo, “autorrecursivo”.

Isso significa dizer que os acontecimentos referenciais funcionam tão-somente como estimuladores de operações internas ao sistema jornalístico, de modo que o que ele produz – os seus relatos – se oferece à comunidade de leitores numa esfera de contingencialidade. Desse modo, com base na cadeia narrativa que instaura, o jornal, de maneira recursiva e autorreferencial, organiza mecanismos semânticos internos que guiam suas operações na produção informativa.

Neste estudo enfoca-se o modelo “jornal empresarial ‘independente’”, como o definiu Héctor Borrat (1989, p. 9). O jornal, nesse sentido, é considerado um sujeito semiótico em interação permanente com os demais atores sociais, e sua atuação afeta, sociossemioticamente, o processo de tomada de decisões no âmbito do seu alcance social. É denominado “independente” por definir-se e atuar, discursivamente, em função dos objetivos permanentes de *lucrar* e *influenciar*, excluindo a relação de “dependência estrutural” de qualquer outro sistema que não seja sua empresa editora.

Isso não significa ser o modelo de jornal, “objeto aqui refletido”, um tipo mais ou menos “livre” que outros tipos de jornais, como os órgãos informativos do Estado, de partidos políticos, de sindicatos, de igrejas. Na verdade, sua identidade não se encontra em sua suposta e proclamada “independência”, mas na precedente

dependência da empresa do setor privado que o edita. Ou seja, sua lógica empresarial cobre o espaço que, nos exemplos supracitados, ocupa a lógica governamental, partidarista, sindical, eclesiástica (BORRAT, 1989, p. 9).

O jornal impresso empresarial exerce influência sobre governos, partidos políticos, grupos de interesse, movimentos sociais, leitores e, ao mesmo tempo, é objeto da influência de leitores e de atores sociais investidos em cargos que lhes habilitam ao exercício do poder. Trata-se de jornal que produz informação, por meio de um discurso polifônico, sobre os sistemas político, social, econômico, cultural e desportivo, em âmbito nacional e internacional. Ele está delimitado e atravessado, na superfície noticiosa, por anúncios publicitários, donos de seu próprio elenco de vozes enunciativas – os anunciantes –, todavia dependentes da competência enunciativa do sujeito semiótico “jornal” (BORRAT, 1989, p. 10).

Tal competência enunciativa é comprovada pela capacidade do jornal de absorver informações dispersas geradas nos demais sistemas (político, econômico, esportivo etc.) e sua transformação em informação acessível e crível. Um tipo de Informação que se oferece ao leitor como “discurso sobre” já que se faz dos discursos de outrem, os quais ganham uma materialidade de natureza paradoxal na medida em que tanto ganham visibilidade quanto se apagam no discurso do jornal, que, por sua própria racionalidade, fragmenta, modulariza, sintetiza tais discursos.

Todavia, a referida racionalidade, caracterizada por rotinas produtivas, ações estratégicas, e marcada por certa dose de arbitrariedade em relação ao que tem direito ou não à visibilidade, sofre de uma espécie de “esquizofrenia”, pois há que ser negada o tempo todo, com vistas a assegurar o “efeito de isenção” do jornal e da não “contaminação” do dizer de suas fontes de informação. Tal comprometimento estratégico está diretamente relacionado ao desempenho da “função estética” do jornal, a qual se ancora nos arranjos verbo-visuais que articulam os corpos, as vozes, e organizam as presenças das referidas fontes com vistas a “anular” a distância entre a ocorrência dos fatos e a sua divulgação.

Nesse contexto, os processos de significação do jornal impresso criam vínculos e sentimentos de compartilhamento de um presente fatural por meio, especialmente, de sua formatação. Esta dispõe ao leitor relatos possuidores de ritmos próprios, impregnados de objetos-figurativizados e figurativizantes contidos nos modos de estruturação da verbo-visualidade do jornal (por sua vez,

sobrecarregada de iconicidade dramática), os quais sugerem uma racionalidade passional. São relatos, paisagens, cenários, corpos e gestos delineados, quase religiosamente, para *religar* o sujeito singular à totalidade “estetizante” e “apaziguadora” apresentada nas páginas do jornal.

Desse modo, o jornal e o leitor se identificam intersubjetivamente e compartilham memórias relativas aos modos de informar e à própria informação envolta pelo fio narrativo que os tornam parceiros da “encenação” verbo-visual da realidade. Esses fatores asseguram a eficácia comunicativa e legitimam a adoção da autorrecursividade jornalística no processo de semantização da vida social.

Além de salientar o caráter ritualístico do jornal, tal funcionamento reforça a ideia de que, “embora o fato precise existir como fonte e como motivação, a veracidade do jornal está na sua produção/recepção mesma, ou seja, na sua *forma* e não na coincidência do fato” (SILVA, 2007, p. 18). O que foi dito remete, de algum modo, a uma espécie de acordo entre o jornal e o leitor em relação aos arranjos estético-performativos articuladores da informação jornalística (noticiosa, opinativa, publicitária e de entretenimento). Trata-se da organização modular das unidades verbo-visuais de informação, por meio da qual se atinge uma espessura “sensível” que motiva a leitura e assegura a manutenção de acordos em torno dos modos de conceber o mundo.

Segundo Jacques Wainberg, a identidade do jornal tornou-se um fator crucial e decisivo, pois, quando há ambiguidade em relação às políticas editoriais e gráficas, ele perde credibilidade (2002, p. 403). Ainda segundo o autor, tais políticas ligadas à formatação que organiza a materialidade verbo-visual do jornal necessitam ser claras e sustentadas, sob pena de ocorrer o enfraquecimento do elo interlocutivo do jornal com o mercado leitor e com os anunciantes, o que resultaria em prejuízos à legitimidade do sujeito coletivo enunciante “jornal” (WAINBERG, 2002, p. 403).

Nesse cenário, conforme Wainberg, cresce o vínculo de sustentação entre tecnologia e economia. Desde a década de 80, no século XX, tem-se experimentado, no Brasil, a transição do *jornalismo do editor* ao *jornalismo do leitor*, preocupado em satisfazer não apenas o cidadão-leitor, mas, especialmente, o leitor-consumidor (2002: 389). Devido a esse fato, temos sistemas jornalísticos mais ágeis e versáteis, atentos às pesquisas de opinião e de mercado, à otimização e

incorporação de novas tecnologias, as quais interferem significativamente na verbo-visualidade do jornal (WAINBERG, 2002, p. 389).

Ainda segundo Wainberg, tradição e reputação – isto é, fortes raízes comunitárias e larga circulação – deixaram de ser salvaguarda à perenidade do jornal (2002, p. 402). Este fator acirra a concorrência, pois os anunciantes estão atentos à circulação. Nesse quesito, mais do que os números, interessa o tipo de público atingido, pois querem vender e lhes interessa a perspectiva de lucro (WAINBERG, 2002, p. 402-403).

Esse é mais um elemento da racionalidade jornalística, o qual afeta o modo de ativação de uma teia de faticidade, na medida em que notícias, artigos, fotografias, títulos, charges estão “entremeados” por propaganda, que se incorporam à narratividade do jornal por sua presença e vínculos com o mundo-referencial-narrativo. Na edição de 11/07/2008 da *Folha de S.Paulo*, selecionada do *corpus*, com vistas à demonstração das reflexões sobre o “formato jornalístico”, 25 por cento do espaço correspondente a 50 páginas que a compõem é ocupado por anúncios publicitários.

Nos exemplares da *Folha*, integrantes do *corpus* deste trabalho, percebe-se claramente, por exemplo, o que Luhmann aponta sobre a relação mercadológica da materialidade publicitária e da materialidade fatural: “páginas inteiras ou cadernos extras de jornais para informática, veículos, [...] viagens etc., nas quais os anúncios publicitários aparecem vestidos de informações objetivas” (2005a, p. 112), o que favorece o “contágio” entre um tipo de informação e outro. Nesse sentido, a função informativa do jornal “empresarial de grande circulação” transpõe o âmbito dos acontecimentos de relevância social e alcança uma dimensão de veículo de informação comercial sem precedentes na história.

Pode-se, também, perceber no *corpus* deste estudo outro aspecto destacado por Luhmann. Tanto as matérias jornalísticas de entretenimento como os anúncios publicitários jogam com o conhecimento implícito do leitor sem trazê-lo à memória de forma evidente e direta, sendo que mesmo “as reportagens são enriquecidas no estilo ou na seqüência de imagens com momentos de entretenimento” (LUHMANN, 2005a, p. 112). O que não significa a eliminação, no jornal impresso, da distinção entre notícia e anúncio publicitário, mas sim que o jornalismo cumpre sua função social misturando informação fatural com informação publicitária por meio do recurso

a suposições sobre a realidade compartilhada entre jornal e leitor (LUHMANN, 2005a, p. 112).

Nesse contexto, o jornal utiliza, para atingir o leitor, modernas técnicas de *marketing*, recorrendo tanto a propagandas veiculadas em suas próprias páginas como a campanhas publicitárias realizadas por agências, destinadas à exibição em televisão, rádio, revista e *outdoor*. Esta ação é reforçada com cartazes e *displays* em bancas de jornais, bem como com o recurso a outras estratégias de atração do leitor, como brindes, distribuídos em fascículos seriados em várias edições do jornal (dominicais, por exemplo), que atrelam, por sua vez, a compra compulsória de posteriores edições. Conforme Rafael Souza da Silva, nesse panorama o leitor se antecipa ao fato, reservando seu exemplar do jornal para não deixar de “ganhar” o “mimo”, o que evidencia, segundo ele, uma inversão de valores: a venda e o consumo de um produto como brinde (atlas, dicionário ou qualquer outro tipo de mercadoria) em vez de informação jornalística (2007, p. 122).

Tais aspectos concernentes à crescente incorporação de propagandas à racionalidade do jornal podem explicar, em grande medida, mudanças em relação a definições dos espaços concernentes à organização das informações denominadas fatuais e sua vinculação estratégica a anúncios publicitários. Diante do *corpus* investigado, foi possível verificar que também os referidos anúncios estão distribuídos estrategicamente como unidades informativas. Percebe-se que eles estão articulados verbo-visualmente com as *notícias fatuais* e integrados à teia de faticidade jornalística, o que sugere o reforço dos efeitos de verdade desta e o vínculo daquelas às rotinas e necessidades do leitor.

Verifica-se também no *corpus* analisado que a aproximação diagramática entre as matérias denominadas fatuais e os anúncios está baseada, frequentemente, em afinidades temáticas, e parece ter em conta o público-alvo pretendido por ambos os tipos de informação – noticiosa e publicitária. É comum encontrar-se, por exemplo, notícia sobre o crescimento da indústria automobilística disposta ao lado de propaganda de carro; notícia sobre mercado financeiro ao lado de propaganda de banco; e assim por diante.

O referido modo de aproximação e separação dos módulos informativos, noticiosos e publicitários, revela-se um importante elemento da racionalidade jornalística que ajuda a esclarecer melhor a reflexão sobre o *formato* aqui proposta, pois resulta ser uma das formas de articulação da racionalidade passional do jornal.

Isso porque inúmeros são os apelos sensoriais, sinestésicos, estéticos, contidos nas propagandas e também nas informações visuais de cunho fatural, os quais são determinantes dos modos de presença da materialidade sensível “jornal”, experimentada como corporeidade impregnada de elementos passionais que interpelam os sentidos do leitor.

Outros elementos, externos ao sistema “jornal”, mas que também intervêm, em alguma medida, direta ou indiretamente, nos procedimentos adotados no jornal, são as listas de discussão, *sites* e *blogs* – fóruns de debate sobre o papel do jornalismo na sociedade –, a coluna do *ombudsman* – destinada a críticas, sugestões e reclamações –, bem como cartas dos leitores – com comentários sobre a “cobertura” do jornal –, entre outros mecanismos de manifestação e “apreciações” em geral do trabalho da imprensa.

Em relação à figura do *ombudsman*, Mouillaud afirma que, embora este seja um mediador que elege leitores entre todos para dialogar, com todas as suas limitações, essa nova forma de entrada do leitor no jornal gera uma mudança na própria estrutura monológica dos antigos editoriais, marcados pela assertividade (2002e, p. 189-190). Pois, segundo Mouillaud, “de olho que difundia a luz, passou-se ao face a face com o leitor; do leitor iluminado, ao leitor esclarecedor; da transcendência à permuta; da afirmação à dúvida” (2002e, p. 189-190).

Do que foi exposto, infere-se que, em tempos de inflação informacional noticiosa e do conseqüente aumento da concorrência com os múltiplos dispositivos de informar, o jornal, estrategicamente, abre espaço para o leitor, aumentando nele a sensação de efetiva interlocução e de simetria em relação a sua participação na construção do saber erigido por meio do jornal. De acordo com José Luiz Braga, a presença da coluna do *ombudsman* “complementa a imagem de seriedade do jornal, ao mostrá-lo como atento a equívocos e sistematicamente disposto a corrigi-los” (BRAGA, 2006, p. 104).

Não obstante, tal relação de permuta, de interlocução, entre jornal e leitor, equivale, a nosso ver, a mais a um recurso de *marketing*, pois, conforme lembra Mouillaud, a relação estabelecida por meio desse tipo “mediador” entre o leitor e o jornal é marcada por superposições entre os enunciados do jornal, os enunciados relativos à “permuta” com certos leitores, processada pelo *ombudsman*, que produz publicamente uma leitura da leitura, oferecendo no jornal uma leitura corrigida

(2002e, p. 189), que nunca afronta, de fato, os interesses do jornal, mas, ao contrário, reforça sua imagem de sujeito enunciador comprometido com a isenção, a transparência e a correção.

Soma-se a esse fator, outro, em certa medida, fronteiro, apontado por Luiz Martins da Silva: o fato de que a imprensa já não está só, nem se isola mais “num pedestal monológico e unidirecional” (SILVA, 2002, p. 260). Segundo o autor, “com o advento da internet, a visibilidade já não é mais um privilégio da imprensa, mas de todos os que podem testemunhar” (SILVA, 2002, p. 260). Silva afirma que vencidas tecnicamente as barreiras do tempo e do espaço, os leitores-testemunhas podem, hipoteticamente, levar às últimas consequências a visibilidade sobre os fatos, de modo que o pluralismo se torna uma exigência e uma prática da sociedade sobre a mídia (SILVA, 2002, p. 260).

Com a internet, os movimentos sociais e as pessoas em geral, até então atores políticos dependentes quase completamente da mediação das organizações jornalísticas, começam a contribuir para a constituição de um espaço público em torno de tais organizações. Nesse panorama, o jornalismo digital promove a alteração de forças entre os diversos tipos de fontes porque concede aos usuários em geral o estatuto de fontes jornalísticas potenciais. Esse procedimento, a nosso ver, afeta também o comportamento do jornalismo impresso, na medida em que esta modalidade, para se manter no mercado, busca adaptar-se às novas realidades de produção e consumo de informação.

Nesse sentido, leitores, telespectadores, radiouvintes e internautas se organizam, exigem participação, representação e mais engajamento dos veículos nas campanhas públicas. Conforme Silva, novas formas de subjetividade têm surgido por uma gama de manifestações da sociedade civil, gerando vínculo social entre a pauta de interesse público e a respectiva cobertura por parte da imprensa (SILVA, 2002, p. 260). Esse autor ressalta que, nesse cenário, as empresas de comunicação buscam fortalecer espaços institucionais com o público, por meio de ouvidorias, de *ombudsmen*, serviços de atendimento ao leitor, caixas de queixas e sugestões, chamadas gratuitas, votações, disque-denúncia, SOS (2002, p. 260).

Contudo, embora os canais de contato do leitor com o jornal se assemelhem ao serviço de atendimento ao consumidor (SAC), o que demonstra a lógica mercantil do jornalismo, não se pode duvidar da necessidade social do que ele produz, negar seu papel informativo, e menos ainda o caráter político da notícia.

Sobre essa perspectiva, José Luiz Braga ressalta que, embora haja esforço empresarial de obter lucro, dispositivos como, por exemplo, o *Conselho do Leitor* e a coluna *Ombudsman*, além de possibilitar obtenção de credibilidade e/ou de aperfeiçoamento técnico para venda, oferecem também possibilidades interpretativas por parte dos leitores, e têm potencial crítico (2006, p. 322-323).

Nesse sentido, o objetivo, ao apontar o aspecto mercadológico do jornal, é buscar entender fragilidades e contradições típicas do processo de produção da informação jornalística, de modo a fazer surgir questionamentos sobre seu papel social. As referidas contradições são vistas, neste trabalho, como aquelas que remetem aos constrangimentos institucionais, ligados aos limites ideológicos decorrentes dos compromissos da empresa editora com os seus anunciantes.

Trata-se de compromissos regulados, no contexto jornalístico, pelas mesmas forças econômicas, em um sistema neoliberal, que ditam o comportamento do mercado no qual o jornal está enraizado. Mas não é só isso: interferem, sobremaneira, na configuração de sua materialidade verbo-visual e no modo de apreensão de seu *formato* – discurso em ato. Afinal, o jornal é constituído dentro de parâmetros que sugerem as demandas do mercado, e, conseqüentemente, as demandas do leitor – aspecto que demonstra o fato de o jornal ser socialmente determinado, construído em meio a relações intersubjetivas historicamente assentadas.

Por isso, assim como propõe Braga (2006), este estudo contrapõe-se ao dualismo entre “mídia” e “sociedade”, contesta a possibilidade de manipulação pura e simples, já que, em relação ao jornalismo impresso, a própria interação com o produto, a nosso ver, circula, faz rever, gera processos interpretativos, de modo que as interações sociais com o jornal retroagem sobre as interações diretas com ele próprio e com os meios de comunicação em geral (2006, p. 36-37).

Como exemplos de “dispositivos sociais”, ou seja, de ação da sociedade sobre a mídia, Braga aponta os cineclubes, *sites* de *media criticism*, fóruns de debate, produções acadêmicas sobre os meios e processos midiáticos (2006, p. 37). Tais dispositivos, externos ao produto “jornal”, mesmo que fracamente, afetam, por exemplo, a valorização ou não de certos tipos de informação e de enquadramentos jornalísticos. Com Mouillaud, afirmamos que o jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos, sendo apenas aparentemente o

último, pois leva aos leitores sentidos que são por eles remanejados e recolocados no ambiente cultural (2002a, p. 51).

Assim, a apreciação de procedimentos típicos dos arranjos que se apreendem no seu *formato* ajuda a distinguir como o jornal se mostra em relação à sua função *informativa* e, sobretudo, como projeta o seu leitor no que diz respeito a suas expectativas sobre o papel *informador* do sujeito semiótico “jornal”, já que ambas as instâncias de linguagem, enunciador e enunciatário, são as que definem o contorno da interlocução, que ganha *forma* a partir da materialidade textual do jornal.

Em seu *Manual de Redação* (2006), por exemplo, a *Folha de S.Paulo* afirma que “o leitor é quem sustenta, em última análise, o jornal”, e que “procura manter relação transparente” com ele. O tópico “Procedimentos” diz que o propósito da transparência se expressa na instituição do *ombudsman*, no reconhecimento de seus erros e omissões, na disposição em corrigi-los, e na divulgação de seus documentos internos, como o próprio manual (MANUAL DE REDAÇÃO, 2006, p. 46).

É perceptível a estreiteza do laço que une o que diz a *Folha* sobre sua função informativa e as demandas daquele que a “sustenta”, o leitor. Embora a natureza desse tipo de material esteja seguramente vinculada à finalidade comercial do jornal, é frutífero para a compreensão do seu *formato*, e das diretrizes e descrição das etapas de produção da informação aí contida, cotejar congruências e incongruências entre o texto de seu manual de redação e o texto jornalístico.

Vale lembrar que os “dispositivos” de ação da sociedade sobre a mídia, além de demonstrarem que a interação com o jornal circula, faz rever e gera processos interpretativos, retroagindo sobre as interações diretas dos leitores, reforçam a perspectiva deste estudo. A reflexão sobre o jornal como discurso em ato faz ver que a formatação adotada procura corresponder a expectativas do leitor, já que ela é um elemento direcionador do *formato* do jornal, por meio da qual o leitor estabelece, em certa medida, seu centro de experiência. Todavia, os sentidos que constrói continuam dependendo dos direcionamentos e dos enquadramentos adaptados pela racionalidade *passional* do jornal e assimilados pelo leitor.

O que foi dito pressupõe que a “liberdade” do leitor, em certa medida, depende do rompimento do pacto, implícito, com o sujeito semiótico “jornal”; isto é, está sujeito à recusa da hierarquia estabelecida no plano sintagmático, também

implícita, apreensível em seu *formato*. E isso equivale ao questionamento da própria textualização jornalística e à instauração da dúvida sobre a validade, a legitimidade, do discurso instaurado pelo jornal. Em outras palavras, ser um leitor “livre” significaria não se deixar *in-formar* pelo jornal, e, em última instância, recusar, em leituras específicas, o jornal impresso como conhecimento válido.

A despeito dessa possibilidade de questionamento da validade da informação jornalística, e até de rejeição desta, percebe-se que, nos arranjos verbo-visuais do jornal, as unidades informativas estão dispostas de tal modo que sempre há possibilidade de “ação” do leitor na experiência estética, já que ela “reorganiza” e constrói novos enlaces para as unidades e módulos informativos num *formato* que acomoda a percepção sobre a materialidade “jornal” e sobre o mundo “significado” em suas páginas.

Evidenciou-se nesta seção, “Sistema e mediação”, a complexidade do sistema jornalístico, o qual, de um lado, adota procedimentos autorregulativos, autorrecursivos e autorreferenciais, criando mecanismos semânticos próprios, e, de outro, prende-se ao compromisso de reprodução fiel e de isenção na construção dos relatos sobre os acontecimentos de relevância social. Demonstrou-se que o jornalismo enfrenta tal paradoxo por meio de práticas que remetem à dimensão passional de sua atuação; isto é, o jornal encena verbo-visualmente a realidade social, sobrecarregando de iconicidade dramática o processo de semantização da vida social, com vistas a suprimir a distância entre a ocorrência dos fatos e sua divulgação.

Além desses aspectos, ressaltou-se o vínculo entre tecnologia e economia, bem como sua relação com a transição do jornalismo do editor ao jornalismo do leitor, mais atento a pesquisas de opinião e de mercado, às novas tecnologias, à circulação e ao lucro – fato que tem transformado o “jornal de grande circulação” em veículo de informação comercial sem precedentes na história. Destacou-se que tais fatores mercadológicos foram incorporados aos procedimentos do jornal e transformados em elementos da racionalidade jornalística.

Em outras palavras, tais características remetem a novas formas de articulação da racionalidade passional do jornal na contemporaneidade, marcada pelo fortalecimento dos apelos sensoriais, estéticos. Isto transforma a verbo-visualidade jornalística em um tipo de materialidade sensível investida de uma “presença” que implica maior engajamento, bem como novas formas de participação

e de representação, tanto no nível da produção como no da recepção. Feitas tais considerações, a seguir abordaremos as características e procedimentos implicados na construção e na validação do conhecimento jornalístico.

A forma de conhecer do jornal

Como já tivemos oportunidade de expor em *Os nós da teia...* (2006), o conhecimento jornalístico está em contato direto com as pessoas, em seu dia a dia, e faz a ligação entre as diversas concepções de mundo e os diversos tipos de saber – filosófico, científico, artístico, senso comum – na medida em que cada jornal constitui-se um sujeito semiótico que ultrapassa a lógica demonstrativa, integrando as pessoas de um modo geral ao narrar o que acontece e abordar os conhecimentos construídos nos demais campos de saber (MOURA, 2006, p. 45).

Nesse sentido, Landowski afirma que o jornal tem como vocação a organização e a significação do cotidiano como totalidade, de modo a “in-formar” sobre tudo – filosofia, economia, política, literatura, esporte, moda, culinária, lazer – como se se tratasse de saturar todas as dimensões de nossa presença no mundo (1992, p. 117). Segundo o autor, desse modo, o jornalismo conjuga-se como um instrumento poderoso de integração dos múltiplos universos de referência que ele toma como objeto (1992, p. 117).

Trata-se de um tipo de conhecimento que se constrói numa tensão em relação ao tempo, pois o valor destacado do jornal é a atualidade, o que explica, em certa medida, a impossibilidade de se debruçar sobre o fato noticioso de forma a proceder aos desdobramentos característicos da reflexão. Isto não se constitui demérito, mas apenas demonstra sua fragilidade reflexiva, já que “refletir”, do latim *reflectere*, significa voltar atrás, fazer retroceder, pensar novamente, sendo, portanto, a reflexão algo com o qual o jornalismo não se compromete (MOURA, 2006, p. 45).

Fundamentalmente, o compromisso do jornalismo é informar sobre os acontecimentos definidos como relevantes do ponto de vista social. Contudo, não há uma pureza objetiva na descrição dos fatos ocorridos no mundo natural, mas uma circularidade envolvendo três componentes: a cientificidade, caracterizada pela regularidade e universalidade; o senso comum, caracterizado pelo particular, isto é,

o que é inerente a um determinado tipo de fenômeno; e o fato em si, captado na singularidade que o diferencia.

De acordo com Genro Filho, no jornalismo o processo de significação localiza-se entre as relações objetivas do evento e as relações e significações que se constituem no ato de sua produção e comunicação (1987, p. 65). Segundo este autor, todo relato jornalístico reproduz os fatos através de uma complexa operação subjetiva, por meio da qual se apreende o 'singular significativo', que supera o particular e o universal no interior da singularidade do fato jornalístico (GENRO FILHO, 1987, p. 122).

Em Hegel, o processo de determinação é sempre um caminho que leva do universal ao particular e, deste, ao singular. Embora em conexão com o particular e o singular, haverá sempre uma precedência lógica do universal, de modo que, para alcançar o fato noticioso, em sua singularidade, é necessário que este esteja inserido em um contexto particular, reconhecível por um viés universal (GENRO FILHO, 1987, p. 161). Ao retomar as mencionadas categorias hegelianas – singular, particular e universal –, Genro Filho afirma que o acontecimento, no contexto jornalístico, emerge por sua singularidade, logo, ocorre em meio às relações históricas e sociais, na interiorização dessas relações na reconstituição intersubjetiva do acontecimento descrito (1987, p. 122).

Nesse sentido, além das relações de poder predominantes, o processo de informação jornalístico evidencia as contradições com as quais ele se defronta, na medida em que, ao visar à singularidade, se vê obrigado a figurativizar o mundo em suas páginas, sem perder de vista certa hierarquia objetiva dos fenômenos. Assim, com base em modelos de textualização que estimulam procedimentos de exacerbação verbo-visual, o jornal, em certa medida, instrumentaliza sua linguagem. Portanto, a singularidade que ganha existência no jornal traz as marcas dos limites do conhecimento que produz tanto no que diz respeito ao seu alcance fatural como à sua veridicção.

Não obstante, segundo Genro Filho, como a informação jornalística aparece sempre como singularidade, esta ganha aparência do novo do fenômeno, o que abre a possibilidade de uma perspectiva crítica, uma vez que a singularidade é a realidade se recriando e se diferenciando de si mesma (1987, p. 212). Além disso, todo o processo jornalístico está atravessado pelas contingências sócio-históricas, que influenciam os modelos verbo-visuais de discursivização adotados, os quais se

atualizam no *formato*, que apreende o jornal como totalidade enunciativa e desvela a *forma* dos relatos pelo viés de suas singularidades.

De acordo com Gaye Tuchman (1978, p. 82), para o jornalismo, assim como para a ciência, testemunhar, relatar fenômenos/acontecimentos do mundo, a partir de um lugar autorizado institucionalmente, não é o suficiente para definir como fatural o que se informa. Na ciência, o problema da faticidade está localizado em processos de verificação e repetição reconhecidos pela comunidade científica; no jornalismo, na notícia e no jornal em seu conjunto, tal problema diz respeito à veridicção – ao dizer-verdadeiro – que se baseia na teia de faticidade ativada pelo jornal por meio de processos, institucionalizados⁵, de formatação, de enquadramento verbo-visual de acontecimentos-referência.

Segundo Tuchman, no jornalismo,

a credibilidade e legitimidade da notícia são garantidas e permanentemente construídas à medida que se sustentam em fatos e fontes. Eles constituem uma teia de faticidade [na qual] um fato justifica o todo (o relato é fatural) e o todo (todos os fatos) valida este fato (um referente particular) (1978, p. 86).

Depreende-se da citação acima que os fatos e as fontes são dois aspectos do que Tuchman chama de teia de faticidade especialmente importantes. Ambos estão entranhados nas unidades informativas que constituem a estrutura modular do jornal, e são os elementos primordiais do fazer jornalístico. Correspondem às instâncias relativas aos sujeitos da ação (no plano fenomênico, mundo natural) e aos eventos centrais e periféricos (um fato relevante particular noticiado e os demais fatos que gravitam no seu entorno) abordados no jornal.

Fatos e fontes são instâncias que equivalem, no plano do discurso do jornal, a elementos figurativos, correspondentes a figuras do mundo-referência, que são tematizados no “discurso realizado” por meio do jornal. De modo que os fatos e as fontes encontram-se em toda a superfície jornalística, marcados pela ubiquidade, pois é deles que se ocupa, mesmo que não tão explicitamente, às vezes, a multiplicidade verbo-visual do objeto jornal.

Além disso, não se pode esquecer que, no jornalismo, inevitavelmente, encontrar fatos implica acionar fontes. No jornal, “fato” é a informação pertinente, captada e articulada por métodos profissionais válidos que especificam a relação

⁵ A expressão “institucionalizada” remete a algo que é “fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas e condutas sociais” (MARIANI, 1998, p. 71).

entre “o que” e “como” é conhecido. E fonte pode designar tanto um indivíduo que detém conhecimento relativo ao fato a ser noticiado quanto um ponto de origem – documento oficial ou localização originária da informação, ou seja, “a colocação social particular que merece a caracterização de fonte” (TUCHMAN, 1978).

Contudo, nem todos os aspectos da referida teia de faticidade aparecem no jornal. Seu acionamento começa a ocorrer desde os momentos anteriores à materialização verbo-visual jornalística; vai da seleção e captação das informações relativas aos fatos até a sua publicação. A partir do imperativo da credibilidade, informações sobre fatos e fontes são, conveniente e profissionalmente, acionados e organizados como materialidade sensível com vistas à sustentação fatural do jornal. De tal modo, fatos e fontes constituem uma teia de faticidade que se materializa a partir de decisões interligadas, e representam ações responsáveis pelo enquadramento dos fatos noticiosos, o que permite atribuir significado e experimentar a informação jornalística como fatural.

Vale ressaltar que o conceito de teia de faticidade, neste trabalho, ganha uma nova dimensão, pois extrapola os limites do plano verbal da notícia, como foi proposto inicialmente por Gaye Tuchman (1978) e revisto por nós (MOURA, 2006). Propõe-se que todos os elementos do jornal impresso se articulam solidariamente para fazer emergir a teia de faticidade. Portanto, ela emerge da articulação de todos os textos do jornal, verbais e não-verbais, fatuais e opinativos, isto é, tudo que possibilita o desvelar da “forma-jornal”, e que oferece ao leitor as condições de experimentar e reconhecer o sentido da informação jornalística.

A teia de faticidade, ativada pelo/no jornal, é o que possibilita a apreensão da informação jornalística como relato de sentido. Ela corresponde às relações estabelecidas e reconhecidas como aquilo que vincula o narrar jornalístico à realidade fatural, que ganha vida na narrativa realizada. Assim como o discurso jornalístico, a *teia* também não deve ser coisificada, pois ambos, discurso e teia de faticidade, são da ordem do devir, não existem fora do que se enuncia, nem em outro tempo e lugar que não sejam o da experimentação da informação jornalística.

Nesse sentido, há analogia entre esta reflexão a respeito do fenômeno jornalístico, pelo viés da teia de faticidade, e a noção de “facticidade”, pensada pela filosofia. O fio de ligação entre as noções pode ser apreendido, especialmente, a partir de dois elementos comuns. O primeiro diz respeito à relação das partes do fenômeno com a experiência de totalidade do mesmo. O segundo aspecto equivale

à impossibilidade de inauguração total da experiência do fenômeno, na medida em que sempre experimentamos algo, em sua singularidade, a partir de um solo fértil, de modo que a percepção é guiada pelo que se é, por visões de mundo que se tem e pelos pontos de vista daí decorrentes.

A perspectiva filosófica a que se recorreu para refletir sobre isso é a apresentada em *Fenomenologia da percepção* (1994), de Merleau-Ponty. Neste estudo, o autor afirma que o reconhecimento dos fenômenos implica um novo *cogito* a respeito da *forma* que realiza o estado de equilíbrio em relação a um objeto percebido. Segundo Merleau-Ponty, o problema é compreender as relações singulares que se tecem entre as partes do “objeto” ou entre o “objeto” e mim, enquanto sujeito encarnado, e pelas quais um “objeto” percebido pode tornar-se a *imago* de todo um segmento de vida (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 84).

A reflexão proposta neste trabalho sobre a experiência do *formato* jornalístico como ato desencadeador da *forma* da informação no jornal pode ser cotejada com a noção de *forma* em Merleau-Ponty. Segundo ele, a *forma* – que realiza certo estado de equilíbrio [entre partes do todo], tornando possível um mundo em que ela é privilegiada em nossa percepção – “é a própria aparição do mundo e não sua condição de possibilidade, é o nascimento de uma norma e não se realiza segundo uma norma, é a identidade entre o exterior e o interior e não a projeção do interior no exterior” (1994, p. 95).

Tais considerações ajudam a ponderar sobre os aspectos conceituais da informação dita fatural. Direciona esta reflexão à questão das condições de possibilidade de emergência dos efeitos de sentido de faticidade, com as quais o jornal está permanentemente comprometido, mas que escapa ao seu domínio no âmbito da experiência de leitura. Isso porque dessa perspectiva é possível abrir a reflexão sobre o modo de ser do jornalismo, considerada por um viés da racionalidade instrumental, que tem o homem em seu comando, e acrescentar a ela um olhar que considera como a outra face desse aspecto do fenômeno jornalístico a participação do corpo (do leitor), como parte que se integra ao processo informativo por um envolvimento estésico com a corporeidade “jornal”, pré-concebida estrategicamente, todavia experimentada como devir.

A compreensão do fenômeno jornalístico requer, portanto, ultrapassar a crença em uma razão universal e adotar uma atitude criadora cúmplice ela mesma da faticidade experimentada no jornal. A informação que este produz não é um

substrato do mundo natural, verificável em meio aos acontecimentos sociais, nem algo imanente à materialidade jornalística; é intersubjetivamente construída, num campo de tensões, no qual as instâncias, enunciador e enunciatário, tomam parte e agem com base em suas aspirações.

Todavia, o que se acabou de dizer não apaga, mas soma-se ao fato de que o jornalismo produz, frequentemente, uma leitura codificada e arbitrária da experiência, gerando relações de causa e consequência que simulam uma aproximação natural entre informação jornalística e mundo-referência. Segundo Mouillaud, para ser notícia, todo acontecimento deve conformar-se ao paradigma fatural. As regras canônicas ensinadas nas escolas de jornalismo (as célebres questões: quem? quê? o quê? onde? quando? e como?) referem-se a um modelo linear que interpreta toda e qualquer experiência como uma série de transformações encadeadas umas às outras.

O referido esquema dentro do qual a experiência é apreendida para ser comunicada, conforme Mouillaud, serve de suporte ao paradigma do fatural (2002a, p. 60). Nesse sentido, a materialidade verbo-visual do jornal, ao enquadrar o acontecimento através de estruturas narrativas canônicas, vincula a informação noticiosa a uma imagem de faticidade. Consequentemente, os diferentes tipos de acontecimento colhidos fragmentariamente da experiência vivida aparecem no jornal como se fossem homogêneos (MOUILLAUD, 2002a, p. 63).

Neste trabalho tais dimensões da análise da informação noticiosa, no que diz respeito aos modelos canônicos, são estendidas para o jornal como um todo, como emaranhado de conexões verbo-visuais; logo, é a percepção desse “todo” que faz “reconhecer” o sujeito semiótico “jornal”. Um reconhecimento advindo da mobilização dos modelos canônicos de construção do jornal, os quais permitem conferir aos fragmentos verbais e não-verbais (elementos iconográficos, plásticos e tipográficos em geral) sentido de totalidade significativa, de “encenação” da experiência coletiva de determinada sociedade.

Contudo, em que pese a possibilidade de identificação dessa inteireza discursiva do jornal, de acordo com Mouillaud, as informações que constituem a trama da escritura jornalística permanecem com sua estrutura aberta, sendo por definição estranhas à unificação e à totalização (2002e, p. 185). Pois, ainda que a seleção de vozes e a hierarquização informativa permitam ao jornal orientar a leitura

a partir de um ponto de vista hegemônico⁶, é de sua natureza “ser polifônico” (2002e, p. 185).

Com outras palavras, embora o jornal ganhe existência semiótica ao ocupar uma posição enunciativa, cabe ressaltar que tal posição só pode ser definida no *formato*, que desvela, na leitura, as relações dialógicas, intertextuais, intratextuais e, conseqüentemente, interdiscursivas. Relações estas que implicam procedimentos, que sugerem ser o jornal um conjunto de expectativas, onde o sentido remete sempre aos textos já realizados, bem como a campos de atividade aos quais se refere, em que o que se diz pela voz das fontes jornalísticas está sujeito à dialogicidade constitutiva de seus discursos e a todos os discursos aos quais reenvia, direta ou indiretamente.

Ou seja, a voz enunciativa do jornal corresponde a um lugar de encontros de vozes que são rearticuladas, ressignificadas, por meio da teia de faticidade jornalística. Assim, se for possível falar em unidade no jornal, é a unidade relativa à formatação, disposição formal, materialidade tátil-visual e aspectualidade diagramática. De acordo com Jean-François-Tétu, “a organização material [do discurso do jornal], a distribuição dos enunciados sobre a página provocam uma estratificação e uma hierarquização da leitura: é o primeiro modo, e talvez o mais radical, da persuasão do jornal” (2002, p. 193).

Dessa maneira, a formatação das páginas do jornal transformou-se num processo complexo, que evidencia a importância da semiótica das relações verbo-visuais, bem como de toda a materialidade sensível “jornal”. Conforme Gonzalo Peltzer, “a diagramação completa de um jornal constitui um texto em si, pois que sem se ter lido ainda uma única palavra já há mensagens, significados, sentidos” (1992, p. 51). Segundo esse autor, a linguagem visual pode aplicar-se à condição transfrásica e outorgadora de sentido que os linguistas atribuem ao texto verbal, pois participa das características do verbal, na medida em que o seu conteúdo ou significado intrínseco cumpre essencialmente a função de dar sentido (PELTZER, 1992, p. 52).

Para Peltzer, a estrutura atual dos meios de comunicação – por exemplo, do jornal impresso – e a tecnologia digital têm possibilitado a transmissão da

⁶ “Quanto mais a montagem é hegemônica, menos o jornal é um jornal. [...] A enunciação jornalística é uma enunciação sem voz, deixa aparecer o real tal como é, ou é suposto ser. O ‘real’ é o álibi da voz que falta” (MOUILLAUD, 2002, p. 185-186).

informação através da linguagem visual com uma notável aceitação do público e dos editores, de modo que também essas linguagens comunicam ao pensamento a dimensão prática (1992, p. 71-72). Segundo o autor, por haver maior aptidão gráfica, muitas mensagens podem ser transmitidas com maior eficácia e poder comunicador de um modo eminentemente visual (PELTZER, 1992, p. 84).

Nesse contexto, à antiga preocupação com a clareza da linguagem, no nível verbal, somam-se inúmeros recursos iconográficos – procedimento que leva o leitor a reconhecer “imagens do mundo” –, os quais se têm tornado cada dia mais comuns. A estrutura narrativa tem apelado ao que é da ordem do visual, o que implica em outras formas de atribuição de sentido e em novos modos de consumo do jornal, reconhecidos, assimilados pelo leitor, que o segue lendo.

Por esse viés, a compreensão dos fenômenos jornalísticos depende do reconhecimento de que o jornal se adapta, em seu processo produtivo, aos contextos sociais. Cria mecanismos, atualiza seus rituais estratégicos e ajusta suas rotinas com vistas a otimizar a produção da informação, de maneira a inseri-las no tempo e no espaço criados pelo próprio jornal “como fenômenos sociais entrelaçados, cuja organização espalha uma rede de notícias no mundo social” (TUCHMAN, 1978, p. 82), que constrói novas realidades e novos referentes.

Assim sendo, a validade do conhecimento jornalístico deve-se à aplicação de métodos de avaliação da verdade calcados numa referencialidade construída pelo próprio jornalismo, que enquadra sucessivamente um contingente de acontecimentos tipificados como relevantes por meio dos critérios de noticiabilidade e reconhecidos como fatuais com base na teia de faticidade desencadeada pelo jornal. Uma teia que é alimentada e alimenta continuamente a narratividade instaurada pelas escolhas e usos estratégicos dos saberes sociais, redefinidos pelos modos de acionamento de personagens sociais, seus discursos, concretizados numa *forma* discursiva decorrente da apreensão da materialidade “jornal”, do seu “discurso em ato”, ou seja, do seu “forma-ato”, por parte do leitor.

Uma das possíveis abordagens da referida *forma* discursiva pode ser empreendida por meio do que propõe Gumbrecht (1998). A partir da perspectiva aberta pela teoria sistêmica, o autor apresenta a seguinte definição: *forma é a unidade da diferença entre referência externa e interna* (GUMBRECHT, 1998, p. 148). Essa é uma definição de “forma” que, entre outras, se soma, neste trabalho, a

uma longa discussão sobre a emergência da *forma* da informação jornalística, pensada como discurso em ato, como devir.

Nessa abordagem de Gumbrecht, que trata de aspectos específicos da noção de *forma*, ele ocupou-se da “materialidade da comunicação” ao destacar que “todo objeto a que se atribui como qualidade uma forma, deve ter, simultaneamente, tanto uma referência interna quanto uma externa” (1998, p. 148), o que, no caso do objeto “jornal”, cuja finalidade é dar visibilidade aos acontecimentos sociais (sua referência externa), ganha força. De tal perspectiva, o sujeito semiótico “jornal”, pensado de uma perspectiva sistêmica, ganha existência como a *forma* da diferença entre ele e os outros sistemas aos quais se refere, e aos quais se dirige.

Segundo Gumbrecht, o que, em termos tradicionais, poderíamos esboçar como uma linha que circunscreve o objeto (ou um sistema) seria precisamente a forma (1998, p. 148). Assim, a “parte circunscrita pela linha constitui a referência interna; a parte restante, a referência externa”, de modo que “a linha que circunscreve o sistema é o único ponto geométrico que representa a unidade entre as duas referências, pois não há como distinguir em seu contorno a parte pertencente à referência interna da parte que lhe é exterior” (1998, p. 148).

No caso do jornalismo impresso, essa definição de *forma*, como sendo a unidade da diferença entre as referências, deve ser pensada tendo em vista a existência de uma memória do sistema jornalístico que garanta a constituição de um arcabouço informativo (*background*), uma teia de faticidade, que dá sentido às informações novas da edição do jornal do dia, de modo que elas acabam sendo continuamente reimpregnadas pelas referências internas ao sistema jornal por meio de lembranças e esquecimentos.

Logo, quanto a sua produção, a informação jornalística gera por si própria as condições de sua possibilidade; isto é, ocorre de forma autopoietica, na medida em que sua emergência, como discurso, é garantida pelo recurso à referida teia de faticidade acionada no contato com a materialidade verbo-visual, e não, simplesmente, por meio de “atributos pré-fornecidos do mundo ou fragmentos constatáveis ontológica ou transcendentalmente da unidade do mundo.” (LUHMANN, 2005, p. 158). Assim sendo, é por meio dessa diferenciação cognitiva entre o mundo-referência, vinculado ao próprio repertório oferecido pelo sistema jornalístico, e a materialidade do jornal, inserida num campo de memória narrativa

maior, sócio-histórico, que as materialidades verbo-visuais transformam-se em informação, em saber.

Para compreender o que significa tal *forma* é necessário, então, ultrapassar a observação e a segmentação de partes isoladas do conjunto intertextual jornalístico; requer voltar a atenção às possibilidades mesmas de significação global do discurso que rege a significação dos vários elementos que compõem o jornal, o que só é possível, caso voltemos nossa atenção às negociações com o leitor instauradas no jornal e apreensíveis em seu *formato*, tomado como aquilo que não está dado *a priori*, mas que acontece no âmbito do devir.

Trata-se da experiência, na leitura, da *in-formação*, singular, inscrita na rede discursiva instaurada pelo jornal em sua relação com a rede discursiva em âmbito global. Experiência, no nível da recepção, marcada pela tensão entre o gesto de ir ao encontro da informação e um deixar-se afetar pela materialidade jornalística quando essa se desvela na apreensão de sua totalidade. Daí, a importância de ultrapassar o questionamento sobre a verdade e chegar à indagação sobre as condições de possibilidade de emergência das estruturas de sentido no contexto jornalístico.

A seção que acabamos de apresentar, “A forma de conhecer do jornal”, evidenciou que o saber jornalístico constrói-se por meio de uma complexa operação subjetiva que supera o particular e o universal ao centrar-se na singularidade do fato. Além disso, explicitou-se que os modelos de textualização adotados pelo jornalismo na contemporaneidade acentuam elementos verbo-visuais, o que, no *formato* do jornal, resulta na exacerbação figurativa da informação. Todavia, na experiência estética, no âmbito do acontecer do discurso jornalístico, prevalece uma hierarquia dos fenômenos referenciais, pois a singularidade, que demarca o valor informativo no jornal, e desvela a *forma* do conhecimento jornalístico, abre sempre à possibilidade crítica.

Demonstrou-se também que, em que pese o fato de os modelos verbo-visuais adotados na formatação remeterem às contingências sócio-históricas implicadas no processo de informação, eles apontam para o problema da veridicção, do dizer verdadeiro, que é enfrentado pelo jornal de modo estratégico. Isto é, os fatos e as fontes de informação são profissionalmente, estrategicamente, organizados com vistas a criar os efeitos de veracidade necessários à validação dos relatos noticiosos.

Por um lado, tais efeitos de veracidade são construídos com base numa leitura codificada e arbitrária da experiência, calcada em regras de textualização (por exemplo, a pirâmide invertida), regulada pelo paradigma fatural, que apresenta os fragmentos de acontecimentos, colhidos fragmentariamente da experiência, como se fossem homogêneos. Por outro lado, a informação jornalística ocorre de forma autopoiética, e não por meio de recursos pré-fornecidos do mundo. Portanto, a teia de faticidade, que valida o discurso jornalístico, é o que emerge, na leitura do jornal, por meio da percepção do seu *formato*, experiência que possibilita a diferenciação cognitiva entre mundo-referência e materialidade verbo-visual.

O que foi exposto faz ver que a referida teia é alimentada e alimenta continuamente a narratividade instaurada pelas escolhas e usos estratégicos dos saberes sociais; portanto, não pode ser coisificada, já que, assim como o discurso enunciado pelo jornal, sua existência se dá no âmbito da abertura estésica, do vir a ser. Com outras palavras, a apreensão da faticidade e a constituição da informação jornalística não existem fora do que se enuncia, ao contrário, só ganham existência no *formato*, discurso em ato. Isso posto, consideraremos na seção seguinte alguns dos elementos da racionalidade jornalística, entre eles, aspectos textuais que condicionam a percepção do leitor, os rituais estratégicos e os acordos em torno dos procedimentos de constituição da teia de faticidade (fatos, fontes e seus discursos).

Rituais, acordos e percepção

A percepção do leitor sobre a validade do conhecimento proporcionado pelo jornal está diretamente relacionada ao *formato* da “cobertura” noticiosa. É em torno do corpo no qual ganha *forma* a informação jornalística que se organizam as unidades informativas do jornal, e que se definem os modos de construção de sua identidade e de demarcação de seu lugar de fala. É nessa materialidade que se afirma a conjunção verbo-visual, composta por objetos materiais e imateriais subordinados à hierarquia textual, a qual nasce no campo de força (institucional) do sujeito semiótico “jornal”.

Por conseguinte, o jornal é um sujeito enunciador que vem à tona por meio da polifonia que o constitui, e ganha *forma* no discurso que realiza e por meio daqueles discursos sobre os quais *fala*. Não é uma substância, nem mesmo uma emanção, o reflexo, de uma substância primeira que lhe seria exterior e que o

determinaria (LANDOWSKI, 1992, p. 168). Consolida-se a partir de uma sucessão de relações dialéticas – do jornal com a sociedade, da relação que os vários textos verbo-visuais mantêm entre si e com tudo o que há de materialidade sensível nele, uns textos se alimentando dos outros em busca da ordenação narrativa do real, bem como da relação existente entre os vários elementos internos dos textos verbais.

Tendo em conta tais relações dialógicas, cabe lembrar que, no produto “jornal”, os significados se constroem como sentido, em termos analíticos, somente ao final de determinada avaliação de um conjunto de edições. Só assim será possível indicar, então, o contorno de uma situação semiótica que corresponde a diferentes expressões “de origem”: entrevistas (oralidade), modelos textuais (pirâmide invertida, por exemplo), linguagem visual (registros icônicos indicativos de fenômenos), seleção e captação de acontecimentos (tipificação dos acontecimentos sociais), relação entre fatos e fontes (aspecto apreensível por meio de marcas da teia de faticidade), entre outros.

Tais elementos, apreendidos do ponto de vista do discurso, remetem aos procedimentos adotados na produção da notícia, os quais correspondem a uma teia de colaboração em prol da validação da informação jornalística, que reflete as estruturas sociais e de poder, por um lado, e, por outro, demonstram a lógica de funcionamento do jornal, que apresenta uma incessante necessidade produtiva (MOURA, 2006).

Nesse contexto, o discurso enunciado, por meio do qual se apreende o sujeito semiótico “jornal”, contém as marcas significantes que remetem ao nível empírico (processo de produção jornalístico) para garantir a possibilidade de seleção de acontecimentos em meio ao caos que é mundo noticiável. Isto é, os valores presentes no discurso “aparecem” no modo de ordenamento e na definição dos arranjos verbo-visuais que determinam a experiência do *formato* do jornal.

Entranhados nos códigos profissionais que pautam condutas e definem escolhas em todas as fases do processo produtivo jornalístico, da seleção à textualização/formatação, estão contidos os valores-notícia, os aspectos profissionais, deontológicos, morais e identitários. Ou seja, na *práxis* jornalística estão contidos os procedimentos operacionais e editoriais que “organizam” o mundo semanticamente e que definem, em grande medida, o seu *formato*, ou seja, a *forma* de experimentação do seu discurso.

Assim, o próprio encadeamento discursivo redefine, continuamente, as escalas desses mesmos valores, haja vista que atualidade, proximidade, quantidade, interesse, acessibilidade, entre os muitos outros índices de determinação do *status* noticioso dos acontecimentos, têm adquirido outros sentidos, ganhado outras dimensões no jornalismo contemporâneo.

Esses aspectos discursivos determinam a visibilidade, definem o que é a informação jornalística, e como ela deve ser incorporada no *formato* jornalístico, o que confirma o fato de ser o jornal um produto linguístico socialmente negociado, construído por sujeitos sociais historicamente estabelecidos. Assim, os critérios de noticiabilidade, vinculados aos valores-notícia, constroem, em espaço e tempo determinados, as regras que definem os tipos de acontecimentos considerados relevantes, os quais estão condicionados às mudanças no contexto comunicacional, discursivo, mais amplo, marcado por forças culturais pautadas por circunstâncias linguísticas, sociais, políticas e tecnológicas, que influenciam as variações conceituais da informação no contexto jornalístico.

Nesse sentido, o discurso enunciado pelo jornal vai revelando que as demandas cotidianas em relação à informação no “impresso” estão em constante mutação, o que indica novas formas de sociabilidade e de acesso a informações por parte dos leitores. São mudanças que afetam a hierarquia das fontes jornalísticas, localizadas nas mais variadas esferas de atuação e relacionadas aos mais diversos tipos de interesse, de forma que se redefine o impacto de suas ações sobre a coletividade e o seu interesse público. São transformações que se pronunciam no *formato* do jornal.

Por esse viés, os valores-notícia acabam flutuando em meio aos procedimentos profissionais voltados à garantia da aparência fatural e da credibilidade da informação jornalística. Vale lembrar que, além dos clássicos modelos textuais de estruturação das informações de maneira objetiva, na urdidura do *formato* do jornal, aparecem novas marcas enunciativas, com fortes apelos sinestésicos, que sugerem mudanças nos modos de promoção da credibilidade.

As rotinas e os rituais produtivos dos grandes jornais implicam a constituição de hábitos que burocratizam o trabalho jornalístico e definem o modo de tratamento do material informativo e os enquadramentos daí decorrentes. Nesse contexto, adotam-se códigos de organização da produtividade, os quais operacionalizam a prática jornalística e agilizam a produção do jornal. Trata-se de negociações que

remetem aos modelos de reprodução dos acontecimentos e dos demais “objetos” do mundo-referência. São modelos já institucionalizados como modos de representação da realidade social e comandam os direcionamentos de sentido, definindo os contornos enunciativos da informação jornalística.

Tais contornos derivam, portanto, da posição enunciativa adotada pelo sujeito semiótico “jornal”, num contexto em que entre a burocracia, os discursos e a informação jornalística existem as complexas relações entre práticas e negociações de poder. Logo, são essas intrincadas relações que orientam “a omissão, a seleção diferencial, ou a colocação preferencial – por exemplo, “destacar” um item favorável à orientação política do jornal ou “enterrar” outro desfavorável numa página interior etc.” (BREED, 1993, p. 153).

Conforme Luiz Gonzaga Motta, em seu artigo “Ideologia e processo de seleção das notícias” (2002, p. 129), quando os estudos do processo de produção jornalístico dão primazia aos valores-notícia, em certa medida, isolam, ou ignoram, fatores políticos e/ou econômicos, e focalizam valores técnico-profissionais, tais como impacto, atualidade, proeminência, proximidade etc.

De acordo com Aranha e Martins:

A necessidade de planejamento do trabalho desenvolve intensa *burocratização* [...]. A burocracia e o planejamento se apresentam com a imagem de neutralidade e eficácia da organização, como se estivessem baseados num saber objetivo, competente e desinteressado. Mas é apenas uma imagem de neutralidade que mascara o conteúdo ideológico (1993, p. 13, grifo das autoras).

O que foi dito demonstra que o jornal é fruto de processos de atribuição de valores e de negociações em torno dos acontecimentos tidos como de relevância social. Assim, além de indicar os modos de organização da materialidade verbo-visual jornalística, a percepção de tais processos favorece a compreensão do jornal como *corporeidade*, *presença sinestésica*, isto é, como um *sujeito semiótico* que se pronuncia em seu *formato*. Daí, a importância deles (processos) para se pensar algumas afinidades entre o “manual de redação jornalística” e certas orientações editoriais, materializadas em arranjos verbo-visuais típicos, articulados por meio da faticidade – organizada como dimensão sensível – instaurada no/pelo jornal.

Outro elemento relevante na experiência do *formato* do jornal é a presença da rede de notícias (*news net*) (TUCHMAN, 1978). Na medida em que as fontes jornalísticas estratégicas ocorrem nos setores sociais decisivos na área política,

econômica, social e cultural, verificam-se, na estruturação do jornal, as relações entre divisão territorial do mundo dos acontecimentos e divisão do jornal onde esse mundo é narrado, *figurativizado*, *semantizado*, distribuído em editorias. Dá-se, de tal modo, a instalação de um processo de modularização. Desse modo, a distribuição dos módulos informativos nas páginas reflete a “rede de captação de notícias” e revela a estruturação de uma hierarquia do sistema de fontes de informação, logo, aponta estratégias voltadas à criação de efeitos de sentido de realidade destinados a validar o discurso enunciado pelo jornal.

Nelson Traquina afirma que, embora interajam com diversas fontes, são os profissionais do campo jornalístico que definem, em última análise, as notícias e contribuem ativamente na construção da realidade (2005a, p. 28-29). Tomado o jornal como sujeito que se enuncia em seu *formato*, tal proposição pode soar, em certa medida, maniqueísta e apressada, já que desconsidera o jogo estabelecido entre o sistema “jornal”, as fontes e o leitor. Tal jogo está na *forma* “jornal” constituída como experiência do arranjo intertextual verbo-visual, e aponta para as disputas por poder no âmbito do uso da palavra. É um jogo que acaba por imprimir materialidade discursiva às diferenças instauradas na cena pública do mundo-referência constituído como objeto do sujeito semiótico “jornal”.

Nesse contexto, os próprios arranjos verbo-visuais do jornal fazem conhecer/reconhecer as regras de funcionamento do sistema midiático, num nível mais geral, e do “impresso”, em âmbito particular, tomadas em seus nexos verbais e não-verbais. Nessa perspectiva, percebe-se, na experiência de leitura, ou seja, no *formato* jornalístico, discurso em ato, uma espécie de jogo de cooperação mútua e de conflito entre os leitores, as fontes de informação e o jornal, na qual se revelam as disputas pelo comando do uso estratégico de saberes considerados socialmente relevantes.

Tal jogo – entre cooperação e confrontos – fica explícito nos modos de delegação e de negação da palavra às personagens mobilizadas pelo jornal e no modo como tudo isso se insere em sua materialidade verbo-visual. Trata-se de personagens existentes no mundo real, mas que se revestem do discurso jornalístico, o que demonstra uma posição privilegiada de enunciação, na medida em que há níveis distintos de presença dessas personagens mobilizadas como fontes do discurso enunciado pelo sujeito semiótico “jornal”. As fontes falam como

partícipes da vida representada; falam, por assim dizer, a partir de pontos de vista particulares, e sua perspectiva, de um modo ou de outro, é limitada.

Portanto, apontar a referida cooperação entre fontes e jornal não significa negar a sobreposição do discurso do jornal no contexto de produção da informação jornalística. Ao contrário, são exatamente os conflitos e assimetrias em relação ao uso da palavra no jornal que revelam o jogo e justificam as estratégias destinadas ora ao apagamento, ora à assunção da voz do jornal, ora à reprovação, ora à aprovação das vozes por ele mobilizadas.

Ou seja, a presença das fontes jornalísticas se dá nos simulacros construídos por meio do jogo de relações verbo-visuais do jornal, e sua alteridade resulta de efeitos de distanciamento voltados à garantia da “subjetividade” que assegura ao sujeito semiótico “jornal” o *status* de “porta-voz da sociedade”. Assim, adotando uma perspectiva bakhtiniana (2000, p. 344), afirmamos que as fontes “‘sabem’ menos do que o sujeito semiótico ‘jornal’, que, por sua vez, se situa fora do universo representado, ‘fruto de sua criação’”. O jornal pensa todo esse universo a partir de uma posição dominante e qualitativamente diferente. De tal modo, todas as fontes jornalísticas e seus discursos não são mais do que objetos que demonstram a atitude do sujeito semiótico “jornal” (do seu discurso).

É nesse jogo que as assimetrias sociais, frequentemente, se mostram, como, por exemplo, no silenciamento, no apagamento das vozes daqueles atores sociais desfavorecidos na esfera pública. Não obstante, é na dissonância e no apagamento, ancorado pelas escolhas do jornal, que aumenta a crença na realidade construída pela informação jornalística. De modo que as relações de confiança, de credibilidade, estabelecidas entre enunciador e leitor, decorrem de efeitos de sentido de “verdade” articulados na verbo-visualidade que garante ao jornal a condição de simulacro da realidade social.

Outros elementos da racionalidade jornalística têm seu peso marcado pela configuração discursiva do jornal, definida pelas escolhas vinculadas ao que se mostra na verbo-visualidade do *formato* jornalístico. Entre eles, alguns ganham destaque: o “acesso habitual” (MOLOTCH; LESTER, 1993) de algumas fontes ao jornal. Este último reproduz, por meio de suas escolhas verbo-visuais, o discurso de fontes institucionalizadas regulares e críveis do ponto de vista jornalístico, porque as notícias estão orientadas pelas noções de imparcialidade, equilíbrio e objetividade.

Na experiência de leitura do jornal, os arranjos verbo-visuais e as definições diagramáticas que os enquadram organizam a “aparência” das referidas fontes de informação no “campo de presença” instaurado pelo discurso. Assim, essas fontes convertem-se, na leitura, em materialidades semânticas que asseguram a credibilidade da informação e alimentam a imagem de imparcialidade jornalística. Isso mostra que as estratégias textuais adotadas no jornal, voltadas à garantia do efeito de neutralidade profissional, têm um papel crucial na sua formatação, portanto, decisivo na experiência do *formato*, no âmbito do devir da informação.

No *formato* jornalístico, a hierarquia estabelecida entre as fontes institucionalizadas, regulares, e as demais, bem como as consequências disso para a conformação do discurso ali instaurado, reforça a pertinência da afirmação de Stuart Hall e um grupo de Birmingham de que o “processo de ‘tornar um acontecimento inteligível’ é um processo social – construído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem, frequentemente só de modo implícito, suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona” (HALL, 1993, p. 226).

Não obstante, não se pode esquecer que as fontes institucionalizadas são mais o resultado instável de um processo do que um estatuto garantido (Neveu, 2006: 98), pois amplo é o leque de fontes de informação do jornal – associações em geral, ONG, intelectuais. Essas fontes transformam fatos sociais em notícias e interferem de maneira importante nas escolhas verbo-visuais do jornal, alterando disposições e definindo novas perspectivas discursivas.

Todavia, do ponto de vista de Gaye Tuchman (1978), que toma a informação jornalística como importante elemento de conformação e de construção da realidade social, as negociações em torno da noticiabilidade e a conexão entre fontes institucionais e jornal colaboram para um tipo de enquadramento que legitima o discurso do governo e das autoridades estabelecidas, o que corresponde à ação estratégica por parte de ambas as “esferas” envolvidas no contexto de interação – governo e jornal.

Tal problematização em torno da relação entre fontes de informação e jornal visa a sugerir de que modo tais elementos se configuram na experiência de leitura do jornal, e como tal prática está refletida no aspecto verbo-visual apreensível no seu *formato*. Por meio do *corpus* observou-se que o *formato* do “jornal” reconstrói o

enquadramento verbo-visual estratégico da perspectiva das fontes institucionalizadas e de qualquer tipo de fonte no caso de sua ocorrência.

Percebe-se, pela disposição diagramática das informações jornalísticas, a ocorrência de uma espécie de alternância do próprio jornal em relação ao uso da palavra e ao alcance da informação constituída a partir de seus relatos, pois ele se move entre os discursos dos vários atores sociais e sua própria perspectiva enunciativa. Por exemplo, nas suas páginas de opinião, estabelece-se uma espécie de colóquio entre o jornal, as fontes mobilizadas e os leitores, em que há uma visível superposição do primeiro na definição dos assuntos e dos enfoques que vão entrar na cadeia narrativa do jornal. Vale lembrar que a disposição da materialidade verbo-visual é decisiva na configuração do equilíbrio entre tais perspectivas enunciativas. As escolhas relativas à formatação do jornal asseguraram a congruência, no *formato*, entre fato e opinião.

Sobre as circunstâncias atuais, Érik Neveu afirma que, apesar da concorrência com o audiovisual (e com modalidades como a internet), o jornalismo diário conserva uma autoridade moral e uma legitimidade que têm a ver, ao mesmo tempo, com a herança da história e com a natureza da disposição verbo-visual das informações no jornal impresso (2006, p. 57-58). Desse modo, o jornal dirige a análise das questões propostas no seio da sociedade, de modo que os textos normatizantes do editorial ou das páginas de opinião funcionam, para o leitor, como uma intervenção no debate público (NEVEU, 2006, p. 57-58). Tais textos normatizantes podem, nesse sentido, instaurar debates em diferentes contextos junto a diferentes públicos.

A esse respeito, Philip Meyer afirma que o jornal, devido ao conteúdo editorial e não apesar dele, está posicionado para gerar mais influência, pois, além de ser o espaço informativo da comunidade, é fornecedor de informações ao debate democrático (2007, p. 71). Acrescente-se a isso o fato de que são as escolhas diagramáticas, experimentadas no *formato* do jornal, que fazem a costura entre as informações caracterizadas como opinião com aquelas denominadas notícias fatuais. Em grande medida, a coesão discursiva do jornal se baseia num jogo verbo-visual entre a informação assumida como opinião e a informação definida como fatural.

Nesse contexto, acreditamos que a “opinião” (artigo, crônica, editorial, coluna etc.) mantenha laços importantes com o “fatural” (notícia, reportagem, entrevista etc.)

e, até mesmo, com os anúncios publicitários, ali divulgados, na construção da identidade e da legitimidade do jornal. Assim sendo, matérias fatuais ou de opinião e propagandas (responsabilidade dos anunciantes) correspondem a convenções “linguísticas” que dizem respeito a “necessidades sociais distintas”, as quais correspondem a um “pacto de leitura que supõem horizontes de possibilidades para quem os utiliza e uma marca ou códigos semióticos para [enunciador jornalístico] e leitores” (PELTZER, 1992, p. 119).

Cabe lembrar a dificuldade de estabelecer limites entre *informação* e *opinião*, pois os relatos jornalísticos são construídos com base em procedimentos de seletividade, dentro de parâmetros estabelecidos por esquemas enunciativos que se repetem e se renovam continuamente a partir de modelos de representação social típicos. São esquemas que geram enquadramentos e recortes verbo-visuais significativos do ponto de vista da intervenção do enunciador, e também revelam a dimensão argumentativa, retórica, que pauta todo o processo de produção e condiciona a informação jornalística.

Desse modo, o discurso jornalístico ocorre na conjunção entre textos (informativos de cunho *opinativo*, *fatural* ou *publicitário*) e o *formato* que se desvela ao leitor no ato de leitura. E é justamente a percepção do jornal como um conjunto sinestésico o que nos leva a considerar todas essas modalidades (opinião, notícia fatural e propaganda) como segmentos que se integram na *forma discursiva* decorrente da experimentação, por parte da instância leitora, do *formato* jornalístico, ou seja, da experiência do discurso em ato.

Nesse sentido, a reflexão sobre o *formato* do jornal ajuda a compreender que tipos de interpretações e distorções tornam possível reconhecer o jornal como fonte de informação. Além disso, tal perspectiva esclarece que tipo de simulacros de enunciador e de enunciatário o jornal constrói e que hipóteses de sistema enunciador e de leitor é possível depreender do que contém a materialidade jornalística. Isso permite refletir sobre a importância do jornalismo impresso e sobre as implicações de sua atuação no contexto social mais amplo no qual se inserem os interlocutores empíricos, afetados, direta ou indiretamente, pela ação discursiva deflagrada por meio da verbo-visualidade do jornal.

O que se acabou de referir não anula, mas soma-se ao fato de que a informação jornalística, na contemporaneidade, desliza para uma *forma* discursiva à

qual se pode chamar “informação expressiva” (ABRIL, 2003). Esta, exercendo-se no “mostrar”, no nível estético, gestual e tonal da significação, reforça seu “dizer” conceitual-argumentativo, o que permite traduzir como ingredientes de seu discurso algumas propriedades do tipo de vínculo e de possível interação intersubjetiva propiciada na experimentação, no consumo, do jornal.

Nesse contexto de produção textual, instância leitora e instância enunciativa se constroem, como identidades, a partir do processo discursivo instaurado pelo jornal, considerado como lugar de produção, representação e compartilhamento de “experiências”. Portanto, as informações jornalísticas se distribuem de acordo com as projeções de leitura, e não de acordo com certa ordem argumentativa das ideias. Assim, os recursos retóricos e narrativos que orientaram a coerência semântica do jornalismo até meados do século XX foram dando lugar, gradativamente, aos recursos de consistência visual e de correspondência sinestésica, aos quais cabe garantir a coerência dos textos informativos contemporâneos.

De acordo com Abril, a imanentização das funções discursivas nos modelos textuais por meio da diagramação, a modularização (sinóptica) das informações, resulta da previsão psicotécnica de leitura, que diz respeito, entre outras coisas, à busca de efeitos emocionais e à orientação estratégica a setores diferenciados da audiência (2003, p. 161). Segundo o mesmo autor, nesse contexto, é possível falar que as formas e práticas semióticas participam da construção de uma espécie de *memória semiótica* depositada e construída por processos textuais, verbo-visuais (2003, p. 168).

No jornalismo impresso, textos verbais e não-verbais, geralmente explorados em seu viés alegórico, fortemente impregnados de estereótipos em relação aos sujeitos e aos seus comportamentos, funcionam como matrizes culturais de instituição da *memória de si* numa dada sociedade (ABRIL, 2003, p. 169). Para Abril, as práticas textuais e leitoras geram a aparição de um *ego lector* identificado com comunidades hermenêuticas, como os públicos, e de um *ego autor* que propõe um diálogo virtual com leitores anônimos (2003, p. 169).

O que se supõe mais interessante, mais atraente ao leitor, e à própria validação da perspectiva enunciativa do jornal, ganha destaque na estrutura diagramática de suas páginas. Assim, os elementos verbo-visuais são dispositivos do sujeito semiótico “jornal” e correspondem às condições de figuração e de presença de sujeitos, espaço e tempo que alcançam o leitor na experiência

informativa propiciada pela materialidade verbo-visual jornalística. Tudo isso está inscrito dentro de um campo de racionalidade passional indispensável ao envolvimento estético do leitor e à construção de um campo de co-presença responsável pelo comprometimento do leitor com o jornal no projeto comum de apreensão da informação jornalística.

Os aspectos do processo produtivo, relativos às rotinas, ações estratégicas e à burocratização profissional no contexto jornalístico desenvolvidos nesta seção, intitulada “Rituais, acordos e percepção”, demonstraram que a composição intertextual do jornal sugere que a polifonia que o constitui institui uma teia de colaboração que reflete as estruturas sociais e de poder e demonstram a lógica de funcionamento do jornal. Trata-se de uma *práxis* que se dá por meio de procedimentos operacionais, editoriais, que burocratizam a produção, definem os enquadramentos dos fatos noticiosos e organizam o mundo semanticamente.

A organização dos módulos informativos revela o modo como o jornal organiza as disputas estratégicas em torno dos conhecimentos considerados socialmente relevantes; ou seja, os fatos, fontes de informação e seus discursos transformam-se, no jornal, em “objetos” que demonstram a atitude do sujeito semiótico “jornal” e, também, como ele reproduz e constrói as assimetrias sociais no âmbito do discurso que enuncia. Assim, por meio da assunção ou do apagamento das vozes dos atores sociais, resultado das escolhas do jornal na mobilização de elementos fatuais (fatos, fontes e seus discursos), é que se define a experiência do *formato*.

As referidas escolhas revelam a sobreposição da perspectiva do enunciador jornalístico, mas também o estatuto instável do processo e a participação dos atores sociais na transformação de fatos em informação jornalística. Nesse contexto, os arranjos verbo-visuais, calcados em formas discursivas cada dia mais “visuais”, vão apontando formas de interpretar a realidade social e evidenciando os simulacros de enunciador e de enunciatário construídos pelo jornal. Logo, os recursos retóricos e narrativos verbais de coerência semântica do jornal têm dado lugar aos recursos de consistência visual de correspondência sinestésica, que constroem uma espécie de memória semiótica e direciona a experimentação do jornal. Tais ponderações colaboram com a reflexão sobre o seu *formato*, dando a entender que o sujeito semiótico “jornal” se reconstrói continuamente por meio do conjunto de

procedimentos expressos pelo próprio produto “jornal”, conforme veremos na próxima seção.

O lugar do jornal: conjunto de pressuposições

O jornal obedece, conforme pudemos ver, a um conjunto de expectativas de mão dupla: as que provêm do leitor, que se interessa pela leitura daquele, por ter uma ideia do que vai encontrar em suas páginas, e as que dizem respeito aos próprios condicionamentos do sistema jornalístico, que produz informação dentro de moldes que se formam tendo em conta o “leitor-modelo”⁷, o qual está esboçado como um feixe de estratégias argumentativas inscritas no dispositivo jornal.

É com esse leitor-modelo que o jornal compartilha e constrói as contingências do discurso que enuncia. Em tais circunstâncias, leitores, fontes potenciais de informação e o sistema produtor de notícia, embora façam parte de uma engrenagem discursiva maior, constroem suas regras a partir de expectativas e de acordos próprios, os quais têm a ver com as aspirações e os vínculos que os envolvem. Isso faz o jornal corresponder a “projetos de fala” situados num campo articulado e regulado pelo “contrato comunicacional” estabelecido entre interlocutores.

Segundo os analistas do discurso, tal contrato designa o que faz com que o ato de comunicação seja reconhecido como “válido” do ponto de vista do sentido, isto é, é a condição para os parceiros de um ato de linguagem se compreenderem minimamente e poderem interagir, co-construindo o sentido, que é a meta essencial de qualquer ato de comunicação (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 130). Esse contrato de confiança estabelecido entre destinador e destinatários é, “na maior parte das vezes, um contrato imaginário, um simulacro” que determina as relações entre esses sujeitos (BARROS, 1999b, p. 50).

Nesse sentido, o sujeito semiótico é um enunciador que não antecede os textos jornalísticos, mas se reconstrói continuamente através do conjunto de procedimentos expressos por meio do próprio produto “jornal”, ou seja, é um

⁷ “O Leitor-Modelo constitui um conjunto de *condições de êxito*, textualmente estabelecidas, que devem ser satisfeitas para que um texto seja plenamente atualizado no seu contexto potencial” (ECO, 2004, p. 45).

conjunto de pressuposições apreensíveis a partir das posições enunciativas indicadas pela recorrência na ocupação de “lugares específicos de dizer”. Isto é, o jornal é um simulacro fundado na textualização instaurada quando se reveste da condição de “sujeito semiótico”. Como propõe Landowski (1992), ao estabelecer o mundo como objeto, o jornal estabelece a si mesmo como sujeito – um sujeito que será considerado ao mesmo tempo produtor e produto do discurso que enuncia.

Orientada por Landowski, a denominação “sujeito semiótico” corresponde, neste trabalho, àquilo que se manifesta na *materialidade verbo-visual* “jornal”; assim, como já foi dito, ao tentar saturar textualmente as dimensões de nossa presença no mundo, o jornal imprime uma “forma” à maneira como se concebe o presente, e participa da integração dos múltiplos universos de referência que ele toma como objeto (1992, p. 117). Ao fazê-lo, o sujeito semiótico vai deixando no texto jornalístico “as pegadas” que permitem “recuperar” as instâncias enunciativas, enunciador-jornal e enunciatário-leitor.

Essa perspectiva que considera o enunciador como resultado, segundo Paolo Fabbri, é muito importante, pois permite sair do subjetivismo intencionalista convencional, muito comum ainda nos dias de hoje, segundo o qual, no texto, há intenções prévias que se cumprem com maior ou menor eficiência (2004, p. 136). Assim, aproximando-se da discussão feita pelos estudos de estética da recepção (Jauss, Iser, Ingarden e outros), Fabbri (2004, p. 136) destaca que, diante do texto, o leitor depara-se com uma série de pontos de vista que o faz reconstruí-lo, por meio do preenchimento, “ao final”, dos “espaços vazios” deixados pelo enunciador (pressuposição textual).

Conforme Fabbri, a ideia de ver o enunciador como simulacro criado a partir da textualização que ele motiva reforça a questão que, de fato, parece interessante na contemporaneidade: “como se constrói a instância interlocutora a partir do próprio texto?” (2004, p. 136). Tal questão, neste trabalho, aparece na reflexão sobre as subjetividades reveladas no processo de enunciação do jornal, ou melhor, sobre a intersubjetividade que gera, dialogicamente, as condições do compartilhamento de experiências de sentido no âmbito da recepção da materialidade verbo-visual jornalística.

Nessa direção, Landowski propõe que, a partir do “discurso plural” do jornal, concebamos “uma problemática mais global, que vise o jornal como ele é em si

mesmo, como *totalidade de significação*” (1992, p. 118). Segundo o autor, trata-se de um sujeito que se afirma socialmente na medida em que cada jornal tem um estilo, um tom, um “perfil” que o definem e solicitam do leitor a repetição de gestos de leitura (LANDOWSKI, 1992, p. 119).

Em relação à citação de Landowski, acima, cabe observar que uma problemática “que vise o jornal como ele é em si mesmo” parece ser uma contradição do autor, pois, com base em sua própria perspectiva teórica a respeito do jornal impresso, percebe-se que não há um “em si” do jornal. O jornal se oferece como espaço de interlocução, que antecipa o leitor, ou seja, ele nasce com elementos de alteridade, que o projetam para fora de si mesmo, e o faz acontecer, como discurso, na reciprocidade, condição de satisfação, simultânea, da identidade e da alteridade (identidade e diferença), operações que satisfazem as “condições *informativas* do jornal” – da ordem do devir.

Nesse sentido, a informação tem seu *status* de conhecimento assegurado por sua inserção numa situação semiótica que resulta ser um espaço de referencialidade comum entre jornal e leitor, o que demarca a posição social, política, institucional desse tipo de ato enunciativo, bem como justifica as escolhas das estratégias textuais. Essas estratégias condicionam a apreensão da *forma* e fornecem os meios de compreender a informação jornalística como “reflexo” das relações intersubjetivas “reais”, “sejam elas deformadas ou mesmo invertidas no plano discursivo”, conforme Landowski (1992, p. 168).

Assim sendo, pode-se concluir que tais estratégias textuais estão ligadas ao que Greimas chama de *competência manipulatória*. Por meio dela, o sujeito semiótico “jornal” desenvolve a capacidade de representar o conhecimento que possui o leitor, a fim de explorar seu próprio saber-fazer, que se transforma num fazer-fazer, e, sobretudo, num fazer-criar. Isso permite ao enunciador jornalístico agir estrategicamente no nível da virtualização dos esquemas narrativos de forma a manejar a organização da materialidade verbo-visual do jornal com vistas a conseguir a adesão do leitor, ou seja, a estabelecer uma relação, de fato, *intersubjetiva* com ele (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 300-303).

Tal intersubjetividade, baseada na competência cognitiva, epistêmica, do sujeito coletivo enunciante “jornal”, faz ver que a racionalidade estratégica deste pressupõe o funcionamento de seu conhecimento e, especialmente, de suas

crenças e intenções. Dessa maneira, a possibilidade de manipular ou de manobrar do estrategista, no caso, o sistema “jornal”, é, acima de tudo, epistêmica, já que ele emprega uma estratégica manipulatória para exercer impacto sobre os estados de crença do leitor (PARRET, 1997, p. 42).

O que foi dito sobre os modos de fazer conhecer do jornal remete à questão da constante necessidade de criar mecanismos de atração do leitor para a materialidade informativa oferecida em suas páginas. Segundo Charaudeau, a instância midiática tem que mobilizar a afetividade do seu público a fim de desencadear seu interesse e paixão pela informação (2006a, p. 92). Para o autor, “essa visada encontra-se no extremo oposto ao efeito de racionalidade que deveria direcionar a visada de informação” (2006a, p. 92).

Com Charaudeau, pode-se afirmar que, tendo em vista a satisfação do referido princípio passional, o jornal encena o discurso da informação, com base em apelos emocionais calcados nos valores socioculturais e no conhecimento dos universos de crenças da comunidade à qual se dirige (2006a, p. 92). Para Charaudeau, nesse sentido, as emoções, no âmbito da recepção, “resultam da regulação coletiva das trocas”; são, portanto, estruturadas pelos “imaginários sociodiscursivos” (2006a, p. 92).

Charaudeau afirma que:

o contrato de informação midiática é, em seu fundamento, marcado pela contradição: finalidade de fazer saber, que deve buscar um grau zero de espetacularização da informação, para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade; finalidade de fazer sentir, que deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização (2006a, p. 92).

Por esse viés, é esclarecedor pensar os aspectos sociossemióticos do jornal a partir do *formato* advindo de seu conjunto modular verbo-visual e as relações sinópticas por ele proporcionadas. Isso ajuda a compreender a constante tensão entre os “polos de credibilidade e de captação” no contexto jornalístico. Em outras palavras, supomos profícuo, neste trabalho, a adoção do ponto de vista sobre a emergência do discurso como *forma*, pois reconhece – o que, a nosso ver, é esclarecedor – que os arranjos verbo-visuais correspondem a um conjunto de estratégias calcadas numa racionalidade passional constituidora do *saber*

jornalístico. Isto conduz nossa reflexão sobre o *formato* a ver o jornal como um conjunto significativo comprometido com efeitos de dramatização, que ultrapassam e englobam a semiótica dos “módulos informativos”, por sua vez tomados isoladamente em outros estudos. Sobre isso, ofereceremos mais detalhes na seção seguinte.

O texto como ponto de partida

As estratégias textuais voltadas aos referidos efeitos de dramatização apreensíveis no *formato* são parte inerente ao processo semiótico desencadeado por meio do jornal e revelam os modos de enquadramento dos acontecimentos sociais. De acordo com Bruno Souza Leal, “como texto, como artefato semiótico, lingüístico, a notícia não tem outra realidade que não aquela material, freqüentemente intangível, da letra no papel, da imagem no vídeo, do som no rádio” (2002, p. 1). Para Leal, não é preciso remontar aos conceitos básicos da Semiótica para observar que estudar a relação texto jornalístico/realidade é trabalhar com os *frames*, ou procedimentos, ou estratégias, ou recursos que levam à produção do real, seja na forma de uma organização do tecido sógnico, seja na forma da construção de um modo peculiar de leitura (2002, p. 1).

Nessa perspectiva, articulado em seus nexos, o jornal se mostra em suas páginas, constituindo-se para o leitor como *saber* ao demarcar textualmente seu lugar de fala e atualizar seu dizer na cadeia narrativa que ele próprio instaura. Um dizer cuja verificação se dá pelo reconhecimento dos discursos realizados, convocados e assumidos pelo sujeito semiótico “jornal”, que se depreende anaforicamente⁸, ou seja, pelo reenvio do plano discursivo do jornal que informa os acontecimentos a outros que lhes servem de suporte: os *discursos referenciais*, *fundadores* da faticidade, da veracidade noticiosa.

Por conseguinte, o conhecimento jornalístico se inicia na experiência mesma de leitura do jornal, tomado como encadeamento narrativo, normatizado por regras

⁸ Entende-se por anáfora, nesse caso, a recorrência no discurso de certos elementos explicitados, o que permite a retomada implícita dos conteúdos já enunciados. A anáfora que liga o *discurso fundador* ao *discurso verídico* corresponde à interpretação semiótica da adequação que, sem lançar mão de um *referente exterior* (extralingüístico), presentifica o *referente interno*, aquele que o próprio discurso constitui (GREIMAS, 1976, p. 18).

indicativas da racionalidade que o constitui como sistema. Racionalidade que diz respeito, entre outras coisas, aos valores em geral e aos modelos de textualização, que colaboram para o reconhecimento do *formato* e para a conseqüente emergência da referida *forma* significativa que se atualiza no discurso jornalístico *em ato*.

Nesse contexto, relações *intertextuais*, *paratextuais*, *cotextuais* e *metatextuais* conformam a materialidade textual jornalística e colaboram para a emergência da forma discursiva do jornal. A *intertextualidade* diz respeito, entre outras coisas, às relações entre fragmentos da narrativa jornalística entre si e com uma sucessão de textos já escritos ou que ainda serão escritos, de modo que as partes não podem ser consideradas isoladamente. A compreensão de uma informação jornalística, por exemplo, costuma depender de outras já veiculadas em edições anteriores e remete, frequentemente, a outras que virão.

Já a *paratextualidade* é a categoria aplicada a títulos, notas, ilustrações e outras marcas que regulam as relações entre segmentos textuais e diversas operações leitoras (CEIA, 2009). Ou seja, é uma forma de relação transtextual, tomada por nós como relações de sentido entre os fragmentos informativos e os outros elementos discursivos que os circundam no espaço de uma mesma edição do jornal: seu título (designação internacional, nacional ou local), os títulos e intertítulos de suas matérias, nome do diretor de redação e dos jornalistas, cujo crédito figura no alto das matérias, bem como toda a materialidade verbo-visual que o compõe. Em outros termos, o *paratexto*, no jornalismo, é o que sugere o vínculo entre as unidades informativas que compõem a verbo-visualidade do jornal e que o torna reconhecível como sujeito mediador entre acontecimentos sociais e a comunidade de leitores (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

Ao lado de intertexto e de paratexto, o *cotexto* tem uma definição que se aproxima dessas duas noções. De acordo com Ceia (2009), a noção de cotexto foi proposta em 1970, em *Aspects of language*, pelo vienense Yehoshua Bar-Hillel, filósofo, matemático e professor de Linguística, pioneiro nos estudos de Linguística formal, que utiliza a expressão *cotexto* para dar conta da intervenção das unidades verbais que fixam a significação das outras formas linguísticas presentes num mesmo texto, sendo um dos principais processos de solução de eventuais ambigüidades ou da heterogeneidade de sentido do que se enuncia.

Recorremos a essa mesma noção, no jornalismo impresso, para nos referir à intervenção colaborativa das unidades informativas verbo-visuais no estabelecimento de relações no nível sintagmático e na fixação da significação entre os textos verbais e visuais. É por meio de relações entre os fragmentos verbais e os visuais, que compõem seus módulos informativos, que surgem as afinidades dos arranjos que direcionam o sentido e fazem perceber os efeitos de intertextualidade, que asseguram a produção de isotopias textuais, de modo a apontar para a unidade no sentido propiciado pelo jornal.

Essas três noções – *intertexto*, *paratexto* e *cotexto* –, embora não se configurem como categorias analíticas, por terem valor apenas explicativo, têm sua menção justificada, pois estão entranhadas na materialidade textual do jornal e iluminam relações entre o acionamento de uma teia de faticidade validadora da informação proporcionada pelo jornal, a interação sinóptica de seus elementos verbo-visuais e os estímulos estéticos daí advindos e aspectos “passionais” inscritos nessas relações.

Ao lado das regularidades enunciativas perceptíveis nas relações intertextuais, paratextuais, cotextuais e metatextuais, que conformam a textualidade jornalística, estão inscritos na emergência de sua forma discursiva as rotinas de produção, os rituais estratégicos e o contexto sócio-histórico da complexidade da dimensão relacional que marca o fazer jornalístico. Tudo isso diz respeito às relações entre o conjunto de elementos textuais do jornal e os procedimentos de interlocução social. Estes determinam escolhas de estratégias, condicionam a formatação e a definição do “que é” e “como é” a informação jornalística.

Conforme Abril, é possível, teoricamente, ler nos textos em geral algumas marcas ou índices de escrituras, práticas textuais, autoridades discursivas e universos de significação históricos, o que faz com que possam ser lidos, inclusive, como índices de sua própria historicidade (2007, p. 103). Isso, de algum modo, ajuda-nos a compreender que, para além dos aspectos internos aos fragmentos textuais denominados “informação”, os sentidos oferecidos no jornal têm relação imediata com as condições de construção de sua narratividade. Logo, para compreender o jornal, há que se entender a racionalidade de seu funcionamento, marcado sempre por processos narrativos determinados sócio-historicamente.

Assim, o jornal impresso oferece segmentos textuais que se entrelaçam intertextualmente *ad infinitum*, e vão “modelando”, cultural e cognitivamente, a

formatação adotada no jornal. Nesse contexto, a incorporação de padrões verbo-visuais à narratividade do jornal “projeta” a *forma* jornalística futura, de modo a se renovar e se repetir diariamente. Trata-se da experimentação do “novo”, por reconhecimento e diferença, como materialidade sensível, corpórea, que se oferece na leitura como condições e possíveis direcionamentos rumo à definição da posição interlocutiva das partes envolvidas.

No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, o jornal, interessam-nos, especialmente, os aspectos discursivos, figurativos, apreensíveis em sua materialidade verbo-visual como encadeamento narrativo, cujos sentidos ultrapassam a competência linguística e constitui um todo de significação, ou seja, atos de linguagem cujos sentidos se entrelaçam a uma narratividade constitutiva maior. Esta insere a informação jornalística diária na teia de um eterno devir, sempre ligado a *formatos* prenhes de figuratividade e de investimentos semânticos cada vez mais fortes, bem como de articulações sintáticas cada vez mais finas (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 328-329).

Nesse aspecto, a narratividade do jornal diz respeito tanto às relações de anterioridade e posterioridade entre edições como à organização sintático-semântica amparada e desencadeada pela temporalidade instaurada pelo texto do jornal, como princípio encadeador e organizador de seu discurso. Essa situação pode ser pensada a partir da distinção feita por Landowski entre o plano do enunciado e o da enunciação (1992, p. 27).

No plano do enunciado, o jornal produz relatos com finalidade de construir uma “história do presente” (função interpretativa), com a ajuda de operadores narrativos, como fragmentos de falas das fontes do jornal, mobilização de séries de fatos relacionados aos assuntos tematizados e de “objetos” de diversas naturezas do mundo-referência, por exemplo. No outro plano, enunciativo, o discurso jornalístico transforma-se em “operador discursivo”, em seu próprio centro de referência, colocando-se a serviço da persuasão que cria os simulacros dos acontecimentos sociais (LANDOWSKI, 1992, p. 27).

Como historiador do presente, o jornal se mostra fiel ao postulado da transparência, atingida por meio do recurso a uma série de estratégias de faticidade, representadas sob a forma de dados destacados sobre os fatos, como números, gráficos, imagens, que fazem os fatos “falarem por si mesmos”. Tais instrumentos de objetividade, por figurativização, fazem submergir o segundo plano, o

enunciativo, ao borrar os investimentos modais aí presentes, e, por sua vez, a presença enunciativa do sujeito semiótico “jornal” (LANDOWSKI, 1992, p. 27).

De acordo com Landowski, tais planos, do enunciado e da enunciação, aplicados à dimensão temporal, produzem duas “visões da história”: uma história linear, no interior da qual os períodos se encadearão por transições sobre pano de fundo de um tempo contínuo (1992, p. 46), ou, então, uma história marcada por rupturas bruscas, pontos de referência que servem para recortar, no interior de uma duração qualitativamente heterogênea, diferentes “fatias de vida” dotada de relativa autonomia (LANDOWSKI, 1992, p. 27).

No jornalismo, a “historicidade do presente” se faz a partir de dois tipos de procedimentos semióticos. O primeiro é um procedimento denominado “desembreagem”, em que o sujeito enunciante projeta em torno de si um tempo – e um espaço – de referência concebido como plano de realidade autônomo, que ordena a temporalidade numa rede de referências figurativas e “objetivas”, e constrói sua própria “identidade”, construindo uma alteridade (assume aí a forma de História).

Inversamente, o segundo procedimento, denominado “embreagem” tende a libertar o sujeito enunciator dessa necessidade lógica primeira que é a referência, a fim de substituí-la pela autorreferência, onde o seu presente é tudo: abolição da diferença, supressão da história, imediação do sentido num ato de adesão radical ao ser-aqui-agora, que suprime a diferença entre o eu (o nós) “sendo” e o eu (o nós) “sido” (LANDOWSKI, 1992, p. 52-53).

A referida questão da produção, no jornalismo, de uma narratividade temporalizada de modo segmentado, explodido, “objetivo”, tendo como sua contraface o tempo sócio-histórico, plano ontológico (primeiro – mundo referência), faz pensar o jornal em sua possível relação com a noção de narratividade proposta por Paul Ricoeur, ao afirmar que a narratividade remete a uma espécie de gramática ou de guia canônico das transformações representadas no texto, e que, sendo ele, em certa medida abstrato, supõe também certa destemporalização, já que destaca certa lógica da narração, que põe em relevo o tempo narrativo (1994, p. 71-76).

Assim sendo, o discurso do jornal é atualizado em um marco enunciativo particular em um tempo regulado e qualificado pela teia (de faticidade), que se organiza em prol da validação de seu dizer. Trata-se de uma temporalidade construída a partir da repetição de condutas profissionais típicas da racionalidade

jornalística, compreendida como a resultante de rotinas e de rituais estratégicos vinculados aos critérios de noticiabilidade, onde se inscreve a “atualidade” da informação oferecida no jornal.

O uso de verbos no tempo presente, especialmente nos títulos, para referir-se a fatos passados, por exemplo, com vistas a atender à exigência generalizada de informação nova (e atual), se situa num campo de tensão entre o pontual – aprisionado à data da edição – e o durativo – expandido num intervalo compreendido entre o passado e o futuro implicados em seus relatos. Trata-se de tensão que se apaga na teia de faticidade, já que a presentificação dos acontecimentos noticiosos está entranhada na *forma* jornal como um todo e não pode ser coisificada, ou mesmo decantada, dado que existe no *formato* e é o resultado das próprias estratégias de faticidade responsáveis pelos efeitos de atualidade.

Em síntese, trata-se de sutil refuncionalização da temporalidade dos eventos noticiosos, na qual o tempo ontológico transforma-se em um tempo diegético e se instala num espaço também diegético, cuja existência – o sentido – depende sempre de uma temporalidade própria da teia de faticidade estabelecida pelo jornal dia a dia. Tais aspectos, relativos à temporalidade instituída por meio do jornal diário, apontam, de certa forma, para uma crise da temporalidade jornalística.

Com o surgimento de tecnologias que permitem a divulgação quase imediata dos acontecimentos de importância social, e da conseqüente apologia da instantaneidade, surge no jornal impresso o imperativo de reformulação das próprias estratégias de presentificação de seus relatos. Isso porque a antiga definição de atualidade, que vigorou por mais de um século, após a eclosão da produção em massa de jornal, no século XIX, parece não ser mais suficientemente capaz de abarcar os fenômenos atinentes à temporalidade jornalística, os quais demandam, tanto para sua compreensão como para sua validação como forma de conhecimento, novos modos de percepção do tempo socialmente compartilhado via consumo do jornal diário.

Nessa perspectiva, *cronos*, tempo cronológico, e *kairós*, tempo da oportunidade – da ocasião particular e significativa –, para os gregos, ao serem pensados no contexto jornalístico, marcado por uma espécie de “performatividade acontecimental”, se misturam. Ainda que o próprio sistema jornalístico busque afirmar-se como uma instituição comprometida com o *cronos*, seu modo de ser, em

certa medida, autorreferencial, reforça nele o segundo tipo de temporalidade, *kairós*, o qual se vincula a uma espécie de figuratividade temporal.

Logo, a recorrência cíclica a formatos verbo-visuais já dados equivale à redundância necessária ao posicionamento dos interlocutores, e funciona como possibilidade de ajuste dos gestos interpretativos desses em relação ao “fluxo temporal narrativo”. Essa situação, além de avalizar os “efeitos de coerência” da narrativa jornalística, favorece a adesão do leitor, na experiência de leitura, ao ponto de vista do jornal, de modo que a informação jornalística aparece como “verdade-novidade” e o discurso do jornal como “verdadeiro-atual”.

Assim, o jornalismo cria, estrategicamente, uma temporalidade narrativa que se confunde com a temporalidade dos fenômenos, provocando a sensação de sincronia entre os acontecimentos-referência e os acontecimentos inseridos na unidade temporal totalizante contida na edição do dia. Ou seja, o jornal promove o apagamento da distância temporal, ontológica, existente entre fatos, reorganizando-os em função de “provocar” a “atualização” da notícia.

Igualmente importante na abordagem sobre o “formato jornalístico” é o estabelecimento de relações entre dois aspectos aparentemente antagônicos: sua natureza de “totalidade enunciativa” e seu modo de ser, na contemporaneidade, “fragmentário” e “modular”. Em que pese seus textos verbais conservarem uma estrutura mais linear, em seu todo o jornal se torna cada vez menos linear, em atenção aos novos modos de leitura, frutos de transformações tecnológicas e do surgimento de novas *formas* de experiência da informação, cuja ocorrência está vinculada aos aspectos sinestésicos e a relações sinópticas aí instauradas.

De acordo com Ana Claudia de Oliveira, o sujeito-leitor assume o seu lugar na interação e vive a relação com o jornal como experiência:

Com seu movimentar, com seus gestos, o leitor sente, prévio a tudo o mais, os valores e sentido que o une ao seu jornal. No e pelo ato mesmo de sentir o ordenamento sistemático do jornal, para apreendê-lo enquanto um todo de sentido, o leitor se sente a ele articulado. Nesse tipo de contato, o leitor sente que, na eleita quadratura, se enquadra a proposição constitutiva de uma regulação que se processa graças à inserção de sua própria sensibilidade. Enquanto sujeito sensível, ele se põe a sentir esse outro sujeito que é o jornal, também organizado por uma sensibilidade (2006b, p. 29).

Isso diz respeito, entre outras coisas, às distintas formas de sociabilidade e de acesso à informação, frutos de experiências dos leitores com dispositivos midiáticos eletrônicos em geral, e, de modo especial, com a televisão e a internet,

os quais se têm transformado em “objetos” discursivos cada vez mais heterogêneos em relação aos recursos semióticos que utilizam. O caráter sincrético e as conseqüentes novas possibilidades de interação e de fruição têm afetado as formas de cognição, de experimentação e de informação dos usuários. Esse fenômeno gera um processo de absorção e de adaptação que afeta os sistemas midiáticos em geral, e o jornal impresso em particular, que busca novos arranjos estéticos, com vistas a fortalecer os vínculos “afetivos” com o leitor.

Na atualidade, em meio às discussões sobre os efeitos da internet, sobre a incorporação de elementos das novas mídias às “velhas”, e, sobretudo, sobre o futuro dessas, onde o jornal impresso figura como o “alvo” mais lembrado de profecias distintas, entre elas, de que não sobreviverá às novas tecnologias e, em especial, à internet, parece-nos mais interessante a reflexão sobre as novas possibilidades de experiência dessa modalidade de jornalismo. Já que o “impresso” tem-se revelado cada dia mais eclético, do ponto de vista semiótico, e se ajustado progressivamente a novos modelos de textualização e de leitura, tirando proveito do que o diferencia de outros dispositivos, inclusive, e especialmente, da experiência tátil que possibilita.

De acordo com Manuel Castells, a internet forma um hipertexto e uma metalinguagem que, pela primeira vez na história, integra no mesmo sistema a modalidade escrita, oral e audiovisual da comunicação humana; portanto, não se pode subestimar sua importância (2007, p. 414). Castells afirma que a integração potencial de texto verbal, imagens e sons nos moldes da *web* muda de forma fundamental o caráter da comunicação, a qual, decididamente, molda a cultura, porque, segundo ele, como afirma Neil Postman, não vemos a realidade como ela é, mas como são nossas linguagens (2007, p. 414). Portanto, o jornal se organiza em torno de modelos verbo-visuais, os quais se oferecem como dispositivos de comunicação que tomam parte no processo semiótico de definição dos valores de nossa cultura.

Ou seja, sendo a cultura nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos, pode-se afirmar que os sistemas jornalísticos, ao longo da história, não ficaram refratários a tais mudanças. O jornal impresso, por exemplo, a cada dia se mostra mais sincrético do ponto de vista semiótico, na medida em que agrega distintos recursos não-verbais aos textos verbais para compor o seu conjunto significativo. E essa sua heterogeneidade compositiva revela a centralidade

de seu aspecto intertextual, na medida em que sua lógica informativa depende das relações entre seus vários textos verbais (títulos, intertítulos, legendas etc.) e não-verbais (especialmente fotografias).

Portanto, cabe dizer que o jornalismo, com seus padrões de textualização resultantes de processos históricos, é regulado, do ponto de vista semiótico, por jogos de relações que se estabelecem ao longo de suas edições e que se manifestam no nível da teia de faticidade, a qual se constitui continuamente como uma espécie de pano de fundo para os processos de significação instaurados pelo jornal. Essa teia ainda se revigora por meio das rotinas e dos rituais estratégicos, bem como dos modelos de textualização, que visam a dar às notícias as condições para que se afirmem como informação, ou seja, que correspondam a relatos atuais, de interesse social, com sentido para o leitor.

A abordagem sobre “o texto como ponto de partida”, empreendida nesta parte do trabalho, evidenciou que o jornal está organizado sob a forma de tecido sógnico que orienta modos peculiares de leitura. Estes, por sua vez, atualizam a sua posição enunciativa na cadeia narrativa instaurada pelo jornal. Trata-se de um dizer verificável por meio do reconhecimento dos discursos realizados, convocados, assumidos pelo sujeito semiótico “jornal” na realização do seu *formato*, no âmbito da leitura. Demonstrou-se que a intertextualidade está entranhada na materialidade textual do jornal e é determinante das relações verbo-visuais realizadas na experiência de leitura, as quais desvelam a teia de faticidade aí implicada.

O que foi dito evidencia que a referida intertextualidade, inscrita numa narratividade sócio-historicamente proporcionada nos segmentos textuais do jornal, vai modelando cultural e cognitivamente a formatação e os arranjos verbo-visuais que a determinam. Isto projeta as formas narrativas futuras, ao se repetirem e se renovarem em materialidades sensíveis que oferecem à leitura *formatos* repletos de figuratividade e de investimentos semânticos cada vez mais fortes, bem como “articulações sintáticas cada vez mais finas” (GREIMAS; COURTÉS, 2008). Tal reflexão conduz às ponderações sobre “o texto como interlocução” apresentadas na seção a seguir, que encerra este primeiro capítulo.

O texto como interlocução

A sociossemiótica do discurso jornalístico, proposta neste trabalho, ressalta as convenções estabelecidas pelos usos do jornal, sedimentadas por meio de formatações típicas e construídas com *regras implícitas*. São convenções que moldam hábitos e expectativas tanto no âmbito da produção do jornal como no da leitura, de modo que seu leitor ocupa um lugar central no discurso a ser atualizado, já que é ele que estabelece, interpreta, avalia, aprecia, compartilha ou rejeita as significações (BERTRAND, 2003).

Tais convenções têm relação direta com a ação do sujeito semiótico “jornal”, como unidade textual, como um “todo de significação” no nível discursivo. São convenções que definem o pacto entre sujeitos da enunciação e modelam o exercício textual em função de rituais, hábitos, motivos, incorporados ao funcionamento do sistema jornalístico, e sedimentados em seu exercício diário. Ou seja, a credibilidade, a validade do discurso do jornal, está baseada na observação das regras e das competências típicas do jornalismo, que se encarregam de substituir “verdades” por constructos semióticos, os quais Landowski denominou “estereótipos de sinceridade” (2002a).

Nesse sentido, a informação jornalística emerge em um campo de significação cuja familiaridade, semioticamente construída, possibilita o reconhecimento do jornal como sujeito coletivo enunciante. Seu aspecto formal está diretamente relacionado às marcas de faticidade nele contidas, que configuram, em larga medida, suas condições de leitura. São marcas relativas às estratégias verbo-visuais mobilizadas na articulação do seu *formato*. Trata-se de operações de discursivização que garantem a conexão entre o mundo-referência, o sistema produtor de informação e a leitura, que prevê os sujeitos do discurso e a dimensão intersubjetiva da interlocução no contexto do jornal.

Daí a relevância, para o estudo do texto jornalístico, da dimensão narrativa. Convém lembrar que, no plano narrativo, os atores sociais e os fenômenos referenciados são “reconstruídos” a partir das regras e do jogo de relações textuais do jornal. Em outras palavras, no texto do jornal, as personagens, fontes de informações ou apenas mencionadas por sua participação nos eventos noticiosos, adquirem *status*, competências, “agem” e ganham (ou não) força de voz

abalizadora, testemunhal, por meio da linguagem do jornal, que comanda as transformações das relações dos sujeitos na cadeia narrativa instaurada por ele.

A referida cadeia obedece ao enquadramento resultante da articulação de fatos e fontes, no nível dos fragmentos noticiosos, e da relação que estes fragmentos, unidades ou módulos informativos, verbais e visuais, estabelecem com o conjunto modular da página, a qual, por sua vez, estabelece relação intertextual com o jornal como um todo, que remete a universos mais amplos de significação. Trata-se da ampliação do conceito de teia de faticidade proposto por Gaye Tuchman (1978), como já foi mencionado.

Neste trabalho, o caráter intertextual de todo texto ocupa uma posição privilegiada, uma vez que se toma o jornal impresso como uma trama textual que instaura uma teia de faticidade que se reativa, se reinventa a cada edição, e se insere numa trama narrativa instaurada ao longo do tempo, por meio de suas edições diárias, vinculada à trama narrativa maior, configurada como meta-narrativa sócio-histórica.

Desse ponto de vista, o jornal é pensado como texto, conforme o definiu Bakhtin. Este autor concebe o texto como realidade imediata, sem o qual não há objeto de estudo (2000, p. 329-358). Ele refere-se ao texto enquanto “enunciado”, que se concretiza pela confrontação da intenção enunciativa (como projeto) com o acontecimento enunciativo (execução desse projeto). Esse processo envolve a modificação do projeto ao longo da execução, ou seja, o descumprimento da intenção enunciativa, uma vez que o “acontecimento na vida do texto, seu ser autêntico, sempre sucede na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos” (BAKHTIN, 2000, p. 333).

No jornalismo, tais noções interessam na medida em que apontam à “história do pensamento orientada para o pensamento, o sentido, o significado do outro, que se manifestam e se apresentam ao pesquisador somente em forma de texto” (BAKHTIN, 2000, p. 330). Segundo Bakhtin, independente de quais “sejam os objetos de um estudo, o ponto de partida só pode ser o texto” (2000, p. 330), tomado no sentido amplo de conjunto coerente de signos, ou mesmo como “texto implícito”, aquele que “depende da consciência de quem toma conhecimento dele” (2000, p. 330).

Para Bakhtin, o texto não é um objeto, não se subordina a uma necessidade empírica individual. Isto é, ele não se restringe à materialidade linguística oferecida

por um sujeito enunciador nem se resume a sua rearticulação no contexto da recepção, é dialógico, ou seja, sua capacidade enunciativa filia-se à interdependência entre o texto (objeto de análise e reflexão) e o contexto que o elabora e o envolve através do qual se realiza o pensamento do sujeito que pratica o ato de cognição e de juízo (BAKHTIN, 2000, p. 333). Daí, no jornalismo, poder-se falar, com Bakhtin, do encontro de dois textos, do materializado verbo-visualmente e do elaborado pelo leitor na relação com esse primeiro.

Embora partindo-se da perspectiva bakhtiniana para refletir sobre o problema do texto jornalístico, é relevante lembrar que, diferentemente de Bakhtin, que se interessou unicamente pelo texto verbal, ao tomá-lo como “dado primário de todas as disciplinas das ciências humanas, em particular nas áreas lingüísticas, da filologia, da literatura” (2000, p. 330), nossa reflexão está voltada para o conjunto de relações verbo-visuais que constituem a materialidade textual no jornalismo.

Com Bakhtin (2000, p. 331), afirmamos que por trás do jornal, como texto, como conjunto de enunciados, encontra-se o sistema da língua, correspondendo-lhe tudo quanto é repetitivo e reproduzível, tudo quanto pode existir fora dele. Conforme Bakhtin:

Porém, ao mesmo tempo, cada texto (em sua qualidade de enunciado) é individual, único e irreproduzível, sendo nisso que reside seu sentido (seu desígnio, aquilo para o qual foi criado). É com isso que ele remete à verdade, ao verídico, [...] à história. Em relação a essa função, tudo o que é repetitivo e reproduzível é da ordem do meio, do material (2000, p. 331).

Nessa perspectiva, a informação jornalística, ao se constituir de outros discursos, emerge como enunciado quando, em seu dizer, há a ocupação de um espaço discursivo que o diferencia rumo a um campo específico de significação, que se filia, por sua vez, a ordens de discursos já sedimentadas. Ou seja, para identificar o que se enuncia no jornal é preciso, antes, o reconhecimento, mesmo que inconsciente, dos jogos de relações que ocorrem nesse campo de saber (MOURA, 2008, p. 5).

Na esteira de Bakhtin (2000, p. 333), afirmamos que o texto noticioso demarca sua faticidade (remete à verdade, ao verídico, à história) no âmbito específico do sistema jornalístico e na cadeia dos textos por ele criada. Trata-se de uma “relação de interdependência” que se estabelece entre o texto, contexto e o sujeito semiótico “jornal”, que, sem perder de vista o leitor (co-autor), pratica o ato de cognição e de juízo.

Nesse sentido, a atitude do sujeito semiótico “jornal” em relação ao que representa está implícita na composição verbo-visual de seus textos. Trata-se, conforme Bakhtin, de uma atitude constitutiva do texto (2000, p. 343). Mas, embora seja possível dissociar o sujeito semiótico “jornal” de suas fontes de informação, não se pode dizer o mesmo em relação à sua materialidade textual, porque o que tal materialidade enuncia emana da ideia que se tem do jornal como sujeito enunciante, apreensão de marcas contidas no próprio texto do jornal.

Porém, falar de aspectos intertextuais, dialógicos, e de função plural do texto jornalístico, não equivale à negação do aspecto “objetividade”. Apesar de marcada por regularidades formais, e produzidos em contexto de rotina profissional e de rituais estratégicos, a intertextualidade e a dialogicidade jornalística, ao contrário, indicam que sua objetividade e identidade são construídas e atualizadas diariamente por meio de práticas de textualização ativadas em um contexto sócio-histórico dinâmico. Ou seja, o jornal se constrói diariamente como prática relacional em constante reconstrução.

Assim sendo, a instância enunciativa jornal se constrói pouco a pouco, e os juízos vinculados aos “objetos” a que faz referência se cristalizam ao longo do tempo, e cooperam para a constituição de valores-notícias e dos valores sociais. Esses juízos também funcionam como reserva informativa à qual o jornal recorre, sempre que necessita, para contextualizar seus relatos e reforçar suas perspectivas fatuais (acionamento da teia de faticidade).

Desse ponto de vista, interessam as figuras de enunciação manifestadas e operacionalizadas no jornal, correspondentes àquilo que Bertrand (2003) chama “enunciação enunciada”. Esta instala, de maneira simulada, a presença e a atividade do sujeito semiótico “jornal”, que é diferente do sujeito da enunciação “real”, o da cena intersubjetiva da comunicação, que está implícito e que só se manifesta no texto pelos simulacros linguísticos de “enunciações enunciadas” precedentes – “digo”, “penso”, “me parece” etc. –, que dependerão dos critérios de análise que permitem apreendê-las (BERTRAND, 2003, p. 77-97).

No texto jornalístico, é comum a presença de marcas textuais dos simulacros linguísticos de “enunciações enunciadas”. Entre eles, destacamos os verbos *dicendi*, comumente utilizados para introduzir a fala das fontes jornalísticas na notícia. Os verbos *dicendi* ou verbos *de dizer*, empregados para introduzir a fala de outrem, tanto no discurso direto quanto no indireto, como “afirmou”, “declarou”,

“falou”, “disse”, geralmente são utilizados de forma a conferir às notícias efeitos de imparcialidade.

Vale lembrar que, ao selecionar suas palavras e imagens (fotográficas, por exemplo), o jornal atribui voz às personagens e agrega sentidos aos fatos aos quais são vinculados, acionando, assim, a teia de faticidade, que promove um enquadramento específico (MOURA, 2006, p. 74). Nesse sentido, pode-se afirmar que o sujeito semiótico “jornal” é uma instância em construção, sempre parcial, incompleta e transformável, que apreendemos a partir do discurso realizado. Ele é uma instância apreendida na experiência (uso, leitura) da materialidade sensível, que se faz informação, conhecimento, por meio de práticas sedimentadas, por hábitos.

Como afirma Bertrand:

O cerceamento de nossa condição de *homo loquens* se fundamenta em duas ordens de restrições que determinam a realização do discurso, as imposições a priori das categorias morfossintáticas e os limites, de ordem sociocultural, impostos pelo hábito, pelas ritualizações, pelos esquemas, pelos gêneros, e até pela fraseologia, que moldam e modelam, sem que saibamos, a previsibilidade e as expectativas do sentido (2003, p. 87).

Em outras palavras, a enunciação jornalística está atravessada tanto pelas “enunciações enunciadas” nos fragmentos noticiosos verbais e visuais, como por toda a teia de faticidade que se vai instaurando nos textos jornalísticos a cada edição, que justificam sentidos já dados, depositados na memória cultural, num campo de significações que fixam esquemas discursivos, que o jornal convoca, atualiza, reitera, ou, ao contrário, revoga, renova e transforma. De modo que a teia de faticidade jornalística projeta categorias semânticas que vão instalar o universo do sentido.

Nessa perspectiva, a eficácia persuasiva do discurso realizado pelo jornal se baseia, sobretudo, na sua *formatação* textual, que corresponde à estruturação de operações enunciativas que subentendem as suas trajetórias argumentativas. O jornalismo dá a ver, articula de forma hierárquica as unidades informativas, o que corresponde a sucessivas operações que as isolam e/ou associam, fazendo-as equivaler a unidades do discurso, ou seja, transformando-as em sentido (*forma*).

No contexto jornalístico, uma descrição de acontecimentos precede uma narração, que precederá os diálogos estabelecidos entre as fontes de informação (personagens) mobilizadas nos textos jornalísticos. Assim sendo, a relação entre

essas unidades não é mera sucessão, mas, sim, corresponde a um dispositivo que garante a coesão de seu conjunto e engendra uma forma de credibilidade particular para o seu leitor, que se chama “ilusão referencial” (LANDOWSKI, 2002a, p. 78).

Segundo Landowski, a semiótica faz crer que não se pode confiar em referentes mundanos, não por idealismo, mas porque nada se dá de modo imediato, ou seja, tudo é produto de uma competência semiótica capaz de construir um mundo significante (2002a, p. 78). Assim, conceitos como realidade, verdade, reduzem-se a efeitos de sentido, sendo que o real se reduz a uma ilusão referencial, a efeitos de verdade, e o verdadeiro a questões de veridicção, ilusões criadas pelo plano de coerência do discurso jornalístico ou por outras estratégias discursivas específicas.

Em outras palavras, o discurso jornalístico, incapaz de apreender o “real”, submete-se às condições fatuais proporcionadas pela articulação estratégica da teia de faticidade, ao mobilizar, de forma profissional, fatos (principais e complementares) e fontes de informação, os quais são acomodados no texto jornalístico como elementos semióticos que permitem a criação dos simulacros substitutos do mundo dos acontecimentos.

A referida articulação estratégica da teia de faticidade está relacionada à possibilidade de um tipo de experiência do conjunto significante do jornal em que as unidades e módulos informativos transformam-se em vetores da tensão que as tornam reconhecíveis como “peças” de afirmação do dizer do sujeito semiótico “jornal”. Tais unidades menores do texto, uma vez integradas ao campo figurativo gravitacional do arranjo verbo-visual do jornal, geram correlações que, por recorrência, transformam-se nos simulacros do mundo dos acontecimentos.

Interessa, aqui, o discurso jornalístico, tomado como ato fundador daquele que, ao enunciá-lo, se enuncia e se afirma: o sujeito semiótico “jornal”. Trata-se de um sujeito produtor de discurso, cujo ponto de vista, reconhecido e referendado por meio da teia de faticidade, apreensível no seu *formato*, designa uma opinião, uma tomada de posição, mesmo que ainda persista nos manuais de redação de jornalismo um receituário que prescreva a isenção, a não emissão de opinião, nem de juízos de valor etc.

Assim, embora, no jornal, a opinião seja expressa explicitamente em determinadas páginas, por meio de uma subjetividade assumida, sua opinião está também expressa sob a aparência do discurso objetivo, fatural. Por exemplo, seu

ponto de vista é determinado pela formatação e pela maneira como aí instaura o discurso de outrem, com vistas a refutá-lo ou a utilizá-lo para consolidar seu próprio discurso. Em outros termos, o sujeito semiótico “jornal”, apreendido na *forma* “jornal”, tem seu ponto de vista determinado pelo jogo das posições enunciativas instauradas entre o sujeito do discurso e os seus “objetos” (mundo-referência, fontes, leitores etc.), e não por um sujeito sozinho, identificado como um centro de orientação.

Sobre isso, Abril (2007a, p. 150) propõe pensar três modos de discurso, os quais equivalem às instruções dadas por cada situação de comunicação, logo úteis à abordagem jornalística: diegético, descritivo e argumentativo. Enquanto o modo diegético supõe operações de *temporalização*, ou seja, de organização de conteúdos segundo a sucessão temporal, o modo descritivo consiste, sobretudo, em operações de *espacialização*, disposição de objetos ou imagens em um cenário. Ou seja, a descrição representa precisamente o resultado de uma atividade perceptiva, que necessariamente remete ao ponto de vista do sujeito da enunciação, ao seu foco descritivo.

Trata-se de um tipo de atividade perceptiva que supõe significados alegóricos ou simbólicos e não meramente empíricos. Tal “alegoria”, de cunho descritivo, em alguns casos, diz respeito aos sentimentos e estados de ânimo que qualificam afetiva ou passionalmente o relato, como ocorre, frequentemente, no contexto do jornalismo. Em alguns casos, mesmo nas informações de cunho fatural, essas figuras alegóricas de descrição resultam em efeitos de sentido com conotações de cunho político e moral.

Dessa perspectiva, com Abril (2007a, p. 151), pode-se afirmar que as funções diegética e descritiva se interpenetram no todo da estrutura narrativa do jornal e mesmo em um único texto. E no caso da presença do modo argumentativo jornalístico, em que os segmentos visuais e escriturais funcionam e interatuam demonstrativamente, como premissas ou conclusões de um argumento, identificam-se relações complexas entre elementos verbo-visuais, plásticos, tipográficos e icônicos (ABRIL, 2007a, p. 152).

Em poucas palavras, o jornal impresso é determinado pelas estratégias de estruturação textual que selecionam e orientam as relações entre o seu todo e as suas partes. Essas circunstâncias dizem respeito aos modos de discurso, ao aspecto sinóptico, sinestésico, da experiência de apreensão da estrutura modular,

do *formato* (que orienta a *forma*) verbo-visual (que faz emergir o sujeito semiótico). A tais circunstâncias soma-se o trabalho simbólico situado nas dinâmicas invisíveis do jornalismo, em que as experiências cotidianas e o imaginário do leitor dão passagem aos valores que pautam sua conduta e definem sua maneira de perceber os acontecimentos sociais.

Ao final deste capítulo, ressaltamos o lugar de fala demarcado pela dimensão narrativa do jornal, a qual transforma acontecimentos e atores sociais em “objetos” semióticos. Assim sendo, na experiência do *formato*, dialógica, tais “objetos” convertem-se em elementos referenciais. Estes cooperam para constituição dos valores-notícias e dos valores sociais, transformando-se ao longo do tempo em reserva informativa à qual o jornal recorre para contextualizar seus relatos e reforçar suas perspectivas fatuais.

O intuito foi demonstrar que o *formato* do jornal tanto ativa como é ativado pela teia de faticidade, que se refaz permanentemente no acontecer da *forma* que revela a informação jornalística. De modo que *teia*, o *formato* e a *forma* – dimensões indissociáveis de um mesmo processo –, todos da ordem do devir, acontecem na leitura em um campo de significações que convoca, atualiza, reitera, ou, ao contrário, revoga, renova e transforma os esquemas discursivos que projetam as categorias semânticas e instalam o universo do sentido no âmbito da informação jornalística. Feito isso, passamos ao segundo capítulo, “Por uma teoria do formato jornalístico”.

Por uma teoria do formato jornalístico

Este capítulo apresenta a diversidade dos aspectos em torno de noções fundamentais para refletir sobre o “formato jornalístico”. Aponta como as referidas noções se imbricam e se complementam, de modo a revelar o caráter de constelação – reticular – da reflexão empreendida. Desse modo, esta parte esclarece a natureza da proposta e, também, justifica a incompletude do percurso realizado, uma vez que este trabalho se limita a abrir caminhos em direção à construção de uma “teoria do formato do jornal”, oferecendo-se à leitura, portanto, como algo inacabado.

Com a finalidade de desenvolver a proposta de reflexão sobre o “formato jornalístico”, este capítulo integra 12 seções diversas e complementares sobre dimensões estéticas, afetivas, de identidade e de coerência que determinam as condições do acontecer da informação jornalística, no âmbito do devir, discurso em ato. Primeiro, demonstra-se que o jornal equivale a um corpo sensível apreensível em uma *forma* que delinea o processo de assunção e de reconhecimento de uma perspectiva discursiva na experiência de leitura. Em seguida, discorre-se sobre a submissão da materialidade textual jornalística a uma espécie de *sinopsis* que coloca num mesmo plano de consistência visual o conjunto de seus fragmentos verbo-visuais.

Dando prosseguimento, são apresentados esclarecimentos sobre uma das categorias centrais da tese, a “informação”. Discorre-se sobre a origem da palavra “informar” de modo a avançar no sentido de demonstrar o caráter processual da experiência do *formato* e sua dependência da participação ativa da instância leitora. O intuito é enfatizar que o *formato* possibilita a rearticulação da estrutura modular, a qual, além de constituir partes deslocáveis no espaço gráfico, no momento da formatação do jornal, equivale àquilo que direciona a atenção do leitor e oferece as condições de atualização das trajetórias de leitura, no âmbito da recepção.

Nas seções seguintes, destacam-se elementos do processo de síntese das heterogeneidades verbo-visuais experimentadas no *formato*, como, por exemplo, relações entre os arranjos da materialidade “jornal”, a instalação dos sentidos, os percursos de leitura sugeridos e os valores potencializados e intermediados por meio das posições ocupadas pelas unidades informativas no desenho geométrico

padronizado da diagramação. Demonstra-se também a importância da ancoragem no processo de semantização desencadeado no jornal, principalmente no que diz respeito às *lexias*, pensadas como pontos de espessamento e de direcionamento de sentido bem como de conexão entre unidades e módulos que condicionam a experimentação da condição hipertextual do jornal.

Realça-se outra questão igualmente significativa para a compreensão dos procedimentos de construção da textualidade jornalística e de orientação da experiência enunciativa, no âmbito da recepção: o papel das “esquematisações” na constituição dos simulacros que manifestam o ponto de vista do enunciador jornalístico. Ressalta-se que os esquemas direcionam os arranjos verbo-visuais dos acontecimentos noticiosos, ao estabelecerem campos de tensões entre polos semânticos no nível das oposições fundamentais do discurso – orientados bipolarmente (bem-mal, vida-morte,...) –, e constituem a base das *performances*, que representam as hierarquias dos confrontos e dos acordos que se estabelecem entre o mundo-referência e o mundo-noticioso “presentificado” no jornal.

Dá-se sequência com a reflexão sobre as condições de experiência do *formato* do jornal com a abordagem sobre o processo de figurativização, com ênfase em aspectos relativos à alegoria e à constituição de um campo “imaginário” que permeia todo esse processo. Com isso, demonstra-se que os sentidos construídos pelo sistema de representação verbo-visual do jornal estão em correlação com figuras significantes do mundo apreendido no *formato*, o qual emerge em meio a uma abundância de “imagens-documento” que remetem ao imaginário matizado pelo repertório de imagens memoráveis, compreendidas como modos de representação e pressupostos normativos fundados na narratividade jornalística, bem como de uma “semiose” midiática em geral.

O que foi dito justifica as ponderações da seção subsequente, intitulada “Apreensão estética e percurso sensível”. Nela discorre-se sobre a competência semântica, apreendida nos modos de figurativização do jornal, compartilhada entre enunciador e enunciatário, ressaltando-se a relação de atenção, de cooperação e de confiança etc. que assegura a possibilidade de concretização da informação jornalística no âmbito da leitura. A essas questões são acrescentados, nas seções imediatas, esclarecimentos sobre as noções de *performance*, presença e concretização, mobilizadas como dimensões da experiência in-formativa do jornal.

Alude-se ao conceito de *performance* para refletir sobre a emergência do sentido, a reiterabilidade e as práticas de reconhecimento implicadas na ritualidade jornalística. A *performance* trata de uma competência de informar regulada pela *mise-en-scène* de simulacros e por uma espécie de teatralização que desperta no leitor o sentimento de co-presença e de compartilhamento de experiências vividas. Isso num contexto em que a mobilização de elementos figurativos forja a presença corpórea do jornal. De modo que os elementos verbais, iconográficos e imagéticos, experimentados no conjunto sinóptico “jornal”, simulam a recriação de uma espécie de consonância do mundo.

Com a intenção de ancorar tudo isso, a última seção do capítulo apresenta as “racionalidades semióticas da in-formação” imbricadas na experiência discursiva no âmbito do jornalismo: *dispositiva* (modo de organização verbo-visual), *passional* (instauração de um campo de presença afetiva) e *cognitiva* (*episteme* do “formato”: apreensões e representações cognitivas). Trata-se de três dimensões experimentadas de forma reticular, como “faces” de um mesmo “negativo” no qual a experiência sensível funde-se ao inteligível e dá passagem à informação, que revela o “sujeito semiótico “jornal””.

A (in)formação jornalística

Ponto de vista do discurso

O discurso do jornal não é simples adição ou combinação da significação de suas partes. É uma instância que se pronuncia no ato de produção desencadeado e intermediado pela diagramação/formatação da materialidade verbo-visual, tomada como o “dispositivo que prepara para o sentido” (MOUILLAUD, 2002b, p. 30). Portanto, o discurso referido é a manifestação do sentido cada vez que o jornal ocupa uma posição que o submete a um ponto de vista e estabelece, na leitura, a posição do leitor, fazendo-o reviver o ato a partir do qual todo o conjunto significativo jornalístico adquire uma *forma*.

De tal perspectiva, é o “ponto de vista do discurso” que permite compreender, no *formato* jornalístico, a ocorrência da *forma* que confere ao jornal o estatuto de ocorrência presente, atual e específica. Assim sendo, as noções de *discurso* e de

formato, na experiência do jornal, recobrem globalmente os mesmos fenômenos. De modo que, estrito senso, parte-se das estruturas verbo-visuais de significação mais gerais para atualizar gradativamente a diversidade e as especificidades das configurações de expressão do sentido de cada fragmento – unidade informativa – da textualidade jornalística.

Trata-se da emergência do discurso por meio da experiência do *formato* textual jornalístico. Experiência na qual o sentido caminha do conteúdo em relação à expressão, ainda que o discurso do jornal não se manifeste por fluxos determinados, mas pelo intercâmbio entre conteúdo-expressão e expressão-conteúdo. De tal modo, neste trabalho, embora a percepção do discurso possa aparecer sobredeterminando a experimentação do *formato*, na prática a separação dessas instâncias (complementares) implicaria a perda de sentido, a impossibilidade de apreensão do *formato*: do discurso do jornal.

Procuramos evidenciar que é a partir do ponto de vista do discurso, mais geral, que se recuperam a diversidade e as particularidades da “expressão” e apreende-se o conjunto significativo do jornal. Desse modo, a materialidade sensível “jornal” liga-se a uma posição de dizer que se orienta dentro de um marco enunciativo em que o enunciador-jornal e o enunciatário-leitor se definem e se reconhecem à medida que a verbo-visualidade vai se articulando, no *formato*, e adquirindo contornos de sentido, ou seja, ganhando *forma* de discurso. Ou seja, a experiência do *formato* do jornal é “delineada” pela posição assumida pelo “sujeito da percepção”, instalado pela instância leitora.

Deste modo, a referida *forma* é um invólucro sensível, um contorno, que delimita o lugar da *experiência*, a mesma que a faz [a forma] “aparecer” (FONTANILLE, 2007, p. 98). De tal modo, o sujeito semiótico “jornal” impresso equivale ao corpo sensível, que se percebe na *forma* que ele adquire no processo de assunção e de reconhecimento de uma perspectiva discursiva na experiência de leitura. Dito de outro modo, o jornal é uma experiência em que a dêixes – espaço, tempo e, por último, o sujeito semiótico “jornal” – está associada a uma experiência sensível da presença, perceptiva e afetiva, no âmbito da recepção (FONTANILLE, 2007, p. 98).

De acordo com Fontanille, cada ocorrência do discurso é, ela própria, ocasião de um grande número de atos de linguagem encadeados e sobrepostos uns sobre os outros (2007, p. 109). Segundo o autor, a *práxis* enunciativa é justamente esse

conjunto aberto de enunciações encadeadas e sobrepostas no interior do qual se introduz cada enunciação singular; portanto, pela repetição, reformulação ou inovação, todos os atos da *práxis* enunciativa são subjacentes ao exercício de um ato singular (FONTANILLE, 2007, p. 109). Daí não se poder encontrar a origem do discurso do jornal, o qual se apreende na espessura de outros discursos aos quais ele se refere incessantemente.

Além de ressaltar a dinamicidade, a vitalidade e, também, a complexidade do processo de formação do discurso jornalístico, tal reflexão remete à noção de “enunciado” na perspectiva de Mikhail Bakhtin, em *Estética da criação verbal*, e também na de Michel Foucault, em *A arqueologia do saber*. Pontos de vista que, como dissemos, ajudam a pensar a noção de “unidade informativa”, tomada como unidade mínima da enunciação, no contexto da informação jornalística.

Como expusemos, a informação jornalística acontece sempre “nas fronteiras de *duas consciências*, de *dois sujeitos*” (BAKHTIN, 2000, p. 333), já que ela é constituída por unidades, módulos, não redutíveis a objetos, na medida em que indicam a inauguração de uma posição discursiva, enunciativa, na experiência do arranjo verbo-visual do jornal. Assim, no contexto jornalístico, dentro de uma unidade ou módulo informativo, seus componentes verbais e/ou visuais podem ser reiterados. Todavia, ao serem apreendidos na leitura, ocorre como “um novo fragmento de enunciado, pois sua posição e sua função mudaram no todo do enunciado” (BAKHTIN, 2000, p. 335). Isso porque o jornal se constitui dialogicamente, ou seja, é atualizado na relação que as unidades ou módulos informativos estabelecem entre si, tendo em conta o modo de instalação da presença do enunciador e do enunciatário.

Portanto, a linguagem jornalística, verbo-visualmente construída, estabelecida modularmente nas páginas do jornal, resulta tão somente em recursos, em meios, até ser apreendida, dialogicamente, no “ato” comunicativo, momento em que se ultrapassa a materialidade sensível e se alcança o sentido do que se diz, em que o jornal in-forma, constitui-se conhecimento. Corroboramos com essa perspectiva, a afirmação de Bakhtin de que “o experimentador é parte integrante de um sistema experimental (a microfísica)” (2000, p. 352). Neste sentido, destacamos que informar-se por meio do jornal é tornar-se parte integrante do texto jornalístico, dos seus enunciados, da dialogicidade entre eles.

Dessa perspectiva, bakhtiniana, embora o discurso enunciado pelo jornal tenha pretensão de ser verdadeiro, isto não se determina por sua verbo-visualidade, mas por sua relação com a “realidade”, com o sujeito semiótico “jornal”, com os enunciados que mobiliza e aos quais remete por implicação dialógica, que os fazem ganhar *status* de verdade, de informação válida. Ou seja, as relações do discurso enunciado pelo jornal com o mundo dos acontecimentos, com o próprio sistema jornalístico e com outros enunciados reais não se reduzem a relações de ordem lógica, mecânica ou, mesmo, natural, apreensíveis na materialidade “jornal” (BAKHTIN, 2000, p. 352).

Ainda adotando o ponto de vista de Bakhtin (2000, p. 353), embora este autor tenha se referido ao texto verbal, afirmamos que os enunciados verbo-visuais não são simplesmente unidades do “fluxo verbo-visual” ou mesmo da “cadeia discursiva” do jornal, mas sim unidades dentro do *formato* do jornal. Trata-se do *formato* como devir, portanto, não possui uma significação, mas um “*sentido* total” relacionado aos valores de verdade que o legitimam, na medida em que conta com a compreensão responsiva do leitor, que acrescenta à relação comunicativa seus próprios juízos.

Para Foucault, um enunciado, termo polissêmico, “é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (2002, p. 32). E, embora ele seja único, está aberto à repetição, transformação e reativação, pois está ligado a enunciados que o precedem e o seguem. Para o autor, “em seu modo de ser singular (nem inteiramente lingüístico, nem exclusivamente material)”, “o enunciado é “uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos e a partir da qual se pode dizer, [...] pela análise ou pela intuição, se eles [os signos] fazem sentido” (FOUCAULT, 2002, p. 98-99).

Em outras palavras, aquilo a que se refere o enunciado – o que é posto em jogo por ele, não apenas o que é dito, mas aquilo de que fala, seu “tema” – é que permite dizer sobre o sentido do que se diz (FOUCAULT, 2002, p. 102). Nessas condições, a relação do enunciado com o que se enuncia é anterior, por exemplo, à relação da proposição com o referente, da frase com o seu sentido, ou mesmo dos atos de fala com os seus valores de verdade.

De acordo com Foucault:

Se uma proposição, uma frase, um conjunto de signos podem ser considerados “enunciados”, não é porque houve um dia, alguém para proferi-los ou para depositar, em algum lugar, seu traço provisório; mas sim na medida em que pode ser assinalada a posição de sujeito. Descrever uma formulação enquanto enunciado não consiste em analisar as relações

entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer); mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito (2002, p. 109).

Nesse sentido, é decisiva a noção de interdiscurso, tomado como relação de um discurso com outros, por meio de confrontação, de influência mútua, que estabelecem entre si. De acordo com Eni Pucinelli Orlandi, “o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e lingüisticamente determinado” (1992, p. 89). Assim, o enunciável, o dizível, no jornalismo, está ancorado num já-dito, que ocorre num espaço de exterioridade em relação à língua e ao sujeito (MOURA, 2008, p. 5).

No jornalismo, a identificação de enunciados, no sentido foucaultiano, não ocorre na imediaticidade da relação entre observador e informação. De ordem acontecimental, a informação noticiosa, constituída de múltiplos discursos circulantes na sociedade, emerge como enunciado, ou enunciados, quando no entrecruzamento dos planos de conteúdo e de expressão, na materialização discursiva, ocorre a ocupação de um lugar de fala (MOURA, 2008, p. 5).

Ou seja, para se reconhecer o que se enuncia no jornal é preciso, antes, perceber, mesmo que não tão claramente, os jogos de relações aos quais ele se refere, nos quais toma parte ao se constituir sujeito do discurso que enuncia, o que encontra guarida em Gilles Deleuze, em seu comentário sobre enunciado em Foucault. Segundo Deleuze, existem três tipos de espaço em torno do enunciado: espaço colateral, formado por outros enunciados; espaço correlativo, que trata da relação do enunciado com seus sujeitos, objetos e conceitos; espaço extrínseco, que reúne as formações não-discursivas: instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos (1988, p. 13-24).

Nesse sentido, as escolhas enunciativas, vinculadas à estruturação verbo-visual do jornal, são aquilo que determina a experiência do enunciado. Assim, o jornal constitui-se intertextualmente, e, por sua vez, interdiscursivamente, por aquilo “ao qual cede, que o conduz em sua superfície translúcida, que age e pensa por ele, que dita os enunciados necessários e autoriza os enunciados possíveis” (ROUANET, 1996, p. 13). Não se trata, então, de encontrar a origem do que se enuncia, no jornal, mas de atingir “a inscrição do que é dito enquanto positividade do *dictum*, o enunciado” (DELEUZE, 1988, p. 26), o qual se dá a ver na percepção do discurso instaurado por meio da articulação verbo-visual do jornal.

Nessa perspectiva, o jornal, ao se posicionar enunciativamente, se inscreve em uma formação discursiva, ou seja, instala seu dizer “em um campo enunciativo onde tem lugar e *status*, que lhe apresenta relações possíveis com o passado e lhe abre um futuro eventual” (FOUCAULT, 2002, p. 113). Com outras palavras, no jornalismo não há enunciado em geral, totalmente aberto, indiferente e independente, mas sempre enunciados, tomando parte numa série ou conjunto, desempenhando um papel junto a outros, neles se apoiando e deles distinguindo-se, de modo a não perder suas especificidades, garantidas pela adoção dos critérios de noticiabilidade, calcados nos valores-notícia (MOURA, 2008, p. 6).

Portanto, o sujeito semiótico “jornal” constitui uma cadeia narrativa por remissão, atualização de uma rede de “lugares” voltados à noticiabilidade e relacionados com a rede de notícias (*news net*), os quais impõem uma hierarquia no processo produtivo, refletida no produto “jornal”. Assim, o jornalismo faz ver sua polifonia constitutiva, marcada por uma pluralidade intertextual, que ajuda a ver o jornal em sua complexidade, como aquele que vem à tona por meio dos diversos *status*, nos diversos lugares, nas diversas posições que pode ocupar quando se pronuncia discursivamente (MOURA, 2008, p. 8).

Nesta seção, tratou-se de aspectos atinentes ao “ponto de vista do discurso”, ressaltando-se dois aspectos: cada enunciação singular se oferece como sentido na relação que estabelece com o conjunto aberto de enunciações encadeadas e sobrepostas no jornal; informar-se, por meio do jornal, é tornar-se parte integrante do texto jornalístico, dos seus enunciados, da dialogicidade estabelecida entre eles. Feitas estas colocações, passamos agora ao momento em que se demonstra o aspecto conjuntivo implicado na experimentação da heterogeneidade verbo-visual no contexto do discurso jornalístico em ato, tendo como base a interlocução instituída por mecanismos – culturalmente determinados – da dimensão sensível do jornal, que, por sua vez, oferece à leitura múltiplos direcionamentos de sentido.

Conjunto sinóptico

Neste trabalho, assim como em Abril, denomina-se “sinóptico” o modo cultural e cognitivo de organização da materialidade verbo-visual no espaço tipográfico do jornal impresso (2002, p. 107). A expressão “sinóptico”, derivada de

synopsis, corresponde a algo análogo ao “exame do conjunto”. Recorre-se a esse vocábulo para aludir a um tipo de experiência visual, a visão sincrônica de um conjunto textual, que não era possível com os discursos temporalizados da narração e da oratória (ABRIL, 2003, p. 107). No jornalismo, a disposição sinopticamente estabelecida das matérias em suas páginas resulta ser uma estrutura funcionalizada a partir de modelos de textualização culturalmente motivados e assimilados, que gera “novos” modos de interação entre leitor e dispositivo.

O modelo sinóptico simula um esquema de mediação para a prática do jornalismo que otimiza a produção e cria possibilidades de dinâmicas distintas no ato de leitura. Isto favorece a assimilação rápida de informação, por um lado, e, por outro, requer uma maior cumplicidade do leitor, já que se trata de um modelo construído a partir de uma ordenação simultânea de módulos informativos que, para ser apreendida, requer a adoção de uma postura ativa por parte da instância leitora, sob pena de o jornal permanecer como um conjunto desarticulado de muitos fragmentos.

Abril ressalta que o modelo sinóptico é um tipo de matriz cultural da informação que se desdobrou com a imprensa e com o correlativo desfalecimento de um tipo de *semiosis* “simbólica” enraizada na cultura oral (2003, p. 115). Segundo ele, os signos foram tratados progressivamente como “representações, como unidades funcionais diferenciadas, e também postos ao alcance do leitor, como unidades informativas fragmentárias, desgarradas, em muitos casos, dos discursos narrativos, retóricos e normativos precedentes (2003, p. 115).

Diríamos que outra é a normatividade na contemporaneidade. Uma normatividade que, no jornalismo, comprometido com a legibilidade, submete a materialidade textual a “uma espécie de “sinopsis” que homogeneiza a experiência perceptiva de um conjunto de fragmentos visuais em um mesmo plano de consistência óptica” (ABRIL, 2003, p. 115), onde múltiplos elementos semióticos, verbo-visuais, se misturam e geram os sentidos. Trata-se de um modo de experimentação textual que acomoda “técnico-pragmaticamente signos e textos para ampliar sua comunicabilidade e sua operatividade” (ABRIL, 2003, p. 115).

Conforme Patrick Charaudeau, o jornal impresso é um gênero midiático sujeito a três tipos de exigência: de *visibilidade*, de *legibilidade* e de *inteligibilidade* (2006a, p. 233). Para atender à primeira exigência, o sistema produtor de jornal

investe na paginação (primeira página, rubricas, fotos, desenhos, gráficos, tabelas, tipos de colunas, molduras etc.) e na titulação (títulos, pré-títulos, subtítulos, *leads*). Desse modo, o jornal cumpre, segundo Charaudeau, três funções: *fática* – de tomada de contato com leitor –, *epifânica* – de relato do novo – e *sinóptica* – de orientação ao percurso visual do leitor no espaço informativo do jornal (2006a, p. 233).

Em atenção à segunda exigência, a *legibilidade*, o jornal se ancora nos investimentos destinados a atender à reivindicação de *visibilidade* (paginação e titulação), aos quais acrescenta o cuidado com o modo de escritura dos textos, realizando-os do modo mais acessível ao maior número de pessoas possível. Para atingir esse fim, distribui as informações em gêneros particulares, como notas, boxes, entre outros, que se somam nos espaços das páginas aos fios e retículas (molduras), ilustrações, tipografia etc.

Tais procedimentos juntos atendem à terceira exigência, a *inteligibilidade*, vinculada, conforme Charaudeau, ao “porque” e ao “como” dos acontecimentos noticiosos, o que condiciona tal exigência, especialmente, às escolhas relativas à formatação da informação (2006a, p. 233). De acordo com esse autor, todas essas exigências ligam-se a outra, a da *dramatização*, a qual, embora menos admitida, pelo imaginário de “credibilidade” associado ao jornalismo, insinua-se nas modalidades de textualização da informação, ou seja, na articulação estratégica da materialidade verbo-visual jornalística (2006a, p. 234).

Assim sendo, a materialidade verbo-visual do jornal deve ser pensada como conjunto articulado, cujos sentidos se constroem no âmbito da estruturação rítmica de sua plasticidade, que faz identificar aquilo que em sua materialidade produz o sentido. Desse modo, o interesse do leitor pelo jornal baseia-se em processos que criam as condições de interação com a sua corporeidade sensível. Conforme Oliveira, a receptividade do leitor ao jornal e à notícia é um fazer da enunciação ancorada na formatação que “edifica a esteticidade desse pôr-se em relação implicativa” (2006b, p. 18).

Nesse contexto, a “unidade da visão” responde assim a uma nova conformação do espaço visual – o espaço sinóptico – e da “estrutura do campo de visão”, entendido como uma matriz de simultaneidade que torna possível a visão mesma como forma de (novo) conhecimento (ABRIL, 2003, p. 119). O jornal impresso, por exemplo, ao articular fragmentos textuais extraídos de um contínuo

temporal e refuncionalizados conforme a ordem espacial sinóptica e sinestésica das suas páginas, abre caminho a processos discursivos nos quais a leitura, antes que criar um mapa unitário do texto, procede de forma inferencial e contextual (ABRIL, 2003, p. 119). Isso porque há algo exterior às próprias unidades informativas, para além de seus marcos de referência, que modula a sequência enunciativa resgatada (atualizada) pelo leitor.

Em outras palavras, os vários elementos da materialidade verbal e visual do jornal são articulados modularmente nas páginas, vertical e horizontalmente, de modo a abrir possibilidades de relações de sentido diversas, porque o movimento encadeador das linguagens verbal e visual cria relações sintagmáticas no âmbito da experiência visual, que, por sua vez, é dimensionada por relações rítmicas estabelecidas a partir da sincretização verbo-visual. Devido à sua estrutura modular e às possibilidades de rearranjos intertextuais, abrem-se, então, múltiplas possibilidades de direcionamento de sentido.

Ou seja, do ponto de vista do sujeito e da atividade enunciativa, ocorre uma mobilidade posicional e o descentramento do discurso em relação a uma posição privilegiada de enunciação. Trata-se de dispositivos progressivos de produção semiótica que incorporam a multiplicidade posicional dos sujeitos interlocutivos como elemento constitutivo, embora, a nosso ver, sobressai, em certa medida, a ascendência da hierarquia verbo-visual no processo interpretativo desencadeado no/pelo jornal. Dito de outro modo, ainda que o leitor tenha chaves interpretativas, em sua experiência do conjunto sinóptico “jornal”, no uso dessas chaves ele tende a assimilar, em grande medida, os direcionamentos “afetivos” e “performáticos” dos arranjos verbo-visuais ali propostos.

A abordagem sobre a propriedade sinóptica do jornal empreendida neste tópico evidenciou que sua composição modular acomoda técnico-pragmaticamente o conjunto significativo oferecido em suas páginas. Isso porque, além de garantir agilidade à produção, tal colocação em *sinopsis* gera o descentramento do discurso em relação a uma posição privilegiada de enunciação, na experiência de leitura, na medida em que faculta aos sujeitos interlocutivos, jornal e leitor, uma multiplicidade posicional orientada sinestesicamente pelo dinamismo da verbo-visualidade jornalística, oferecida à leitura como presença fática, epifânica e sinóptica. Notemos a relação entre tal colocação em *sinopsis* e o processo informativo instaurado no jornal na seção “In-formar”, apresentada a seguir.

In-formar

In-formar, no sentido aristotélico, é *dar forma*, unificar e ordenar um correlato material submetendo-o à inteligibilidade e/ou à integridade conceitual, ou exteriorizar como expressão sensível um conteúdo inteligível. Por outro lado, na informação moderna, onde se insere a prática jornalística, o *dar formato* procura a *eficácia de um processo de comunicação* no tempo e no espaço. O que faz do jornalismo uma prática *estratégica*, que assegura as condições de registro, armazenamento, transmissão e identificação textual de quaisquer dados ou conteúdos, assegurando sua estabilidade (ABRIL, 2007b, p. 67).

De acordo com Francisco-Javier Bernal Cruz (1985, p. 13), as raízes etimológicas do vocábulo ‘informação’ nos dão seu principal valor epistemológico, o qual foi diluindo com o passar do tempo. O vocábulo procede do latim *informatio*, que significa noção, ideia, representação. Segundo Bernal Cruz, *informo* era entendido pelos latinos como formar, dar forma, descrever, instruir (assim, *formador* era aquele que instruía). Hoje, de imediato, tal expressão remete à ação de informar – dar notícia –, mas tanto ‘informação’ como ‘informar’ guardam na história semântica as noções de educação. Nesse sentido, ‘formação’ e ‘informação’ coincidem, pois a forma exerce sua função precisamente informando. Dar forma – mudar, educar – é, pois, o mesmo etimologicamente que informar (CRUZ, 1985, p. 14).

Cabe aqui explicar o sentido do termo ‘informação’ neste trabalho, já que equivale a uma de suas categorias básicas. O interesse é pelas *equivalências* entre notícia/informação e informação/unidades de informação (unidades de significação do *formato* do jornal) – verbais, gráficas, icônicas etc. Desse modo, percebe-se, por um lado, que a notícia é informação com fins mercadológicos, produzida com vistas a atender às exigências do mercado editorial jornalístico, cuja função professada é divulgar os acontecimentos de interesse social.

Por outro lado, conforme refletido neste estudo, a informação é a concretização de um processo instaurado no/pelo jornal, composto de unidades informativas mínimas que emergem, na leitura, como presença enunciativa ao serem articuladas no *formato* pelo discurso realizado. Isto é, aqui, informação é o que sobrevem à leitura do jornal, que ganha *forma* de conhecimento por meio do *formato*, processo de experimentação de sua materialidade verbo-visual.

Com outras palavras, informação é a revelação do “sentido” no *formato*, o qual vem à presença do leitor na *forma* do conhecimento jornalístico, ou seja, é o resultado, na leitura, da organização e atualização dos arranjos verbo-visuais dispostos estrategicamente nas páginas do jornal. Nesse caso, tanto as “unidades informativas” quanto sua “modularização” correspondem a dispositivos verbo-visuais de orientação do *formato*, que, por sua vez, norteia a assimilação do sujeito semiótico “jornal”.

Logo, trata-se de um sujeito semiótico que se reconstitui como inteireza do corpo da informação jornalística, no ato cognitivo de reconhecimento que relaciona suas partes – unidades e/ou módulos informativos. Assim, lembrando, os arranjos das unidades informativas e os módulos aí reconhecíveis são aquilo que faz emergir o contorno da verbo-visualidade *in-formativa* do jornal para o leitor, que atualiza e faz reconhecer os sentidos aos quais ela remete no contexto da unidade textual maior chamada jornal.

De modo que, associada a outras ou isolada, a unidade informativa pode equivaler a um módulo informativo. É parte integrante e integralizadora do discurso jornalístico. Em outros termos, são os elementos que compõem o conjunto significativo que suporta o discurso enunciado pelo jornal. Todavia, a informação não resulta da apreensão de sentido em unidades isoladas; ao contrário, deriva da conjunção das mesmas ao se oferecerem como isotopias no acontecer da identificação e/ou do estranhamento em relação às demais unidades de informação, dispostas isoladamente ou contidas em módulos.

Nesse sentido, as unidades informativas que dão *forma* ao conhecimento jornalístico são os elementos textuais de continuidade e de descontinuidade a partir dos quais o sentido se pronuncia. Mas, se não reconhecidas na leitura, se deslocadas, são a própria ausência de sentido. Isto é, processadas como elementos de significação do “todo”, as unidades informativas agregam sentidos aos textos do jornal, se não, perdem, na leitura, o caráter de unidades informativas, e convertem-se em ruídos: não informam. Portanto, essa concepção adotada de “unidade” remete à noção de “enunciado”, na perspectiva de Foucault.

Para Foucault, reconhecer um enunciado é reconhecer uma posição de dizer, que ativa todo um campo discursivo, e tem uma existência remanescente no campo de uma memória. Segundo ele, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, o enunciado não é apenas a substância ou o suporte da articulação

de discursos específicos, é também um *status*, se instala em redes, se deposita em campos de utilização, se oferece a deslocamentos e a modificações possíveis, se integra a operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga (2002, p. 122-136).

O que foi dito demonstra a pertinência da analogia entre a noção de unidade de informação e a de enunciado no contexto de produção discursiva instaurado pelo jornal. Contudo, a aproximação proposta entre as referidas noções não deve perder de vista que a empreitada de Foucault relaciona-se à ciência, à análise de tipo científico ou a ciências que respondem a critérios de rigor, e está voltada para formações discursivas empreendidas ao longo da história (2002, p. 234).

Neste estudo, de outro modo, tais noções têm valor heurístico, isto é, ajudam-nos tão somente a refletir sobre as condições da emergência da *forma* que engendra sentido à materialidade verbo-visual jornalística. Logo, as unidades informativas são aquilo que, no processo enunciativo desencadeado pelo jornal, faz emergir a *forma* ‘noticiosa’, que atualiza e faz reconhecer os sentidos aos quais ela remete no contexto da unidade textual do jornal todo, lugar de encontro, de identidade, de tudo aquilo que engloba – seu conjunto significante –, formado por unidades informativas verbo-visuais dispostas modularmente nos espaços de suas páginas.

O *formato* a que nos referimos, então, resulta de um jogo tensivo entre unidades informativas que se organizam verbo-visualmente em torno de isotopias diferentes, contudo orientadas pelo discurso na direção de um percurso de sentido distinto, que engendra a *forma* do conhecimento jornalístico, a informação, o “conhecível” [na perspectiva aristotélica]. Por esse viés, “o conhecível é o conjunto dos saberes compartilhados por uma comunidade ou por partes de uma comunidade, e que de alguma maneira estão à espera de uma forma de organização expressiva e uma forma de organização dos conteúdos” (FABBRI, 2004, p. 56).

Neste trabalho, o referido *formato*, diferenciado por seu viés processual e por sua dependência da participação ativa do leitor, equivale à experiência rearticuladora da estrutura modular. Esta estrutura além de se constituir de partes deslocáveis no espaço gráfico, no momento de sua formatação, equivale àquilo que possibilita, no *formato*, múltiplas probabilidades de arranjos, os quais propiciam variadas trajetórias. Tais arranjos permitem ao leitor transitar de uma coluna a outra,

de uma página a outra, saltando partes, criando relações transversais, vinculando a leitura de uma charge fechada, do ponto de vista gráfico, a outras matérias das páginas de opinião e de política, parar em uma parte, transitar de uma manchete a outra, parar num dado ponto, “sair do jornal”, “voltar ao jornal”, ler somente os *leads* das matérias, ir das fotografias aos textos verbais, retornar dos textos verbais às fotografias, etc.

O que foi dito revela os modos de exploração dos textos distribuídos nas páginas do jornal que levam a linearização e disposição de colunas a perderem sua ordenação unidirecional típica das antigas narrativas escritas tradicionais. Sobre isso, Canga Larequi afirma que, na atualidade, o desenho irregular, utilizado durante muitos anos por grandes jornais no mundo todo, que estruturava a página de uma forma quase casual, desapareceu, dando lugar ao sistema modular de estruturação da informação jornalística (1994, p. 46-47).

E em seu exame das vantagens do desenho modular, da perspectiva da produção jornalística e também do ponto de vista da leitura, Larequi (1994, p. 46-47) ressalta que esse tipo de organização textual corresponde a uma técnica que funda automaticamente a relação título-texto e o caminho do texto. Segundo o autor, trata-se de um tipo de diagramação que simplifica e acelera a planificação das páginas do jornal, de modo que sua diagramação se flexibiliza e possibilita uma visão de conjunto. Assim sendo, facilita a produção redacional, ao designar um número exato de linhas aos redatores, como também a montagem das páginas e as mudanças de última hora (LAREQUI, 1994, p. 46).

Isso tudo ressalta a importância da noção de módulo para a reflexão sobre o “formato do jornal” proposta neste trabalho. Abril destaca que a expressão “módulo” registra-se pela primeira vez no século XVII como diminutivo de “modo”. *Modulari* significa “regular”, e *modus*, “medida”. Tanto é que, derivado do étimo indo-europeu *med-*, “módulo” guarda parentesco com “modelo”, “modal”, “molde” e também com “cômodo” – o conveniente ou ajustado; e, ainda mais sugestivo, segundo Abril, com “moderno”: originalmente, o que está feito sob medida (2003, p. 91).

Analogamente à cadeia de montagem taylorista, em que processos laborais estão subdivididos em acontecimentos de ação elementar, e em cujo limite da subdivisão se encontra a *unidade ato*, “acontecimento elementar de uma ação unitária” (LUHMANN, 2005b, p. 109), na matriz cultural informativa, onde se insere o jornalismo produzido em escala industrial, o seu correlato é a *unidade de*

informação. Trata-se de processos laborais marcados pela crescente racionalização do tempo e dos movimentos produtivos, em que o conjunto de gestos chega a constituir um código geral e formal do exercício do trabalho industrial (ABRIL, 2007b, p. 66).

Nessa perspectiva, em certa medida, a lógica diagramática do jornalismo na contemporaneidade segue uma lógica semelhante à das imagens sintéticas, computacionais, ao adotar a prática de modularização. É uma prática de formatação que recorre a modos de representar os acontecimentos de relevância social e que aproxima a materialidade “jornal” de uma espécie de abstração formal, permitindo a manipulação, a transformação e a recomposição de tudo aquilo a que recorre para reconstituir os acontecimentos noticiosos, o que diz respeito a modos de representação formalizados, capazes de explicar e de validar os relatos noticiosos.

Assim, os fragmentos textuais já não são simples partes reintegráveis a um todo simbolicamente qualificado⁹. De acordo com Abril (2007b, p. 66), *modularização* textual é um processo que se opera onde se aplicam regras de fragmentação, normalização e conexão entre unidades informativas. Segundo o autor, todas as técnicas e textos impressos (livros, folhetos, cartazes publicitários, jornais) foram definindo formatos que se orientavam pela racionalização dos recursos do processo produtivo, por um lado, e pela captura do interesse do leitor, por outro (ABRIL, 2007b, p. 66).

Nesse sentido, a estrutura fragmentar do jornal na contemporaneidade está orientada por uma racionalidade própria, marcada por constrangimentos e limites relativos às rotinas e aos rituais estratégicos típicos de seu processo produtivo. Portanto, os desafios relativos à demanda por informação, exiguidade do tempo de produção, negociações em torno do que é e de como é a notícia, que definem o *formato* da informação jornalística, estão interligados às várias etapas do processo produtivo. Tais desafios começam a se delinear na reunião de pauta e vão-se definindo paulatinamente até a concretização do produto “jornal”, que ganhará uma *forma*, discursiva, por meio de “negociações” na experiência de leitura.

⁹ A perda do sentido da totalidade em benefício do “conjunto funcional”, trágica para alguns filósofos – a exemplo de Nietzsche, para o qual “o todo deixou de viver; é composto, calculado, artificial, um artefato” –, não o é para alguns teóricos do início do século XX, como é o caso de Siegfried Kracauer e Walter Benjamin, que encontraram na experiência do fragmento uma via metodológica privilegiada para a exploração da própria modernidade, na medida em que corresponde a frações funcionais, comutáveis e modularmente conectáveis (ABRIL, 2007b, p. 66).

Nesta seção ressaltou-se que a informação é a concretização do processo de experimentação verbo-visual instaurado pelo jornal, é a revelação do sentido no *formato*, o qual vem à presença do leitor na forma do conhecimento jornalístico. O que foi exposto visou a ratificar a proposição de que as unidades informativas, no contexto do jornal, equivalem aos elementos textuais mínimos de continuidade e de descontinuidade a partir dos quais o sentido se pronuncia. Trata-se de unidades organizadas, no jornal, normalmente, em torno de isotopias concorrentes, todavia orientadas pelo discurso jornalístico na direção de um percurso de sentido distinto.

Esses elementos corroboram o que se propõe neste trabalho e sugerem a pertinência do enfoque adotado para explicar o processo informativo desencadeado pelo jornal. Além disso, eles legitimam as explicações sobre o funcionamento do dispositivo “jornal” na contemporaneidade no que diz respeito à organização diagramática modular, a qual além de facilitar a visão do conjunto verbo-visual jornalístico, libera o leitor da ordem linear das narrativas escritas tradicionais.

Isso sugere modificação nas dinâmicas de leitura. Isto é, o leitor se vê interpelado e instigado à ocupação de um lugar interlocutivo que o conduz a uma espécie de abstração formal, na medida em que as coisas, embora pareçam, não estão dadas *a priori*. Ao contrário, dependem, mais do que nunca, da disposição da instância leitora de ir ao encontro de uma corporeidade que ambiciona se oferecer à leitura como corpo vivo, solicitando-lhe um envolvimento corpóreo recíproco. Trata-se de novos padrões textuais do jornalismo, os quais serão aprofundados na seção seguinte.

Padrão textual contemporâneo

Verbo-visualidade e integração sinestésica

Embora fossem muito diferentes das atuais, as técnicas, as linguagens visuais e a paisagem simbólica do Barroco seiscentista¹⁰, elas prefiguraram as linguagens e as tecnologias audiovisuais contemporâneas, que muito influenciaram as linguagens e o modo de ser do jornalismo impresso atual, conforme afirma Abril (2003, p. 170-171). Segundo este autor, a busca insaciável da “eficácia em afetar”,

¹⁰ Aqui nos referimos a características do Barroco seiscentista, como o culto exagerado à forma e a adoção de recursos estilísticos excessivos, marcados por fortes apelos emocionais.

“em despertar e mobilizar os afetos”, deu início a um processo de homogeneização do público consumidor, de modo que o advento posterior de uma produção industrial estandardizada e de consumidores tipificados já se havia antecipado na produção manufatureira e na relativa “despersonalização do público” que se produziram no Barroco (2003, p. 171).

De acordo com Peter Burke, no Barroco, a cultura plástica católica, fortalecida em prol da reafirmação das doutrinas postas em entredito pelos protestantes, adotou um estilo teatral no uso das imagens como parte da mensagem. Segundo Burke, esse estilo, teatral ou retórico, expressava uma consciência da necessidade de persuadir o espectador. Nesse sentido, as imagens eram utilizadas como respostas aos argumentos contrários aos princípios católicos no nível emocional, inconsciente, ou seja, “subliminar”. (BURKE, 2005, p. 73-74)

Os aludidos efeitos emotivos pretendidos pelo destinador na fase barroca, acrescenta Abril, são semelhantes aos pretendidos na contemporaneidade pelo jornal impresso e pela publicidade (2003, p. 174). Resultam de uma complexa integração sinestésica, que não somente põe em jogo a visão, mas o conjunto dos sentidos do destinatário, transformando múltiplas impressões sensoriais em imagem real, que “preenche o conjunto de nossos órgãos dos sentidos” para produzir um efeito de verdade (ABRIL, 2003, p. 174).

Isso é, na contemporaneidade, novos padrões semióticos e de operações cognitivas – a fragmentariedade, a modularidade, a espacialização sinóptica etc. – são o que vigora, em oposição à estrutura “profunda” e “gerativa” das formas culturais modernas (ABRIL, 2007b, p. 66). Para Abril, tudo isso corresponde à orientação *psicotécnica*, ao intento de controlar tecnicamente as condições de recepção – a capacitação da atenção e sua continuidade, o impacto afetivo, o tempo de leitura etc. (2007b, p. 66).

Hoje, as relações rítmicas geradas pela fixação dos planos visual e verbal produzem uma temporalidade própria aos modelos de paginação, cadenciados pelas colunas verticais e suas suspensões pelos cortes horizontais, mais ou menos extensos, bem como pelas escolhas dos tamanhos das fontes com vistas a gerar contrastes entre branco-preto no papel-jornal, o que resulta no delineamento cromático e em inquestionáveis implicações sinestésicas (OLIVEIRA, 2006a, p. 3). São procedimentos que definem o ritmo e promovem uma ordenação tempo-

espaço, a qual “determina a unidade visual da presença do jornal” (OLIVEIRA, 2006a, p. 3).

Tais “arranjos” das unidades informativas estão conjugados à experiência visual, a qual é dinâmica, e, ao mesmo tempo, interação de tensões dirigidas (ARNHEIM *apud* Silva, 1985, p. 23). Nesse contexto, conforme Oliveira, os arranjos verbo-visuais são fruto de direcionamentos impostos pelo perfil de leitor estabelecido, e correspondem a tipos de convenção que despertam a atenção, promovem a adesão ao ponto de vista do jornal, além de construir simulacros de mundos que o envolvem, fazendo-o agir ou reagir (2006b, p. 4). Inclusive, de acordo com a autora, é esse leitor esboçado que estabelece a visualidade que mais se adequa ao modo de se pôr na relação “corpórea” da leitura (2006b, p. 5).

De tal modo, de uma unidade informativa a outra, de um módulo a outro, do verbal ao visual, de um plano horizontal a um vertical, de uma coluna a outra, é oferecido ao leitor um corpo, recheado de outros corpos retirados do mundo-referência, fragmentos de real, mas sempre reconhecíveis – diríamos metonimicamente – como partes que valem pelo todo. Esta valência está sustentada por um conjunto de estratégias de faticidade, que se baseiam na reprodução verbo-visual dos valores-notícia, os quais estão diretamente relacionados à explicitação da singularidade do evento noticioso.

Assim organizados, estrategicamente, os vários elementos semióticos, verbo-visuais, do jornal impresso, costumam atingir a relativa autonomia discursiva destinada a convalidar o *status* de conhecimento aos relatos jornalísticos. Desse modo, faz equivaler o jornal a um conjunto de blocos visuais que se ajustam ao *formato* que direciona os sentidos rumo à efetivação do discurso do jornal. Ao se dispor ao leitor no dia a dia, tais modos de organização da materialidade verbo-visual jornalística, tornados regulares, acabam condicionando a postura co-enunciativa da instância leitora.

Nesse contexto, a disposição verbo-visual projeta o universo semântico por meio de signos compreensíveis, e, segundo Silva, “ao mesmo tempo, produz uma informação visual de reforço estético através dos símbolos gráficos” que afetam a sensibilidade do leitor (1985, p. 26). Conforme o autor, o “discurso gráfico”, guiado por noções de ritmo, equilíbrio, harmonia, voltadas à melhor ordenação das informações predominantes e secundárias, bem como pela adequação entre elas, tem como objetivo ordenar a percepção do conjunto do jornal (SILVA, 1985, p. 44).

Ou seja, cabe ao leitor atualizar o projeto gráfico¹¹, por meio do *formato* advindo da diagramação, a qual transforma a cada dia a face do jornal, como se espera, já que seu principal compromisso é com a informação nova, especialmente em relação aos relatos enquadrados dentro do gênero notícia. Logo, sendo tanto um modo de viabilização do processo produtivo da novidade quanto de reafirmação identitária, as escolhas verbo-visuais e diagramáticas em geral afetam a sensibilidade do leitor, o que favorece sua adesão à perspectiva enunciativa do sujeito semiótico “jornal”.

De acordo com Bruno Leal, a manutenção do mesmo, as continuidades formais, a repetição do já conhecido, servem de suporte, moldura, para o novo, o diverso, o que varia periodicamente no jornal (2002, p. 2). Leal afirma que, no jornalismo, “não há certamente a novidade absoluta nem a redundância excessiva, mas o novo é tornado visível a partir da repetição de fórmulas narrativas, colonistas, espaços, jornalistas, padrão visual, etc.” (2002, p. 2).

Com base em José Rebelo (2000), Leal afirma que ao definir o que é notícia, o jornal, de um lado, o faz em nome das expectativas, valores, repertórios, do leitor, que, por sua vez, espera reconhecer-se ali (2002, p. 4). Por outro lado, ao apresentar uma aparência reconhecível gráfica, visual ou auditivamente, o veículo “antecipa” o gosto estético do leitor, que, então, “abre-se” à interação, ao “passeio” pela superfície textual. Segundo Rebelo, esse viés cooperativo entre o sujeito semiótico “jornal” e o leitor faz ver no jornal uma esguelha normatizante, gera “efeitos de real”, “ao estratificar e hierarquizar as leituras, ao normalizá-las através de categorias abstratas” (2000, p. 45).

Leal ressalta que “o jornal, ao se apresentar reconhecível e identificado com o leitor, além de se fazer plausível como objeto comum, torna aceitável o seu ‘conteúdo’, ou seja, o real por ele veiculado” (2002, p. 4). Conforme Leal, tais procedimentos de interação cotidiana entre o sujeito semiótico “jornal” e os leitores tornam familiares os códigos, os valores, os conceitos, as formas com que organiza e constrói a realidade da qual diz ser reproduzidor. Para o autor, esse contato periódico do leitor com o jornal equivale a um modo de tornar comum, conhecido e reconhecível, o mundo nele criado (LEAL, 2002, p. 4).

¹¹ Diz respeito ao projeto de estruturação gráfica padrão a ser aplicado na diagramação de cada edição do jornal, e é o que assegura sua identidade visual.

Nesse contexto, a identidade verbo-visual resulta ser uma espera do leitor em relação ao compromisso tácito que o jornal assume de oferecer informação credível e, do mesmo modo, acessível. Conforme Oliveira, a reiteração plástica gera uma “confiança fundante da relação interativa”, na medida em que promove a sensação de continuidade, bem como de normalidade, que são significantes para, sensivelmente, o leitor “assegurar-se das formas de seu estar no mundo e estar em condições para construir meios de acompanhar a sua evolução” (OLIVEIRA, 2006b, p. 14).

Reforça esse ponto de vista o que alega Nunberg em seu artigo, de 1998, “Adeus à era da informação”, ao afirmar que o contexto que outorga autoridade ao documento informativo está contido na forma do documento mesmo (*apud* ABRIL, 2007b, p. 66). Isto é, a validade da informação, em questão, “procede de um formato sensível e inteligível, por sua vez legitimado historicamente, entre outras, por razões de eficiência comunicativa e operativa”, como acontece no contexto do jornalismo impresso (ABRIL, 2007b, p. 66).

Nessa perspectiva, a verbo-visualidade se oferece à leitura como materialidade distribuída nas páginas do jornal em dois eixos diagramáticos, vertical e horizontal, regidas pelas oposições alto-baixo, superior-inferior, de modo que a verticalidade é rompida por fragmentações horizontais criadoras dos espaços das manchetes e das chamadas, assim como aquelas das fotografias e dos desenhos (OLIVEIRA, 2006b, p. 8). Por meio da relação já conhecida esquerda-direita, bordas laterais-centro, os cortes horizontais instauram um número fixo de zonas na vertical, que vão ganhando forma e ritmo a partir do número de colunas, com suas dimensões de largura e altura (OLIVEIRA, 2006b, p. 8).

As colunas também determinam as medidas para o enquadramento de fotografias, desenhos, anúncios publicitários, atuam como princípio de distribuição dos elementos na página e amparam o alinhamento de textos verbais e visuais, o que gera a sensação de equilíbrio visual e de movimento rítmico na leitura (OLIVEIRA, 2006b, p. 8-9). Tudo isso favorece a abertura da materialidade “jornal” aos seus sentidos, pois estes se instalam nos percursos de leitura sugeridos e potencializados em valores investidos nas posições ocupadas pelas unidades informativas no desenho geométrico padronizado da diagramação, esboçado sobre as posições prescritas por seu projeto gráfico.

O jornal, portanto, é produzido a partir da síntese das heterogeneidades verbo-visuais experimentadas no seu *formato*. Conforme Oliveira, os textos são articulados na distribuição da página, mantendo entre si relações significativas, por exemplo, a diagramação, nos moldes do projeto gráfico do jornal, que arranja topologicamente as partes da composição, de modo que formas e cores são posicionadas em figuras geométricas regulares que dinamizam a quadratura da página a partir de linhas verticais e horizontais, retas e diagonais que se entrecruzam (2006b, p. 9).

Também útil para a reflexão sobre a dinamização da quadratura da página é a noção de “paratexto” e suas relações com as várias unidades informativas distribuídas nas dimensões espaciais de ocupação da página impressa. O “paratexto”, categoria aplicada aos títulos, notas, ilustrações, moldagem e outras marcas destinadas a facilitar o ordenamento textual, indica, em grande medida, as condições da experiência semiótica jornalística. Ele participa da experiência sensorial da textualidade verbo-visual, atuando, na leitura, na fixação das durações e extensões, alturas, planos, ritmos, densidades, de modo que se superpõe aos códigos linguísticos e interatuam com eles.

Os paratextos, portanto, no contexto do jornal, funcionam como pequenos “textos” que acompanham, envolvem, delimitam os textos principais, de modo que constituem uma zona de transição e de transação entre sujeito semiótico “jornal” e leitor. Assim, tais paratextos encurtam, intertextualmente, o caminho entre a materialidade verbo-visual desarticulada, ainda não organizada como informação, e a emergência do *formato*, a partir do qual nasce a “informação”.

Os procedimentos de integração sinestésica decorrentes das relações verbo-visuais estabelecidas no *formato* jornalístico, na contemporaneidade, conforme foi desenvolvido nesta seção, dizem respeito às estratégias de busca de efeitos emotivos. Estes são atingidos por meio de procedimentos que tornam as imagens parte da mensagem e as integram sinestesicamente ao conjunto da materialidade textual jornalística, colocando em jogo a visão e o conjunto dos sentidos do leitor com vistas a controlar suas condições da recepção. Nesse sentido, atualmente, os arranjos verbo-visuais favorecem a dimensão corpórea da experiência de leitura do jornal.

O intuito dessas considerações foi demonstrar que a disposição verbo-visual do jornal, ao visar à antecipação do gosto estético do leitor, por meio de uma

formatação padronizada, reconhecível, orienta a atenção e condiciona a postura co-enunciativa da instância leitora. Assim, define-se o universo semântico da experiência do *formato*. Isto realça a perspectiva adotada neste trabalho a partir da qual a disposição verbo-visual favorece a abertura do jornal aos sentidos, os quais se instalam nos percursos de leitura sugeridos e potencializados em valores investidos nas posições ocupadas pelas unidades informativas no desenho geométrico padronizado da diagramação.

Para melhor esclarecer sobre esses aspectos, a seguir abordaremos questões sobre expedientes de fixação de sentidos no jornal relacionados à experiência estética jornalística, tanto no âmbito de produção como no da recepção.

Cor, fotografia e fixação de sentidos

Além dos diversos aspectos já apontados, a cor no jornal funciona como importante elemento articulador, demarcador de fronteiras e de destaque de unidades informativas, colocando em andamento inúmeros efeitos de sentido. De tal modo, a cor compõe o *formato* a partir de parâmetros, de valores, que remetem aos próprios valores informativos do jornal, que se instalam diariamente numa hierarquia pré-definida pelo projeto gráfico, o qual funciona como uma grade cerceadora com os limites de ocupação do espaço onde o mundo dos acontecimentos de relevância social ganha existência pública, discursiva.

De acordo com Luciano Guimarães, no texto visual, particularmente no jornalístico, as cores podem ser separadas em dois grupos. O primeiro compreende as sintaxes e as relações taxonômicas, de cunho paradigmático, voltadas à organização, à atração, ao destaque, criação de planos de percepção, hierarquização informativa, direcionamento de leitura, entre outros (2003, p. 29). O segundo compreende as relações semânticas, voltadas à ambientação, criação de relações simbólicas, bem como à conotação ou denotação. Contudo, Guimarães destaca que as relações do primeiro grupo, as sintáticas, podem também ser de natureza semântica – aí são chamadas de sintaxes conceituais (2003, p. 29). Ele afirma que a utilização da cor na organização de informações costuma transferir significados e valores para o grupo de informações que àquela cor foi subordinado (2003, p. 29).

Nesse contexto, a cor tem um papel importante no âmbito da experimentação estética do jornal, pois faz parte dos recursos plásticos recorridos com vistas à articulação de intensidades afetivas, sensíveis, e associam-se às demais unidades informativas, tanto às mais próximas em termos espaciais, como ao conjunto da página, no processo de articulação semiótica. Portanto, a cor é um dos elementos da racionalidade passional instaurada no jornalismo. Trata-se de um recurso visual que interpela instantaneamente o leitor por meio de suas dimensões mensuráveis: o matiz (a cor mesma ou *croma* – força de atração da visão), saturação (quanto mais intensa, mais carga de expressão e emoção) e brilho (vai da luz à obscuridade).

Logo, a cor participa do processo de figurativização desencadeado pelo jornal, o que se explica pelo fato de que o mundo-referência é colorido, aspecto que a torna “carregada de informação e uma das experiências visuais mais penetrantes que todos temos em comum” (DONDIS, 2006, p. 64). Conforme Lorenzo Vilches, a cor na página do jornal tem, principalmente, um caráter pré-figurativo, pois não está unida necessariamente a objetos icônicos tais como pessoas ou coisas, mas enfatiza o contraste necessário para estabelecer as zonas de leitura e de importância da imagem em geral (1997, p. 42). Segundo Vilches, concretamente, a cor se apresenta entre a mancha gráfica e o papel, entre linhas, entre os elementos tipográficos e fotográficos, entre títulos (grandes contrastes) e subtítulos etc. (1997, p. 42).

Nesse sentido, ajuda a pensar tal complexidade do processo de formatação jornalístico a atenção dada às cores em relação aos contornos de apresentação visual das palavras, por sua distribuição no espaço bidimensional da página e no espaço tridimensional do volume, e também sua combinação com outras classes de signos gráficos e icônicos. Isso porque, no jornalismo, o significado linguístico está atravessado pelas condições da experiência plástica, visual, e da interação sinóptica entre seus diversos registros semióticos, experimentados por meio tanto da visibilidade quanto da tatilidade.

A tatilidade, o toque, uma vez que adotamos uma perspectiva teórica que valoriza a *corporeidade*, a colocação em *presença* um do outro – jornal e leitor –, ganha um valor particular. Na experiência de leitura, no contato com o impresso, com o seu calor do objeto “jornal”, o tato toma parte na percepção. Conforme Dondis (2006, p. 70), o tato é o sentido que serve frequentemente de “duplo” do elemento visual “textura”, pois ambos se desdobram como sensações conexas e

enriquecedoras. Segundo a autora, o juízo do olho costuma corroborar com o da mão mediante o tato, embora a maior parte de nossa experiência textural seja ótica, não tátil (2006, p. 70).

Juntamente com elementos cromáticos, a fotografia jornalística é empregada como recurso semântico importante. Ela, ao “buscar” – com base em seu sistema de valorização dos acontecimentos-notícias – registrar o visível, a fim de produzir imagens-documentos, cria no leitor uma “ilusão” indicial (BARTHES, 1990), provocando, assim, associações que reforçam estereótipos e colaboram na construção dos imaginários coletivos. Com base na perspectiva barthesiana, afirmamos que o caráter denotativo da fotografia jornalística naturaliza seu aspecto simbólico, ou seja, gera um efeito de naturalidade (“ilusão indicial”) que se contrapõe à sua real condição de artifício semântico da conotação – inseparável da qualidade enunciativa que a vincula ao discurso do jornal.

Conforme Lorenzo Vilches, cada imagem fotográfica apresenta uma estrutura perceptiva sobre a qual o leitor relaciona elementos visuais em uma vinculação abstrata entre si – cores, espaços, formas abstratas e iconográficas etc. (1997, p. 26). Tais elementos perceptivos, segundo Vilches, estão relacionados com os elementos da enunciação, isto é, com o modo por meio do qual se produz a situação discursiva apresentada na fotografia no contexto do jornal – a intencionalidade do fotógrafo, do jornal e o que se espera que o leitor faça com tudo isso (1997, p. 101).

Vilches ressalta que o leitor seleciona seu percurso de leitura seguindo um direcionamento – as relações abstratas entre códigos icônicos e códigos linguísticos –, bem como as circunstâncias abstratas de enunciação com base nas relações do jogo enunciativo proposto pelo sujeito semiótico “jornal”. Ou seja, o leitor segue instruções do texto: a) as oferecidas – lugares comuns, tópicos visuais ou linguísticos e b) as decididas por ele no jogo textual – aplicação de hipóteses com base em seu próprio saber enciclopédico, competências culturais e habilidades de leitura jornalística (VILCHES, 1997, p. 103).

Nesse contexto, com vistas ao controle e à construção dos simulacros em relação às imagens recorridas para constituir a teia de faticidade no âmbito do discurso jornalístico, existe na articulação verbo-visual um tipo de procedimento de subordinação conceitual da imagem ao significado linguístico, o qual Barthes (1990) denomina *ancoragem*. Ela destina-se a evitar a polissemia, centra e reduz as

possibilidades significativas do texto icônico (ZUNZUNEGUI, 2007, p. 143). Um exemplo de *ancoragem*, mencionado por Barthes, é a legenda da fotografia jornalística, que interpreta seletivamente os significados possíveis da imagem fotográfica, reduzindo sua indeterminação, ainda que o discurso linguístico e o icônico permaneçam diferenciáveis e relativamente autônomos.

No entanto, a noção de ancoragem não se limita a denominar procedimentos de fixação e de subordinação de elementos imagéticos a elementos verbais em processos discursivos. Ela é um recurso que se expande ao processo de semantização jornalístico de modo mais amplo, e se destina a atar o discurso do jornal a atores sociais, lugares e datas, de modo a fazer com que o leitor reconheça-os como “reais” ou “existentes”. A ancoragem, portanto, é o que, na leitura, no âmbito da recepção, assegura a concretização das figuras actanciais, dos espaços e do tempo do discurso, preenchendo-as com traços sensoriais que os iconizam, os transformam em simulacros da realidade (BARROS, 1999b, p. 60).

Entretanto, a autonomia entre o linguístico e o icônico reenvia às funções denotativas e conotativas da imagem, desenvolvidas por Barthes em *Mitologias* (2001b), na medida em que a conotação é uma correlação imanente ao texto representacional (verbo-visual, no caso do jornalismo). Isto implica os jogos de relações no interior do próprio sistema “jornal” via procedimentos intertextuais/interdiscursivos que vinculam seus textos a textos anteriores, posteriores e exteriores, abrindo as vias de acesso à polissemia que os liberta do aprisionamento denotativo, outorgando-lhes variadas possibilidades de sentido.

Porém, a própria percepção da fotografia jornalística implica uma dimensão da experiência que realiza uma espécie de categorização iconográfica. Deste modo, a fotografia jornalística projeta-se num suposto saber do leitor, o qual reenvia os elementos informativos advindos das correlações estabelecidas entre a fotografia e os demais dispositivos sensíveis do jornal à cultura e ao conhecimento de mundo no âmbito da leitura. Conforme Barthes, a fotografia é verbalizada no momento em que é percebida, em que é captada por uma metalinguagem interior que conota o real a partir da cultura, do conhecimento, do leitor (BARTHES, 1990, p. 23).

Para Barthes, a mensagem verbal *fixa* a cadeia flutuante dos significados da mensagem icônica, e responde, em relação à imagem, à pergunta “o que é?”, exercendo assim função denotativa, que ajusta a percepção e permite adaptar o olhar e a inteligência. Esta operação constitui uma barreira, no que se refere ao

icônico, contra a proliferação dos sentidos (BARTHES, 1990, p. 32). No caso do jornalismo, com Barthes, infere-se que a função de *fixação* – orientação rumo a sentidos específicos – remete aos valores, à posição enunciativa (discursiva) do sujeito semiótico “jornal”.

Dito de outro modo, os elementos cotextuais do jornalismo, com função de *fixação*, como os títulos de fotos-legenda, legendas fotográficas e todos os demais tipos de textos verbais vinculados, direta ou indiretamente, aos textos visuais, para além da função elucidativa, tem função seletiva que direciona os possíveis percursos de sentido no ato de leitura do jornal. Com as palavras de Barthes, “a fixação é um controle, detém uma responsabilidade sobre o uso da mensagem, frente ao poder de projeção das ilustrações; o texto [verbal] tem um valor repressivo em relação à liberdade dos significados da imagem” (BARTHES, 1990, p. 33).

Conforme Barthes (1990, p. 31), desde o aparecimento do livro, a vinculação verbal-visual é comum; daí a importância da pergunta: é a imagem que duplica certas informações do texto verbal, por redundância, ou é o texto verbal que acrescenta à imagem uma informação inédita? Para o autor, na contemporaneidade, parece que a mensagem verbal está presente em todas as imagens, como título, legenda, matéria jornalística, o que faz questionar a denominação “civilização da imagem” (1990, p. 31). Segundo Barthes, “somos” ainda, e mais do que nunca, uma civilização da escrita, devido à carga informacional desta (1990, p. 31).

Já o *relevo*, que Barthes denominou *lexias*, relação de complementaridade entre texto verbal e imagem, corresponde a fragmentos de um sintagma mais geral em que a unidade da mensagem se realiza em um nível mais avançado – simbólico, cultural ou conotativo (1990, p. 38). Estes fragmentos funcionais, os *relevos*, que coexistem com os procedimentos de ancoragem, são signos descontínuos. Portanto, “mesmo quando o significante parece abranger toda a imagem, é, ainda assim, um signo separado dos outros” (BARTHES, 1990, p. 38), pois a “composição” tem um significado estético, que faz com que “a imagem seja inteiramente ultrapassada pelo sistema do sentido” e gere possibilidades de leitura diferentes (BARTHES, 1990, p. 38).

Para Barthes, o que constitui a originalidade desse sistema [as *lexias*] é que as possibilidades de leituras de uma mesma *lexia* (um fragmento verbal, uma imagem) são variáveis segundo os indivíduos, pois depende do saber investido no

fragmento verbal ou imagem – saber prático, nacional, cultural, estético (1990, p. 38). Logo, o texto jornalístico, pensado como “composição” de relações de ancoragem calcadas em *lexias* verbo-visuais resulta ser um conjunto de significantes abertos e dependentes dos sistemas de referências, dos valores e dos leitores.

Acabou-se de abordar, nesta seção, a participação da cor e da fotografia na formação e na fixação de sentidos na experiência jornalística. Desse modo, a cor e a fotografia, no *formato* do jornal, funcionam como elementos articuladores das unidades informativas, pois criam relações sintáticas, que direcionam a leitura, e relações semânticas, que sugerem a dimensão simbólica e norteiam a relação entre denotação e conotação.

Portanto, a cor e a fotografia participam da articulação semiótica das materialidades verbais e visuais do jornal, criando intensidades afetivas, sensíveis, que interpelam o leitor. A cor promove distinções mensuráveis – matiz, saturação e brilho – e a fotografia oferece imagens (documentos) de registro do visível, equiparáveis, no âmbito do discurso jornalístico em ato (do devir), a artifícios semânticos responsáveis por criar ilusão indicial e efeitos de naturalidade.

O que foi exposto demonstra que cor e fotografia transformam-se em objetos significantes no processo de subordinação conceitual dos elementos visuais aos elementos verbais no processo de figurativização desencadeado pelo jornal, compreendido, neste caso, como incorporação de cor e imagens icônicas à teia de faticidade com vistas a preencher com traços sensoriais as figuras actanciais, espaciais e temporais na instalação do discurso do jornal. Essas questões e os procedimentos implicados no processo de síntese da heterogeneidade verbo-visual, também desenvolvidos neste tópico, denominados por Barthes de ancoragem e de *lexias*, preparam o leitor deste trabalho para os pontos desenvolvidos a seguir, destinados a demonstrar a dimensão hipertextual do jornal, aspecto importante do jornalismo contemporâneo e decisivo para a compreensão do seu *formato*.

Práticas e construção textual

As *lexias*, conforme Barthes, são fragmentos contíguos que, no texto, correspondem às unidades de leitura, sendo “apenas o envelope de um volume semântico, a linha saliente do texto plural, disposta como base de sentidos

possíveis [...] sob o fluxo do discurso” (BARTHES, 1992, p. 47-48). Tais fragmentos funcionais, as *lexias* “de Barthes”, foram concebidos na teoria do hipertexto por George P. Landow como conjunto de “blocos” que se interrelacionam mediante enlaces. Para Landow, trata-se de um ideal de textualidade coincidente com o hipertexto eletrônico, o qual é composto por blocos de palavras (ou de imagens) eletronicamente unidos mediante trajetos, cadeias ou percursos em uma textualidade aberta, eternamente inacabada e descrita com termos como “enlace”, “nó”, “rede”, “trama” e “trajeto” (2008, p. 24).

Sobre o hipertexto contemporâneo, Abril afirma que o mais notável precedente (moderno) dele pode encontrar-se nos textos jornalísticos que deram início ao jornalismo “de massas”, na organização visual da página e no procedimento da pirâmide invertida que institucionalizaram uma matriz textual para a informação noticiosa em meados do século passado, que perdura até nossos dias (2003, p. 76). O que se percebe com o que foi dito é que o jornalismo contemporâneo, sob o paradigma do texto hipertextual, ao conectar o verbal aos múltiplos recursos visuais, fragmentos denominados por Barthes de *lexias*, faz com que novas regras e experiências alterem os hábitos de leitura convencionais.

Portanto, sob o paradigma hipertextual contemporâneo consolidou-se um modo de conhecimento diverso do saber narrativo tradicional, que se baseia em uma nova dinâmica de produção e leitura de textos. Conforme Abril, os recursos da pirâmide invertida, da diagramação, do conjunto da estrutura do texto e a formatação jornalística, estão voltados à leitura como atividade tecnicamente funcionalizada, e pressupõem uma teoria implícita da atenção, dos mecanismos receptivo-cognitivos da audiência, segundo a qual a leitura está mais condicionada pelos parâmetros espaço-temporais (2003, p. 76).

Trata-se de parâmetros por meio dos quais se exerce, entre outros, a organização visual e espacial do texto e do tempo gasto em sua leitura, o que se soma aos mecanismos lógicos da persuasão, como é o caso da estrutura argumentativa das ideias, conforme afirma Abril (2003, p. 76). Este autor afirma que “são concepções psicológicas [comportamentais] e não retóricas as que subjazem à imagem implícita do leitor e da leitura que se projeta no discurso informativo” (2003, p. 76).

Dessa perspectiva, é a organização da verbo-visualidade do jornal que sugere os enlaces e os modos de experimentação do espaço e de vivência do

tempo na leitura. Em tal organização, a ancoragem e o relevo (*lexias*) funcionam como elementos produtores de ritmo e, por sua vez, de isotopias, que se oferecem como as equivalências e as analogias responsáveis pela coerência do sujeito semiótico “jornal”. Assim, a relação de uma isotopia com outras no jornal é aquilo que estabelece a conexão, os enlaces, entre os vários sistemas de valores, e não entre unidades ou módulos de informação isolados, mesmo porque conexões que tomam as unidades informativas, especialmente as verbais, isoladamente, não apresentam relação com o discurso em ato, pois escapam à racionalidade do discurso do jornal, cuja coerência, no âmbito do vir a ser, ou seja, da proposta do *formato*, pede conexões semissimbólicas.

Conforme Edward Lopes:

Diferentemente do *símbolo*, que existe de antemão *como signo construído da língua*, e tem, portanto, valor paradigmático, o *semi-símbolo* é um *signo em construção* na fala. [...] [É] um segmento sintagmático da fala e se inscreve no interior de uma semântica discursiva (que é uma disciplina do processo, da *parole*), que é irrepetível e de valor variável pois que, mesmo permanecendo intocado o plano de expressão, seu plano de conteúdo muda de contexto para contexto, e, finalmente, pode ser decomposto por análise em figuras autônomas, em si mesmas dotadas de sentido (1995, p. 159, grifos do autor).

Dito isso, cabe explicar que são tais conexões semissimbólicas que asseguram a codificação semiótica da verbo-visualidade do jornal, especialmente dos seus elementos visuais (fotografias, por exemplo), já que a “imagem” não possui uma linguagem (uma gramática) generalizável. De tal modo, é a conexão semissimbólica que se encarrega de interligar isotopias diferentes e de direcioná-las a uma mesma perspectiva interpretativa, assegurando, assim, a concretização do discurso enunciado pelo jornal (FONTANILLE, 2007, p. 139).

Cabe ressaltar que o sistema de enlaces, no contexto hipertextual jornalístico, remete à formação de novos padrões de codificação da faticidade, os quais remontam a todo um processo de evolução no contexto das práticas de construção textual, e, de modo especial, implicam a instauração de um leitor cuja presença no processo enunciativo instalado pelo jornal constitui-se o elemento-chave na concretização do *formato* do jornal.

Nesse contexto, interessa dizer que no jornalismo impresso não são as mudanças nos padrões linguísticos o elemento mais marcante do que Abril (2007b) chamou de “matriz cultural informativa”, mas os novos modelos textuais de articulação da linguagem verbal com seus outros registros semióticos, icônicos,

plásticos, tipográficos etc., dentro do “formato” verbo-visual vigente, o que valoriza, na reflexão sobre o *formato* jornalístico, os aspectos relativos à adequação da experiência sensorial à atividade textual.

Neste trabalho a “informação como formação cultural” interessa por ser o jornal uma instituição social histórico-culturalmente determinada, que oferece ao público as condições de experimentar os *formatos*, isto é, de realizar operações particulares de conhecimento. E, nessa perspectiva, o jornal é um operador simbólico que, ao produzir informação, produz também modos de compartilhamento e de experimentação do mundo. Nas palavras de Abril, “a informação jornalística não só informa *sobre* o entorno, mas *informa o entorno*, e, do mesmo modo, a relação dos sujeitos com ele” (2007b, p. 65).

Assim, o jornal impresso, visando à atração de leitores e a sua autolegitimação como sujeito coletivo enunciante, estabelece-se como sistema de produção de informação voltado à racionalização e à instauração de modelos de textualização sinópticos, ajustados às formas de consumo na contemporaneidade (ABRIL, 2007b, p. 65). Em outras palavras, o jornal constrói-se como dispositivo produtor de um tipo de discurso que traz as marcas de suas características técnicas, institucionais, cognitivas, textuais, as quais o tornam familiar aos seus leitores habituais e à comunidade hermenêutica em sentido *lato*, tomada como aquela na qual se inserem todos os afetados pela grande *semiosis* midiática.

Isso posto, conclui-se que o jornal, como sujeito semiótico, se constrói a partir de um conjunto de fatores que agrega sinopticamente os rituais e rotinas produtivas, juízos profissionais, valores-notícia, e, especialmente, as expectativas dos leitores. Estes são afetados e se reconhecem no discurso do jornal, o qual é experimentado e legitimado como sujeito coletivo enunciante quando o leitor ocupa seu lugar na relação intersubjetiva de discursivização, de semantização, do mundo dos acontecimentos sociais.

A seção finalizada ressaltou a importância do procedimento de ancoragem estabelecido entre unidades informativas verbais e visuais e do funcionamento das *lexias* aí implicadas no processo de acoplamento de fragmentos contínuos e operacionais no conjunto hipertextual do jornal. O intuito foi demonstrar que o procedimento de ancoragem e as *lexias* nesse contexto funcionam como organizadores do ritmo na experiência de leitura. Trata-se de elementos que

participam da formação das isotopias – advindas das equivalências e analogias entre as unidades informativas que conferem coerência ao sujeito semiótico “jornal”.

Demonstrou-se que as *lexias* enlaçam em torno de uma mesma perspectiva discursiva os vários sistemas de valores do jornal, eliminando, por meio de conexões semissimbólicas, vazios e indeterminações instaurados no processo de semantização desencadeado pelo jornal. Tais conexões equivalem a “signos em construção” no âmbito da codificação semiótica da verbo-visualidade jornalística na experiência do *formato*, especialmente no que diz respeito aos elementos visuais, dado que a imagem não tem uma linguagem (uma gramática) generalizável.

A exploração dessas questões visou a oferecer subsídios para convalidar as proposições deste trabalho em torno do processo de informação jornalístico no que tange aos enlaçamentos semissimbólicos estabelecidos entre isotopias, os quais, segundo Fontanille (2007, p. 139), são responsáveis por assegurar a ocorrência do discurso. Desse modo, além de evidenciar a importância dessas operações, demonstrou-se que o jornal está organizado verbo-visualmente de maneira a oferecer as condições que o convertem em um operador simbólico capaz de produzir modos de compartilhamento e de experimentação do mundo.

Tal reflexão remete aos esquemas que definem os modos de representação social, ou seja, os regimes de instauração da teia de faticidade jornalística, conforme veremos na seção seguinte, intitulada “Esquematisações”.

Forma (ato) jornalística (o)

Esquematisações

Neste trabalho, o termo “esquema” designa o modo como o sujeito semiótico “jornal” representa os elementos de faticidade que mobiliza – fatos (acontecimentos sociais) e fontes (atores sociais: instituições e pessoas) –, transformados, na materialidade verbo-visual jornalística, em grandezas semióticas. Logo, a noção de esquematização será utilizada como sinônimo de categorização, pois diz respeito à projeção de uma grandeza semiótica sobre o eixo estabelecido num espaço de semantização compreendido entre dois polos: um positivo (eufórico) e outro negativo (disfórico).

Na experiência do jornal, a percepção do *formato*, como discurso em ato, se dá tanto pela ocorrência de categorias – expressas sob a forma de unidades informativas – já constituídas quanto pela ocorrência de outras que se constituem permanentemente no movimento de enunciação jornalístico. Assim, o jornal como “sujeito semiótico” adota continuamente novas categorias, novos valores. Os estilos de categorização, no contexto jornalístico, são estabelecidos tanto na medida em que o sistema de valores assume uma posição no conjunto de relações semióticas, fundado entre unidades informativas, como na medida em que eles se diferenciam desse mesmo sistema para gerar sentido.

Portanto, é o *discurso* do jornal, tomado com a “unidade” de apreensão do sujeito semiótico, que permite reconhecer não somente elementos significantes cristalizados ou convencionais dessa atividade semiótica, mas também, e, sobretudo, a própria atualização do ato semiótico jornalístico. Pois, conforme Fontanille, o discurso é uma enunciação em ato e este ato é, principalmente, uma presença, um corpo sensível que se exprime (2007, p. 83). É uma presença que se manifesta no pano de fundo sobre o qual os fenômenos recebem uma primeira esquematização semântica (FONTANILLE, 2007, p. 83).

Os esquemas característicos dialogam com os esquemas de outros tipos de discurso, os quais guiam a compreensão tanto do discurso do jornal como dos discursos aos quais reenvia, e que o constituem, ao tornarem-se partes uns dos outros nos processos interdiscursivos que marcam o fazer jornalístico. São “esquemas culturais instaurados de forma convencional ou herdados da tradição, razão pela qual são chamados *esquemas canônicos*”¹² (FONTANILLE, 2007, p. 117).

Para pensar tais esquemas clássicos da comunicação no contexto jornalístico, vale a pena recorrer aos cinco postulados de Grize (*apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 211): *dialogismo* (jornal e leitor são circunstâncias ativas na construção do sentido no contexto enunciativo); *situação interlocutiva* (jornal se constrói como enunciador numa dimensão concreta – tempo, lugar e finalidade do discurso – e numa dimensão sócio-histórica); *representações* (o sujeito semiótico “jornal” tem uma representação de si, do leitor e dos temas

¹² Os esquemas canônicos que permitem identificar os percursos narrativos e, por sua vez, os percursos gerativos partem dos trabalhos de Vladimir Propp, especialmente *Morfologia do conto maravilhoso*.

abordados nos textos jornalísticos); *concepções culturais* (conjunto de conhecimentos armazenados, que se combinam e fornecem um quadro de conhecimentos e de filtros, e situam o discurso jornalístico numa “linguagem verbo-visual” e contexto social específicos).

No jornalismo, os confrontos entre personagens, apreendidos no plano narrativo, revelam a perspectiva discursiva do sujeito semiótico “jornal”. As personagens mobilizadas (fontes) adquirem forças, de modo que umas prevalecem sobre as outras, ou seja, assumem posições dominantes, que se expressam na forma de modalidades da presença, mais forte ou mais fraca. Sendo essa dominação expressa na forma de competência, o poder-fazer estabilizado num poder-dizer de uma personagem mobilizada no texto – transformada, portanto, em figura actancial – se sobressai à outra, o que resulta num exercício de poder expresso por meio do modo como o sujeito semiótico “jornal” instaura o discurso das personagens mobilizadas nas suas páginas.

A cena enunciativa no contexto jornalístico está orientada pela posição discursiva do sujeito semiótico “jornal”, a qual decide sobre a investidura das personagens em posições de mais poder, menos poder, ou neutra. Tudo isso depende do “percurso de sentido” ao qual o discurso do jornal está submetido e das posições variáveis que as personagens devem assumir para validar a perspectiva adotada pelo jornal em momentos determinados, quando assumem posições de dizer distintas. Isto é, o discurso jornalístico adota os esquemas e constrói os simulacros que manifestam seu ponto de vista.

Trata-se, no jornal, da adoção de esquemas que direcionam os arranjos verbo-visuais dos acontecimentos noticiosos por meio do estabelecimento de campos de tensão entre polos semântico-discursivos básicos: bem-mal, bom-ruim, honesto-desonesto, justo-injusto, culpada-vítima, agressor-agredido, governo-povo, ídolo-massa. Essa bipolaridade está na base das *performances* que atendem às hierarquias dos confrontos e dos acordos que se estabelecem entre o mundo natural e mundo noticioso “presentificado” no sujeito semiótico “jornal”. São confrontos cuja presença no discurso se reveste de redundâncias, de isotopias que vêm à presença e conformam os direcionamentos de sentido do *formato* do jornal.

Embora, às vezes, haja simplificação no modo de “representar” jornalístico, e no universo midiático em seu conjunto, o que reforça estereótipos, a complexidade dos fenômenos noticiosos faz ver esses polos de deslocamentos tensivos, na

realidade, como “princípio do primado epistemológico da *relação* sobre os termos que está na base do princípio semiótico” (LANDOWSKI, 2002a, p. 3), o que é fundamental no pensamento de Greimas, autor seminal para este trabalho, em relação ao “percurso gerativo de sentido” (1973). Segundo Landowski, para que o mundo faça sentido, e seja analisável enquanto tal, é preciso que ele nos apareça como um universo articulado, em que o “dia” não é a “noite”, a “vida” se opõe à “morte”, a “cultura” se diferencie da “natureza”, o “aqui” se contraste com o “acolá” etc. (2002a, p. 3).

Todavia, embora o jornalismo busque o tempo todo ordenar o caos-referencial por meio de enquadramentos de fundo dicotômicos, redutores e seletivos, os quais estão na base dos “princípios jornalísticos de noticiabilidade”, dos valores-notícia, ele se constitui conhecimento num campo semiótico em que “a ordem é sempre um projeto inacabado, e as classificações são sempre infinitas” (CABELLO, 2004, p. 69). Isto é, o que escapa à informação jornalística revela que ela “significa” o que se constitui de pedaços de discursos inacabados, feitos de fragmentos que dialogam, de recortes de outras narrativas que formam pastiches de coisas ditas, colagens, de imagens revisitadas (CABELLO, 2004, p. 69-74).

Cabello (2004, p. 70) se junta a Foucault e a Derrida no debate em torno do reducionismo decorrente do entendimento da realidade por oposições binárias e destaca que devemos analisar os discursos pelo que está ausente, desmontando, assim, o sistema de racionalidade subjacente à metafísica ocidental. Segundo o autor, o objetivo do projeto desconstrucionista é revelar – no sentido mais filosófico do termo, “desvelar” – até que ponto um discurso é construído por tudo o que nele é descuidado, neurotizado, reprimido, esquecido, a partir da análise das contradições e paradoxos que apresenta (CABELLO, 2004, p. 70).

Não obstante, embora haja a tendência à referida “simplificação polarizadora” no jornal (direita-esquerda, Ocidente-Oriente, europeus-latinos, Nordeste-Sudeste, governo-povo, governo-oposição, polícia-bandido, patrão-empregado, público-privado, ensino público – ensino privado, mídia-audiência), ela permanece no plano das oposições semânticas, num nível mais fundamental, precedente ao narrativo e ao discursivo, pois o processo de semantização instaurado por meio dos textos noticiosos gera, de maneira inevitável, percursos de sentidos instáveis, como é o mundo dos acontecimentos. Ou seja, a própria complexidade implícita no fazer jornalístico faz questionar simplificações e reduções categóricas.

Afinal, o jornalismo resulta ser uma prática social que implica, direta e indiretamente, um grande contingente de atores sociais, sujeitos inscritos na cadeia intersubjetiva instaurada num contexto de significação “polissêmico”, onde as enunciações aparecem encadeadas e sobrepostas, no interior do qual se introduz cada enunciação (FONTANILLE, 2007, p. 109). Portanto, subjacentes ao exercício de um ato singular de enunciação, as “unidades informativas” que compõem o conjunto significativo do jornal, com seus esquemas verbo-visuais e, mesmo, marcas de alteridade, projetam formas que se revelam e, paradoxalmente, se rebelam na experiência de leitura, pois esta desvela, ao mesmo tempo, a ausência, a “negatividade”, condição de existência do enunciado.

Ou seja, o jornal se constrói verbo-visualmente e se afirma como “presença”, como conjunto verbo-visual sempre dependente de que o leitor comece a jogar o jogo de rearticulação das unidades, dos módulos informativos que aí se inscrevem. Jogo que instala ao redor do leitor um mundo familiar e pregnante que o engloba e põe em circulação uma infinidade de elementos semânticos tecidos de corpos e ideias de papel, encarnados em modelos de textualização e ancorados em qualidades estéticas fundadas no pacto informativo veridictório entre interlocutores (LANDOWSKI, 2002a, p. 127-128). Trata-se de um “jogo” baseado no compartilhamento de modos de presença, que correspondem a modalidades verbo-visuais de “informar” (de ler, de ver).

Essas esquematizações no jornal correspondem a modos de organização dos elementos verbo-visuais *inteligíveis*, que se manifestam, na materialidade *sensível*, de modo que cada ato de enunciação reativa, concomitantemente, essas duas dimensões do sentido (FONTANILLE, 2007, p. 109). Ou seja, tais *modos de organização* entrelaçam o que se compreende do discurso, a *visada*, e a *apreensão sensível* de sua presença, e promovem a emergência do *formato* do jornal como conjunto significativo que faz a passagem da materialidade sensível aos conceitos que ela suscita.

Fontanille lembra que o termo *esquematismo*, na tradição kantiana, indica “a mediação entre o conceito e a imagem, e, de uma forma mais abrangente, entre as categorias do entendimento e os fenômenos sensíveis” (2007, p. 110). Ernest Cassirer, em *A filosofia das formas simbólicas*, corrobora com tal perspectiva ao atribuir ao *esquematismo* uma função central na linguagem, na medida em que, segundo este autor, “a linguagem [...] possui tal esquema, com o qual ela precisa,

necessariamente, relacionar todas as representações intelectuais, para, assim, torná-las apreensíveis e representáveis pelos sentidos” (*apud* FONTANILLE, 2007, p. 110).

Convém ressaltar que tais modelos de organização dos elementos verbo-visuais no jornalismo, os esquemas, vinculados a outras categorias culturais e a valores convencionalmente estabelecidos, frequentemente, naturalizam conflitos e disputas vivenciadas no mundo-referência, objeto do processo de semantização instaurado no jornal. Ou seja, inseridas no texto jornalístico repetidas vezes, tais esquematizações geram enquadramentos que reproduzem, reforçam e estabilizam modos de retratar fatos e fontes de informação, bem como atores sociais em geral. Elas, além de fazerem com que o leitor se reconheça no jornal, uma vez incorporadas à estrutura produtiva deste, reforçam suas perspectivas enunciativas.

Dentro desse marco teórico adotado, acrescentamos, em relação à materialidade visual do processo de significação esquemático do jornal, com Abril (2007a, p. 42-43), que o gesto de olhar, “que é visão modalizada, por um *querer ver*, ou um *querer saber/poder* através da visão, é também um fato cultural” e tem uma relação direta com modos de atribuição de sentido aos acontecimentos do mundo instaurados pelos meios de comunicação, entre os quais destacamos a televisão, a internet e o jornal impresso. Este último, ao se afirmar em seu *formato*, revela os seus modelos de percepção e de representação do mundo, e como se “molda” e “molda” a percepção do leitor, que se vê e se representa por meio de suas práticas discursivas, na leitura habitual do seu jornal, por exemplo.

Nesse sentido, Abril afirma que a chamada sociedade pós-moderna está marcada por uma profunda pré-textualização do gesto de olhar (2007a, p. 43). Segundo ele, “miramos”¹³ objetos que foram já largamente acondicionados por códigos e gramáticas, tecnicamente elaborados para atrair, dirigir ou conservar o olhar sobre si, de forma que nosso olhar sai ao encontro de seus objetos igualmente sobredeterminado por esquemas, expectativas e modos de ver, provenientes de uma larga experiência visual mediatizada. E acrescenta: “é tão certo que o texto

¹³ A noção de “mirada” remete à perspectiva psicanalítica (lacaniana), análoga à noção de “ponto de vista”: mirada ocidental, mirada científica, mirada colonial, mirada masculina. Modos de experimentar/observar que expressam uma atitude mental de que o espectador pode não ser consciente, tanto se, sobre o que se observa, se projetam ódios, temores ou desejos (BURKE, 2002, p. 158).

visual contém o olhar de seu espectador, como o olhar do espectador antecipa, prevê, o texto visual” (2007a, p. 43).

Pelo que foi dito, a atividade de enunciação não é um processo exterior ao texto visual, por exemplo, mas é inferível a partir de marcas textuais, de pegadas da enunciação nos enunciados (ABRIL, 2007a, p. 44). Ou seja, a subjetividade do gesto de olhar, a saber, a presença do sujeito intencional, mas também do lugar ou lugares destinados ao espectador como contraparte, estão no texto mesmo, representados e prescritos, pois “sempre olhamos uma maneira de olhar, que ademais nos olha” (ABRIL, 2007a, p. 44-45). Por isso, basta nosso empenho com o jornal, “basta que o [...] [observemos] para que ele se transforme e, [...] para que ele no mesmo instante se torne um “sujeito”, que, por sua vez, nos [...] [observa] e nos interpela” (LANDOWSKI, 2002a, p.132).

No jornalismo, tais procedimentos estão incorporados ao processo de categorização dos tipos de eventos dignos de ganhar visibilidade em suas páginas, aos modelos verbais e não-verbais de textualização, bem como a todos os tipos de recursos tipográficos, iconográficos e simbólicos. Tais elementos “tipificados”, incorporados, ritualisticamente, aos arranjos diagramáticos instauram “sistemas de valores” no discurso do jornal. A utilização recorrente de tipos e a categorização desses recursos, uma vez reconhecidos como válidos para a eficácia da efetivação do processo jornalístico, incorporam-se às estratégias de faticidade do jornal.

Ao serem ajustados ao jornal, tais esquemas, já incorporados ao processo produtivo e aos repertórios dos leitores, auxiliam o reconhecimento da materialidade sensível e permitem a apreensão de uma rede de relações verbo-visuais que garantem certa unidade, coerência e conseqüente validação dos textos jornalísticos. Os modos de apresentação dos elementos textuais típicos no jornalismo, como, por exemplo, fotografias de personalidades emblemáticas, imagens alegóricas, aumentam o poder de representatividade do acontecimento noticioso ao qual se referem, o que amplia as chances de identificação por parte do leitor com o discurso ali enunciado.

Um dos elementos da racionalidade jornalística é o imperativo de “tipificar” o mundo dos acontecimentos, com vistas a tornar exequível a realização do jornal, dado que, diante da infinidade de acontecimentos do mundo “cotidiano”, alguns estranhos ou amorfos, eles (os acontecimentos) devem ser transformados em “objetos típicos” que permitam o processamento de rotina para sua divulgação. Tal

prática está incorporada ao modo de apreensão dos acontecimentos por parte do sistema jornalístico e às formas significantes por meio das quais ele esquematiza, experimenta e representa o mundo-referência em suas páginas.

Isso porque o recurso à categorização no contexto do jornal vincula sua linguagem a um universo de categorias mais amplo. Todavia, o ato de categorizar é, em suma, uma “estratégia” que concerne diretamente à maneira pela qual as culturas “recortam” e organizam seus objetos para deles fazer objetos de linguagem (FONTANILLE, 2007, p. 52-53). Trata-se de estratégias de segmentação e categorização de universos figurativos que compõem o campo do jornalismo e que definem sistemas de valores que nortearão as escolhas do jornal, as quais mantêm uma relação dialética com o correlato sistema de valores dos leitores.

São estratégias que reforçam, no jornal contemporâneo, marcado pela exacerbada presença de elementos visuais, o reenvio imediato das dimensões visíveis às sensíveis, transladam o leitor da quadratura da página ao calor da notícia, “da “representação” à presença – da abstração esquematizante ao semblante do vivo” (LANDOWSKI, 2002a, p. 130). De maneira que a experiência de leitura, preenchida pela verbo-visualidade do impresso, conjugada aos procedimentos de modularização, isto é, submetida aos modelos informacionais jornalísticos, produz o simulacro de uma presença instauradora da identidade entre leitor-jornal-mundo.

Neste tópico abordou-se a formação dos esquemas de base do processo discursivo, os quais estabelecem, via de regra, dois percursos de sentido: um guiado pelo polo positivo (eufórico) e outro pelo polo negativo (disfórico). Trata-se de esquemas que permanecem virtuais até a adesão do leitor aos valores visados e sua apreensão por meio dos arranjos verbo-visuais. Esses arranjos atualizam, na leitura, um dos percursos de sentido sugeridos (virtualizados) pela *performance* enunciativa, a qual se revela por meio das hierarquias e dos acordos estabelecidos em torno das unidades informativas, convertidas, no *formato*, em grandezas semióticas.

Tais esquematizações representacionais são incorporadas ao processo produtivo e também ao repertório dos leitores; logo, são convertidas em modelos verbo-visuais típicos que, na experiência do *formato*, instalam, ao redor do leitor, um mundo familiar, portanto, identificável. O que foi dito visa a demonstrar que a esquematização, a partir da qual a informação jornalística se torna inteligível,

recorre à memória pensada como “depósito das figuras do mundo” compartilhadas. Isto é, o jornal é articulado por procedimentos de figurativização que organizam a instalação da presença das figuras actanciais, espaciais e temporais na cena enunciativa estabelecida pela instância do discurso e orientam a percepção da materialidade sensível “jornal”. Questões essas que serão aprofundadas na seção seguinte.

Figuratividade, memória e imagem

Nesse jogo enunciativo do jornal, o conceito de *figuratividade* é importante. Inicialmente, ele provém da teoria estética, que opõe a arte figurativa e a arte ‘não-figurativa’ ou ‘abstrata’ (BERTRAND, 2003, p. 154). Também segundo Bertrand, a figurativização sugere espontaneamente a semelhança, a representação, a imitação do mundo pela disposição das “formas” numa superfície (2003, p. 154). Esse autor ressalta ainda que, ultrapassando o universo particular da expressão plástica que o viu nascer, o conceito semiótico de figurativização foi estendido a todas as linguagens, tanto verbais quanto não-verbais, para designar a propriedade que elas têm em comum de produzir e restituir parcialmente significações análogas às de nossas experiências perceptivas mais concretas (2003, p. 154).

Na análise dos textos verbo-visuais do jornal impresso, este conceito torna-se bastante profícuo, pois equivale ao procedimento pelo qual os conteúdos mais concretos que remetem ao mundo natural – mundo a ser semantizado – recobrem os sentidos mais abstratos. Como afirma Bertrand (2003, p. 154), a figuratividade permite localizar no discurso o efeito de sentido particular que consiste em tornar sensível a realidade perceptível, sendo uma de suas formas a *mimeses*, a imitação. Por isso, no jornalismo, a figuratividade é um elemento fundamental.

Conforme Bertrand (2003, p. 155), os textos figurativos requerem uma forma de racionalidade peculiar, que é de ordem analógica, e não dedutiva. Para explicar isso, cita o exemplo do funcionamento da parábola (evangélica ou não), cujo significado figurativo está ali para veicular uma mensagem abstrata, espiritual ou teórica, que só pode adotar, para se dizer e ser compreendida, um suporte concreto de linguagem: uma história de semeadora, por exemplo, ou de filho pródigo.

Fala-se, então, em “pensamento figurativo”, em “raciocínio figurativo”, e evoca-se a “profundidade” do figurativo, embora este se situe na superfície das estruturas discursivas, dentro do percurso gerativo da semiótica¹⁴. Isto é, de acordo com Bertrand (2003, p. 157), a figuratividade se define como todo conteúdo de um sistema de representação, verbal, visual, auditivo ou misto, que entra em correlação com uma figura significativa do mundo percebido, quando ocorre sua assunção pelo discurso.

Do ponto de vista de Herman Parret, se, como afirma Greimas, a narratividade é trabalhada pela racionalidade narrativa, então esta não será apresentada como um sistema sintagmatizado estável e imutável, mas sim como um percurso figurativo (1997, p. 95). Para pensar a figurativização no contexto jornalístico é bastante válida a exposição de Parret, segundo a qual as figuras se dispõem numa constelação ou *configuração* que se pode chamar *trama* (2003, p. 154).

No contexto jornalístico, com este autor, propomos que o *esquema* a partir do qual a notícia e todo tipo de informação jornalística se torna compreensível faz apelo à memória (“depósito das figuras do mundo”) e depende dela para seu funcionamento. Segundo Parret (1997, p. 95), os esquemas recorrem a *frames* que são reconhecidos por meio dos cenários figurativos construídos, os quais, para serem compreendidos, evocam uma rede de dados representando uma situação estereotipada.

Tais *frames* são importantes à reflexão tanto sobre a figuratividade que recai sobre o aspecto verbal do sujeito semiótico “jornal” como sobre a que recai sobre o seu universo visual, pois são responsáveis pelo enquadramento que articula o verbal e o visual num mesmo plano discursivo, o que remete a imagens do mundo-referência e produz o ato de *semiose* jornalístico. Neste trabalho, interessa o ato de *semiose* que Bertrand define como a passagem da visão natural, modelada por um crivo cultural de leitura do mundo, para o reconhecimento das formas figurativas nos textos verbais e imagéticos.

¹⁴ Trata-se do percurso gerativo proposto por Greimas (1973). Conforme esta perspectiva a compreensão do texto se dá a partir do nível semionarrativo subjacente, ou seja, dos valores em jogo, dos objetos implicados e das modalizações dos sujeitos, que indicam a intencionalidade articulada em modalidades do fazer, querer, dever, saber e poder e do ser (estados passionais do sujeito).

O que foi dito se justifica, de algum modo, porque as parábolas, às quais nos referimos anteriormente, são tipos metafóricos comumente presentes no jornalismo. Segundo Paolo Fabbri, assim como as metáforas figurativas verbais, há também metáforas pictóricas, visuais, de caráter não necessariamente lexical, mas narrativo, mais amplo (2004, p. 88). De modo que a junção das duas modalidades no universo jornalístico, tão impregnado de recursos plásticos e imagéticos, pode gerar estratégias textuais cuja dimensão estética revela-se com grande capacidade cognitiva.

No jornalismo, o modo como linguagem verbal e imagens estão organizadas no âmbito do texto do jornal demonstra tal agir semiótico, na medida em que estão modeladas por um filtro sócio-histórico e cultural no âmbito de sua atuação. Tomam parte em um espaço visual e cognitivo comum que remete a um determinado universo de significação noticioso que se estrutura a partir de categorias, plano conceitual, e imagens, plano perceptual e imaginário, o que, entre outras coisas, baliza a prática de tipificações dos acontecimentos do mundo-referência e a aplicação dos critérios de noticiabilidade, procedimentos que antecedem a textualização do jornal.

Cabe aqui ressaltar, com Pietroforte, que embora a palavra *imagem* venha do latim *imago* – com o sentido de semelhança, representação, retrato –, na semiótica ela ganha outras dimensões, que remetem à relação entre “imagem imaginada” e “sinestesia” (2007b, p. 34). Numa fotografia, por exemplo, o conceito de “imagem imaginada” ajuda a diferenciar aquilo que se vê no plano da expressão daquilo que se concebe no plano do conteúdo. Para Pietroforte, a imagem imaginada diz respeito ao aspecto conceitual de determinados conteúdos; portanto, não é formada por meio de categorias plásticas, mas por meio de categorias semânticas (2007b, p. 34).

Daí, a importância da memória no processo de semantização do mundo noticioso, pensada como a “posse” (*eksis*) ou a “afeição” (*pathos*) de sensações ou concepções que remetem à “imaginação”, ou seja, à posse de imagens. Isto explica a dependência da memória em relação à imaginação, já que ela é gráfica, e todo aquele que realiza um ato de memória “contempla” uma impressão e a “percebe” (PARRET, 1997, p. 75-76).

O que foi dito é relevante para a compreensão das narrativas jornalísticas, já que, como aponta Parret, recorrendo às palavras de Aristóteles: “Na reminiscência,

raciocinamos que anteriormente soubemos ou ouvimos alguma coisa ou tivemos tal ou tal experiência da coisa em questão” (PARRET, 1997, p. 76), o que situa as imagens oriundas do processo de figurativização no contexto do jornal em um percurso figurativo que as tornam reconhecíveis como categorias típicas (e) estruturantes da própria racionalidade narrativa do jornal.

Na contemporaneidade, diante de um mundo-referência globalizado e mutante, cada vez mais inapreensível, devido à dissolução das fronteiras e ampliação das áreas de interesse, o jornalismo recorre abundantemente às imagens, as quais são articuladas, manipuladas, na quadratura da página com vistas à criação de efeitos de presença do referente-ausente, em muitas situações, cada vez mais longínquo. Esses procedimentos equivalem a modos de singularização dos textos-relatos-jornalísticos, de produção de “presença”, e sugerem novos modos de experiência e de construção imagética dos acontecimentos por parte de jornal e leitores, transformação dos tipos de vínculos entre imagens e sistemas simbólicos e alterações na percepção da realidade.

No contexto do jornalismo, a abundância de “imagens-documento”, em sua espessura cognitiva, experiencial e prática, remete ao imaginário matizado pelo repertório de imagens memoráveis compartilhado com a comunidade de leitores, em que os limites entre realidade e representações se diluem no “espaço” das objetivações de imaginação, pautadas, em grande medida, pela autorreferencialidade jornalística. Trata-se de um imaginário com o qual o sistema jornal mantém relação dialética, e compreende modos de representação e pressupostos normativos que remetem a um campo de memória – que mistura a realidade e sua representação – fundado na narratividade jornalística, bem como numa espécie de “semiose” midiática¹⁵ em geral, que definem modos de “se imaginar” o mundo, as relações sociais, as identidades e as aspirações coletivas.

Conforme Marta S. Masoliver e Anna S. Arguimbau, o estudo do imaginário – que, durante muito tempo, ficou circunscrito à análise da imaginação como faculdade constitutiva da inteligência humana, que torna presente no espírito o que está ausente, operando uma separação entre a *imaginação reprodutora*, vinculada à

¹⁵ Vale lembrar que a expressão “semiose” remete à “operação que, ao instaurar uma relação de pressuposição recíproca entre a forma da expressão e a do conteúdo (na terminologia de L. Hjelmslev) – ou entre significante e significado (F. Saussure) – produz signos: nesse sentido, qualquer ato de linguagem, por exemplo, implica uma semiose.” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 448).

percepção e à memória, e a *imaginação criadora*, capaz de produzir imagens novas à margem da experiência perceptiva –, tem sido questionado (2004, p. 129). De acordo com as autoras, a potência criadora da imaginação, que frequentemente se opôs ao conhecimento intelectual, considerado a via adequada para aceder à verdade, tem dado passagem à afirmação da liberdade criadora como característica de sua identificação (2004, p. 130).

Com base em Jean Piaget, as mesmas autoras afirmam que a imagem expressa o conhecimento que o indivíduo tem do mundo e, como elemento que toma parte das estruturas da representação cognitiva, está diretamente vinculada à função simbólica (MASOLIVER; ARGUIMBAU, 2004, p. 137). Nesse sentido, a imagem não é um simples prolongamento da percepção, mas sim um “instrumento semiótico” necessário para evocar e pensar o percebido (MASOLIVER; ARGUIMBAU, 2004, p. 137). Assim, pode-se afirmar que o imaginário da comunidade leitora, no âmbito da experiência jornalística, está em constante transformação, uma vez que está sujeito às diferentes formas de representação postas em circulação pelo jornal.

Além disso, é interessante ressaltar que, embora o jornal, semioticamente sincrético, no plano da expressão, recorra a semióticas verbais e não-verbais para reforçar seus posicionamentos enunciativos, de outro modo, ele, continuamente, convoca outras semióticas por meio do plano de conteúdo, configurando um tipo de sincretismo diferente do anterior. Jean-Marie Floch sugere que o sincretismo, no nível do conteúdo, seja chamado paradigmático, em oposição ao outro, do plano de expressão, chamado sintagmático (*apud* PIETROFORTE, 2007b, p. 52). E vale lembrar que, nesse nível, paradigmático, não se pode desconsiderar novamente a importância da memória, uma vez que ela pauta o reconhecimento e gera a identificação, no conjunto significativo do jornal, de uma espécie de encadeamento axiológico¹⁶ (nível paradigmático).

Pelo que Pietroforte expõe, pode inferir-se que, no sincretismo sintagmático, ao recorrer, por exemplo, ao fotojornalismo, as semióticas convocadas são colocadas combinadas no mesmo eixo sintagmático, manifestando-se no mesmo

¹⁶ Na perspectiva greimasiana, as axiologias são os sistemas de valores, enquanto as ideologias são os ditos valores já assumidos pelos sujeitos, sendo que qualquer categoria semântica (vida/morte; claro/escuro; noite/dia etc.) é suscetível de ser axiologizada pelo investimento da dêixis positiva ou negativa, ou seja, pelo direcionamento eufórico ou disfórico visado pela instância do discurso (GREIMAS; COUTÉS, 2008, p. 48).

plano de expressão. No paradigmático, típico do “verbo-jornalismo”, em que pesem os efeitos “afetivos”, decorrentes das escolhas tipográficas e plásticas em geral, as semióticas são convocadas por meio de associações conceituais que se realizam no plano do conteúdo. Contudo, há que se observar que, na experiência de leitura do jornal, os eixos sintagmático/paradigmático não se separam – separação somente viável na experiência “analítica”.

Afirmamos, com Abril (2007a, p. 67), que, no contexto jornalístico, a representação gráfica e visual dos conceitos não é independente ou extrínseca ao processo de construção de seu saber, sendo a enunciação de seu discurso determinada pelas possibilidades mesmas de sua visualização. Para Abril (2007a, p. 68), do mesmo modo que o sentido da palavra oral vem determinado por uma situação existencial total que envolve a co-presença e a interação corporal dos interlocutores, no contexto do jornalismo, e da comunicação impressa em geral, o significado linguístico está atravessado pelas condições da experiência visual e da interação entre múltiplos registros semióticos.

O que foi dito reforça a ideia de que, no texto jornalístico contemporâneo, sinóptico, a participação do visual¹⁷, as imagens, não aporta simplesmente um suplemento de significados figurativos às afirmações verbais, mas dedicam-se progressivamente à expressão conceitual e propositiva em interação com as afirmações verbais. E, muito mais do que conceitual e argumentativa, tal interação é uma forma de expressão sinestésica que conforma “imagens verbo-visuais”, de modo que elas se autossustentem, colaborando para a validação da informação jornalística por meio da atualização dos sentidos balizados por sua materialidade verbo-visual.

Segundo Greimas:

O crivo de leitura, de natureza semântica, solicita [...] ao significante planar e, assumindo feixes de traços visuais, de densidade variável, aos quais se constitui em *formantes figurativos*, dota-os de significados, transformando assim as figuras visuais em signos-objeto. O exame mais acurado do ato de semiose mostraria bem que a principal operação que o constitui é a seleção de certo número de traços visuais e sua *globalização*, é a apreensão simultânea que transforma o feixe de traços heterogêneos num formante, vale dizer, numa unidade do significante que pode ser

¹⁷ Neste trabalho estamos falando de todo tipo de “imagem” que aparece no jornal impresso, o que inclui os escritos das línguas naturais. Pois, “qualquer palavra – própria das semióticas verbais –, quando escrita, é antes vista que ouvida, o que torna este registro lingüístico uma semiótica sincrética em que combina palavra e imagem escrita” (PIETROFORTE, 2007b, p. 33). Além do mais, elas são registradas por meio de um vastíssimo repertório tipográfico, corporeidades carregadas de sentidos.

reconhecida, quando enquadrada no crivo do significado, como uma representação parcial de um objeto do mundo natural (1984, p. 25).

A exposição de Greimas faz ver que o jornalismo, ao se apresentar como “leitura”, ao buscar “representar” o mundo social a partir de uma racionalidade que lhe é peculiar, o faz através de textos verbo-visuais e de relações intertextuais, de forma que seus sentidos estão associados às relações icônicas daí decorrentes – relações que manifestam a figuratividade, determinada por códigos culturais que orientam a leitura e validam os modelos, as formas textuais correspondentes a um determinado modo de dizer e de valorar do jornal. Trata-se de modelos de textos, acrescidos a outros modelos de textos – literários, científicos, religiosos, por exemplo –, implicados por intertextualidade, os quais sugerem a realidade socialmente compartilhada num dado momento sócio-histórico.

A análise do jornal como sujeito semiótico subentende a descrição dos efeitos de sentido figurativos, fazendo assentar a isotopia na recorrência de elementos de significação presentes em sua superfície figurativa. A análise de isotopias no jornalismo consiste em selecionar e justificar uma ou várias isotopias que comandam a significação da informação noticiosa. Portanto, é a experimentação de elementos estratégicos de faticidade, apreensíveis nas relações verbo-visuais instauradas, que faz aparecer a *forma* na qual se manifestam as escolhas de perspectivas de interpretação, e de representação, do sujeito semiótico “jornal” e do mundo por ele criado.

É a figuratividade uma propriedade semântica fundamental da linguagem jornalística. Por meio de escolhas lexicais e de elementos icônicos, cuja afinidade “isotópica” configura o que Barthes denominou “lexias”, o jornal transforma-se, do ponto de vista do discurso, em figuratividade proeminente. Em outras palavras, o jornal oferece em suas páginas um mundo a ser construído, reconhecido, percebido, pela via da figuratividade, que situa iconicidade e abstração num mesmo eixo semiótico, pois vincula a materialidade verbo-visual jornalística aos códigos culturais que favorecem a concepção/construção da realidade social.

Vale destacar que as figuras de retórica (por exemplo, ironia, metáfora e metonímia, baseadas no duplo sentido) são responsáveis, no texto jornalístico, “pela tensão entre dois ou mais planos de significação simultaneamente oferecidos” (BERTRAND, 2003). Assim sendo, tais figuras abrem a significação para novos universos de sentido, instalando leituras coexistentes e concorrentes num mesmo

plano de significação no discurso instaurado pelo jornal. E é por meio da identificação de relações intertextuais e do restabelecimento de isotopias figurativas como um todo que se definirá uma indicação de leitura que restabeleça a coerência do texto jornalístico e a afirmação da posição enunciativa do sujeito semiótico “jornal”.

A título de exemplo, utilizemos uma das notícias analisadas na pesquisa apresentada em “Os nós da teia...” (plano verbal): em busca de marcas da teia de faticidade, há o caso de emprego da metonímia – o todo (PT) tomado pela parte (Lula), numa matéria em que a *Folha de S.Paulo* fazia “crítica velada” ao governo Lula. A mobilização da personagem PT, fazendo recair sobre ela a crítica, permite interpretar o emprego da metonímia como uma tentativa do narrador de afastar significações negativas da personagem Lula, à época, símbolo de popularidade, posto que vencedor nas eleições presidenciais (MOURA, 2006, p. 86-87).

No jornalismo, a descrição de uma isotopia figurativa visa, na maioria das vezes, ao estabelecimento da isotopia temática que a fundamenta, se esta não estiver textualizada. A isotopia temática surge da recorrência de unidades semânticas abstratas em um mesmo percurso temático. Daí, só se poder apreender o tema do texto jornalístico pelo reconhecimento da isotopia temática, a qual não tem uma sintaxe própria, mas é sustentada pela sintaxe narrativa, que equivale ao modo como se organizam as informações no texto do jornal no âmbito paradigmático (BARROS, 2001, p. 125-126). Isto é, a significação figurativa extrapola seus significados literais.

Para os propósitos deste trabalho, convém examinar os modos de presença da figuratividade no discurso do jornal, por meio não só das ilustrações concretas, mas também de figuras analógicas, pensada como “profundidade” do figurativo, dotando-se de significações abstratas (BERTRAND, 2003, p. 215). Isso porque o discurso jornalístico é construído a partir dos “objetos” que mobiliza e de suas conformações figurativas, as quais permitem a organização conceitual em torno dos assuntos tematizados no/pelo jornal.

Um bom exemplo disso são as metáforas espaciais definidoras de uma espécie de racionalidade figurativa, “inscrita na fraseologia consagrada da língua¹⁸, que conferem orientação espacial a conceitos e valores”: “estar no sétimo céu”, “cair

¹⁸ Denis Bertrand (2003, p. 216) lembra que G. Lakoff e M. Johnson estudaram tais tipos de metáforas no livro intitulado *Metáforas da vida cotidiana*.

em depressão profunda”, “ele está no auge de sua forma”, “não cometerei essa baixa”, “um alto nível intelectual” (BERTRAND, 2003, p. 216-217).

Nesse sentido, o jornalismo, por natureza, possui uma legislação linguística que busca preencher com elementos, por exemplo, figurativos (ironia, metáforas e metonímias), a lacuna existente entre as palavras que mobiliza e o mundo a ser semantizado, significado. E as escolhas dos elementos textuais com sua carga de figuratividade, inserida num campo estratégico de construção de faticidade, força a passagem do particular ao geral, e transforma a irredutibilidade das impressões singulares em generalizações conceituais. Contudo, por outro lado, transforma o ordinário em singular, por meio dos mesmos tipos de estratégias textuais (discursivas).

Ou seja, o jornal impresso se constrói como texto, figurativamente, por meio, principalmente, de representações semânticas que funcionam como uma caixa de ressonância de outras significações de alcance mais geral e abstrato, inscritas nos outros discursos que mobiliza e também nos discursos a que remete por implicação indireta, como se pode observar nos fragmentos, retirados do *corpus* desta pesquisa: “No Vietnã, Lula exalta vitória de ‘Davi’ contra ‘Golias’ dos EUA” (título, chamada de capa, *Folha de S.Paulo*, 11/07/2008); “Brasil critica ‘lista suja’ de juizes” (título, chamada de capa, *Folha de S.Paulo*, 23/07/2008) e “Estrangeiro compra 6 ‘Mônacos’ de terra por dia no Brasil” (título, chamada de capa, *Folha de S.Paulo*, 07/07/2008).

Embora menos explícita no jornalismo, não é rara a presença da “ironia”. Ela se manifesta nos fragmentos verbais e em relações verbo-visuais. É uma figura de retórica que requer ao menos dois conteúdos, um de orientação positiva e outro de orientação negativa. Isto é, a ironia combina um conteúdo orientado negativamente, não expresso, e um conteúdo orientado positivamente, expresso, mas não assumido pela instância enunciativa. De acordo com Fontanille, no caso da ironia o conteúdo positivo está expresso, mas é fracamente visado; logo, ele é apenas “potencializado”, enquanto o conteúdo negativo, embora não expresso, em compensação, é fortemente visado e é “atualizado” (2007, p. 141).

Vale lembrar que, assim como os fragmentos verbais, os textos visuais, especialmente as fotografias do jornal, estão atravessados pela figuratividade. Suas fotografias são exemplos “concretos” de metáforas visuais. Por meio do que evidenciam suas imagens, elas remetem a sentidos menos evidentes, abstratos,

que sustentam os percursos de sentido, eufóricos ou disfóricos, instaurados pelo sujeito semiótico “jornal”.

No jornalismo, a estrutura compositiva, que recorre ao uso de fotografias e demais elementos diagramáticos de ordem visual, realça o sentido dos temas e figuras representados, superpondo, em muitas situações, os interpretantes plásticos aos elementos verbais. Nessa estrutura compositiva, embora isso não se depreenda de imediato, ocorre, com frequência, certa dose de arbitrariedade entre fotografia e texto verbal num mesmo módulo de informação. São arbitrariedades que, frequentemente, resultam de escolhas não aleatórias, mas estratégicas, que direcionam a significação, por meio dos efeitos de sentido que geram, apreendidos como “enunciação enunciada”, conforme ocorrências no *corpus* desta pesquisa.

Porém, o mais comum, na relação que se estabelece entre texto verbal e fotografia, é que esta proponha a participação imaginária do leitor no nível diegético, desde a posição de um testemunho supostamente “neutro” do relato do jornal, até a de uma personagem, tematizada e/ou fonte de informação, implicado na cena da imagem fotográfica a partir do momento em que esta é inserida na trama verbo-visual narrativa proposta.

Mas, o mais importante, nesse processo de estruturação semiótica, é que, no caso do jornalismo, tanto as referidas representações icônicas como os elementos figurativos aparecem como veículos de valores, conceitos e temas cujo conhecimento não deriva de uma experiência direta do leitor. É um tipo de conhecimento por compartilhamento de determinados valores culturais, que se inserem nos marcos culturais e interpretativos de uma determinada comunidade hermenêutica: no caso aqui ilustrado, os leitores do jornal *Folha de S.Paulo* e os brasileiros em geral que, de uma forma ou de outra, têm contato com a “instituição” *Folha*.

Nessa perspectiva, segundo Bertrand, “ao plano de superfície, passível de se ostentar pela iconicidade, corresponde uma iconicidade profunda cujo efeito é reduzir, recategorizar e tematizar seu sentido” (2003, p. 229). Com Bertrand (2003, p. 230), afirmamos que a partir do momento em que o jornal toma a consistência de uma “escultura” de significação, sua ordem de realidade própria impõe e gera múltiplas operações de sentido e valor que se realizam no ato de sua leitura.

Em meio a tudo isso, dois planos semióticos, recorridos por Abril (2007a), para abordar o processo semiótico em geral, nos são bastante úteis para pensar o

jornalismo: o *narrativo-figurativo* e o *alegórico-conceitual*. O narrativo-figurativo, no jornal impresso, por exemplo, favorece a compreensão da notícia como parte do processo de semantização da realidade social que compreende determinados repertórios e tipificações próprias de seu universo simbólico¹⁹. Desses recursos cognitivos depende a reconstrução, com maior ou menor “exaustividade”, dos aspectos verbo-visuais de uma notícia e das operações estratégico-discursivas que conformam a teia de faticidade jornalística.

Por meio do plano alegórico-conceitual, relacionado ao campo dos conceitos e às alegorias históricas, é possível identificar nos textos do jornal um “marco analítico”, como nexos conceituais possíveis. Trata-se de um plano semiótico cujo sentido não vem dado pela iconicidade (não é, ou não é senão parcialmente, um espaço “figurativo”) nem por alguma função narrativa, pois tão pouco é uma classe de marco para representar conteúdos diegéticos (ABRIL, 2007a, p. 182).

Recorremos a Abril (2007a, p. 113) para esclarecer que os usos alegóricos de elementos verbais e visuais no jornalismo podem ser interpretados à luz de mecanismos simbólicos. Conforme Abril, afirmamos que as formas retóricas da alegoria são expressões de processos simbólicos que ocorrem em práticas sociais diversas, desde os rituais religiosos à prática do jornalismo, desde a construção privada de uma identidade pessoal à construção discursivo-midiática das imagens das personalidades públicas (por exemplo, dos políticos), bem como das personalidades anônimas tornadas públicas por meio de sua presença no jornal.

O que foi dito remete à teia de faticidade instaurada pelo jornalismo no processo contínuo de mobilização de conjuntos de significantes verbo-visuais que garantem sua coerência e implicações semióticas dia a dia nas páginas do jornal. Implicações que dão consistência aos efeitos de sentido e que possibilitam a identificação da *forma* resultante da integração sinóptica de todos os elementos semióticos presentes no *formato* do jornal.

A exposição feita faz perceber que os textos verbo-visuais do jornal impresso estão impregnados de valores simbólicos, e que a significação se concretiza na

¹⁹ O universo simbólico ordena a história na medida em que “localiza todos os acontecimentos coletivos numa unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com relação ao passado estabelece uma memória que é compartilhada por todos os indivíduos socializados na coletividade. Em relação ao futuro estabelece um quadro de referência comum para a projeção das ações individuais. Assim o universo simbólico liga os homens com seus predecessores e seus sucessores numa totalidade dotada de sentido, servindo para transcender a finitude da existência individual e conferindo um significado à morte individual” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 140).

relação entre o polo *narrativo-figurativo* e o *alegórico-conceitual*, em que se dá a conceituação, a valorização, a discursivização dos acontecimentos que compreendem o universo de referência do jornal. Sendo, precisamente, no polo *alegórico-conceitual* que o jornal se manifesta como simulacro interlocutivo, ou seja, ganha consistência de sujeito semiótico e instaura seu enunciatário.

Trata-se do jornal como *performance* enunciativa, como representação verbo-visual de motivos e conceitos, implicados por mecanismos de alegoria relativos ao universo simbólico ao qual pertencem os sujeitos interlocutores aí inscritos e também por complexas relações sintáticas que tecem o espaço sinóptico-alegórico de sua textualidade, a qual traz à baila o *formato* que agrega todos os recursos semióticos em um mesmo plano de consistência enunciativa.

A seção que ora apresentamos sobre figurativização no contexto do jornal buscou esclarecer alguns aspectos importantes para a compreensão da reflexão sobre o “formato jornalístico”, discurso em ato. Além de esclarecimentos sobre aspectos da figuratividade que a tornam um elemento estratégico do jornal, que permite localizar no discurso o efeito de sentido particular que torna sensível a realidade perceptível, as reflexões empreendidas tornaram mais clara a relação entre conteúdos de um sistema de representação verbo-visual e as figuras significantes do mundo abrangidas pelo discurso.

Esses pontos desenvolvidos aqui reforçam a proposta apresentada neste trabalho, dado que esclarecem que a figuratividade cria as condições da expressão sinestésica que acomoda as “imagens verbo-visuais” no jornal. Logo, a partir do modo como organiza os “objetos” que mobiliza é que se definem conceitualmente os assuntos tematizados e que se opera a validação da informação jornalística. Trata-se do *formato* como *performance* enunciativa, como representação verbo-visual de motivos e conceitos. Essa *performance* é apreendida esteticamente por meio da abertura do leitor aos apelos sensíveis que condicionam a experiência in-formativa. Sobre isso, serão apresentados mais detalhes na próxima parte.

Apreensão estética e percurso sensível

No contexto jornalístico, os modos de presença proporcionados pela materialidade do jornal, organizada por meio de regras e técnicas, criam as

condições de possibilidade do vínculo afetivo-intelectivo entre o jornal e o leitor. Contudo, em que pesem as tecnologias adotadas em sua produção, como já dissemos, sua recepção não se dá como consumo passivo, mas é uma atividade estética, que sugere uma “experiência da densidade do ser jornal”, como “pregnância perceptiva complexa” (JAUSS, 1979, p. 80).

Dessa perspectiva, a informação se concretiza por meio da influência recíproca entre jornal e leitor, isto é, acontece na “interação”. Com Wolfgang Iser, afirmamos que “o texto se abre à vida somente quando é lido” (1989b, p. 133), e que as condutas de interação no contexto jornalístico não são pré-determinadas, controláveis, dependem do que Iser chamou de metaperspectivas, isto é, a imagem que o leitor constrói, diante do texto, sobre a imagem que o jornal tem dele: como se interpretam na experiência intersubjetiva (ISER, 1979, p. 85-86).

Com Jauss (1979, p. 81), afirmamos que a experiência estética do jornal implica três tipos de desempenho: criação do mundo dos acontecimentos, como materialidade sensível, por parte do jornal; abertura à renovação de sua percepção da realidade externa (mundo do relato e mundo relatado) e interna (no *formato*), por parte do leitor; e transformação das subjetividades em intersubjetividade: o jornal ganha *status* de interlocutor ao ter a sua posição enunciativa reconhecida, por aceitação ou questionamento da validade in-formativa no *formato* jornalístico pelo leitor.

Tal experiência intersubjetiva diz respeito à apreensão das “objetividades representadas” no texto jornalístico. Assim como em outros gêneros discursivos, no jornalismo o leitor há que “concretizar” os objetos – fatos, fontes de informação e seus discursos – mobilizados, na medida em que o jornal se organiza como texto por meio do recurso a formas esquemáticas de representação da realidade social, sempre atravessadas por “lugares de indeterminação” (JAUSS, 1979, p. 81).

Os “lugares de indeterminação”, segundo Ingarden, ou “lugares vazios”, conforme Iser, no contexto jornalístico, são pensados como espaços deixados em aberto no texto, cujo preenchimento é feito pelo leitor no ato de concretização da “informação”. Os fatos e os atores sociais mobilizados pelo jornal, por exemplo, não se mostram, nem se poderiam mostrar, no texto, em todas as suas dimensões, porque o jornal, ao produzir seu discurso, tanto os mostra como os esconde.

O que se acabou de dizer demonstra a impossibilidade de acesso a todos os aspectos do fenômeno, mas não só isso. O texto jornalístico é verbo-visualidade construída com vistas a criar os efeitos de sentido que concretizem os percursos de sentido que direcionam à consolidação da perspectiva do jornal. Ele está constituído, estrategicamente, do “dito” (texto verbal) e do mostrado (texto visual), mas também do não-dito, do não-mostrado, dos implícitos: pressupostos e subentendidos. De modo que a informação noticiosa, verbo-visualmente estruturada, se constrói em grande medida com o auxílio dos espaços vazios, espaços dos sentidos implícitos, inclusive dos silenciamentos daquelas vozes socialmente marginais, os quais se convertem em elementos da experiência informativa do leitor.

Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (1996, p. 143) destacam que a seleção lexical raramente é destituída de carga argumentativa e revela a atitude adotada a respeito do que refere, pela maneira de julgá-lo e tratá-lo. Segundo Ingedore Koch, “há palavras que, colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos” (1984, p. 156). Em relação aos implícitos, pressupostos e subentendidos, Fiorin e Savioli afirmam que os primeiros são “idéias não expressas de maneira explícita, mas que o leitor pode perceber a partir de certas palavras ou expressões contidas na frase” (FIORIN; SAVIOLI, 1991, p. 241).

Para Fiorin e Savioli (1991, p. 244), a informação explícita pode ser questionada, enquanto os pressupostos têm de ser verdadeiros ou, pelo menos, admitidos como tal, porque é a partir deles que se constroem as informações explícitas. Já os subentendidos, de acordo com os mesmos autores:

são as insinuações escondidas por trás da afirmação [...] o subentendido é de responsabilidade do ouvinte [...] serve para o falante proteger-se diante de uma informação que quer transmitir para o ouvinte sem se comprometer com ela (1991, p. 244).

Vale lembrar que tanto a escolha de palavras como de imagens marcam as perspectivas discursivas adotadas pelo jornal, voltadas à garantia dos efeitos de realidade e de objetividade; logo, o leitor, para concretizar a informação, tem que recorrer à “ideia” (ao perfil) de enunciador sugerido no próprio texto noticioso, pois o sujeito semiótico “jornal” só assume a responsabilidade pelos explícitos do texto, cabendo ao leitor decifrar os implícitos (concretizá-los).

Portanto, na perspectiva da reflexão sobre o “formato do jornal”, o sentido dos implícitos depende do saber compartilhado entre o jornal e o leitor, tanto o “enciclopédico” como aquele construído circunstancialmente como parte do processo enunciativo, isto é, o saber implicado na *práxis* enunciativa jornalística. Conforme Fontanille, o implícito, enquanto “saber compartilhado”, comprometido no processo semiótico, “será oculto e extraído, convocado, interrogado, sendo que “a qualquer momento os parceiros da troca enunciativa podem lançar mão dele para fortalecer, testar ou subverter o elo empático que os une.” (FONTANILLE, 2007, p. 172)

Em relação às imagens, elas tanto revelam a realidade como se convertem em formas de ocultá-la. Sobre a afirmação de Deleuze, em *A imagem-movimento*, sobre a existência de interesse generalizado, na atualidade, por *esconder algo na imagem*, Santos Zunzunegui afirma que esse “algo” é seu caráter de instrumento de persuasão, já que todo ato de linguagem icônico é fruto de uma estratégia significativa e, portanto, persuasiva (2007, p. 23).

Assim sendo, a imagem mobilizada pelo jornal implica a presença do jornal como observador que adota um ponto de vista que organiza, em termos visuais, o mundo dos acontecimentos. Ou seja, o enunciador jornalístico ocupa um lugar que prepara o texto visual como um sistema semiótico posto em processo através de uma série de estratégias discursivas que põem em jogo operações de figurativização dos objetos e situações com vistas à sua apreensão na recepção como representações dos acontecimentos noticiosos.

Segundo Iser, quando se fala em um texto que se refere a objetos existentes independentes desse texto, como é o caso do jornal, usando uma terminologia de Austin, trata-se de uma “linguagem declarativa”, a mesma que se contrapõe àqueles tipos de textos que constituem seu objeto, que possuem uma “linguagem realizativa”, como é o caso dos textos literários (ISER, 1989b, p. 135). Contudo, da perspectiva “construtivista” adotada neste trabalho, a separação entre “linguagem declarativa” e “linguagem realizativa” é tênue, pois tanto o texto literário como o jornalístico “constroem realidades”.

Na esteira de Iser (1989b, p. 136), afirmamos que entre as perspectivas do texto jornalístico e o mundo conhecido pela experiência real do leitor há sempre uma margem de inadequação que produz indeterminação. É na leitura que tal inadequação pode ser sanada, quando o leitor ativa sua imagem (suas

representações) do mundo, fazendo aparecer “o sentido do jogo projetado de posições” (ISER, 1989b, p. 144) do sujeito semiótico “jornal”. Portanto, “a indeterminação funciona como um comutador, na medida em que ativa as representações do leitor para a co-realização” (ISER, 1989b, p. 147) dos percursos de sentido do texto jornalístico.

Com as palavras de Iser:

Os lugares vazios fazem adaptável o texto e possibilitam ao leitor, com a leitura, converter a experiência estranha dos textos em experiência particular. Particularizar a experiência estranha significa que a estrutura do texto permite integrar à “história da experiência própria” (S. J. Schmidt) o que era até agora desconhecido. Isto acontece pela geração de significados no ato de leitura (1989b, p. 148).

Diferentemente da literatura, em que a indeterminação é valor positivo, no jornalismo ela é considerada aberrante, embora esteja radicada em sua materialidade constitutiva por meio dos implícitos, dos não-ditos, através dos quais o mundo fenomênico (natural), “insistente”, se infiltra nas dobras, nas sombras, nos pontos de fuga do jornal. E é por meio deles que o leitor recupera os efeitos de sentido e reconhece a perspectiva enunciativa do sujeito semiótico “jornal”.

De acordo com Iser, os espaços vazios do texto garantem uma participação do leitor na realização e constituição de sentido dos acontecimentos, tornando “possível o jogo interpretativo e a adaptação variável do texto” (ISER, 1989b, p. 139). Por esse viés, a estrutura modular do jornal, constituída de fragmentos noticiosos, equivale a um conjunto verbo-visual complexo, marcado por interrupções que fazem o leitor avançar rumo à atualização do *formato*, *forma* em ato, manifestação do discurso no âmbito da edição diária.

Tais interrupções entre módulos e unidades informativas geram o movimento tensivo que viabiliza a experiência estética que conduz à apreensão do sentido, à concretização da informação. Convém lembrar aqui que tais interrupções também ocorrem dentro das narrativas verbais (fragmentos noticiosos), e se manifestam pelas seleções e recortes dos discursos das fontes de informação, pelo estabelecimento de relações (muitas vezes arbitrárias) entre as falas de tais fontes, pelo uso de modalizadores e por escolhas lexicais em geral que criam relações tensivas no texto, fazendo aparecer confrontos e/ou acordos que levam à concretização dos percursos de sentido sugeridos no texto.

Na esteira de Lser (1989b, p. 151), afirmamos que as unidades informativas funcionam, no jornal, como indicadores semânticos que supõem uma espera e orientam a correlação com outras unidades com as quais se modificam e se completam. Conforme Lser, cada correlato individual de enunciado prefigura um horizonte determinado, o qual se converte em seguida em uma tela sobre a qual se projeta o correlato seguinte, transformando-se inevitavelmente em horizonte, em uma perspectiva (1989a, p. 151). Dessa forma, os horizontes abertos sucessivamente por meio da relação entre unidades informativas, no jornal, vão se fundindo "em sentido" no acontecer da informação.

Assim sendo, o leitor adere ou não ao enquadramento propiciado pelo arranjo verbo-visual jornalístico. Isto é, a recepção pode ser a favor do direcionamento sugerido pelo enunciador ou pode questionar a validade da informação, do modo como articula sua teia de faticidade. Quando se trata de um leitor habitual, tal adesão é possível antes mesmo de ele resgatar em plano mais geral as articulações verbo-visuais da edição, caso contrário, sua adesão fica condicionada a um contato maior com os demais textos do jornal, única possibilidade de apreensão das condições de faticidade e conseqüente preenchimento dos espaços vazios.

Dessa perspectiva, percebe-se certo paradoxo no modo de textualização jornalístico, qual seja, os lugares vazios resultam dos mesmos recursos criados para dar unidade à notícia, como uso de aspas, metáforas, metonímias, implícitos (pressupostos e subentendidos) etc. Tais recursos revelam-se estratégias destinadas ao envolvimento do leitor com vistas a sua adesão ao ponto de vista discursivo do sujeito semiótico "jornal". Assim, toda a materialidade do jornal resulta num complexo tecido de relações verbo-visuais que enquadram as informações noticiosas e acabam definindo os limites da participação do leitor, já que, muitas vezes, "contra tantos elementos fatuais restam ao leitor poucos "argumentos".

O que foi dito não nega a coparticipação da instância receptora na construção da informação jornalística, apenas aponta para o fato de que o jornalismo é uma instituição marcada por uma racionalidade que se revela especialmente em seus modos de textualização, que preveem o acionamento estratégico da "teia de faticidade" (fatos, fontes e seus discursos). Com outras palavras, o jornalismo constrói-se dentre um campo enunciativo pautado por hábitos e rituais estratégicos que condicionam todo o processo de construção do jornal, produção e recepção, pois aí está implicado o emprego de práticas de textualização que se foram

metamorfoseando ao longo do tempo e, também, definindo modos de condutas no âmbito da recepção.

Trata-se de modos de textualização que trazem implícitos acordos entre o sujeito semiótico “jornal” e a instância leitora em torno das maneiras de representar o mundo, as quais afetam a apreensão perceptiva e a avaliação estética da materialidade “jornal”. Essa avaliação desencadeia a experiência de apreensão da presença, da corporeidade, que se estabiliza na *forma* do conhecimento jornalístico, resultante instável de um processo de mutilação, sempre condicionado aos limites infligidos pela ausência-referencial.

A fim de fomentar a reflexão sobre tais operações de concretização e a constituição do sentido no âmbito do jornal, recorreremos a Greimas, em *Da imperfeição* (2002), obra em que o autor demonstra que a percepção estética do significante, que interpela e seduz o sujeito, contém em si formas sensíveis que evocam outras formas, de outra ordem, as afetivo-intelectivas, que se oferecem como aberturas rumo ao sentido, como puro devir.

Dando continuidade a algumas reflexões iniciadas em *Semiótica das paixões*, em parceria com Fontanille, em *Da imperfeição*, Greimas retoma Merleau-Ponty para indagar sobre a percepção, no âmbito da fenomenologia, com o intuito de perscrutar as formas sensíveis. Isto, segundo Landowski,

permite entender que ao lado do sentido já “realizado”, base da semiótica tradicional do discurso enunciado, o objeto do qual se trata agora, [mais de] trinta anos após o estruturalismo “triumfante”, seja também, ou seja sobretudo, o sentido *em ato*, tal como o experimentamos – o vivemos – quando emerge dos vínculos diretos que cada um tece com o mundo ao seu redor (2002b, p.127).

Conforme esse autor, dessa “perspectiva abrangente, já não se pode definir o sentido exclusivamente como um efeito textual calculável a partir de determinado modo de organização sígnica” (LANDOWSKI, 2002b, p. 127-128). Daí, ser pertinente considerar o sentido no jornal impresso como decorrência incerta – por isso, analisável. Para tal, apoiar-nos-emos nas noções de estética e de estesia²⁰, consideradas não apenas no plano sensível, mas também em relação a sua “abertura” ao inteligível. Nesse contexto, no plano do “vivido”, elemento central na

²⁰ Do grego, *aisthésis* (percepção, sensação, sensibilidade), *estesia*, neste trabalho, expressa o sentido de devir de todas as coisas: é o modo de *aparecer* da informação jornalística, a maneira singular pela qual ela se revela ao leitor, independente de qualquer codificação prévia (FONTANILLE, 2007, p. 251).

perspectiva adotada, o inteligível e o sensível são instâncias inseparáveis uma da outra, dado que a experiência chamada estética raramente convoca uma sem mobilizar também a outra (LANDOWSKI, 2002b, p. 129).

Nessa linha de pensamento, o jornal torna-se presença ao ocupar um lugar no mundo definido pela percepção do leitor. Trata-se de um tipo de posicionamento abalizado por dispositivos discursivos encarnados na materialidade sensível “jornal”. Conforme Oliveira, o jornal define sua presença no mundo com um corpo que tem face e movimentação, os quais se estabelecem a partir de suas características textuais. Assim, no contato intersubjetivo, os atributos de ambos, leitor e jornal, intervêm uns nos do outro, “tomando forma com o interagir de seus corpos” (OLIVEIRA, 2006b, p. 24). De tal modo, o ajustamento corporal pautado pelo projeto gráfico e manifestado pela diagramação resulta nas condições de envolvimento entre as corporeidades implicadas na experiência estética jornalística. Experiência que culmina, no *formato*, com a integração de ambos os corpos num “corpo próprio” que desvela a informação jornalística: a *forma*.

Oliveira, retomando Greimas, quando este enfatiza a dimensão tátil como ponto culminante da sensorialidade e da identidade, afirma que na proximidade íntima do face a face do leitor com seu jornal, passa-se do mais profundo e mais sensível à visão, o mais distanciado e objetivado dos sentidos. Segundo a autora, no jornalismo os dois regimes da significação, sensível e inteligível, se encontram, se complementam e se interpenetram “pela orientação das qualidades mesmas do que processam” (OLIVEIRA, 2006b, p. 26-27). Isto esclarece e corrobora a perspectiva da reflexão sobre o “formato do jornal”.

Assim, no contexto da mencionada reflexão, articulada para pensar o jornalismo do ponto de vista do discurso em ato, coloca-se a questão de como se dá a combinação em um mesmo processo significante dos elementos semióticos não-verbais e verbais, bem como dos diversos recursos diagramáticos. Impõe-se a interrogação sobre como se constituem os jogos de relações intersemióticas no contexto jornalístico.

Landowski (1999) menciona a existência de “fundamentos intersemióticos” sob todo tipo de produção de sentido, pois, segundo ele, não há atividade linguística pura que não implique outros sistemas de significação. Todavia, ainda não se tem um instrumental eficiente de descrição do texto sincrético, residindo a dificuldade analítica no fato de não existir uma metalinguagem específica para tratar, por

exemplo, de textos visuais. Isto é, embora a linguagem não-verbal, a nosso ver, seja tão significativa quanto a verbal, aquela não dispõe ainda de um grande estoque de formas codificadas e possui sentidos não previstos na linguagem verbal.

De acordo com Jacques Fontanille, se podemos estabelecer as “línguas” de uma linguagem verbal, estamos bem longe de fazê-lo com a linguagem não-verbal. Segundo ele, caso seja possível fazer uma espécie de inventário que estabeleça o sistema das unidades de sentido em relação às linguagens não-verbais, cabe saber se isso é pertinente e quanto tempo levaria para, assim como ocorreu com o sistema oral e o escrito, originar uma segmentação estável das unidades e a produção de gramáticas não-verbais satisfatórias (2007, p. 34).

Nessa perspectiva, Maria Pia Pozzato afirma que, em relação à enunciação, nos textos sincréticos aparece o problema da “sincretização”, ou seja, do modo como o elemento da enunciação-produção do texto consegue unificar linguagens tão heterogêneas em um único projeto de significação (1995, p. 209). Pozzato menciona a noção de enunciação global (Floch) que tende para uma estratégia geral. Tal noção considera que, apesar da multiplicidade de linguagens, o texto sincrético constitui uma única *forma* produzida por uma única competência, o que, segundo Pozzato, remete à questão sociosemiótica da colocação em marcha de sincretismos semióticos complexos entre sujeitos competentes (1995, p. 209).

O que foi dito sobre competência no âmbito de enunciação jornalística remete à noção de contrato comunicacional, que pressupõe um compartilhamento de saberes, e também se inscreve na reflexão sobre o processo geral de significação, conforme se explica em Greimas e Courtés, onde competência é concebida como uma instância situada a montante da enunciação, de modo que o sujeito enunciador modaliza as estruturas semióticas e narrativas, dando-lhes o estatuto de *dever-ser*, quer dizer, um sistema de coerções (2008, p. 76-77).

Assim sendo, o sujeito semiótico “jornal” constrói arranjos verbo-visuais, sincréticos, com base numa competência modal que mobiliza uma competência semântica, e cria, a partir das relações sintagmáticas instauradas por meio do modo como as variadas linguagens são mobilizadas em sua formatação, sistemas normativos que vão sendo assimilados e compactuados pela instância receptora. Essa competência semântica, apreendida nos modos de figurativização do jornal, compartilhada com o enunciatário-leitor, resulta numa relação de atenção, de cooperação e de confiança etc., que assegura a possibilidade de concretização da

informação jornalística, no âmbito da leitura (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 76-77).

De acordo com Pozzato, na semiótica sincrética, “no nível do enunciado, subjaz sempre uma estrutura narrativa” (1995, p. 209). Daí, neste trabalho, a importância atribuída à noção de narratividade, entendida como uma lógica transdiscursiva que, indiferente aos códigos de sua manifestação, é reconhecida como um dos eixos de análise semiótica do jornal impresso (POZZATO, 1995, p. 209).

Paolo Fabbri chama narratividade a tudo o que se apresenta cada vez que estamos diante de concatenações e transformações de ações e paixões (2004, p. 57). Nesse sentido, a narratividade do jornal é a ação de “configuração do sentido” incerto de ações e paixões (FABBRI, 2004, p. 57). Portanto, a cada *formato*, a cada organização expressiva, a narratividade organiza a corporeidade verbo-visual jornalística em favor dos sentidos a serem manifestados com vistas à efetivação do discurso.

Para Fabbri,

antes da *semiosis*, ou seja, antes do encontro entre certas formas de expressão e certas organizações de sentido, é possível estudar uma forma narrativa como pura organização de significações. Trata-se [...] de uma narratividade que não é característica unicamente dos relatos orais ou escritos, e está presente em cada *trama* de ações e paixões organizadas com vistas a uma realização dos sujeitos e dos objetos, de valores, portanto, que estão em jogo (2004, p. 58).

Com Fabbri, destacamos a importância de separar a problemática da paixão de sua oposição habitual à razão, relacionando a noção de paixão à de ação, em seu sentido original. Isso, segundo Fabbri, remete ao que expôs Descartes, no seu tratado sobre as “Paixões da Alma”, em que sustenta que a paixão é o ponto de vista sobre a ação por parte de quem a “recebe”. Alguém atua sobre o outro que lhe impressiona, lhe “afeta”, no sentido de afecção (afeição). E o ponto de vista desse *outro*, o ponto de vista de quem padece o afeto da ação é uma paixão (FABBRI, 2004, p. 61). No contexto do jornal, portanto, a implicação do leitor envolve afeto, paixão. Essa implicação passional do leitor equivale a dizer que ele é afetado e transformado pela “ação” do jornal.

Todavia, a “afetividade” como processo de significação do jornal, baseado na narratividade, requer deslocar, no contexto jornalístico, a noção de representação. O sujeito semiótico “jornal” não representa coisas, mas processos, com signos, já que

estamos falando de jornalismo como discurso em ato, caracterizado por uma postura ativa dos interlocutores, e que resulta ser uma prática que interfere no estado do mundo, ao transformá-lo por meio de “atos de sentido” alcançados na experimentação de seu *formato* verbo-visual no momento da leitura. Uma experiência compartilhada de corporeidades que se manifestam como presenças inter-atuantes: sujeito semiótico “jornal” e leitor.

A expressão “corporeidades” aqui utilizada afirma o caráter estésico, sensorial, do jornal. O que é bastante pertinente, na medida em que não há paixão sem corpo. É nele que se manifestam as percepções, e onde ocorrem mudanças de estados orgânicos relacionados à leitura. O jornal, com suas imagens, com seus dizeres, seus relatos acerca do esperado e do inesperado, tanto está engendrado em um corpo sóico, de caráter cognitivo mais conceitual, como possui um corpo físico que implica também uma dimensão cognitivo-conceitual, na medida em que se constrói como sentido na interseção entre planos de conteúdo e de expressão.

É nesse sentido que podemos falar que o *formato* do jornal, por meio de seu conjunto significativo, põe em evidência a dimensão da ação que faz calhar a reflexão sobre a paixão, que remete ao caráter performativo da linguagem jornalística. Linguagem é aqui utilizada quase que como sinônimo de uma corporeidade-narrativa, marcada pela capacidade de modificar as personagens, os espaços e os tempos nela envolvidos.

Fabrizi ressalta, em relação à dimensão passional da linguagem, que a emoção tem algo de gestual e icônico, ou seja, em certa medida, de visível e contínuo, de gradiente, e não de descontínuo (2004, p. 70). O que foi dito ganha maiores dimensões no jornalismo contemporâneo devido ao seu sincretismo semiótico, à sua heterogeneidade verbo-visual, elemento-chave do processo de representação/semantização do mundo-referência. Tal continuidade resulta em uma formatação carregada de elementos sinestésicos que apontam tanto para uma globalidade das dimensões expressão/conteúdo quanto para uma espécie de diluição de limites entre enunciador e enunciatário no ato da experiência de leitura.

Ou seja, tal dimensão passional aponta para uma espécie de conjunção da ordem do devir que valida a informação jornalística por meio da experimentação da materialidade do jornal como totalidade sinóptica propiciada por estimulação sinestésica. Com base em Landowski (2002a), afirmamos que, na experiência de leitura, sujeito semiótico “jornal” e leitor superam as tensões típicas das negociações

de atualização de sentidos e estabelecem uma relação “justa”, uma espécie de jogo em que a demarcação de alteridade vem sempre do “outro”: a do leitor vem do jornal e a do jornal vem do leitor. Ou seja, o jornal cumpre seu papel “informador” quando o leitor, afetado, se identifica com o seu “informante”; isto é, quando o leitor se deixa *informar*.

Segundo Landowski, desta perspectiva, a problemática da identidade não se origina da lógica do descontínuo e da diferença (emergência do novo), mas, sobretudo, ela convoca o desenvolvimento de uma semiótica do contínuo, do “devir” (2002a, p. 29). Portanto, é na relação com a materialidade sensível “jornal” que serão “produzidas”, interdefinidas e intercambiadas as posições do enunciadore-jornal e do enunciatário-leitor. Desse modo, é o *formato* do jornal que processa a materialidade jornalística, dispondo-a num jogo de tensões entre unidades informativas que se orientam pelo “sentido” da interação entre presenças sensíveis. De uma perspectiva landowskiana, cabe dizer que “o caminho que leva ao sentido nem sempre é simples”, pois o modo de presença do jornal pode conduzir, eventualmente, a outros sentidos ou mesmo a perdas de sentido, antes do acordo de validação da informação.

Com base em Landowski (2002a, p. 70), ressaltamos que o processo de presentificação do jornal se dá por meio de procedimentos de espacialização que abrangem o próprio regime de identidade dos sujeitos envolvidos: num campo de entrecruzamento entre modos de experimentação do mundo-fenomênico e do mundo-figurativizado (dêitico) instalado pelo jornal. Assim, a espacialização encarada como processo de presentificação ultrapassa os limites técnicos chamados “colocação em discurso” pelos quais o sujeito semiótico instala na superfície da notícia e nas informações em geral (pela escolha dos elementos figurativos) o “cenário” da ação na qual se envolverão as personagens noticiosas e outros – personagens das publicidades, por exemplo – e os leitores no momento da leitura.

Tal leitura se dá quando se colocam em presença um do outro leitor e jornal; quando aquele busca, interroga, interpela o sujeito semiótico “jornal” e este se dispõe atrativamente, afetuosamente, no sentido da afecção, ao leitor, que ali busca afirmações, confirmações, respostas. Uma vez identificado com o jornal, este outro “familiarizado”, interlocutor para os assuntos da ordem do dia, ocorre o que Landowski chama de “ponto de contato entre duas presenças, aquela para o

mundo e aquela para si”, de modo que o leitor, ao entrar em contato com mundo-narrativa-jornalístico, se posiciona e dá sentido à sua própria existência (2002a, p. 88).

Assim, quanto maior é a força desse “sentimento de identidade” entre os sujeitos abrangidos nesse tipo de ato comunicativo, maior é a sensação de que participam, por meio da experiência do jornal, do “desenrolar de uma atualidade vivida em comum com outrem, e por isso mesmo, também [...], como efetivamente *presente a si mesmo*” (LANDOWSKI, 2002a, p. 93).

Com Landowski (2002a, p. 94), destacamos que o jornalismo participa da instauração do comportamento-leitor e de sistemas de preferências que afetam o julgamento e o transforma em prática estereotipada. O que não é o bastante para excluir os aspectos estratégicos e interativos que subordinam a manifestação sistemática de julgamentos interpretativos e escolhas à dinâmica da produção das diferenças (LANDOWSKI, 2002a, p. 95).

Ainda na esteira de Landowski, afirmamos que, no caso jornalístico, nem identidade nem anseios do leitor são constituídos *a priori*: constroem-se e redefinem-se, permanentemente, em favor de um jogo incessante sobre modos de noticiar e de atribuir valor aos acontecimentos, dado que em boa medida o leitor “remaneja” o que se dispõe no jornal (2002a, p. 95). Ou seja, os processos interativos experimentados por meio do jornal impresso se autorregulam e produzem identidades “que se fazem (e se desfazem) no próprio ritmo segundo o qual se faz, se desfaz e se reconstitui a todo instante o sentido de nossa presença para nós mesmos, individual e coletivamente” (LANDOWSKI, 2002a, p. 122).

Dessa maneira, as presenças da instância leitora e da instância do discurso, em construção na leitura, ajustam-se ao movimento que as conduzem – de um texto verbal a outro, destes às fotografias, de um título ao outro, de uma charge a uma legenda, desta à foto e a textos verbais diversos – no processo de ancoragem mútua e contínua aí desencadeado. Assim, as unidades e/ou módulos informativos organizam-se, estrategicamente, em torno do projeto comum de co-construção da identidade das partes destinadas à “informação”. São partes que valem pelo todo, embora seja o todo que explique as partes. Isto é, metonimicamente, o jornal se constrói como discurso em ato, de modo que sua formatação manifesta modos de enlaçamento da narrativa jornalística ao longo da edição diária do jornal e também

ao longo do tempo. Assim, o *formato* “encarna” a *forma* de uma presença restituidora da inteireza que faz do jornal um todo de sentido.

O jornal impresso, desse modo, povoa o universo de simulacros figurativos do leitor, instalando na relação com ele um mundo de “imagens” familiares que os aproximam em torno de um mundo comum, colocando em circulação um número indefinido de objetos verbo-visuais-figurativizantes, que reproduzem modos de representar a realidade social, reforçam modos de representação da realidade visual e alimentam qualidades estéticas próprias. São formatações, modos de “composição” que se impõem como modos de presença, e que, em unidades, ou módulos informativos, podem gerar posicionamentos frágeis, mas percebidos em sua inteireza indicam o *status* discursivo do jornal e configuram sua eficácia sociosemiótica.

Trata-se de uma eficácia relativa a *formatos* responsáveis por encenar os acontecimentos de importância social; que joga (“figurativamente”) com os modos verbo-visuais de narrar o que tematiza, pois está presente nas práticas jornalísticas e garante, ao jornal, a ocupação de um lugar privilegiado no processo de construção social da realidade. Portanto, a referida eficácia jornalística implica modos de construir conceitos, imagens, acerca dos atores sociais e do mundo que estes habitam, e intervém no “exercício do olhar”, nas práticas de leitura. Ou seja, o jornalismo encena a vida social, sugere modos de ver por meio dos simulacros que constrói, e convida o leitor a transitar do visível ao sensível, do texto ao mundo semantizado, da “representação” à “presença”, da leitura esquemática ao compartilhamento de um mundo com sentido (LANDOWSKI, 2002a, p. 125-130).

No jornalismo, a exploração do aspecto passional nos seus textos, baseados em esquematizações, prevê a presença das fontes de informação ou de simples atores sociais mobilizados e sua vinculação a modos de sentir e de perceber fatos noticiosos aos quais se vinculam suas falas ou simplesmente suas imagens. Por esse viés, revela-se um modo de socialização de afetos, que permite, graças à manifestação observável na materialidade verbo-visual, pensar a relação entre arranjos passionais de presença do jornal e os modos de presença do sujeito-leitor instaurado no jornal. Conforme Fontanille, “a emoção desempenha um papel essencial nas interações: ela permite prever, calcular, mas também fazer crer em um afeto, induzir ao erro e manipular” (2007, p. 132).

O aspecto moral da manifestação afetiva nos textos jornalísticos faz ver que, ao final do percurso de sentido instaurado pelo discurso do jornal, a afetividade (atribuída tanto às personagens mobilizadas quanto à instância enunciativa, apreensível no modo como a presença do jornal se lança ao leitor) pode ser avaliada, mensurada, julgada, de modo que seu sentido se torna, para um observador exterior, no caso o leitor, um sentido axiológico (FONTANILLE, 2007, p. 132), isto é, se torna parte de um sistema de valores de referência que apontam para o lugar enunciativo a partir do qual o sujeito semiótico “jornal” interpela a instância leitora.

Do mesmo modo, a avaliação moral da afetividade atribuída pelo sujeito semiótico “jornal” às fontes mobilizadas, por meio das escolhas textuais que faz na ativação da teia de faticidade, é confrontada no ato de leitura com os valores do leitor, que remete aos valores do grupo ao qual pertence, e são sancionados, positiva ou negativamente, de acordo com o grau de oposição ou manutenção de seus valores. Ou seja, essa dimensão ética, assim desenvolvida no contexto do discurso jornalístico, indica a participação ativa da instância leitora nesse processo.

Um processo em cujas tensões, as continuidades e discontinuidades no plano dos arranjos textuais tanto delimitam e orientam o *formato* quanto resultam da *forma* que advém de sua percepção como materialidade sensível, sujeita tanto ao ponto de vista de sujeito enunciativo quanto ao do sujeito enunciatário, co-construídos ao longo de todo o processo enunciativo do jornal. Tais instâncias interlocutoras estão sujeitas aos universos figurativos do discurso, que comandam a formação das isotopias e estabilizam os efeitos de sentido, favorecendo o desvelar da *forma* no *formato* do jornal.

Trata-se do ponto de vista do discurso do jornal em ato, que admite a coexistência de vários pontos de vista no discurso. Ponto de vista da *formatação* (apreensão) e ponto de vista do *discurso* (visada), por exemplo, de modo que se supõe que cada um deles corresponda a um campo posicional específico e que o conjunto deles seja compatível no campo global do discurso (FONTANILLE, 2007, p. 134). É uma “globalidade tensiva” que se articula na leitura à tensão entre o ponto de vista do sujeito semiótico “jornal” e o da instância leitora.

Assim, o discurso ganha existência no *formato* que se dispõe como “corporeidade” de dimensão material e imaterial, e que dá *forma* ao conhecimento jornalístico. É um *formato* que acolhe as tensões intencionais (enunciador ↔

enunciatório) e os afetos que os envolvem, e que dizem respeito, entre outras coisas, àquilo que determina o envolvimento do leitor na experiência de leitura bem como a posição que ele “pode” ocupar quando desempenha seu papel de sujeito interpretante. Ou seja, ao abrigar tais tensões e afetos, o *formato* do jornal converte-se em “centro da função semiótica”, *forma* em ato.

Nesta seção que ora concluímos buscou-se evidenciar, com base nos estudos de estética da recepção, que, não obstante os procedimentos estratégicos adotados em sua produção, a recepção do jornal não se dá como um consumo passivo, mas é uma atividade estética que sugere uma “experiência da densidade do ser jornal, como pregnância perceptiva complexa” (JAUSS, 1979, p. 80), e que a informação jornalística acontece quando o texto se abre à vida no momento da leitura (ISER, 1989b, p. 133). Discorreu-se sobre a ocorrência de indeterminações no jornal como o resultado da inadequação entre o mundo conhecido pela experiência do leitor e o mundo narrativizado em suas páginas, dando-se ênfase ao fato de que tal inadequação só pode ser sanada quando se concretizam no *formato* as representações trazidas à tona no texto pelos percursos de sentido realizados.

O que foi exposto ajuda a compreender o jogo enunciativo estabelecido por meio da verbo-visualidade jornalística, ao destacar que a materialidade do jornal, feita de fragmentos – unidades informativas, módulos informativos –, transforma-se, no *formato*, em indicadores semânticos que supõem uma espera e, concomitantemente, orientam a correlação das suas partes. Nesse contexto, surge a pergunta sobre as condições de possibilidade de experiência das heterogeneidades verbo-visuais, dos seus textos sincréticos, ou seja, indaga-se a respeito do que Landowski denominou “fundamentos intersemióticos”.

Ao abordar tal ponto a partir da questão da competência dos sujeitos interlocutores, esta seção da tese abre espaço para outro ponto bastante sutil, todavia essencial, para a reflexão sobre o “formato jornalístico”. Trata-se do reenvio de tal problemática à questão da competência semântica, instituída e assimilada pelos sujeitos interlocutores por meio dos modelos textuais adotados e reproduzidos reiteradamente no jornal. Tal prática condiciona e cria sistemas normativos que vão sendo assimilados e compactuados pela instância receptora. Portanto, passam a constituir a própria narratividade responsável por fazer a costura do verbal com o visual no *formato*.

Essa costura resulta numa ação de configuração do sentido, em grande medida, amparada na narratividade que desvela, no *formato*, uma teia (de faticidade) congruente com uma espécie de microfísica, na medida em que se origina num contexto de disseminação de sentido e de compartilhamento de corporeidades dispersas, fragmentárias, porém inter-atuantes na dimensão passional – dimensão da formação dos esquemas. Nessa dimensão, a experiência da materialidade verbo-visual (conjunto sinestésico) ultrapassa as tensões típicas das negociações que atualizam os sentidos; e atinge-se, no *formato*, o “ponto de contato entre duas presenças” (LANDOWSKI, 2002a, p. 88), aquela para o mundo-referência-compartilhado e aquela para si. Lembramos que as mencionadas negociações responsáveis por atualizar os sentidos do jornal remetem às noções de *performance* e de *presença*, a serem abordadas na parte seguinte.

“Performance” e “presença”

Na experiência de leitura do jornal, a emergência do sentido, do discurso, ou seja, a apreensão da informação – do que se enuncia –, o noticiar, em sentido pleno, ocorre, como já dissemos, como presença: numa “forma”. Tal “forma”, na materialidade jornalística, pode ser decomposta, analisada, segundo os fragmentos que a compõem (unidades informativas, módulos informativos, como textos verbais e visuais em geral: vinhetas, títulos, legendas, fotos, charges etc.). Porém, essa redução, embora constitua um trabalho interpretativo/analítico útil e até necessário, nega a existência da forma. “Essa, com efeito, só existe na “performance” (ZUMTHOR, 2007, p. 29).

A noção de *performance*, tomada emprestada do vocabulário da dramaturgia, segundo Paul Zumthor (2007, p. 30), no início do ano de 1950 foi empregada pela linguística para referir-se a toda operação pragmática ou generativa. Conforme Zumthor, as regras da *performance* – como efeito, regendo simultaneamente o tempo, o lugar, a finalidade da transmissão, a ação do locutor e, em ampla medida, a resposta do público – importam para a comunicação tanto ou mais do que as regras textuais postas na obra e determinam finalmente seu alcance (2007, p. 30).

Zumthor destaca que, embora o habitual nos estudos literários fosse tratar do escrito, passou-se a retirar, da forma global da obra performatizada, o texto, e a

voltar a concentração sobre ele, de modo a reintegrar o texto no conjunto dos elementos formais, para cuja finalidade a *performance* contribui, sem ser, enquanto tal e em princípio, privilegiada (2007, p. 30).

De acordo com Zumthor, codificaram-se os aspectos não verbais da *performance*, e, desse modo, promoveram-na abertamente como fonte de eficácia textual, o que a remete à noção de competência, não no sentido de um saber-fazer, mas de um saber-ser (2007, p. 30-31). Seguindo Zumthor, vinculamos também a noção de *performance* no contexto jornalístico à de competência.

No caso, trata-se de um saber que implica e comanda a emergência do jornal como presença e o comportamento dos sujeitos envolvidos, inscritos numa ordem de valores encarnada em um corpo vivo: o jornal. Assim, *performance* jornalística é uma conduta dos sujeitos que “assumem” a responsabilidade na “interpretação”. Além de possuir um aspecto reiterativo, tal *performance* e o conhecimento proporcionado pelo jornal estão ligados àquilo que a natureza da *performance* afeta no que é *informado*.

A *performance*, de qualquer modo, intervém no conhecimento jornalístico. Portanto, ler o jornal possui uma reiterabilidade própria, que remete a um hábito de leitura: não apenas à repetição de uma determinada ação verbo-visual, mas ao conjunto das disposições fisiológicas, psíquicas e exigências do ambiente (como uma boa cadeira, o silêncio etc.) ligadas de maneira original não a um “ler” geral e abstrato, mas à leitura “do jornal” (ZUNTHOR, 2007, p. 32).

Na esteira de Zumthor (2007, p. 33), afirmamos que a *performance* experimentada por meio da prática de leitura jornalística e das relações verbo-visuais típicas do jornal dá a “forma” do conhecimento proporcionado por ele, portanto, a forma de qualquer tipo de informação veiculada no jornal. É uma *forma* em grande medida incerta, e refere-se menos a uma completude do que a um desejo de realização, que não permanece único, dado que cada *performance* nova coloca tudo em causa e na medida em que a forma se percebe em *performance* e se transmuta a cada *performance*.

Para pensar tal *forma*, advinda do *formato* do jornal, faz-se necessário centrar-se na experiência de leitura da verbo-visualidade que o constitui pelo viés da percepção individual, a qual, quem sabe, remeta, ao final de determinado percurso, ao ritual coletivo de experimentação jornalística (ZUMTHOR, 2007, p. 36). Conforme Zumthor, a noção de *performance*, no sentido aqui adotado, serve de “parapeito”.

Segundo ele, a esse propósito, há que se colocar uma dupla série de questões, das quais nos apropriamos para a discussão sobre o jornalismo. Quais os sentidos evocados ou potenciais da *performance* jornalística? Que relações essa *performance* mantém com o mundo-referência-noticioso e a materialidade verbo-visual disposta à leitura? Como o conceito de *performance* se situa relativamente aos acontecimentos noticiosos e à informação jornalística? Como ele interfere nessa relação mundo – informação jornalística?

De acordo com Zumthor, a partir de Marshal McLuhan, sabe-se que a história das mentalidades e dos modos de pensar é determinada pela evolução dos meios e modos de comunicação; mas há que se ampliar a tese de McLuhan, de modo que ela supere os meios, em si mesmos, e nos permita levar em conta as modalidades internas do meio (2007, p. 36). Daí, podermos afirmar que a função informativa e os meios de “in-formar” adotados pelo jornalismo impresso acabam sendo incorporados pelos leitores e pelo grupo social ao qual se dirigem.

Nesse sentido, o jornalismo resulta ser um sistema que cria condições de produção e sugere percursos de leitura que vão conformando os modos de perceber o mundo referenciado e as possibilidades de experimentação da informação na própria materialidade, ou seja, na corporeidade verbo-visual do jornal, marcada por complexidades narrativas que se expressam, se tornam inteligíveis, na *performance*. Segundo Zumthor, “nem a natureza dos meios nem as modalidades daquilo que os liga ao sentido são redutíveis a oposições simples” (2007, p. 38).

Para além de tais oposições, em torno da noção de *performance*, segundo Zumthor (2007, p. 38), encontra-se um elemento irreduzível, a ideia de presença de um corpo. Por isso, o recurso à noção de *performance* para tratar da experiência jornalística implica valorizar a noção de corpo, tanto o corpo no qual o jornal ganha existência como o do leitor, que se lança à leitura, ambos atravessados pelas subjetividades que os tornam partes complementares de um único e mesmo processo de produção de sentido.

No caso do jornalismo, são a corporeidade “jornal” e o corpo leitor que se investem no ato de leitura. O jornal é o espaço de encenação dos acontecimentos sociais, de entretenimento e de propaganda. Essa encenação prevê o leitor e está prevista por ele, detentor de um saber-leitor. Saber que prepara, em grande medida, o olhar-leitor e favorece o reconhecimento das informações fatuais, opinativas, de entretenimento e publicitárias, bem como a validação da materialidade jornalística

como o espaço de colocação em cena dos acontecimentos de relevância social e a identificação de seu valor de objeto de entretenimento e de espaço publicitário.

Outro aspecto explorado por Zumthor (2007, p. 39-41) sobre a noção de *performance* e que ultrapassa a noção da corporeidade, encaixando-se bem na reflexão aqui proposta, é o que diz respeito ao seu vínculo com a noção de teatralidade. Dessa relação proposta por Zumthor, a partir de um artigo de Josette Féral, de 1988 (2007, p. 40), extrairemos elementos para discorrer sobre a “performatividade” jornalística.

Com base na ideia de teatralidade, podemos falar que a materialidade sensível “jornal”, sua corporeidade, não é o elemento único, nem mesmo o critério absoluto da interpretação prevista no jornal, pois o que mais conta é o reconhecimento do “espaço” de construção de acontecimentos noticiosos, de entretenimento e de propaganda, aquele reconhecível pelo leitor por remeter a determinado projeto gráfico e que se dispõe, diagramaticamente. Organiza-se numa materialidade que espera “visivelmente” o começo da leitura que reconhecerá a “representação” de uma dada realidade social.

Nesse contexto, a materialidade “jornal”, antes de sua leitura, está para o leitor assim como o palco e todo o teatro estão para a plateia, antes da entrada do ator e do início da peça. Em ambas as situações, há teatralidade, mas ainda não há espetacularidade²¹, o que significa que uma semiotização dessas materialidades sensíveis teve lugar, de modo que suas audiências percebem a teatralização. Disso, inicialmente, conclui-se que nem a presença do ator nem a emergência do sujeito semiótico (decorrente da leitura do jornal) foram necessárias para determinar a teatralidade, para a percepção dos respectivos dispositivos. Tanto a materialidade “jornal”, antes da leitura, como o teatro (palco, iluminação, assentos), antes do início da peça, são portadores de teatralidade porque plateia e leitor, nesses “espaços”, reconhecem relações, isto é, “encenação” (ZUMTHOR, 2007, p. 40).

No caso do jornalismo, o reconhecimento do dispositivo, a percepção de sua espacialidade, de sua formatação (teatralidade), surge do saber compartilhado entre sujeitos que conhecem a intenção, o papel *in-formador* do jornal e o anseio *in-*

²¹ “O corpo do ator não é o elemento único, nem mesmo o critério absoluto da “teatralidade”; o que mais conta é o reconhecimento de um espaço de ficção. Féral propõe a esse respeito uma distinção entre “teatralidade” (quando esse espaço ficcional se enquadra de maneira programada) e “espetacularidade” (quando não o faz).” (ZUMTHOR, 2007, p. 40)

formativo do leitor. Dessa maneira, é esse saber que modifica o olhar do leitor, levando-o a reconhecer a validade das informações jornalísticas onde havia, até então, tão somente arranjos verbo-visuais. Isto é, tal forma de conhecimento, chamada jornalismo, transforma em informação aquilo tipificado como acontecimento noticioso e outros, e semantiza o mundo referenciado, deslocando os signos que se transformam, no jornal, em simulacros.

Assim como a teatralidade aparece como estando ao lado do *performer* e de sua intenção firmada de teatro, a formatação da verbo-visualidade aparece como estando ao lado do enunciador jornalístico e de sua intenção firmada de enunciar (de informar). Porém, a intenção tanto do *performer* quanto do sujeito coletivo enunciante “jornal” devem ser compartilhadas, isto é, contar com a cumplicidade, do espectador, no caso do teatro, e do leitor, no caso do jornal.

De acordo com Eric Landowski (2002a, p. 186), nós “teatralizamos” o mundo com vistas a torná-lo inteligível, colocando-nos, em relação ao real, numa posição semelhante à do espectador-testemunha diante da cena da comédia. Este olha, escuta, sente, avalia, e finalmente sanciona a peça teatral, “nem que seja pela própria qualidade de uma ‘presença’ que jamais é adquirida de antemão, o valor do espetáculo considerado sob seus diversos aspectos, ao mesmo tempo como ação representada e como comunhão vivida” (LANDOWSKI, 2002a, p. 186). Isso é válido para a experiência de leitura do jornal.

Assim como o espectador do teatro, o leitor do jornal olha de “um fora” para o que se passa nas páginas do jornal, dentro de modelos textuais reconhecíveis, objetiváveis, para o “vivido” – os acontecimentos sociais – como uma espécie de teatralização. Ali, ele se reconhece, identifica-se, ao ser solicitado pelo modo de presença do jornal a adentrar na trama noticiosa e jornalística de um modo geral, sendo o grau de presença, propiciado pela materialidade verbo-visual, o elemento chave da adesão à formatação do jornal, a possibilidade de emergência do *formato* que faz leitor e jornal experimentarem-se em um só corpo: a “forma” (da informação).

Tal grau de presença depende de um “conjunto de interesses convergentes, de valores e de referências implicitamente partilhadas” (LANDOWSKI, 2002a, p. 197), os quais estão implicados na experiência de leitura do jornal. Trata-se de uma perspectiva “não acidental, mas *construtivista* a respeito da produção e da apreensão do sentido” (LANDOWSKI, 1999, p. 16) no jornalismo. Ela prevê a

captura de determinada *forma* de presença sensível do sentido nesse contexto, de modo que jornal e leitor assumem solidariamente as condições da captura estésica, ou seja, tornam-se responsáveis pela assimilação das “camadas sensoriais”, sinópticas, propiciadas pela verbo-visualidade jornalística.

O que foi dito se aplica à *performance* e à leitura do jornal, tomado como lugar de encenação da vida social e como manifestação da posição enunciativa de um sujeito semiótico. Dessa forma, “a situação performancial aparece então como uma operação cognitiva [...], como um ato performativo” (ZUMTHOR, 2007, p. 41-42) que envolve leitor e jornal. Ocorre uma leitura performativa, numa situação comunicacional em que o jornal equivale a uma encenação dos sujeitos ali inscritos (sujeito semiótico “jornal”, leitores, fontes de informação e sociedade em geral) em relação ao mundo-referência.

O que buscamos ao utilizar o conceito de *performance* é pensar a emergência do sentido, a reiterabilidade e as práticas de reconhecimento implicadas na ritualidade jornalística, cuja competência de informar, com base em verdades ou em mentiras, é pautada por um *querer* dizer a verdade que se modifica de acordo com o *poder*, o *saber* e o *dever*, isto é, “por um conglomerado de modalidades responsáveis pela *mise-en-scène* de simulacros e por uma teatralização generalizada das interações discursivas” (PARRET, 1997, p.16). Tudo isso culmina com a concretização no ato da *performance*.

Como afirma Zumthor,

performance designa um ato de comunicação como tal; refere-se a um momento tomado como presente. A palavra significa a presença concreta de participantes implicados nesse ato de maneira *imediata*. [...] existe fora da duração. Ela atualiza virtualidades mais ou menos numerosas, sentidas com maior ou menor clareza. E as faz “passar ao ato”, fora de toda consideração pelo tempo. Por isso mesmo, a *performance* é a única que realiza aquilo que os autores alemães, a propósito da recepção, chamam de “concretização” (2007, p. 50, grifos do autor).

Daí, ser a *performance* jornalística um momento da recepção diferenciado pela atenção e solicitude do leitor num *continuum* do processo de leitura instalado ao longo do tempo por séries de edições do jornal e pela compreensão da relação que este estabelece com processos midiáticos mais amplos nos quais se insere. Conforme Zumthor (2007, p. 50), a *performance* é um momento privilegiado, em que o que se enuncia é realmente recebido. Decorre disso que a convivência com os recursos tecnológicos e sua incorporação ao próprio dispositivo jornal, na

contemporaneidade, tem afetado “consideravelmente as condições da performance”, todavia, provavelmente, sem tocar a “natureza própria desta” (ZUMTHOR, 2007, p. 51).

Por isso, a noção de *performance* jornalística remete à maneira de leitura e aos modos de experimentação estética da materialidade “jornal”, o que faz da leitura do jornal um ato inseparável da percepção sensorial, que, além de transmitir informação, transforma o leitor, levando-o a empenhar suas energias na relação com este que se lhe apresenta como interlocutor, e que se manifesta no que diz por meio da “forma” de dizer. Ou seja, o jornal, assim como outros gêneros textuais, conforme expõe Zumthor, “vibra”, e “o leitor o estabiliza, integrando-o àquilo que é ele próprio” (2007, p. 53), que se desdobra num “corpo próprio”, instância proprioceptiva (GREIMAS; FONTANILLE, 1993).

O que foi dito demonstra o aspecto performático do jornal, que faz “ouvir”, com as palavras de Zumthor, “não de maneira metafórica”, o que se “diz”. Isto é, jornal e leitor se envolvem “corporalmente”, por meio da materialidade verbo-visual, do peso das imagens e das palavras, por um conjunto que ganha existência tanto na verbo-visualidade como nas estruturas acústicas e nas reações que elas provocam em nós (ZUMTHOR, 2007, p. 54).

Com Zumthor (2007, p. 56), afirmamos que a leitura do jornal é a percepção, em uma situação transitória e única, da expressão e da elocução juntas, e as informações que ele propicia produzem-se num campo dêitico particular. Um aqui-leitor-agora jamais exatamente reproduzível, pois sua manifestação, os sentidos aos quais remete ocorrem em um campo dêitico suscitado pela narratividade verbo-visual jornalística e pelas relações sinestésicas propiciadas pelo conjunto sinóptico “jornal”. Isto é, o sentido, nesse caso, concentra-se no plano do enunciado, desatrelando-se, em certa medida, do plano enunciativo²².

Sobre o que se acabou de dizer, Zumthor é bastante ilustrativo:

Escrito, o texto é fixado, mas a interpretação permanece entregue à iniciativa do leitor e, mais ainda, à liberdade controlada dos atores, de sorte que sua variação se manifesta, em última análise, pela maneira como é levado em conta por outro corpo individual. Assistir a uma representação teatral emblematiza, assim, aquilo ao que tende – o que é potencialmente – todo ato de leitura (2007, p. 62).

²² *Enunciado e enunciativo* como desenvolvido, a partir de Landowski, no tópico deste trabalho “O texto como ponto de partida”.

De tal modo, no jornalismo, o leitor entra num jogo desencadeado por procedimentos ritualísticos voltados à garantia do valor informativo do jornal. Assim sendo, tanto o comportamento leitor como os elementos informativos aos quais recorre no ato de atualização da informação proposta derivam daquilo que Foucault denominou “arquivo” bem como de modos de perceber, ambos assimilados e conservados no âmbito da memória, a qual implica, na “reiteração”, incessantes variações re-criadoras (ZUMTHOR, 2007, p. 65).

Tais reiterações, variações re-criadoras, no jornalismo, bem como em outras modalidades textuais, como a literatura, a partir da qual Zumthor faz tais proposições, são acionadas através de um processo de aprendizagem. Segundo Zumthor, a “leitura se aprende, nos entretemos com ela; ela exige esforço e constância” (2007, p. 67). De tal modo, ao ato de ler integra-se um desejo de restabelecer a unidade da *performance*, essa unidade perdida para nós, de restituir a plenitude (ZUMTHOR, 2007, p. 67). Há aí comprometimento pessoal da postura, do ritmo respiratório, da imaginação, mesmo no caso do jornalismo, comprometido, principalmente, com o fatural.

Com Zumthor (2007, p. 67) ressaltamos que se trata, na experiência de leitura do jornal, de esforço natural com vistas à reconstituição da unidade à qual remete o objeto jornal, o mundo-referência, matéria-prima do conhecimento proporcionado pelo jornal – um esforço que é inseparável da “procura do prazer”. Essa procura identifica-se “com o pesar de uma separação que não está na natureza das coisas, mas provém de um artifício” (2007, p. 67). Qual seja, o gesto de ordenação do real, nas páginas do jornal, por meio de processo de semantização do mundo-referência dentro de moldes (*formatação*) prescritos pelo sistema jornal, o que, em que pese a força dos simulacros, o distancia do mundo-natural referencial.

Ou seja, a *performance* jornalística, apreensível no *formato* do jornal, é ato de presença num mundo convalidado pelo jornal. Uma *performance* que traz em si a presença do mundo, sem tratar-se, todavia, de um trazer à presença simples, que ocorre de maneira unívoca: revela-se por diferentes graus, ou modalidades, que distanciam os relatos jornalísticos do modelo primeiro (ZUMTHOR, 2007, p. 67). Assim sendo, para além da materialidade do jornal, “dois elementos permanecem em jogo: a presença do leitor, reduzido à solidão e uma ausência que, na busca da conjunção com o conhecimento do mundo-referência, experimenta a notícia, a

opinião sobre os acontecimentos e a matéria publicitária como informação. (ZUMTHOR, 2007, p. 68).

Ainda com Zumthor (2007, p. 68), declaramos que, na situação performancial, a presença corporal do leitor e do jornal é presença plena, carregada de poderes sensoriais, que se manifestam na “dedicação”, no investimento recíproco de duas corporeidades: leitor e jornal. Conforme Zumthor, na leitura, essa presença plena é, por assim dizer, colocada entre parênteses; todavia, subsiste uma presença invisível, que é manifestação de um outro, muito forte para que a adesão a essa “voz”, articulada e dirigida ao leitor pelo sujeito semiótico “jornal”, comprometa o conjunto de suas energias corporais (ZUMTHOR, 2007, p. 69).

Trazendo para o contexto jornalístico a perspectiva de Zumthor (2007, p. 69), podemos afirmar que, entre o consumo do jornal e a observação direta de acontecimentos do mundo-referência, inapreensível por natureza, a diferença reside, em certa medida, na intensidade da presença. Isto é, o jornal, por meio de sua materialidade verbo-visual, ao tentar transportar nossa presença no mundo para o *formato* jornalístico, cria um simulacro desse mundo, de modo a despertar no leitor o sentimento de co-presença e de compartilhamento de uma história comum, de experiência coletiva.

O que foi dito reforça a ideia de enunciação, no contexto jornalístico, tomada como ato ou série de atos que operam a mediação entre a competência, do sujeito semiótico “jornal” e do leitor, e a *performance*. Isto remete à noção de jornalismo como aquele que acontece no *formato*, como discurso em ato, ou seja, como processo global de enunciação, de abertura semiótica. De acordo com Zumthor, esse tipo de processo, enunciativo, gera todos os níveis de manifestação – abre sua semiose (2007, p. 71). Segundo ele:

Por aí cai e perde toda a pertinência a oposição feita por certos lingüistas [...] entre o verbal e o não-verbal no discurso. Nenhum dos elementos da enunciação é dissociável do enunciado. [...] As condições, certamente, nas quais se produz a enunciação variam segundo a qualidade dos fatores em jogo, mas de todo modo elas ultrapassam amplamente o enunciado e o enunciador: tendem a se colocar em evidência. Isto nos remete uma vez mais à existência física dos sujeitos (2007, p. 71).

Isso posto, cabe lembrar que na leitura do jornal a ação verbo-visual está orientada para manter sobre a materialidade jornal a atenção do leitor, de modo a fazê-lo superar a presença perdida do modelo primeiro, do mundo dos acontecimentos, e a operacionalizar a presentificação, a modalização da informação

jornalística, cujo acontecer somente se dá por meio do reconhecimento e do investimento dos sujeitos, ambos da ordem da *performance*, que potencializa a experiência in-formativa, gerando uma percepção desdobrada do jornal, no ritmo da distribuição verbo-visual das unidades informativas, dispostas na estrutura modular do jornal.

De tal maneira, os vínculos semânticos entre jornal e mundo noticioso se restabelecem “sensivelmente”, pois, assim como no discurso poético, trata-se de uma “semântica que abarca o mundo”, sendo sua experiência decorrente da emergência do *formato*, como ato discursivo. Nessa experiência, “[o] corpo dá a medida e as dimensões do mundo [...] e os eixos espaciais direita/esquerda, alto/baixo e outros são [...] projeção do corpo sobre o cosmos.” Assim como o texto poético, o texto jornalístico “*significa o mundo*” (ZUMTHOR, 2007, p. 77).

Segundo Zumthor:

É pelo corpo que o sentido é aí percebido. O mundo tal como existe fora de mim não é em si mesmo intocável, ele é sempre, de maneira primordial, da ordem do sensível: do visível, do audível, do tangível. O mundo que me significa o texto [...] [jornalístico] é necessariamente dessa ordem; ele é muito mais do que o objeto de um discurso informativo (2007, p. 78).

Nesse sentido, corpos “leitores” e corpo “jornal” se constituem solidários no jornalismo. É por meio desses corpos e do conhecimento acerca desses mesmos corpos que se dá o conhecimento jornalístico. Isso diz respeito a uma “acumulação de conhecimentos que são da ordem da sensação e que, por motivos quaisquer, não afloram no nível da racionalidade, mas constituem um fundo de saber sobre o qual o resto se constrói” (ZUMTHOR, 2007, p. 78).

Contudo, o caráter passional, afetivo, do jornalismo, está ligado ao sensível, o corpo jornalístico “encarnado”, dotado de uma sensorialidade, uma sensibilidade anterior à diferenciação em relação ao objeto “jornal” que demarca o que é da ordem da visão, do tato, da audição (toda verbalização escrita remete ao momento primeiro de seu proferimento oral). De acordo com Mikel Dufrenne e outros, na “pluralidade de nossas sensações [...] há uma unidade encoberta, real, percebida às vezes, mas fugidia, manifestando a presença do corpo inteiro comprometido no funcionamento de cada sentido (*apud* Zumthor, 2007, p. 81). De acordo com Zumthor (2007, p. 81), tal fenômeno remete àquilo que o psicólogo italiano D. Formaggio denominou “intercorporeidade”, ou, em linguagem técnica, “corpo sinérgico”.

No jornalismo, assim como em outros gêneros de discurso, a percepção é profundamente presença. A leitura do jornal ocasiona uma presença no leitor. Todavia, nenhuma presença é plena, mas, sim, precária: “minha presença para mim é tão ameaçada como a presença do mundo em mim, e minha presença no mundo” (ZUMTHOR, 2007, p. 81). Assim, o jornalismo integra, de forma imperfeita, “a cadeia epistemológica sensação-percepção-conhecimento-domínio do mundo: a sensorialidade se conquista no sensível para permitir, em última instância, a busca do objeto” (ZUMTHOR, 2007, p. 81). No caso, o objeto “jornal”.

Com a abordagem sobre *performance* e *presença* empreendida nesta seção, procurou-se demarcar o lugar de fala deste trabalho no que diz respeito aos processos de concretização da informação, no âmbito do vivido, do instável, que dependem do modo de instalação da presença das corporeidades sensíveis – jornal e leitor – no campo aberto de possibilidades de experiências de consumo da materialidade verbo-visual jornalística. Pensa-se a experiência do jornal como *performances*, isto é, como condutas experimentadas por leitor e jornal num colocar-se em relação mútua, que revela um conjunto de efeitos sobre o tempo, o lugar, a finalidade da transmissão, a ação enunciativa e a resposta do leitor.

Isto é, *performance*, no contexto jornalístico, é o que envolve os sujeitos inter-atuantes no processo informativo nele instaurado, e se refere “menos a uma completude do que a um desejo de realização” (ZUMTHOR, 2007, p. 33). Portanto, é algo instável, mutante, dado que equivale ao empenho individual, singular, em cada experiência do jornal, pensado como situação performancial que abrange as instâncias de produção e de recepção ao mesmo tempo. Nela, na *performance* jornalística, o leitor reconhece as relações estabelecidas na constituição dos simulacros que representam a realidade-referencial. Assim, a percepção do “dispositivo” em questão implica o reconhecimento do papel in-formador do jornal e o anseio in-formativo do leitor.

Nesse sentido, a formatação do jornal funda um espaço de presença que organiza as intensidades variáveis da presença dos objetos semióticos mobilizados – fatos, fontes e seus discursos –, modulando-os dentro de um campo dêitico particular que impele o leitor ao esforço – presentificante – de reconstituição da unidade à qual a materialidade verbo-visual jornalística remete, o mundo-referência, num gesto de ordenação do real. Assim, a *performance* é o que garante a passagem da co-presença à “presença plena”, a estesia, na qual jornal e leitor

tornam-se responsáveis pela assimilação das camadas sensoriais proporcionadas pela materialidade sensível “jornal”. O que será melhor tematizado na próxima seção.

Presença estética, sinestesia e concretização

A sensorialidade própria da experimentação da materialidade sensível no contexto jornalístico é o que possibilita o desvelar do “ser” jornal. Este se mostra em “solo fértil” e implica uma postura de serenidade, “um deixar-se construir sobre a areia” em desobediência à ordem de construir sobre “rochas” – bases sólidas (MORENO, 1999, p. 37). Trata-se de um construir sobre a areia equivalente ao ato semiótico que realiza figurativamente o discurso do jornal por meio do reenvio incessante de uma representação figurativa a outra, num movimento tensivo (identidade x diferença) que culmina com a apreensão da *forma* do discurso enunciado pelo jornal.

De tal modo, o jornalismo produz sentido, desencadeando um eterno retorno à dessemantização, um movimento circular de potencialização e atualização que gera a combinação dos esquemas, dos tipos, lugares-comuns, e instalam as formas do discurso (FONTANILLE, 2007, p. 271-275). Diante do conjunto sinóptico, prene de elementos sinestésicos, aguça-se a memória, bem como as “figuras” e outras sensibilidades do leitor que geram a *estesia*. Conforme Luiza Ruiz Moreno, *estesia* é aquilo que se opõe ao termo médico anestesia, e resulta ser a qualidade de conjunção com o sentido. Segundo ela, embora seja um estado “oposto à ação, em que o sujeito está em atitude receptora de todas as percepções”, não se trata de uma *estesia* passiva, mas, ao contrário, ativa (1999, p. 38).

Moreno chama esse estado de extrema sensibilidade lúcida, *estesia ativa* (1999, p. 38). Estado que, no contexto do jornal impresso, verbo-visual, permite experimentar a “integração” das várias unidades de informação, na medida em que as envia ao todo pela via do discurso realizado. Isto é, pela via do simulacro, medida da relação possível entre o jornal e o mundo a ser semantizado e oferecido ao leitor, a partir de modelos, “manejáveis” e “perfectíveis”, de *in-formar* “o parecer” (MORENO, 1999, p. 40).

Nessa perspectiva, o jornal impresso faz manejável e perfectível o parecer, ao se oferecer por meio do seu *formato* verbo-visual, de sua materialidade, corporeidade, com a força de uma *presença* sinérgica, que leva o leitor, antes de mais nada, “a assumir o lugar de espectador criado pelo texto”, de onde observa o artefato verbo-visual que se lhe oferece. Isso, de antemão, “é já entrar em contato com as formas por meio das quais o ser [representado] se substitui” (MORENO, 1999, p. 40). Isso remete à importância dos valores estéticos do jornal, tomado como aquilo que torna a materialidade verbo-visual jornalística algo manejável e perfectível e que a projeta para o sentido.

Com base em Moreno (1999, p. 41), afirmamos que, no jornalismo impresso, as vias de acesso às “coisas do mundo”, frágeis, por força da ausência da presença primeira à qual remete (os acontecimentos sociais), se oferecem como confirmação irrefutável por obra dos desvios, das linhas de fuga do sentido, que se fazem continuidades, dando lugar à estesia ativa. Portanto, o jornal existe em suas projeções do parecer, sendo o “perfectível” possível por obra do imperfectível, da imperfeição, num arranjo rítmico que tenciona ao devir dos objetos (produtos do ato significante) e do sujeito semiótico “jornal”: ato semiótico desencadeado pelas tensões de continuidade x descontinuidade, semelhança x diferença (MORENO, 1999, p. 41).

O que se acabou de dizer conduz a um aspecto ético frente ao jornalismo, pois, nesse contexto, a estética joga numa posição de mediadora que manipula e modela os múltiplos elementos textuais, verbo-visuais, com vistas à emergência do *formato* que propicia a emergência da *forma*, discursiva, que faz reconhecer o jornal como sujeito produtor de conhecimento válido. Tal manipulação diz respeito ao uso estratégico dos saberes aos quais recorre para a construção do conhecimento jornalístico, constituído “discurso sobre” “discursos-origem”, provenientes de sistemas sociais outros, fonte das informações noticiosas.

O uso estratégico dos outros saberes sociais por parte do jornal, assim como todo “artefato” semiótico, hierarquiza valores com base em um conjunto de condutas calcadas no “desejável” da atividade jornalística. Isso implica a definição do modo como maneja os objetos semióticos (fatos, fontes e falas) e o reconhecimento dos “lugares de fala” do jornal. Nesse sentido, o sujeito semiótico “jornal”, como já dissemos, realiza uma operação estratégico-performativa ao se fazer partícipe, isto é, ele transforma a realidade observada em mundo compartilhado, com base em

modelos verbo-visuais que simulam um encurtamento da distância que separa o mundo-referido do mundo-referência.

De acordo com Moreno (1999, p. 42), “a pequena fórmula ‘a partir de’ marca a mudança de níveis de realidade”, e, no caso em questão, a passagem do mundo dos acontecimentos (mundo-referência) à informação jornalística. Assim, no projeto transsemiótico da *estesia ativa*, a reflexão sobre o “formato do jornal”, ao visar a alcançar o discurso, só se aproxima da experiência da *forma* jornal (que é da ordem do devir) por meio de uma espécie de transgressão da fronteira entre ‘intensidades-visadas’ e ‘apreensões-realizadas’, ou seja, da superação da diferença entre uma e outra. Do mesmo modo, diante do jornal, o leitor “engajado” permanentemente na experiência estética participa dos acontecimentos noticiosos, e sua “mirada” – modo de experimentar que expressa o ponto de vista do leitor – se torna performativa e os refaz.

Segundo Greimas (1999, p. 43), trata-se de um “refazer terapêutico”, o qual, no caso do jornalismo, equivale a um refazer por meio da experiência da *forma*, do discurso em ato, o qual é inseparável da experiência estética. De tal modo, o valor estético, da perspectiva greimasiana, no jornalismo, “rechaça toda negatividade”, na medida em que restitui às *unidades informativas*, na experiência de leitura, sua condição de “ser” completa (mesmo sendo parte).

Sobre isso, diríamos que a emergência dessa *forma*, propiciada pela via da experimentação de valores estéticos, no jornalismo, equivale à enunciação, à afirmação do que se diz como “positividade do *dictum*”. Em tal acepção, o *formato* do jornal é o parecer, o “pode-ser”, do sentido, o que faz advir a *forma*, discursiva, aquilo que emerge do sentido, e que, ao mostrá-lo (o sentido) parcialmente e por meio de desvios, é sua mais firme via de acesso. As “vias diretas pareceram ser efêmeras ilusões – porque é, justamente, nesses simulacros de elaboração permanente que o sentido [o ser] se constrói.” (MORENO, 1999, p. 45)

Tais limites remetem à própria natureza do *formato* do jornal, pois ao projetar a *forma*, o sentido que anima a materialidade verbo-visual, projeta ao mesmo tempo o seu alquebramento: desejo impossível de restaurar a profundidade da experiência primeira (MIER, 1999, p. 71), matéria-prima da informação jornalística. Isto evidencia que o *formato* verbo-visual, correlato do simulacro jornalístico, equivale ao processo de figuração que forja a presença corpórea do jornal, conservando em torno de si um “espaço” da ordem da instabilidade.

Com base em Raymundo Mier, afirmamos que o texto jornalístico lida com essa instabilidade por meio do recurso a elementos iconográficos, imagéticos, por meio dos quais simula mais do que uma presença no mundo, o visto, o entorno; ele “advinha a natureza da “mirada”, as posições virtuais do corpo, a inclinação do rosto e a agudeza da visão, o domínio do panorama, a invenção da paisagem, a recriação da harmonia geométrica do mundo” (MIER, 1999, p. 71).

Assim sendo, o mundo dos acontecimentos disposto verbo-visualmente aos leitores impõe um limite à ordem do mundo, pois “oferece o silêncio visível desse outro corpo ausente” (MIER, 1999, p. 73). Portanto, os elementos que compõem o espaço figurativo do jornal, da ordem da virtualidade e da instabilidade, são, ao mesmo tempo, “a evidência e o resíduo desse corpo secreto, insubstancial, intocável que olha e cujo único testemunho é o ponto no plano que fixa as proporções e o movimento das linhas do texto” (MIER, 1999, p. 73).

O *formato* jornalístico “nomeia” o mundo-referência e confere uma ordem à *forma* que o recria. Assim, a presença do corpo “jornal” reenvia a um corpo universal, contido nos modos de compreender, de ver, “que ordenam o mundo, o classifica, o faz apreensível” (MIER, 1999, p. 73). Deste modo, a estrutura modular do jornal impresso contemporâneo revela-se não exatamente como uma crença na possibilidade de captura e de simulação da percepção do mundo, mas como uma demonstração “da *vontade de realismo* cuja expressão é uma vontade de concordância que se engendra e se consolida a partir do corpo e do olhar do homem como universalidade” (MIER, 1999, p. 75).

Dessa perspectiva, o conjunto sinóptico “jornal” – suas relações verbo-visuais, voltadas à experiência sinestésica – envolve o leitor em um simulacro que reconstrói acontecimentos, atores sociais, mundo, e constrói igualmente uma errância, um trajeto, um tempo do olhar e da narrativa jornalística, assim como um apego à própria narratividade que o engloba. Trata-se da construção de simulacros que envolvem o próprio corpo que olha, o olhar mesmo (MIER, 1999, p. 77-78). Por isso, ao simular o mundo real, afastando-se da imperfeição e da incompletude do mundo, o jornal não pode senão afirmar seu enfrentamento e a tensão irresolúvel entre o ato de narrar nos moldes fatuais jornalísticos e seus artifícios.

No jornal impresso, na contemporaneidade, a informação é comunicada esteticamente, de modo mais imediato, no plano imagético. Todavia, tal plano não se oferece de maneira isolada, na medida em que os sentidos no jornal impresso

advêm de articulações sintático-semânticas, de engates e desengates das ordens sensoriais que geram a passagem da indiferença à apreensão das qualidades que penetram o leitor. Daí, com Mier (1999, p. 80), destacamos que o que penetra o leitor, pela via estética, é o que ultrapassa a tensão entre unidades informativas, que ultrapassa o véu da aparência no jornal. Mas, a aparência, que, na perspectiva greimasiana, se mostra sem reticências, sem sombras, e faz patente sua necessidade, ostenta também sua própria finitude, uma verdade do parecer que é seu próprio inacabamento (MEIR, 1999, p. 80).

A *forma* – o sentido na experiência jornalística – resulta da apreensão de um transfundo de plenitude, do instante em que se suspende a repetição. Ela é a ultrapassagem do “excesso de presença” ocasionado pela exacerbação na materialidade “jornal” dos recursos retóricos/verbais e estéticos/visuais, que projetam o discurso, garantindo a unidade dos planos argumentativos e analíticos da verbo-visualidade – a eficácia das estratégias de faticidade articuladas por essa verbo-visualidade em prol da validação do dizer do jornal.

Nesse contexto, a racionalidade jornalística impõe sobre o mundo dos acontecimentos noticiosos uma espécie de moldura, que enquadra e modifica a aparição da presença, configura seus contornos e suas figuras para lhes conferir identidades próprias, peculiares, estranhas a sua própria origem e que encontram seu fundamento na própria cadeia narrativa instaurada pelo sistema jornal, a qual se espraia rumo à semiótica midiática em seu conjunto, pois as interações com o jornal, como afirma Braga (2006, p. 36-37), geram processos que retroagem sobre interações com os meios de comunicação em geral.

Entretanto, embora seja o jornal um sistema produtor de informação, comprometido com o leitor por meio de um pacto veridictório, no que diz respeito a suas matérias fatuais, resiste nesse tipo de informação um espaço de vagueza. Pois, para além das marcas verbo-visuais de presentificação de fatos, de fontes-personagens, que indicam a base fatural de sua materialidade, a textualidade jornalística tende a se oferecer à leitura “como uma porosidade frágil, recorrida pelas imagens de uma memória e uma experiência que reclamam uma linguagem e uma modulação narrativa, para inscrever nela experiência estética” (MEIR, 1999, p. 83).

Nesse sentido, na experiência de leitura, a notícia se abre, de modo que a memória narrativa instaurada pelo jornal se plasma na descontinuidade do que se

narra, do que se enuncia, numa memória sem o corpo de uma plenitude que foi esvaziada da temporalidade, da espacialidade e da experiência “originárias”. Assim, é preciso que a materialidade do jornal, ela própria, se desfaleça momentaneamente para que o que se enuncia na notícia ganhe *forma*, irrompa entre os resíduos e quebrantamentos da presença, como um resplendor imaterial, perceptível ainda que arrancado da precipitação do tempo e em que pese a digressão do espaço (MIER, 1999, p. 89).

No jornal, a rede de relações criada pelo seu *formato*, seu arranjo plástico-rítmico, comandam a categoria continuidade–descontinuidade, denominador comum da aspectualização do tempo, do espaço e das personagens mobilizados que gera os sentidos. Com Diana Luz Pessoa de Barros (1999a, p. 122), destacamos que a percepção estética se caracteriza, no jornal, por um lado, pela descontinuidade (de isotopia semântica e veridictória, de tempo, de espaço), por outro pela continuidade da relação de fusão ou de absorção do leitor e do jornal. Segundo a autora, “é esse jogo entre continuidade e descontinuidade continuada que constitui o traço mais genérico da estesia” (BARROS, 1999a, p. 122-123).

Por meio de seu *formato*, da experimentação de materialidades verbo-visuais diagramadas, ordenadas plástica e ritmicamente, isto é, da percepção de sua materialidade sensível, ocorre no campo da recepção do jornal a fusão entre leitor e jornal. Logo, o sensorial, manifesto em dois níveis, figurativo e plástico, ocupa uma posição de destaque, de modo que, no jornal, a referida captação estética está vinculada ao modo de presença advinda dos jogos de relações estabelecidos em seu *formato* entre o nível verbo-visual, plástico e figurativo, substâncias constituídas de formas sensíveis que evocam outras *formas*, de outra ordem, denominadas afetivo-intelectivas.

As questões abordadas nesta seção, “Presença estética, sinestesia e concretização”, visaram a deslocar a reflexão sobre o “formato jornalístico” de um campo mais pragmático, no sentido de ser útil a uma estabilização teórica, para outro, apreensível por um olhar que permite aos fenômenos jornalísticos revelarem-se em suas próprias instabilidades, em consonância com a perspectiva do vir a ser. Demonstrou-se que o conjunto sinóptico “jornal”, preenche de elementos sinestésicos, aguça a memória, estimula a processo figurativo e outras sensibilidades do leitor, conduzindo-o ao estado de estesia: abertura que envia ao todo pela via do discurso

realizado, ou seja, pela via do simulacro construído pelo jornal, medida da relação possível entre jornal e mundo a ser semantizado.

Tal abordagem, ao remeter às estratégias, às *performances*, que simulam um encurtamento da distância entre mundo-referência e mundo-referido, indica, igualmente, um aspecto ético do jornalismo, pois, nesse contexto, as qualidades estéticas jogam na posição de mediadoras que manipulam e modelam os múltiplos elementos textuais, verbo-visuais, com vistas à emergência da *forma* que faz reconhecer o jornal como produtor de conhecimento válido. Nesse sentido, o leitor, de um ponto de vista igualmente performativo, definido por sua experiência estética, transgride as fronteiras entre “intensidades-visadas” e “apreensões-realizadas”, acedendo, assim, ao sentido do que se in-forma no jornal.

O que foi dito aponta para algo central na experiência estética do jornal, o que Greimas chama de “refazer terapêutico”. Este diz respeito, no jornalismo, à reconstituição da unidade entre as heterogeneidades verbo-visuais: a superação das interrupções, dos lugares vazios, dos pontos cegos, das inadequações entre narrativa e acontecimentos referenciais – o rechaçar de toda ‘negatividade’ – em favor da afirmação do que se diz e se mostra – da ‘positividade’ do *dictum*.

Portanto, é a percepção desse jogo entre negatividades e positivities que esclarece a experiência do *formato* jornalístico como sentido que anima a materialidade verbo-visual. Trata-se de ‘sentido’ recuperado na leitura que envolve em um mesmo plano estésico formas figurativas e plásticas de modo a criar um transfundo de plenitude que ultrapassa o excesso de presença ocasionado pela materialidade sensível “jornal” em favor da conjunção entre leitor e sentido. Esses pontos, embora não encerrem a abordagem, conduzem às considerações que completam esta parte da tese, desenvolvidas a seguir, na seção “Racionalidades semióticas...”.

Racionalidades semióticas: da “aparência” ao “aparecer”

Nesta última seção do capítulo 2, relacionaremos três dimensões de base constitutivas da experiência discursiva no âmbito do jornalismo, que designaremos “racionalidades semióticas da in-formação jornalística”: *dispositiva* (modo de organização verbo-visual), *passional* (instauração de um campo de presença

afetiva) e *cognitiva* (*episteme* do “formato”: apreensões e representações cognitivas). Tais dimensões permitem dar conta da especificidade do discurso jornalístico, pois funcionam como “faces” de um mesmo “negativo” no qual a experiência sensível funde-se ao inteligível no “corpo próprio” da informação que revela o “sujeito semiótico ‘jornal’”.

A racionalidade *dispositiva* diz respeito ao modo como a verbo-visualidade está articulada em torno da constituição do *formato* jornalístico, discurso em ato, isto é, ela permite recuperar relações sintagmáticas entre “seleção lexical e de imagens”, “mobilização de personagens” – atores sociais com voz ou apenas mencionados – e seus “discursos” e entre as escolhas que esquematizam figurativamente a disposição das unidades informativas verbo-visuais na quadratura da página.

As escolhas relativas aos procedimentos de “seleção lexical e de imagens” e à “mobilização de personagens/acionamento de fontes” indicam o enquadramento figurativo dado à informação, fornecem elementos para a identificação de posicionamento enunciativo e implicam consequências para a validação da informação jornalística. Aquelas concernentes à “citação de seus discursos” fornecem subsídios para se compreender os procedimentos de atribuição de voz às personagens acionadas, os quais sugerem a adesão, a rejeição ou o distanciamento do sujeito semiótico “jornal” em relação aos discursos mobilizados e/ou aos objetos a eles relacionados, ‘materializados’ na forma de implícitos.

Entre esses procedimentos citados, a “seleção lexical e de imagens” é o procedimento que mais oferece elementos para a apreensão de posicionamentos enunciativos do jornal, pois carregam consigo sentidos implícitos (pressupostos e subentendidos) que indicam caminhos a serem percorridos no processo de concretização da informação. Assim, ao selecionar as palavras e as imagens e ao definir seu arranjo na página, o jornal institui uma série de relações de faticidade e, concomitantemente, aciona recursivamente a teia de faticidade instaurada como um fio narrativo que dá coerência ao discurso enunciado pelo jornal.

Por conseguinte, a racionalidade “dispositiva” do jornal, implicada na articulação de fatos e fontes da informação, e na conseqüente ordenação figurativa do real aí instaurada, define os modos de “presença” e as possibilidades de retroleitura da materialidade verbo-visual, de modo a tornar possível o

restabelecimento da “homogeneidade” de sua materialidade, isto é, da integração enunciativa das unidades informativas verbo-visuais, no desenrolar da leitura, no âmbito da recepção. Logo, quanto mais recursos verbais, plásticos, fotográficos e iconográficos mobilizar para articular seus fatos e fontes, mais tensão, mais engajamento haverá por parte do leitor: mais “presente” este se fará na experiência do *formato* do jornal.

Esses dispositivos verbo-visuais que constituem o dispositivo “jornal” encontram sua coerência discursiva no restabelecimento dos fios que os prendem à narrativa jornalística, na apreensão da teia de faticidade. Já a racionalidade *passional* obedece a esquemas tensivos. Ela “sintetiza, organiza e solidariza as tensões da presença” (FONTANILLE, 2007, p. 204), de modo a resolver as heterogeneidades dos arranjos verbo-visuais do dispositivo. Segundo Fontanille, as determinações tensivas desencadeadas pela paixão concernem à camada mais profunda do sentido em ato: a emoção, o vivenciado, a percepção (2007, p. 205).

Dessa perspectiva, a intensidade afetiva no âmbito da experiência jornalística é indissociável da dimensão sintagmática – ordenamento de fatos, fontes e discursos verbo-visuais –, a qual implica, automaticamente, a dimensão paradigmática, axiológica. Nesse sentido, a paixão favorece a percepção de duas ordens de valores: os que vão comandar o fluxo da atenção do leitor e garantir a atualização dos esquemas (processo de figurativização), e os sociais, históricos, culturais dispostos verbo-visualmente na materialidade “jornal”, reorganizando-os como constituintes sintáticos e transformando-os em constituintes semânticos.

Conforme Fontanille (2007, p. 217), as paixões conjugam o *sensível*, apreendido por meio de códigos “somáticos” (corpo que toma posição) e “figurativos”, e o *inteligível*, apreendido por meio de códigos “perspectivos” (profundidade do campo de presença) e “rítmicos”. No jornal, o campo de “presença” é atravessado pelo fluxo de figuras cujos aparecimentos, desaparecimentos e alterações estão orientados pelos esquemas figurativos e rítmicos (arranjos verbo-visuais), que sincronizam as unidades informativas e criam um campo de “contágio” e de circulação de fluxos passionais que geram as identidades dos parceiros da paixão, no caso, sujeito semiótico “jornal” e leitor (FONTANILLE, 2007, p. 219-220).

Com base na racionalidade passional, pautada em parâmetros culturais e em esquemas cognitivos já assimilados pela comunidade hermenêutica à qual se

dirigem, a materialidade verbo-visual jornalística – com suas fontes [atores sociais] e demais “objetos informativos” mobilizados – é interpretada em termos sensíveis, de tal modo que o *formato* ultrapassa a sua dimensão de “presença” e ganha força de “acontecimento”.

Com Fontanille, afirmamos que, no jornalismo, os valores-notícia e valores informativos em geral, revelados verbo-visualmente, apresentam-se diante dos leitores imersos em um universo figurativo que lhes proporciona sensações ocasionadoras das primeiras impressões axiológicas, as quais encontram guarida no imaginário construído em torno dos modos de representar o mundo natural (FONTANILLE, 200, p. 224). Tais códigos culturais se expressam, no jornal, por meio de códigos figurativos extraídos de cenas “típicas” ou nelas inspirados, as quais afetam o leitor por força de “valores” nela implícitos, todavia, não reconhecidos ainda do ponto de vista conceitual (FONTANILLE, 2007, p. 224).

Fechando a tríade das “racionalidades semióticas da in-formação jornalística”, aparece a racionalidade *cognitiva*, que visa ao desvelamento do *formato* do jornal como “conhecimento”, segundo o princípio da descoberta dos vínculos de sentido dos arranjos verbo-visuais entre si e destes, tomados como simulacros, com as duas posições enunciativas instituídas que remetem ao contrato fiduciário estabelecido no âmbito da produção do discurso jornalístico: entre enunciador-jornal e enunciatário-leitor.

A racionalidade cognitiva jornalística, da perspectiva do discurso em ato, prevê a experimentação do *formato*, formato como ato, por parte da instância leitora, por meio de operações de confrontação e de síntese das unidades informativas heterogêneas que compõem o conjunto significativo jornal, simulacros de base das representações do mundo-referência, objeto da informação jornalística.

Com base em Fontanille (2007, p. 226), afirmamos que, na perspectiva da síntese das heterogeneidades no âmbito da experiência do *formato* jornalístico, o leitor realiza operações cognitivas complexas, quais sejam, “relacionamentos” por analogia ou contraste, simetria ou assimetria, transitividade ou intransitividade, conexidade e dissociações, os quais lhe permitem apreender os princípios e configurações das racionalidades *dispositiva* e *passional*. Estas se constituem como uma metassemiótica que dá passagem às novas representações, as quais se estabilizam no “corpo próprio” da informação, *forma*- ato.

No caso do jornal, comprometido com a “verdade” e sujeito, de modo especial, às pressões veridictórias, devido a sua finalidade precípua de informar fidedignamente sobre os acontecimentos de importância social, além de seu valor de *saber*, fundamentado na racionalidade jornalística – critérios de noticiabilidade, teia de faticidade, rotinas profissionais, rituais estratégicos, constrangimentos profissionais –, as confrontações entre enunciador e enunciatário ultrapassam seus objetos cognitivos e alcançam *universos de assunção*, entrando assim no âmbito do *crer* (FONTANILLE, 2007, p. 227).

Nesse sentido, ao produzir “discurso sobre”, baseado em discursos-origem, o jornalismo gera um tipo de *assunção mista*²³ da informação por parte do leitor, que, no exercício de veridicção, recorre tanto ao seu próprio universo de crenças como aos universos de crenças assumidos pelo jornal e por suas fontes (discurso direto e indireto em matérias fatuais e artigos de opinião). Entretanto, cabe lembrar que as modalidades verbo-visuais referenciais, citacionais, podem ser interpretadas como estratégias. Segundo Mouillaud, “o jornal (como qualquer reproduzidor, embora com operadores que lhe são característicos) é senhor do efeito que confere às vozes que reproduz” (2002d, p. 121).

Desse modo, fotografia e discurso direto utilizados, no jornalismo, com vistas a garantir os efeitos de realidade e de objetividade, que presumidamente correspondem a eventos ocorridos e a palavras pronunciadas pelas fontes “críveis” do mundo natural, respectivamente, não deixam de ser estratégias de fazer *crer*. Maingueneau (1997, p. 85) afirma que “o discurso direto não é mais nem menos fiel que o discurso indireto [...] e que seria mais exato ver nele uma espécie de teatralização de uma enunciação anterior e não uma similitude absoluta” (1997, p. 85). Assim sendo, quanto mais recorrência a imagens e mobilização de atores sociais e de seus discursos, mais o jornal pode fazer *crer*, pois, ao criar tais simulacros, cria, concomitantemente, *efeitos* de possibilidade de avaliação da “verdade” que apresenta.

Contudo, pelo viés do discurso em ato, com base na reflexão sobre o “formato jornalístico”, tais simulacros não são apreendidos como propriedades

²³ Por esse viés, no âmbito do *crer*, surge a questão sobre a *assunção* do objeto cognitivo pelo observador [leitor]; observação direta, se o objeto se integra a seu próprio universo de crenças, ou indireta, se ele se integra a universos assumidos por outros actantes na experiência de leitura (FONTANILLE, 2007, p. 227).

imanes dos textos do jornal, mas são organizados pela percepção do leitor, que, por mais condicionado que esteja a condutas leitoras culturalmente sedimentadas, está sujeito à experimentação, sempre singular, do *formato* jornalístico, marcado pelo descompasso entre sua *aparência da informação* atravessada pela “racionalidade dispositiva” – referencial, particular e informativa – e o *aparecer da informação*, a estesia, que expressa o sentido do devir de todas as coisas, momento em que a materialidade sensível “jornal” apresenta-se ao leitor de *uma forma outra* (FONTANILLE, 2007, p. 251-252).

A *aparência* da informação, a materialidade verbo-visual jornalística, é mais ou menos estereotipada, mas está sempre codificada por um saber preexistente, instaurado pelo modo de estruturação do sistema jornalístico, marcado pelo que denominamos racionalidade jornalística – valores-notícia, rede informativa, rotinas produtivas, rituais estratégicos. Já o *aparecer* da informação, da ordem do devir, não é nada codificado; ao contrário, é ele que, na experiência de leitura, *in-forma*. Segundo Fontanille, “a percepção convencional e estesia entram em tensão, e essa tensão será a mola propulsora de todas as esquematizações do discurso” (2007, p. 252); neste caso, o jornalístico.

Desse modo, a aparência é atual, enquanto o aparecer é, de início, virtual; uma é apreendida, o outro apreende o sujeito. Nesse sentido, a materialidade jornalística – seus módulos verbo-visuais figurativos – dispõe-se ao leitor, inicialmente, como identidade estável e reconhecível, mas contém, virtualmente, o próprio princípio de sua desintegração. Portanto, “a tensão entre a *aparência* e o *aparecer* virtual é o próprio modelo de todos os ‘devires no discurso, já que ela define a *imperfeição* sobre a qual se fundamenta a intencionalidade do discurso” (FONTANILLE, 2007, p. 252).

Tais ponderações sobre o enfeixamento das racionalidades jornalísticas correspondem a uma tentativa de síntese dos aspectos balizadores da reflexão sobre o “formato jornalístico”, resumidos em torno das dimensões afetiva, estética, de identidade e de coerência. Esse gesto de abreviação resulta, portanto, do trajeto empreendido neste capítulo, o qual demonstra que o dispositivo “jornal”, na contemporaneidade, organiza-se numa estrutura modular, que facilita a visão do conjunto e escapa à ordem linear das narrativas escritas tradicionais.

Isso sugere que, concomitantemente, ocorre a modificação nas dinâmicas de leitura, de modo que o leitor se vê interpelado a ir ao encontro de uma corporeidade

que ambiciona se oferecer à leitura como corpo vivo, solicitando-lhe um envolvimento corpóreo recíproco. Tal implicação do leitor se deve ao fato de o jornal adotar procedimentos que integram sinestesticamente o conjunto da materialidade verbo-visual que o compõe, colocando em jogo o conjunto dos sentidos do leitor.

Feito esse percurso, passamos ao ensaio analítico do jornal.

Ensaio analítico

Ainda que este estudo tenha um cunho mais reflexivo, neste capítulo será realizado um ensaio de análise que visa a ilustrar a reflexão empreendida nos capítulos antecedentes. Trata-se de uma tarefa inconclusa devido a restrições de tempo, razão que nos forçou a abortar algumas ideias e a diminuir o alcance do objeto observado, o que resultou em certa dispersão. Contudo, a nosso ver, isso não inviabilizou a proposta inicial, apenas a transformou em um exercício cuja fragmentação adquiriu valor de “esforço artificial” de natureza fortemente demonstrativa. Assim, ao invés de partir de um ponto e chegar a outro, este ensaio aborda aspectos diferentes e complementares.

Da perspectiva da semiótica do discurso, inicialmente, realiza-se uma leitura analítica do cabeçalho, refletido como espaço de fixação da subjetividade e também de encenação de uma temporalidade enunciativa do jornal. Em seguida, procede-se, do mesmo modo, à apreciação das principais *chamadas* da capa e de algumas “matérias” contidas no interior da edição selecionada do *corpus*. De modo que, em consonância com as reflexões dos capítulos anteriores, parte-se do pressuposto de que o jornal cria um campo de presença, por força de sua materialidade sensível, que instaura uma cena predicativa na qual se dá a ancoragem dos valores nos “objetos” mobilizados no jornal: fatos (constituídos de instituições, pessoas, coisas...), fontes de informação e seus discursos.

Nesse contexto, o campo de presença, articulado por intensidades sensíveis, é instaurado por meio dos objetos que compõem a cena predicativa, na qual esquemas se combinam (discurso em ato) e ganham a *forma* do discurso. Trata-se do processo semiótico desencadeado na leitura do jornal, ou seja, da semiose em ato, na qual “presença” e “cena predicativa” são articuladas como dois regimes da significação. Assim, por meio do conjunto verbo-visual jornalístico, apreendido sinopticamente, observa-se como se dá o processo de ancoragem, a formação de *lexias*, com vistas a esclarecer como se formam os jogos de relações intersemióticas, encarregadas de figurativizar e “presentificar” a materialidade “jornal” no âmbito da interlocução estabelecida com o leitor. Isso com o intuito de esclarecer a experiência do *formato* que integra o conteúdo e a expressão num “corpo próprio”, dando passagem à *forma* do saber jornalístico: à in-formação.

Embora as materialidades verbais e visuais não se separem na experiência de leitura, discurso jornalístico em ato, na leitura analítica aqui empreendida elas estão apresentadas em seções distintas, denominadas, respectivamente, *Cabeçalho*: fixação da subjetividade e encenação da temporalidade enunciativa, *A in-formAção verbal* e *A in-formAção visual*. Isto é, em que pese a não cisão das camadas da experiência estética propiciada pelo jornal impresso – na qual se imbricam as dimensões linguística, iconográfica, tipográfica e cromática, numa leitura correspondente a um “esforço artificial de análise” com intenção de esclarecer as operações semióticas –, tal integridade revela-se impossível. Isso porque não se trata de uma leitura ordinária, mas de um olhar problematizador próprio da experimentação investigativa, que busca reconstituir o processo semiótico.

Com vistas a viabilizar essa tarefa investigativa-demonstrativa, focalizaram-se três elementos de faticidade: seleção lexical e de imagens, mobilização verbo-visual de personagens e discurso citado. Portanto, coube, na análise, apreender os modos de articulação, *no formato*, dos objetos semióticos, fatos (relatos verbo-visuais), atores sociais/personagens (fontes citadas por simples alusão ou por seu discurso), discursos citacionais (saberes, pontos de vista mobilizados).

Desse modo, a observação de tais elementos permitiu compreender aspectos estéticos, afetivos, de coerência e de identidade, tomados como índices da dimensão estratégica da experiência jornalística. Assim sendo, buscou-se demonstrar os modos de presença, e, conseqüentemente, identificar como o sujeito semiótico “jornal” instala seu campo de referência, e como se coloca do ponto de vista enunciativo em relação a esses “objetos” – grandezas semióticas – mobilizados²⁴.

Desse modo, “sujeito semiótico” e “leitor” na análise do jornal foram considerados depreensões feitas tomando como referência indicações dadas pelos

²⁴ A título de adendo, por um lado, e com vistas a uma economia na abordagem da perspectiva adotada neste trabalho, por outro, em relação a alguns tipos de “objetos”, grandezas semióticas presentes no jornal, ressaltamos que, quando julgarmos pertinente, serão designados “actantes” tanto atores sociais mobilizados, com voz ou apenas mencionados, como demais figuras também mobilizadas, como *instituições* e *coisas*, por exemplo. Conforme L. Tesnière, a quem se deve o termo “actante”, esta denominação designa “os seres ou as coisas que, a um título qualquer e de um modo qualquer, ainda a título de meros figurantes e de maneira mais passiva possível, participam do processo” (*apud* GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 20). Ato, neste trabalho, é pensado como “o fazer ser” do processo semiótico realizado por meio do jornal, passagem do *formato* à *forma* da informação jornalística, discurso em ato, devir.

próprios textos. A partir de efeitos de sentido, que não são exteriores nem apriorísticos à realidade construída por meio do jornal, consolidam-se dois princípios semióticos: o de que as falas das fontes e os “objetos” mobilizados são sempre submetidos a relações de sentido internas aos textos do jornal e o de que a realidade social referenciada é construída pela linguagem jornalística, não uma linguagem aprisionada ao jornal, mas naquela que se exprime, como discurso, na *forma* apreendida por meio do seu *formato*.

É no *formato* do jornal, portanto, que são reconhecidos os modos de “presença” dos sujeitos que interagem, o jornal e o leitor, e, igualmente, onde se encontram as marcas de faticidade oriundas das relações estabelecidas no processo de produção da materialidade verbo-visual que projeta o discurso enunciado pelo jornal. Nesse sentido, como já foi dito, o leitor se afirma como “co-autor”, já que se delinea como um feixe de estratégias argumentativas do “sujeito semiótico” que se inscrevem no *formato* do jornal.

O instrumental teórico-metodológico articulado visou, portanto, a explicar os mecanismos semióticos de construção do sentido no jornal. Primeiramente, o discurso jornalístico foi considerado como ponto de vista sobre os acontecimentos sociais, o que supôs reconhecer, pressuposto ao jornal, o “eu” que “fala” e que performatiza seu dizer por meio das escolhas verbo-visuais que faz, passível de identificação pelas marcas deixadas por seus produtores (editores, repórteres/redatores, fotojornalistas, diagramadores etc.) e destinadas a um “tu” que não só “escuta”, mas reelabora toda a materialidade “jornal” por meio do procedimento de concretização realizado no domínio também performativo da experiência de leitura, no âmbito da recepção.

Tal perspectiva se coaduna com a noção de “percurso gerativo de sentido”, num âmbito mais geral, pois permite refletir sobre o sujeito semiótico “jornal” como estruturação de sentido apreensível do ponto de vista do discurso. Deste ponto de vista, no ensaio de análise, partiu-se das estruturas abstratas em direção às organizações concretas. Tal empenho visou a apresentar uma representação da “produção do sentido”: da informação jornalística. Assim, questionaram-se os modos de disposição verbo-visual que, sob o controle do sujeito semiótico “jornal”, orientam, selecionam, convocam as estruturas para inscrevê-las em uma expressão.

Levando em conta que no interior do discurso jornalístico coabitam vários modos semióticos: verbais, visuais, táteis, incorporou-se à problemática geral apresentada o interesse por saber como se constitui a rede de relações que transformam a referida heterogeneidade na “homogeneidade” que dá passagem à articulação da coerência da informação jornalística. Por desdobramento do problema, surgiu a questão: como se constitui a rede de relações intersemióticas no processo de leitura do objeto jornal? Como, no jornal, aparece a questão da pressão sobre a heterogeneidade verbo-visual em direção ao sentido, à realização do discurso?

Dito isso, cabe destacar o fato de que devido a este ensaio analítico aqui empreendido ser destinado a uma experiência metodológica, sua leitura-analítica foi conduzida por uma instância leitora que não simulou um leitor comum. Trata-se de uma instância que desenvolveu um percurso possível da experiência do *formato*, mas, acima de tudo, buscou decompor esse processo. Portanto, o leitor que sustenta a voz deste ensaio não remete nem a um leitor-modelo-idealizado, nem reduz o exercício realizado a registros de um leitor muito particular. Há uma oscilação entre eles: entre a Maria Betânia, indivíduo singular, e um leitor genérico. Porém, essa oscilação é consciente, e pretende dizer como se dá a operação leitora.

Portanto, o esforço analítico empreendido não visou à “comprovação” da tese proposta, por julgarmos tal tentativa vã, uma vez que o que se reflete é uma experiência de leitura analítica. A apreciação visa somente a apontar no jornal *sinais* – aspectos afetivos, estéticos, de coerência e de identidade – congruentes com os modos de instalação de sua presença no próprio jornal, já que aqueles elementos são manifestações da ordem da percepção, do “devir”, não podendo, portanto, serem esgotados “em seu *ser*” por meio de palavras.

Observou-se, no objeto “jornal”, de que modo noções como “unidade informativa”, “módulo informativo”, “conjunto sinóptico”, “corporeidade”, “presença”, “sinestesia”, “estesia”, “discurso em ato”, “concretização”, “teia de faticidade”, “simulacro”, “formato”, “forma”, entre outras, podem ser apreendidas na *experiência* jornalística, com vistas a contribuir com esclarecimentos sobre o fenômeno “jornalismo impresso”, especialmente sobre seus atributos semióticos.

Como já foi dito, além de alguns estudos clássicos de jornalismo, mobilizados para confrontação e indicação de fronteiras conceituais, importantes estudos de

semiótica, que tratam do sentido em ato, estão aqui dispostos nas apreciações sobre o modo como jornal e instância leitora estão implicados na constituição do sentido da informação jornalística. Noções como “ancoragem”, “*lexia*”, “esquemática”, “figurativização”, “sinestesia”, bem como “concretização” e “atualização” funcionaram como operadores auxiliares do ensaio analítico.

Logo, interessou à apreciação do *corpus*, os aspectos epistêmico, estético e moral, base do empenho intersubjetivo de jornal e leitor na leitura no âmbito da recepção. Esses aspectos delineiam, então, a observação empreendida, sobretudo se se concentra nas dimensões *verbo-visual* (racionalidade dispositiva/presença), *afetiva* (racionalidade passional/tensões entre unidades de informação/valores/presença) e *cognitiva* (racionalidade cognitiva/semiose em ato/devir/discurso em ato) da experiência in-formativa do jornal.

Folha de S.Paulo: o "formato" como ato

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★ WWW.FOLHA.COM.BR

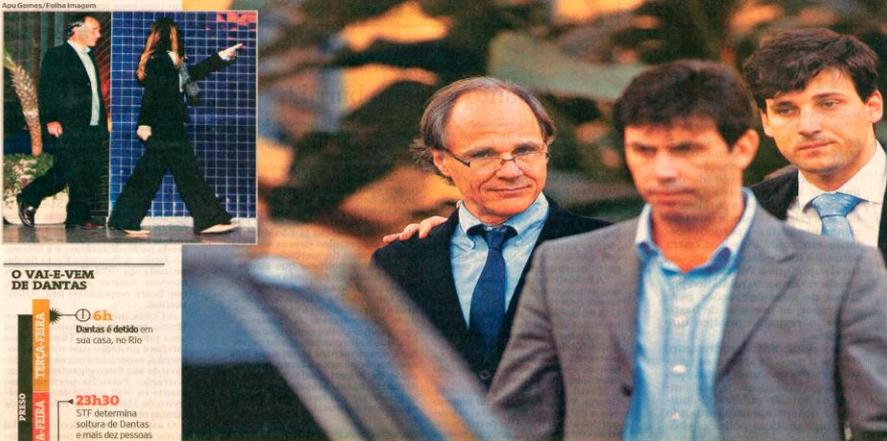
FOLHA DE S. PAULO

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO SEXTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2008 EDIÇÃO NACIONAL, CONCLUÍDA ÀS 21H32 ★ R\$ 2,50

Dantas volta à prisão após 11 horas

Banqueiro é acusado de oferecer dinheiro a delegado da PF; presidente do STF manda soltar Celso Pitta e Naji Nahas

Antonio Gomes/Folha Imagem Fernando Donasci/Folha Imagem



Pouco mais de 11 horas após deixar a carceragem da Polícia Federal em São Paulo, o banqueiro Daniel Dantas, que havia sido beneficiado por um habeas corpus do Supremo, voltou à prisão.

Segundo a Procuradoria, os fundamentos da nova prisão são diferentes. A primeira, decretada pelo juiz Fausto Martin de Sanctis na terça, era temporária e incluía Dantas e outros acusados.

O motivo da prisão de ontem, que é preventiva e só atingiu o banqueiro, é a acusação de oferecer dinheiro a um delegado da PF. Planilha encontrada no apartamento de Dantas no Rio registra pagamento de R\$ 1,5 milhão descrito como "contribuição" para evitar o indiciamento de "companheiros".

O presidente do STF, Gilmar Mendes, mandou soltar o ex-prefeito Celso Pitta e o megainvestidor Naji Nahas que estavam presos na PF. Mendes enviou sua decisão ao Conselho da Justiça Federal e a outros órgãos, para que a ação do juiz Fausto de Sanctis seja investigada. No Vietnã, Lula defendeu a ação da PF: "Quem achar que pode viver de picaretagem algum dia vai cair". Brasil

O VAI-E-VEM DE DANTAS

- 6h** Dantas é detido em sua casa, no Rio
- 23h30** STF determina soltura de Dantas e mais dez pessoas
- 5h30** Dantas deixa a carceragem da PF em São Paulo
- 12h4** Novo pedido de prisão é aceito
- 17h** Dantas volta à carceragem da PF

*Horário aproximado

Banqueiro vê motivação política **PF monitorou presidente do STF**

Antes de deixar o flat onde passou a manhã de ontem em SP, Daniel Dantas disse a Claudio Dantas Segueira que as acusações a ele são "totalmente infundadas" e que vê motivação política.

A razão seriam dados que passou à Procuradoria de Milão no caso da espionagem entre Telecom Italia e Opportunity pela Brasil Telecom. O banco teve resgates de R\$ 1 bilhão. **Págs. A6 e A10**

O presidente do Supremo, Gilmar Mendes, foi avisado de que a Polícia Federal monitorou seu gabinete a pedido do juiz Fausto de Sanctis, que mandou prender Daniel Dantas, informa o **Painel**.

A PF tem um vídeo em que assessores de Mendes falam com defensores de Dantas. A visita de advogados em busca de habeas corpus é corriqueira, dizem funcionários do STF. **Pág. A4**

ELIANE CANTANHÉDE
Caso divide o PT, os Poderes e até os blogueiros **Pág. A2**

Inflação em 12 meses fica perto do teto da meta

O IPCA, índice oficial de inflação, atingiu 0,74% em junho e 6,06% em 12 meses, perto do teto (6,5%) fixado para o ano. Segundo o IBGE, "não é improvável" que a taxa em 12 meses alcance o teto em julho. O índice fechou o primeiro semestre em 3,64%, maior variação no período desde 2003. **Pág. B1**

Liminar permite a empresário recusar teste do bafômetro

Percival Maricato, diretor da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, obteve liminar que permite a ele não fazer o teste do bafômetro. Em Brasília, uma juíza deu outra liminar que desconsidera o exame visual feito por médico em processo contra motorista acusado de dirigir embriagado. **Pág. C5**

cotidiano
Menino de 3 anos não foi morto em troca de tiros, aponta laudo **C1**

esporte
Olimpiada só é obrigatória para jogador até 23 anos, decide Fifa **Pág. D1**

ciência
Pesquisadores criam nova forma de captar energia solar **Pág. A15**

Ilustrada
VIAGEM AO CENTRO DA TERRA EM 3D CHEGA ÀS TELAS **Pág. E7**

Formato mais barato de CD atrai músicos **Pág. E3**

ATMOSFERA **Pág. C2**
No leito do Nordeste, tempo instável
Curitiba **mín. 19°C**
Teresina **máx. 34°C**
Esta é a emissão

EDITORIAIS **Pág. A2**
Leia "Riscos de um sucesso", sobre abusos na ação da PF; e "Adiantamento global", acerca de metas de emissão de CO₂.

No Vietnã, Lula exalta vitória de 'Davi' contra 'Golias' dos EUA

RAUL JUSTE LORRES
ENVIADO ESPECIAL A HANOI

Em visita ao Vietnã, o presidente Lula foi à casa do general Vo Nguyen Giap, 98, o estrategista militar que comandou as vitórias contra franceses e americanos.

Lula disse que "aqueles que amam a democracia" têm Giap como referência, embora o Vietnã seja uma ditadura. Ele comparou a guerra contra os EUA à luta entre Davi e Golias. **Pág. A11**

Irã é acusado de retocar foto para incluir 4º míssil

Especialistas acusam o Irã de ter retocado foto do teste de mísseis feito antontem para incluir um quarto projétil — a **Folha** publicou a imagem na Primeira Página de ontem. Outra foto da cena mostra três mísseis no ar e o quarto no lançador. Israel se disse pronto a atacar o Irã se necessário. **Pág. A12**

MAIS DE 2 MILHÕES DE TUCSON VENDIDOS. MAIS DE 2 MILHÕES DE CLIENTES SATISFEITOS.



Veja na página 7.

HYUNDAI
www.hyundai.com.br

Esta edição tem 50 páginas e 390.485 exemplares

ISSN 1677-0502 2 8954 9 771414 572063

Figura 1- Capa da edição da FSP veiculada em 11 de julho de 2008.

Cabeçalho: fixação da subjetividade e encenação da temporalidade enunciativa

Na medida em que este trabalho pensa o jornal como presença, como conjunto sinóptico articulado numa *forma* que se depreende do *formato* como ato, vale ressaltar que as considerações sobre as unidades informativas dispostas no módulo correspondente ao cabeçalho do jornal *Folha de S.Paulo* (Fig. 2), apresentadas a seguir, decorrem da experimentação do sujeito semiótico “jornal” em seu acontecer discursivo. Elas refletem sobre as estratégias de construção da imagem do jornal como sujeito coletivo enunciante, às quais remetem o seu conjunto de “enunciações enunciadas”. Portanto, separadamente, tais unidades e/ou módulos não poderiam ultrapassar a heterogeneidade verbo-visual jornalística rumo à síntese do heterogêneo, única possibilidade de experimentação do jornal como informação.



Figura 2 – Cabeçalho do exemplar da *Folha* analisado.

O que se está chamando de cabeçalho da *Folha* corresponde ao seu *título* e às unidades e/ou módulos informativos distribuídos no seu entorno (acima e abaixo): *slogan*, estrelas com as cores da bandeira do estado de São Paulo, endereço eletrônico da versão digital, função e nome do responsável pela direção de redação, data, ano e número da edição, bem como denominação da edição, horário de seu fechamento e preço do exemplar (Fig. 2).

Trata-se de unidades informativas dispostas em módulos, de um conjunto transtextual, articulado por intensidades sensíveis e afetivas – campo de presença – que instauram formas discursivas ao combinarem “objetos semióticos” que se transformam em valores – campo esquemático –, que, por sua vez, instala o campo diferencial que enuncia o discurso instituído em torno do título, no módulo informativo do cabeçalho do jornal. Logo, o arranjo espaço-temporal desse módulo

inicial sugere as condições da experiência visual e de intercâmbio semiótico entre os seus registros verbais e visuais, os quais são experimentados, no âmbito da recepção, como possível concretização de sentidos visados, de modo a circunscrever as informações do jornal a um “lugar próprio” imantado de autoridade enunciativa.

O título *Folha de S.Paulo*²⁵ é a principal *marca* identificadora do “lugar” de circunscrição desse sujeito enunciador, o jornal. Em termos espaço-temporal tem primazia (o título) sobre os demais elementos apreensíveis no *formato* que possibilita a identificação da posição enunciativa do sujeito semiótico *Folha*. Ou, como afirma Maurice Mouillaud, o nome-do-jornal é o elemento destacado que “assegura a coerência e a continuidade dos enunciados à maneira de uma pressuposição”, a qual “constitui o princípio de espera, por parte do leitor, de certos enunciados” (2002, p. 86).

Para Mouillaud, o nome do jornal é uma forma dotada de várias funções: título dos títulos; assinatura entre as outras assinaturas contidas em seu interior, especialmente nas páginas de opinião; nome próprio; sujeito enunciador; operador simbólico; bem como um olho aberto sobre o mundo, que é intercambiável com o olho do leitor ao qual dá o poder de ver (2002, p. 26).

De acordo com Mouillaud, o nome-do-jornal é o elemento que o identifica por sua diferença com todos os demais; todavia, em relação à série de edições, ele é um grampo que os reúne, na medida em que favorece a identificação do leitor com os seus enunciados (2002, p. 87). No caso do jornal *FSP*, o título aponta para um aspecto de ordem espacial/geográfica que sugere a localização de um centro a partir do qual a informação é gerada e distribuída, e, também, de onde serão observados os acontecimentos que ocorrem no país como um todo, já que se trata de um “jornal a serviço do Brasil”, conforme afirma neste que é seu atual *slogan* (Fig. 2 e 3).

Nessa perspectiva, com Mouillaud, pode-se destacar que o jornal *Folha de S.Paulo*, ao desatrelar-se de um sentido original, de um jornal “de São Paulo”, vê seu nome original apagar-se: “O nome não está mais no nome; de nome pleno, tornou-se um nome vazio”. Embora em sua origem o nome *Folha de S.Paulo*

²⁵ A “marca” *Folha de S.Paulo* está impressa em todas as páginas, em lugar privilegiado, do ponto de vista espaço-temporal, já que se trata de local com o qual o leitor estabelece contato visual quase de imediato ao se dirigir à página: extremidade superior esquerda.

“fizesse a transição entre um sentido, que ele representava, e enunciados, que ele designava; a significação desaparece em prol da designação” (2002, p. 94).

Segundo Mouillaud:

O nome torna-se uma pura dêixis, um nome próprio: [*Folha de S.Paulo*] (...) é o que se mantém lá, os enunciados sob seu nome. Mas em um terceiro tempo, o nome-de-jornal se torna completo novamente, desta vez não mais do semantismo de um nome comum, mas de um conjunto de conotações do sentido, uma hemorragia do sentido comum cujo sentido desaparece em um nome próprio, e uma transfusão no nome próprio de uma significação empírica. Se o nome-do-jornal é uma assinatura que garante seus enunciados, empiricamente sua garantia vale e somente vale pelos enunciados que produziu em seu nome (2002, p. 94).

Nesse sentido, o nome do jornal é algo com o qual o leitor se identifica e por meio do qual se aproxima de certa autoridade enunciativa que o motiva a realizar o percurso de leitura. Trata-se de um nome que se oferece como uma espécie de fiador dos discursos mobilizados que mantém sob sua tutela. Todavia, a marca *Folha de S.Paulo* ultrapassa, na experiência do *formato*, a condição de elemento de identificação de um sujeito mensageiro de outras vozes e integra-se ao próprio dizer, convertendo-se em materialidade verbo-visual “embreante” – que instala no interior da experiência do discurso jornalístico o sujeito visado: o leitor. De tal modo, essa forma de ação do jornal sobre o leitor está baseada na própria materialidade verbo-visual. Vejamos!

Em seu cabeçalho, a *Folha* adota recursos cromáticos, os quais se dispõem ao leitor como imagem passional que passam da condição de *presença* à condição de *valores* quando se dá a apreensão dos universos figurativos sugeridos pelas relações semissimbólicas estabelecidas entre os distintos matizes. Todavia, esses valores só se asseguram nas relações estabelecidas entre as isotopias resultantes da apreensão dos vários sistemas de valores propostos pelo sujeito semiótico “jornal”. Observemos, por exemplo, o *slogan* “Um jornal a serviço do Brasil”, situado na margem superior, acima do título. Ele está escrito em cor vermelha, e ao seu lado há três estrelas (Fig. 3), com as cores da bandeira do estado de São Paulo, na ordem: vermelho, azul e preto. De tal modo, a referida estrela vermelha se junta, no espaço gráfico, ao seu *slogan*, da mesma cor, “Um jornal a serviço do Brasil”.



Figura 3 – *slogan* da FSP e estrelas alocadas no cabeçalho.

O mesmo *slogan* aparece na primeira página do caderno denominado “Opinião”, em um bloco informativo localizado numa zona de grande concentração de atenção na leitura – zona primária (Fig. 4). Lembremos que nesta página encontra-se a manifestação explícita dos pensamentos e juízos de valor de editores e articulistas. Conseqüentemente, é o espaço no qual o “ele diz” pode ser substituído pelo “eu digo” e a presença de uma voz que opina, que julga, que quer orientar, “in-formar”, aparece certificada sem necessitar recorrer, por força do “gênero”, às estratégias destinadas ao apagamento do posicionamento discursivo do enunciador no texto.



Figura 4 – Cabeçalho e créditos da editoria *Opinião*.

No bloco informativo acima (Fig. 4), a aparência da estrela vermelha ganha destaque, pois se junta, no espaço gráfico, ao *slogan* “Um jornal a serviço do Brasil”, grafado em cor cinza. Ressaltamos que embora o vermelho, simbolicamente, possa remeter a significações opostas, como “violência e paixão”, “guerra e amor”, e historicamente seja associado ao sangue e ao fogo, de forma que pode ser usado com conotações negativas ou positivas: sangue vivo, sangue morto (GUIMARÃES, 2000, p. 117), é possível, uma vez identificada certa homogeneidade que leva das estruturas mais abstratas às organizações mais concretas, vincular o uso do vermelho para o *slogan* e sua aproximação com a estrela vermelha a sentidos preponderantemente positivos, que remetem à ideia de um jornal que, embora feito em São Paulo (SP), tem como objeto de paixão o Brasil como um todo. Um jornal brasileiro, que fala com vigor, de SP, para todo o país.

Pode-se dizer que por meio de relações simbólicas e semissimbólicas – estas ocorrem no nível mais profundo de realização semiótica –, em ambos os planos, conteúdo e expressão, organiza-se no entorno das escolhas verbo-visuais do jornal o apagamento da arbitrariedade da relação entre a cor vermelha e o suposto direcionamento de sentido proposto pelo jornal. Desse modo, demonstra-se, no nível do discurso em ato, que uma tomada de posição sensível instala a área de referência e orienta a percepção da verbo-visualidade jornalística. Da articulação entre o verbal “Um jornal a serviço do Brasil” e o visual (vermelho) advém a manifestação figurativa, que por sua vez decorre da forma do conteúdo resultante das relações possíveis em um campo de significação culturalmente definido em torno do qual gravita a cor “vermelha”.

O referido campo de significação funciona como pano de fundo para que os elementos visuais – as cores –, agregados aos elementos verbais, agenciem os efeitos de sentido conduzidos pelo sujeito semiótico *Folha de S.Paulo*. Ou seja, as cores adotadas pelo jornal, em sua relação com o verbal, servem de aporte para os efeitos de sentido que se ancoram na *forma* advinda de correlações de sentido maiores, que se vinculam a valores afetivos e culturais sedimentados ao longo do tempo em torno dos “objetos” sobre os quais o jornal fala e em torno da forma de falar que se manifesta no seu *formato*.

Junto à estrela azul (ao centro, em relação às outras estrelas) aparece a estrela preta, que tem ao seu lado o endereço eletrônico do jornal www.folha.com.br, em cor cinza, a qual, por ser neutra, torna-se visualmente menos impactante, mesmo ocupando uma posição de destaque na página (Fig. 2 e 5). Por tratar-se da indicação da existência de versão eletrônica de jornal feito pela mesma empresa, ou seja, de uma propaganda de uma alternativa “concorrente”, em termos de possibilidade de acesso a notícias, a adoção da cor cinza pode ser experimentada na leitura como uma escolha diagramática que previne o conflito (semântico) entre unidades informativas, em outros termos, que não coloca em dúvida a força e a autoridade da marca que dá nome ao produto que ali se oferece.

Pode-se dizer que a adoção da cor cinza e sua disposição no espaço do módulo informativo relativo ao cabeçalho do jornal ganham dimensão de presença enunciativa por meio de conexões entre valores somente experimentáveis caso se atualize suas dimensões semissimbólicas. Trata-se de um tipo de atualização que remete à dimensão mais profunda do discurso, que exige, na leitura, a apreensão

da dimensão retórica contida na materialidade textual. Por meio das relações verbo-visuais estabelecidas semissimbolicamente a partir desta unidade informativa – o endereço eletrônico – o sentido do discurso que se pretende alcançar se iconiza na relação particular estabelecida entre o sujeito semiótico “jornal” e o leitor.



Figura 5 – Componentes verbo-visuais da parte superior do cabeçalho.

O que foi dito sobre a unidade informativa relativa ao endereço eletrônico da *Folha* se aplica também ao título “Folha de S.Paulo”, escrito em negrito, em caixa alta, com tipografia retilínea e amplificada em relação ao restante do jornal (Fig. 5). Do ponto de vista do discurso em ato, a materialidade do título projeta as dimensões abstratas e figurativas (desdobradas) da imagem do título que põem em jogo estratégias cognitivas e articulam expressão e conteúdo num mesmo horizonte de significação.

Assim, o título, em relação às demais unidades informativas, produz tensão afetiva e cognitiva, marcada por intensidade (dimensão sensível) e extensão (dimensão inteligível), que se revelam no “discurso realizado” como uma estratégia produtora de efeitos persuasivos e estéticos. Portanto, a superposição do nome do jornal bem como a relação que estabelece com as demais unidades informativas no arranjo verbo-visual dá a ideia de subordinação da toda a materialidade que contém o jornal a sua marca identificadora: o seu título (elemento englobante).

Nesse contexto, a escolha de fonte plasticamente sóbria (Fig. 5), possivelmente, remeta, na experimentação da leitura, à constituição de uma identidade que sugere tratar-se de uma instituição séria, implicada com a tradição e comprometida com os valores instituídos ao longo de sua existência. Conforme Hurtuna e Montesinos (2007, p. 36), as escolhas tipográficas comportam um enorme peso emotivo, pois, para além da mera funcionalidade linguística, fazem parte de nosso universo afetivo. Segundo esses autores, *grafites* nos interpelam a partir das paredes, velhos rótulos nos remetem ao universo de nossa infância, assim como

traços de escrituras que captamos por um gesto de olhar como diminutos caminhos traçados sobre o papel (HURTUNA; MONTESINOS, 2007, p.36).

Nesse sentido, a formatação do nome parece comprometida com a preservação do aspecto de seriedade que se vai consolidando no decorrer do tempo. Embora, entre outras coisas, o jornal mude eventualmente sua grafia, o seu título (sua principal marca) mantém seus aspectos gráficos, de modo a evitar rompimento com sua imagem tipográfica de origem, o que alude à estratégia de manutenção da imagem de solidez da instituição que ela designa. É uma identidade tipográfica que, conforme Ana Claudia de Oliveira, carrega a história de vida do jornal, e, ao ser vista, imediatamente é reconhecida, antes mesmo de o leitor ter conseguido ler todas as letras integrantes do nome e nem sequer ter ainda lido o conteúdo que o referido jornal veicula (2006b, p. 22).

O título do jornal resulta ser, então, um constructo semiótico, na medida em que se refere a uma imagem e a um nome tipificados. Desse modo, o leitor mantém com a marca *Folha de S.Paulo* uma relação de natureza alegórica, pois, mais do que um signo da mercadoria “jornal”, trata-se de um índice de identidade, bem como de pertencimento ao grupo real ou imaginário de leitores. O título *Folha de S.Paulo* corresponde à marca que o distingue como produto, mas acima tudo, serve para marcar seus consumidores-leitores, “classificá-los e hierarquizá-los dentro de uma escala de valores” construída a cerca dos jornais impressos em geral e dos do Brasil em particular.

A referida natureza alegórica remete à relação entre leitores e a marca *Folha de S.Paulo* e corresponde a um conjunto de valores correlativos aos mesmos valores associados à aquisição dos benefícios da leitura habitual deste jornal específico, bem como remete à imagem que se tem do leitor deste jornal, cuja “identificação” é um dado pressuposto no reconhecimento da “identidade” do jornal. Cabe dizer que ser leitor de um jornal “x”, com *status* “y”, em meio à comunidade de leitores de jornais em geral, significa pertencer a um grupo de consumidores inseridos num universo de valores projetados pelo conjunto de valores pressupostamente contidos neste produto, no caso a *Folha*.

Vale dizer que, ao significar um mundo-referência, a FSP constrói não só acontecimentos noticiosos, mas, uma auto-imagem de sujeito enunciador legítimo, o qual projeta sobre os leitores e as pessoas em geral uma imagem vinculada ao poder de acesso a fatos e a fontes de seu interesse, o que diz respeito a estratégias

de persuasão destinadas a atrair leitores-consumidores e ao convencimento de anunciante clientes e potenciais.

Logo abaixo do título, no alto da capa, constam três módulos informativos: Diretor de Redação: “Otávio Frias Filho” (à esquerda); “Sexta-feira, 11 de julho de 2008”, Ano 88 *Nº 28.954” (ao centro); “Edição Nacional, concluída às 21h32 *R\$2,50” – à direita (Fig. 6). Eles estão separados do restante da página por meio de um fio vermelho, o qual parece estabelecer a demarcação visual de limite entre os dados identitários invariáveis do jornal, bem como dados variáveis concernentes a sua atualidade, todos realçados no topo, em relação às demais informações da página, composta por informações noticiosas (em quase toda sua totalidade) e por anúncio publicitário, geralmente localizado ao pé da página, à direita, denominada nos estudos de diagramação “zona secundária”.

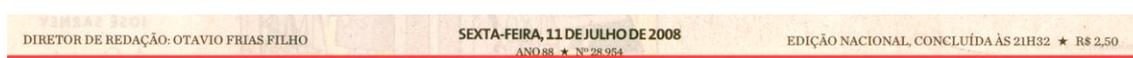


Figura 6 – Unidades verbais e componente cromático localizados base do cabeçalho.

A escolha da referida cor reforça a citada delimitação ao se constituir recurso afetivo relevante no processo de interpelação verbo-visual. Valoriza o bloco de unidades informativas ao qual fornece uma espécie de suporte físico no âmbito da experimentação da materialidade gráfica. Tais efeitos (de sentido) resultam, em grande medida, da escolha do vermelho, por ser uma cor vibrante e de grande apelo sensorial. De acordo com Michel Pastoureau, o vermelho é a cor por excelência, a cor arquetípica, a primeira de todas as cores, e corresponde ao mais fortemente conotado de todos os termos de cor, mais ainda do que o preto ou o branco (1993, p. 160).

Sobre a participação desses três módulos informativos (Fig. 6) na experiência de leitura do jornal e, conseqüentemente, na apreensão do sujeito semiótico “jornal” vale algumas observações. Em relação ao primeiro, “Diretor de Redação: Otávio Frias Filho”, trata-se de um módulo informativo que se sobrepõe aos demais e que sugere a existência de uma autoridade jornalística que se responsabiliza, como figura titular, pelas informações contidas na *Folha*. Seu alinhamento à esquerda revela uma escolha espaço-temporal indicativa da força e do *status* privilegiado deste módulo informativo, o que, por sua vez, remete imediatamente a uma

personagem do mundo natural, conformando efeitos de sentido de possibilidade real de responsabilização sobre as informações contidas no jornal.

Pode-se dizer que esses procedimentos equivalem a estratégias de faticidade destinadas a validar o discurso deste jornal. De tal modo, os leitores da *Folha* que a seguem lendo assim o fazem porque este jornal está investido de uma “competência” de difícil apreensão “caso se procure traduzi-la em conteúdos empíricos”. Visto que tal competência “parece vazia”, uma vez que se trata de verificar, nos enunciados de cada edição, “a conformidade dos mesmos a uma norma que não está descrita” (MOUILLAUD, 2002, p. 96). Nesse sentido, *Folha de S.Paulo* corresponde a uma instância (princípio regente) que não pode ser apreendida. Daí conclui-se que aquele que consta como (personagem-)diretor de redação da *Folha*, Otávio Frias Filho, ao revestir-se da função que lhe é atribuída no sistema jornalístico, “refugia-se na forma, o hierárquico,” de modo que seu poder fica “fora de alcance”²⁶.

Ao lado do módulo informativo “Diretor de Redação: Otávio Frias Filho”, localizado logo abaixo do título (centro), consta outro módulo correspondente aos dados relativos a data da edição²⁷, ano “Ano 88” e “Nº 28.954” (Fig. 7).



Figura 7 – Unidades informativas: data, ano de publicação e número da edição.

A unidade informativa “data” mantém relação de sentido imediata com um dos principais critérios de noticiabilidade, que pauta, em grande medida, o fazer jornalístico, e que determina uma série de ações e de escolhas relativas à produção do jornal: *a atualidade*. Trata-se de um elemento-chave da racionalidade jornalística, pois além de nortear a conduta dos profissionais interfere decisivamente no ritmo produtivo e no grau de profundidade da informação produzida neste contexto. Tais fatores determinam, no *formato*, os tipos de experiências possíveis da

²⁶ Os dois trechos, entre aspas, correspondem a parte da fala de Philippe Simonnot, citada por Mouillaud (2002, p. 96).

²⁷ Também essa unidade informativa constará em todas as páginas do jornal, em local de grande visibilidade, como se pode observar: no alto.

temporalidade que envolve num “corpo próprio” os acontecimentos noticiosos relatados.

Também a localização privilegiada da data pode ser pensada como uma estratégia para fazer desaparecer um aspecto significativo da experiência do jornal, qual seja, o fato de ele em seu processo de produção de notícia promover a sincronização temporal de dados extraídos aleatoriamente de outros relatos contidos na cadeia intertextual instaurada pela própria *semiosis* midiática e que estão distribuídos desordenadamente no tempo e no espaço do mundo natural.

Em que pese a possibilidade de exceções, a “data da edição” por si só costuma justificar a leitura ou não do “produto” em questão ao ser exposto ao consumo. Um consumo marcado pela periodicidade do jornal, a qual “cria seu próprio tempo e impõe ao público um determinado ritmo de subministro de informação que equivale a uma atualidade programada” (FONTCUBERTA, 1993, p. 23). E a exibição da data da edição em local de destaque faz ver esta “unidade informativa” como um argumento do sujeito semiótico *Folha*, inscrito na *performatividade* de seu vir a ser, na medida em que se reconhece sua vinculação à ideia de tempo presente, novidade, atualidade, imagens advindas da relação alegórica entre o leitor e o jornal datado (do dia).

Ler o jornal do dia para muitos leitores corresponde a um ato de socialização, que o faz sentir-se apto a emitir opinião sobre os acontecimentos que estão na ordem do dia. A explicitação da data, em espaço gráfico privilegiado, do ponto de vista espaço-temporal, diz respeito à sobreposição (espacial) da definição temporal em relação a todas as informações contidas na edição, o que corresponde a efeitos de atualidade, na medida em que o jornal é produzido dentro de um sistema que reatualiza constantemente eventos a fim de atender a uma necessidade diária de produção de novidade.

Lembramos que a unidade informativa com a *data* de publicação da edição do jornal se repete em todas as páginas do jornal. Porém nas capas dos cadernos internos (editorias) esta unidade informativa tem ocupação espaço-temporal privilegiada, denominada “zona primária” (Fig. 8). Zona espacial esta que, na primeira página, é destinado ao módulo informativo com função e nome do “diretor”. Tal área destina-se, na diagramação, à ocupação de um “elemento forte para atrair a atenção e o interesse do leitor.” (SILVA, 1985, p. 47). Todavia, nas demais páginas, este dado relativo à data de veiculação da edição está disposto num

espaço denominado “zona morta” (Fig. 9), ficando tal espaço privilegiado reservado ao título do jornal. Assim, a adoção de tal modelo de formatação reforça a ideia de sobreposição, nas páginas internas, da marca do jornal e reserva à unidade informativa data um lugar menos destacado dado que se presume que o leitor já esteja informado sobre ela.



Figura 8 – Cabeçalho do caderno *Ciência*.

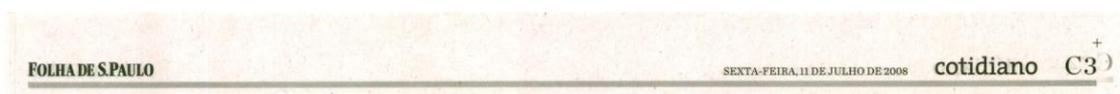


Figura 9 – Cabeçalho do caderno *Cotidiano*.

Essas estratégias relativas a uma formatação redundante da data da edição do jornal criam um campo de presença enunciativa no qual, em certa medida, fica obscurecido o fato de que a notícia (o novo, o atual) é a encarnação do velho (do já contado) e a tentativa de compreensão do que se sucederá (do futuro), sem o qual os relatos jornalísticos não fariam sentido, por um lado, e não se justificariam, por outro.

Ou seja, a atualidade, imperativo da notícia, é algo tão frágil, tanto do ponto de vista fatural como conceitual, que o jornal é levado a colocar em destaque os elementos informativos que ressaltam sua vinculação ao tempo presente. Assim, favorece a experimentação da informação noticiosa como inscrita no “agora” do mundo, apagando o fato de que este agora é uma presentificação narratológica (dêitica) dos acontecimentos sociais.

Provavelmente a exibição, no cabeçalho do jornal, das unidades informativas relativas a “tempo”, entre outras funções de ordem pragmática, corresponde a estratégias de enfretamento de uma crise da temporalidade, mencionada no primeiro capítulo. Tais unidades informativas contêm três temporalidades distintas: “atual”, “histórica” e “instantânea”. A data do dia “Sexta-feira, 11 de julho de 2008”

equivale ao tempo “atual”; o ano e número da edição “Ano 88*Nº 28.954” correspondem ao tempo “histórico” e a hora de fechamento da edição alude ao tempo “instantâneo” possível, em consonância com a demanda por acontecimentos atuais – *presentismo* (Fig. 7).

A propósito da atualidade no jornalismo, Javier Del Rey Morato (1988, p. 60-61) afirma que a lógica da atualidade não é a do historiador. É a do jornalista. De acordo com Morato, se o historiador faz jornalismo de longos períodos, os jornalistas fazem história das breves sequências – dos períodos criados pelo próprio jornal. Segundo Morato (1988, p. 61), como os acontecimentos não têm hora fixa para manifestar-se, o jornal promove cortes no tempo, períodos, e a imposição de uma constrição exterior ao dinamismo dos acontecimentos que conformam a atualidade. Isso demonstra a interferência do próprio jornal, ou, em outras palavras, a irrupção da tecnologia que o constitui, bem como a aparição de um fenômeno cultural próprio: a atualidade como sensibilidade.

Trata-se de uma atualidade que supõe – ou postula – uma não-atualidade. Não só em relação à noticiabilidade dos acontecimentos-referência, mas em relação ao tempo mesmo. Um tempo que é criação do próprio sistema jornalístico, que se superpõe às outras formas de experimentação do tempo. Nesse sentido, cabe afirmar que a própria composição da temporalidade da *Folha de S.Paulo* participa, de um lado, da construção da realidade social, e, de outro, intervém no modo de experimentação do tempo por parte do leitor.

Além disso, as unidades de informação relativas ao horário de fechamento da edição e ao endereço eletrônico www.folha.com.br (Fig. 10), contidos no cabeçalho do jornal, alimentam uma relação eufórica. Ambas as unidades informativas remetem à ideia de compromisso por parte da marca *Folha S.Paulo* com a imediaticidade e com a atualidade dos fatos noticiados. O *endereço eletrônico* indica a possibilidade de acesso ao instantâneo e a *hora* justifica a ausência dos acontecimentos posteriores, ou seja, ocorridos depois do fechamento explicitado.

WWW.FOLHA.COM.BR

Figura 10 – Endereço eletrônico da FSP.

Assim sendo, é possível afirmar que os sentidos recuperáveis por meio das unidades informativas relativas ao tempo se constroem na relação que tais unidades

mantêm entre si, no todo modular do cabeçalho, e com o jornal, em seu conjunto, também modular. Ou seja, o sujeito semiótico *Folha* cria relações de sentido que podem ser apreendidas por meio da teia de faticidade que se depreende na *forma* resultante das relações entre as unidades de informação que compõem seu *formato*.

Os outros dois dados contidos no mesmo módulo, onde consta a data da edição, são, respectivamente, ano, estrela, e número do exemplar Ano 88 * N° 28.954 (Fig. 11). O destaque destas unidades informativas pode ser interpretado como a afirmação por parte do jornal dos sentidos implícitos nestes dados. Entre outras coisas, a indicação do ano (88) e do número do exemplar (28.954) remete à ideia de vasta²⁸ trajetória, longa experiência e, se ele continua existindo e sendo lido até a data presente, de credibilidade.

ANO 88 ★ N° 28.954

Figura 11 – Unidades informativas: ano de publicação e número da edição.

O último dos três módulos informativos contidos logo abaixo do título sobre o qual vamos refletir a seguir está ao lado da data de circulação, à direita da página, e contém unidades informativas relativas à abrangência de cobertura e ao horário de fechamento da edição “Edição Nacional, concluída às 21h32”, e ao final do módulo, na extremidade, estrela e o valor monetário do exemplar “*R\$2,50” (Fig. 12).

EDIÇÃO NACIONAL, CONCLUÍDA ÀS 21H32 ★ R\$ 2,50

Figura 12 – Unidades informativas: denominação, horário de fechamento e preço do exemplar.

A unidade informativa “Edição Nacional” (Fig. 12), além de delimitar a abrangência preponderante tanto de cobertura jornalística como de espaço geográfico de distribuição do jornal, visa a distinguir o produto de outros produzidos pela mesma empresa, cuja circulação não é nacional, por exemplo, a “Edição de São Paulo”. O dado “Edição Nacional” mantém também com o *slogan* “Um jornal a

²⁸ Os qualificativos “vasta” e “longa”, na referência à FSP, seriam plenamente pertinentes no contexto jornalístico brasileiro devido ao fato de, entre os jornais de circulação nacional, ser o jornal mais antigo.

serviço do Brasil” (Fig. 3) relação meta-textual importante, na medida em que um dado confirma o outro e em que os dois reforçam a ideia de poder e de amplitude no que se refere ao alcance da atuação jornalística da *Folha*.

Contudo, outros sentidos podem reforçar o aspecto sociossemiótico da reflexão proposta em torno dos efeitos de sentido atualizáveis por meio do fragmento informativo “Edição Nacional” (Fig. 12). A expressão “Nacional” está revestida de uma carga semântica que remete à ideia de pertencimento, de união, de grupo, de unidade. Isso, por sua vez, reenvia à noção de identidade coletiva, construída “sempre em torno a uma *práxis* e a um patrimônio narrativos” (ABRIL, 2007a, p. 142).

Nesse sentido, o jornal *Folha de S.Paulo* contribui “na conformação de seus públicos como *comunidades hermenêuticas* de âmbito nacional” (ABRIL, 2007a, p. 142), tornando-os participantes dos relatos que dão sentido à realidade, interdiscursivamente construída e compartilhada pela comunidade de leitores no (e em torno do) território nacional. Assim sendo, a *Folha* alimenta, em âmbito nacional, certas “modalidades de ordem social” (ABRIL, 2007a, p. 142) que caracterizam as formas de narrar incorporadas ao repertório dos leitores.

Parecem importantes também, para a reflexão sobre o jornal como sujeito semiótico, as relações de sentido possíveis advindas da ordem de colocação, no cabeçalho, logo abaixo do título do jornal, de três unidades informativas *Diretor de Redação: Otávio Frias Filho; Sexta-feira, 11 de julho de 2008 (ano 88 * Nº 28.954); e Edição Nacional* (Fig. 13). Tal arranjo verbo-visual-diagramático permite a recuperação de aspectos simbólicos no entorno das práticas enunciativas e nas escolhas relativas à formação do cabeçalho do jornal e à distribuição textual das referidas unidades de informações.



Figura 13 – Cabeçalho do exemplar da FSP analisado.

A disposição espaço-temporal dessas unidades informativas na página do jornal (capa) equivale a procedimento básico relativo a formatação-enunciação, o

qual remete aos elementos dêiticos propostos por Benveniste, que aparecem no módulo informativo equivalente ao cabeçalho na seguinte ordem: sujeito-tempo-espço. Ou seja, há um sujeito (*Otávio Frias Filho*) que se subordina e representa o sujeito enunciante *Folha de S.Paulo*, e se responsabiliza pelo que se enuncia, num dado tempo (*11 de julho de 2008*), há um certo tempo (*Ano 88*), num determinado espaço – de interesse e alcance (*Edição Nacional*).

Ajuda a compreender o peso de tais categorias na linguagem jornalística o que afirma José Luiz Fiorin. Segundo ele, a posição benvenistiana de que a enunciação é a instância do eu-aqui-agora (S-T-E) é o mecanismo com que se opera a passagem da língua ao discurso, o que permitiu a Benveniste demonstrar que as categorias sujeito, tempo e espaço pertencem não à língua institucionalizada mas à linguagem em ato. Interessa à reflexão sobre o sujeito semiótico “jornal” o modo como ele reorganiza a temporalidade, a espacialidade e a atorialidade. Fiorin lembra que tais categorias são regidas pelos mesmos princípios, e que seu funcionamento embora obedeça a determinadas coerções, resulta ser instável (2002, p. 22).

Com Fiorin, afirmamos que o discurso jornalístico, da ordem do devir, é lugar privilegiado de instabilidade no plano linguístico, de modo que as relações sugeridas entre as categorias sujeito-tempo-espço não são aleatórias, mas obedecem às coerções inscritas no próprio funcionamento do sistema “jornal”, ou seja, estão submetidas à racionalidade que garante o sentido da narrativa jornalística (2002, p. 22). Portanto, não se trata de instabilidades apreensíveis no nível sistêmico (língua) ou frasal, mas sim do domínio do discurso em ato.

No jornal, em seu cabeçalho (Fig. 14), embora tais categorias correspondam a pontos de inscrição fixos, no todo do jornal, em seus textos diversos, elas serão instituídas em cada enunciado que reinaugura o dizer a cada dito (FIORIN, 2002, p. 31). E ao fazerem parte de um todo, e se instalarem em modos de dizer que sugerem uma perspectiva, um lugar de fala, uma posição sócio-discursiva, fixam algo que faz reconhecer aspectos de subjetividade, de temporalidade e de espacialidade que se consolidam no plano discursivo, isto é, no âmbito de um devir.

Tais esclarecimentos são relevantes para se pensar o sujeito semiótico “jornal”, porque, como expõe Landowski, a enunciação é o ato pelo qual o sujeito faz ser o sentido, e o enunciado, o objeto cujo sentido faz ser o sujeito (1989, p. 222). Então, a *Folha*, como sujeito semiótico, resulta do discurso que enuncia, o qual se

materializa na *forma* jornal, que, entre outras coisas, se constrói nas articulações de seus módulos informativos, por exemplo, os quais se relacionam à indicação do sujeito, do tempo e do espaço formatados em campo determinado, abaixo do título.

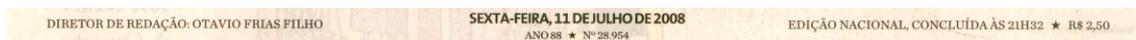


Figura 14 – Unidades informativas: diretor de redação, data, ano, número, denominação, horário e preço da edição.

Em outros termos, a hierarquia explicitada na distribuição das unidades informativas correspondentes às categorias *sujeito*, *tempo* e *espaço* no cabeçalho da *Folha*, “diretor de redação”, “data” e “alcance espacial da edição” (Fig. 14), origina uma operação de catálise²⁹ que reenvia ao ato gerador do sentido apreensível na “formatação”, elemento que se transforma, no *formato*, em parte do que se enuncia (o “enunciado”) pelo jornal. Ou seja, ao se organizar “formalmente”, o jornal não só oferece informações, mas gera efeitos de sentido que se atualizam por meio do reconhecimento da ordem conferida pelas escolhas textuais bem como dos valores implícitos na ocupação espaço-temporal da página do jornal.

Esta seção evidenciou que o cabeçalho do jornal é composto de elementos tipográficos e cromáticos que, na leitura, favorecem a percepção de intensidades sensíveis e afetivas. Estas definem o campo de presença verbo-visual desse módulo e tencionam suas unidades informativas (nome, data, alcance geográfico, ano de circulação, horário de fechamento, endereço eletrônico, diretor de redação etc.) convertendo-as em grandezas semióticas. Assim, a tipografia, a cor e os elementos semânticos contidos nas relações sujeito-espaço-tempo aí estabelecidas ultrapassam a condição de dados de subjetividade, espacialidade e temporalidade e se transformam na própria *performance* que elimina a distância entre a materialidade que diz o ser-jornal e o seu próprio-ser. Feito isso, passamos à parte seguinte, intitulada “A in-formAção verbal”, que tem como objetivo assinalar numa possível experiência da materialidade “jornal” alguns procedimentos estratégicos de acionamento da teia de faticidade – fatos, fontes e seus discursos –, os quais

²⁹ “Catálise é a explicitação dos elementos elípticos ausentes na estrutura de superfície efetuada graças às relações de pressuposição. É um procedimento que se realiza com o auxílio de elementos contextuais manifestos e mediante as relações de pressuposição que entretêm com os elementos implícitos.” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 54).

ilustram o processo in-formativo desencadeado pelo jornal, pensado em sua condição de devir.

A in-formAção verbal

Essa experimentação possível à qual acabamos de nos referir converte-se nesta seção em uma leitura-ensaio voltada, sobretudo, ao plano verbal, de modo a refleti-lo como experiência em ato, ou seja, como “presentificação” do discurso do jornal. Isso será feito tomando como base a instalação da verbalidade jornalística, guiada pela percepção da condição enunciativa do jornal por parte da instância leitora, a qual se instala num espaço que lhe é assegurado, no domínio desta seção em particular, pela *performance* verbal, demarcada pela relação interlocutiva estabelecida nesse âmbito.

A referida instalação da verbalidade do jornal corresponde a dois modos de experiência da materialidade “jornal”: a *debreagem* (ou *desembreagem*) e a *embreagem*. O primeiro modo se apreende por meio da mobilização de fatos, fontes e discursos e de seus arranjos, estabelecidos no nível da formatação do jornal (materialidade sensível), o que remete sempre ao mundo-referência e visa aos efeitos de verdade e de objetividade da informação jornalística – *discurso enunciado*. Já o segundo, a *embreagem* (discurso em ato), se dá no âmbito do devir, quando se realiza o *formato*, momento em que fatos, fontes e discursos ganham uma existência plena, de modo que as referencialidades ganham contornos diferentes e se convertem em presença no acontecer da informação – *discurso em ato*.

Ponto de partida: “caso Dantas”

O título da *chamada* para a matéria principal da *Folha de S.Paulo* (FSP), de 11 de julho de 2008: “Dantas volta à prisão após 11 horas” (Fig. 15), equivale a uma *lexia*, a qual sugere, tendo em conta a ordenação espaço-temporal do jornal, o “primeiro” passo rumo à experiência de leitura desta edição. Trata-se da designação de um começo que aponta um intento de direcionamento de um percurso de sentido. A partir deste elemento introdutório percebe-se a ocorrência de um procedimento que aglutina em torno do “caso Dantas” as escolhas relativas à formatação das demais matérias noticiosas veiculadas nesta edição da FSP. Ou

seja, esta primeira unidade informativa, o título da *chamada* de capa principal, é o ponto de partida da leitura e, conseqüentemente, dos enlaces entre as demais unidades e/ou módulos informativos contidos nesta edição.

Dantas volta à prisão após 11 horas

Figura 15 – Título principal da capa da edição analisada.

Dito de outro modo, o referido título (Fig. 15) é o ponto inicial – no tempo, no espaço e na ação – do processo informativo noticioso desencadeado pelo jornal, o qual tem duração e sentido³⁰. Essa “forma de entrada” e os enlaces daí decorrentes evidenciam a maneira de estruturação fatural desse jornal e elucidam seu modo de se colocar em presença do leitor e de instaurar a cena enunciativa. Logo, desvelam aspectos semióticos importantes; por exemplo, a articulação entre “discurso enunciado” e “discurso em ato”. No caso, ocupa o centro da cena enunciativa o actante (Dantas), figura central dos relatos sobre a operação da Polícia Federal (PF), denominada *Satiagraha*, o que remete tais corpora ao mundo natural, carregando-os de valor semântico, e, na mesma proporção, de valor noticioso.

O verbo “volta”, em tempo presente, aponta para dois pontos vinculantes à dimensão acontecimental e sequencial da informação. Isto é, depreende-se, por pressuposição, que se o actante em questão “volta” é porque antes ele já esteve preso, o que deixa implícito que informações a respeito do fato noticiado provavelmente foram divulgadas anteriormente pelo jornal. Assim, por um lado, demonstra-se que o enunciador participa no desenrolar dos fatos de relevância social, e, por outro lado, que o sujeito semiótico “jornal” atua na geração de expectativa em relação a informações sobre tais fatos em edições futuras.

Nesse mesmo título (Fig. 15), a opção pelo elemento predicativo “após 11 horas” contém *implícito* o posicionamento valorativo do enunciador a respeito do pouco tempo entre uma prisão e outra.

Conforme Greimas e Courtés:

Do ponto de vista semiótico, apenas se pode falar do implícito, na medida em que se postula, ao mesmo tempo, a existência de uma referência, que ligue um elemento qualquer do enunciado manifestado ao que se encontra

³⁰ Com base em Edvard W. Said, George P. Landow afirma que a modalidade de “texto hipertextual” oferece ao menos duas classes distintas de começos para a leitura: a *lexia* individual e um conjunto de *lexias* que formam um metatexto (2008, p. 151). Conforme Said, “o princípio de uma obra é, em termos práticos, a entrada principal ao que oferece” (*apud* LANDOW, 2008, p. 151).

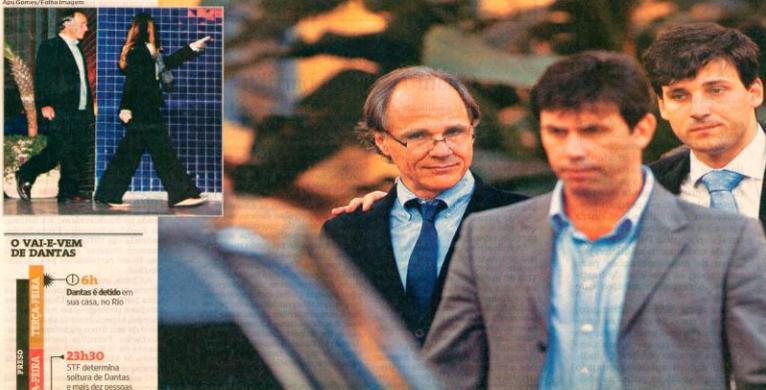
fora dele, mas que ele contém virtualmente ou atualmente, e que é suscetível, por isso, de ser realizado com o auxílio de uma paráfrase (ou de um complemento de informação); em outros termos, o implícito – no interior de uma certa semiótica – nunca é senão o explicável (2008, p. 257).

No caso, o elemento predicativo “após 11 horas” entra no *devoir* programado pelas relações estabelecidas entre esta unidade informativa e as demais unidades do módulo informativo constituído das *chamadas* da capa para as matérias, relativas ao “caso Dantas”, contidas no interior da edição. Tais relações são as condições do “poder ser” presentes nos efeitos de sentido advindos da articulação entre o sensível e o inteligível no processo de experimentação da materialidade verbo-visual do jornal.

No texto verbal das *chamadas* de capa que ora observamos – dentro do módulo informativo composto por título, subtítulo, foto-principal (centro), foto-detalhe fundida à foto principal, legenda e “diagrama” demonstrativo dos acontecimentos numa escala de tempo (Fig. 16) – constam quatro fatos principais: (1) Daniel Dantes foi preso por decreto expedido pelo juiz Fausto Martin de Sanctis, e solto por um habeas corpus concedido pelo presidente do STF Gilmar Mendes; (2) a Justiça Federal, contrariando o referido habeas corpus, manda prendê-lo novamente pouco mais de 11 horas após ter mandado soltar; (3) o presidente do STF manda soltar também o ex-prefeito Celso Pitta e megainvestidor Naji Nahas, presos na mesma operação da PF; e, por último, (4) “No Vietnã, Lula defende ação da PF: ‘Quem achar que pode viver na picaretagem algum dia vai cair’”.

Dantas volta à prisão após 11 horas

Banqueiro é acusado de oferecer dinheiro a delegado da PF; presidente do STF manda soltar Celso Pitta e Naji Nahas



O VAI-E-VEM DE DANTAS

- 6h** Dantas é detido em sua casa, no Rio
- 23h30** STF determina soltura de Dantas, e mais dez pessoas
- 5h30** Dantas deixa a carceragem da PF em São Paulo
- 12h*** Novo pedido de prisão é ajeitado
- 17h** Dantas volta à carceragem da PF

Banqueiro vê motivação política Antes de deixar o flat onde passou a manhã de ontem em SP, Daniel Dantas disse a **Claudio Dantas Sequeira** que as acusações a ele são "totalmente infundadas" e que vê motivação política.

PF monitorou presidente do STF O presidente do Supremo, Gilmar Mendes, foi avisado de que a Polícia Federal monitorou seu gabinete a pedido do juiz Fausto de Sanctis, que mandou prender Daniel Dantas, informa o **Painel**.

Pouco mais de 11 horas após deixar a carceragem da Polícia Federal em São Paulo, o banqueiro Daniel Dantas, que havia sido beneficiado por um habeas corpus do Supremo, voltou à prisão.

Segundo a Procuradoria, os fundamentos da nova prisão são diferentes. A primeira, decretada pelo juiz Fausto Martin de Sanctis na terça, era temporária e incluía Dantas e outros acusados.

O motivo da prisão de ontem, que é preventiva e só atinge o banqueiro, é a acusação de oferecer dinheiro a um delegado da PF. Planilha encontrada no apartamento de Dantas no Rio registra pagamento de R\$ 1,5 milhão descrito como "contribuição" para evitar o indiciamento de "companheiros".

O presidente do STF, Gilmar Mendes, mandou soltar o ex-prefeito Celso Pitta e o megainvestidor Naji Nahas, que estavam presos na PF. Mendes enviou sua decisão ao Conselho da Justiça Federal e a outros órgãos, para que a ação do juiz Fausto de Sanctis seja investigada. No Vietnã, Laila defendeu a ação da PF: "Quem achar que pode viver de picaretagem algum dia vai cair".

ELIANE CANTANHÊDE
Caso divide o PT, os Poderes e até os blogueiros

Figura 16 – Módulo informativo central da capa.

Tais *chamadas* (Fig. 16) demonstram como a seleção de fatos, de fontes jornalísticas e o modo de encadeamento entre estes fatos e de organização da presença dessas fontes definem e ajuízam os conflitos e contradições filtrados dos acontecimentos noticiosos. Nesse caso, é bastante ilustrativo o referido recorte da fala em discurso direto, no caso, fala de fonte hierarquicamente importante, o presidente da República. O trecho do pronunciamento do presidente Lula trazido para a *chamada* de capa abre espaço para direcionamentos de sentidos proeminentes. São escolhas que aproximam da leitura algumas possibilidades de conexão entre os referidos fatos e universos semânticos implicados por recuperação dos implícitos aí contidos.

Percebe-se que os conflitos e contradições experimentados no mundo natural ganham existência no jornal por meio de uma estruturação fragmentária, cujas razões não se explicam por uma lógica alheia ao modo de ser do jornal e nem mesmo está explicitada no manual de redação deste ou em manuais de jornalismo em geral. O jornal realiza aproximações e instaura vínculos entre unidades informativas que sugerem afinidades pouco claras entre as escolhas concernentes ao relato jornalístico e o mundo que o pauta. Isso demonstra que a racionalidade que orienta as escolhas do jornal não se explica por uma ordem advinda das ocorrências do mundo, mas, sim, por uma "práxis enunciativa", que une na informação paixão, percepção, cognição, avaliação.

Logo abaixo do referido título – principal – (Fig. 15), no subtítulo, aparecem juntas duas unidades informativas, separadas apenas por ponto e vírgula: “Banqueiro é acusado de oferecer dinheiro a delegado da PF; presidente do STF manda soltar Celso Pitta e Naji Nahas” (Fig. 17). Deduz-se, pelo modo de disposição dessas informações, a vinculação, no âmbito enunciativo, de um fato ao outro, embora não se encontre com clareza, na leitura, o vínculo imediato entre ambas. Tal escolha marca a participação do enunciador na estruturação fatural, bem como certa dose de arbitrariedade na seleção e no modo de disposição de unidades informativas na página, o que, conseqüentemente, cria espaço para o estabelecimento de relações de causa e consequência entre um dado e outro, estabelecendo nexos peculiares.

Banqueiro é acusado de oferecer dinheiro a delegado da PF; presidente do STF manda soltar Celso Pitta e Naji Nahas

Figura 17 – Subtítulo da *chamada* principal da capa.

Destaquemos o bloco verbal da referida *chamada*, com a citação, em discurso direto, de uma das fontes do jornal – presidente Lula – (Fig. 18):

Vietnã, Lula defendeu a ação da PF: “Quem achar que pode viver de picaretagem algum dia vai cair”. Brasil

Figura 18 – Trecho com citação da fala do presidente Lula.

Embora não se explicita na *chamada*, tal fragmento mantém relação intertextual com a matéria (parte integrante do conjunto da reportagem sobre o “caso Dantas”) localizada no caderno *Brasil*, página A9, com *título* constituído da “mesma” citação “reformulada” e mantida entre aspas (Fig. 19). Observe-se:

‘Quem vive de picaretagem um dia cai’, diz Lula, ao defender polícia

Figura 19 – Título de matéria localizada na página A9, caderno *Brasil*.

Não se sabe se a fonte mobilizada (Lula) verbalizou de maneiras diferentes o mesmo comentário sobre a operação da PF, ou se o enunciador tomou a liberdade de modificá-lo e de mantê-lo entre aspas, atribuindo sua autoria (como discurso

direto) à referida fonte. Tal modo de textualizar, mais do que a relação entre um fato presente de interesse social ocasiona o seu ajuste ao modo de articulação da teia de faticidade advindo da posição reservada pela instância enunciadora aos fatos, fontes e seus discursos. Assim sendo, a legitimidade da informação noticiosa acaba derivando menos dos fatos do que da posição ocupada por eles na “formatação” do relato do jornal.

No caso em questão, além de distanciamento da “afirmação alheia”, o uso das aspas pode abrir espaço, na leitura, para interpretações que lhes vinculem a uma possível atitude de rejeição ou de questionamento por parte do enunciador (*Folha de S.Paulo*) sobre a citação mobilizada (fala do presidente Lula).

Vale lembrar que, no jornalismo, a citação de fontes hierarquicamente superiores na escala de atores sociais envolvidos no acontecimento noticioso resulta ser uma estratégia com pretensões de verdade e, por conseguinte, motivam o modo de simulação da presença desses atores transformados em actantes no *formato* jornalístico. Além do distanciamento da instância enunciadora dos fenômenos indicados como fatos *informativos*, a forma de disposição de toda a materialidade verbo-visual na qual se ancoram as referidas citações das fontes conferem às opiniões dessas fontes o seu papel na articulação da teia de elementos fatuais que se validarão solidariamente.

Desse modo, o jornal cria esquemas que o definem como sistema estruturador de relatos, os quais, ao se reproduzirem na cadeia narrativa que ele instaura, refletem, por força das citações e da polifonia desencadeada, concomitantemente, maneiras de compreender os acontecimentos sociais. Logo, o modo de esquematização da informação jornalística alimenta e reforça modos de perceber os objetos semióticos que o jornal aciona, e provoca o aparecimento de categorias semânticas que vão se cristalizar ao longo do tempo e gerar modelos de representação social.

Esses procedimentos jornalísticos, além de definirem maneiras de relatar, integram o encadeamento narrativo construído pelo jornal dia-a-dia. Conforme Maingueneau (2000, p. 87), “propriedade constitutiva de todo texto”, a intertextualidade é “o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto mantém com outros [...] [e] supõe a presença de um texto em um outro (por citação, alusão...)” (MAINGUENEAU, 2000, p. 87).

Outro aspecto que chama a atenção é a seleção lexical para a denominação do ator social Naji Nahas. O uso do qualificativo “megainvestidor” que aparece sempre à frente do nome de Nahas é uma modalidade encontrada ao longo de todo o período de cobertura do “caso Dantas” pela *Folha de S.Paulo*. A recorrência relativa à expressão “megainvestidor”³¹, como se fosse um título indispensável para definir para os leitores o referido actante, evidencia um papel social e pode ser vista como uma estratégia destinada a modular a co-presença figurativa do “objeto semiótico Naji Nahas” por fixação no valor “magainvestidor”, ampliando, assim, valores implícitos do relato noticioso.

Ainda sobre o arranjo do principal módulo informativo da capa, destacamos que a legenda da foto principal, conforme se pode observar a seguir (Fig. 20), orienta as informações contidas nas duas fotografias, e, ao fazê-lo, promove a ancoragem entre elas e as demais informações do módulo. Mas não só isso, ao inserir na legenda a expressão “preso pela segunda vez”, informação implícita no título, em “volta à prisão”, e explícita no interior da própria *chamada*, gera-se uma redundância que confere maior peso à fotografia, imprimindo à informação contida na imagem um sentido de cunho moral, que pode ser recuperado por meio da leitura de toda a página e, mais ainda, de toda a reportagem contida nas páginas internas.

Daniel Dantas (esq.) deixa o IML de SP após ser preso pela 2ª vez; ele deixara a sede da PF com a irmã, Verônica, às 5h30 (destaque)

Figura 20 – Legenda relativa às fotografias ilustrativas da *chamada* principal da capa.

Logo abaixo da foto principal, compondo o módulo informativo da *chamada* principal de capa, há dois blocos de informações verbais dispostos lado a lado, no plano horizontal da página, com *chamadas* intituladas “Banqueiro vê motivação política” e “PF monitorou presidente do STF” (Fig. 21).

³¹O qualificativo é utilizado em pelo menos uma matéria a cada uma das 17 edições, integrantes do *corpus*, em que aparece a personagem Naji Nahas ao longo do período de cobertura do “caso Dantas”.



Figura 21 – Chamadas para matérias do caderno *Brasil* e da coluna *Painel*.

Em relação ao texto da *chamada* relativa ao primeiro bloco (Fig. 21), dois detalhes se revelam como aporte de faticidade recorridos pelo jornal. Eles sugerem o modo como o enunciador jornalístico imprime aparência fatural aos seus relatos e, também, como institui uma auto-imagem de enunciador comprometido com o seu *dever* de informar e com *poder* de acesso a informações e a suas fontes.

O pormenor “Antes de deixar o flat onde passou a manhã de ontem em SP”, presente no texto por uma opção do enunciador, na medida em que se trata de um fato que poderia ser tomado como irrelevante para a compreensão da notícia, sugere uma tentativa de atrelar ao relato uma carga semântica maior, pois “flat”, “onde passou a noite” e “em SP” convertem-se em aditivos figurativos (hipérbole figurativa). Eles remetem o leitor ao mundo natural, aumentando na informação noticiosa seu *status* de verdade e desviando a atenção do leitor de escolhas enunciativas pouco calcadas em materialidades fatuais, apreendidas por meio de implícitos (vejam-se os exemplos citados).

No fragmento verbal “Daniel Dantas disse a **Claudio Dantas Sequeira**” (Fig. 21), o destaque em negrito (no original) reforça a estratégia de fortalecimento da auto-imagem da *Folha* de enunciador legítimo, com acesso à fonte, pois Claudio Dantas é o nome do jornalista responsável pela realização da reportagem à qual essa *chamada* de capa se refere. O enunciador mobiliza, assim, dois actantes, um que está em busca do valor informação (Sequeira) e o outro que possui tal valor, actante-chave na trama noticiosa (Dantas). Corrobora com essa perspectiva de auto-valorização e de legitimação da imagem do enunciador o recurso ao pormenor “Ao falar à Folha” contido no *olho*³² da matéria correspondente à referida *chamada* de capa localizada na página interna, A 4, do caderno *Brasil* (Fig. 22).

³² “O papel do *olho* [abertura, pequeno resumo do texto, chamando a atenção do leitor para os principais assuntos de uma reportagem] é resumir de forma atraente, sob o impacto do título, a essência do texto” (ALVES, 2003, p.14).



Figura 22 – Olho da matéria sobre o caso Dantas, localizada na página A 4, caderno *Brasil*.

A opção por mobilizar e aproximar no texto as figuras do actante-repórter e do actante-pivô revela-se uma estratégia com vistas a demonstrar sua capacidade de acesso direto a fonte de informação relevante. Proposição que encontra guarida, a nosso ver, no próprio pressuposto de que todo jornalista recorre às fontes, que as entrevistam e elas falam a eles, não tendo, portanto, caso não haja intenção de enfatizar tal fato, que constar esse tipo de informação [secundária] no texto jornalístico, como ocorreu neste caso.

Também relevante para a instauração de um quadro figurativo peculiar, que imprime ao texto uma aproximação entre o mundo noticioso e o mundo natural, produzindo efeitos de verdade e de objetividade, é a expressão “conversa ao lado de uma coluna e com a mão na boca”, presente na mesma unidade informativa – o *olho* da matéria, página A 4, *Brasil* – (Fig. 22), em referência à conduta da fonte entrevistada, de modo a projetar desdobramentos semânticos importantes, qual seja, a possível presença de “agentes secretos” no local (fato implícito).

Quando há ausência de fonte que verbalize o que se quer pronunciar, num tipo de linguagem comprometida exclusivamente com fatos do mundo natural, ou seja, não ficcional, como é o caso do jornalismo, o enunciador seleciona e insere na cena enunciativa, frequentemente, a descrição de detalhes e/ou de acontecimentos que impliquem em relações semissimbólicas que os vinculem ao não-explícito, porém recuperável por meio do implícito contido no texto, de modo a criar os efeitos de faticidade que garantam a validade da informação.

No caso, a seleção do detalhe “conversa ao lado de uma coluna e com a mão na boca” destaca, no relato, comportamento atribuído à figura actancial Dantas. Assim sendo, o enunciador recorre a um sinal corporal, o que, segundo Barthes (1992), revela que o enunciador abre mão de artifícios do discurso do domínio do código retórico para utilizar um artifício do campo semissimbólico, o ato físico

(explícito), para direcionar a atenção do leitor aos sentidos implícitos aí contidos: clima de perseguição e de desconfiança em relação aos procedimentos de investigação da PF, por exemplo.

Tais escolhas, que incluem a descrição de um clima de suspense em torno da figura actancial Dantas, definem maneiras de constituição da cena enunciativa no relato em questão. Além de efeitos de veracidade, essas escolhas revelam-se uma opção pela projeção de fatos novos (implícitos) a partir de acontecimentos expressos explicitamente. Fatos que, sem a participação do jornal, talvez não ganhassem vida, por não serem nem mesmo mencionados. O que demonstra que entre os fatos e as informações noticiosas há um rol de opções por parte do sistema jornalístico que as produzem, sem as quais a imagem que se tem do mundo seria outra.

No bloco de informações verbais, intitulado “Banqueiro vê motivação política” (Fig. 23), constituído de dois parágrafos, dispostos em colunas verticais, chama a atenção a insuficiência de fluidez informativa na passagem de uma unidade informativa a outra. A menos que o leitor já tenha boa carga de informações sobre o relato, o arranjo verbal soa sem conexão suficiente que permita a concretização da informação.

É possível que se justifique essa forma de textualização por se tratar de uma *chamada* de capa, sendo seu objetivo atrair o leitor para a matéria contida em página interna. Contudo, isso não elimina o vazio que se forma em torno desse bloco informativo, mesmo tendo em conta sua articulação às demais unidades informativas contidas no seu entorno na capa – demais textos verbais, fotos e diagrama – (Fig. 23). Observem-se as passagens a seguir:



Figura 23 – Bloco informativo de *chamada* para matérias do caderno *Brasil*.

Outro detalhe que marca a presença do enunciador no texto e aponta para seu posicionamento em relação ao que se informa é a colocação entre aspas da expressão “totalmente infundadas” atribuída à fonte (Dantas) para qualificar as acusações que recaem sobre si por parte da Polícia Federal. Vale lembrar que, de

acordo com Dominique Maingueneau, as aspas promovem operações de distanciamento, às quais podem ser atribuídas várias funções: aspas de *diferenciação*, destinadas a mostrar que o enunciador se coloca além dos enunciados; aspas de *proteção*, para indicar que a palavra utilizada é apenas aproximativa; aspas de *ênfase* etc. (1997, p. 90).

No caso da expressão “totalmente infundadas”, ela cria o efeito de *diferenciação* do enunciador em relação ao discurso mobilizado, com vistas a demonstrar que ele se coloca além do conteúdo do fragmento asgado, com fala atribuída à fonte. Todavia, ao fazê-lo, atrai a atenção do leitor para o detalhe informativo, abrindo espaços para interpretações diversas. Entre elas, por exemplo, a ironia, a dúvida, o destaque.

Em relação à segunda coluna do primeiro bloco de informações verbais mencionado, que versa sobre “a razão para a prisão” (Fig. 23), o enunciador cita, em informações cuja origem é atribuída à fonte, uma sucessão de figuras institucionais – actantes – que remetem ao plano do vivido e, assim fazendo, criam efeitos de verdade (debreagem). São elas: “Procuradoria de Milão”, “Telecom Italia”, “Opportunity” e “Brasil Telecom”. Diríamos que tais figuras actanciais geram efeitos de sentido de equivalência entre relatos e acontecimentos, portanto, criam efeitos de real, naturalizando assim os sentidos sugeridos e legitimando a informação noticiosa.

Ressaltamos que as figuras actanciais trazem consigo uma carga de valores atualizáveis com base em códigos culturais, ou seja, em conhecimento enciclopédico. O procedimento de citar “nominalmente” figuras actanciais com *status* de instituição estatal, comercial, cultural, desportiva (rede impessoal de símbolos que se revestem do nome que os engloba, por exemplo, Brasil Telecom) no texto jornalístico tem um efeito semelhante àquilo que Barthes chama “economia do Nome”, procedimento que “permite substituir por uma unidade nominal uma coleção de traços estabelecendo uma relação de equivalência entre o signo e a soma” [dos valores que podem ser recuperados na leitura num plano alegórico-conceitual] (BARTHES, 1992, p. 122).

Soma-se a essas figuras citadas a informação “O banco teve resgates de R\$ 1 bilhão” (Fig. 23), que finaliza o bloco informativo, o qual se revela um elemento figurativo interposto ao processo de figurativização instaurado pelo sujeito semiótico “jornal” na medida em que tal valor monetário oferece-se como noção de ordem

quantitativa, destinada a propiciar ao leitor parâmetros para avaliação e apreensão da informação noticiosa. Tais figuras actanciais aparentemente insignificantes são o que se junta ao “todo” na leitura e faz concretizar a informação.

O segundo bloco de informações mencionado, composto também de duas colunas verticais, intitulado “PF monitorou presidente do STF” (Fig. 24) chama a atenção pela ausência de sentido, imediata, para as informações ali contidas, de modo que, igualmente ao que se passa com o outro bloco aludido, resulta ao leitor, caso ele não tenha tido acesso a toda a trama relativa ao “caso Dantas” divulgada pelo jornal anteriormente, contentar-se com as dúvidas instauradas ou corresponder ao convite do enunciador à leitura da matéria completa localizada nas páginas internas, dado que se trata de uma *chamada* de capa.

Eis as duas *chamadas* publicadas abaixo do título “PF monitorou presidente do STF”:



Figura 24 – *Chamadas* para matérias da coluna *Painel* e da página A 4, caderno *Brasil*.

Outros aspectos não menos importantes para a compreensão do modo como o jornal articula-se do ponto de vista enunciativo, para o esclarecimento da maneira como mobiliza a teia de faticidade que valida as informações que veicula, podem ser depreendidos do fragmento acima. Os actantes mobilizados, Gilmar Mendes, Polícia Federal, juiz Fausto de Sanctis e Daniel Dantas constituem-se figuras constantes da trama narrativa construída pelo jornal ao longo de suas edições desde que se deu início à operação da Polícia Federal, denominada *Satiagraha*, que prendeu o banqueiro Daniel Dantas.

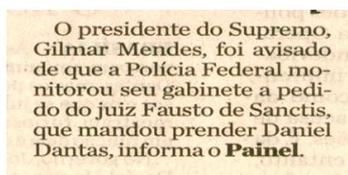
Como na estrutura narrativa do romance, o jornalismo forja sua trama por meio de actantes e seu envolvimento na trama que se desencadeia quando a notícia não se esgota no seu anunciar primeiro, devido ao fato de pertencer ao tipo notícia “em desenvolvimento”. Assim sendo, a mobilização de fontes, elemento-chave na definição do carácter objetivo da informação, projeta os confrontos, tecidos

no jornal, para o mundo natural, desencadeando, assim, um processo de figurativização que vai se desdobrando e ganhando força semântica.

Sobre os relatos em questão (“caso Dantas”), correspondentes à modalidade “notícia em desenvolvimento”, ressaltamos que se trata de uma forma de categorização jornalística baseada na tipificação dos acontecimentos do mundo-referência. Sem intenção de aprofundar o tema lembramos a classificação mínima das notícias fatuais apresentada por Gaye Tuchman (1978): notícia *súbita*, que diz respeito a acontecimentos inesperados, de relevância social, que, portanto, devem ser divulgados assim que acontecem; notícia *em desenvolvimento*, também inesperadas, que se desenvolvem ao longo do tempo, como o caso Daniel Dantas; e notícia de *seqüência*, diferente das notícias “em desenvolvimento” porque são pré-programadas, esperadas, como é o caso das notícias de trâmites dos poderes legislativos, relativas a projetos de lei, por exemplo.

Esse mesmo bloco informativo (Fig. 24 e 25), onde aparecem os referidos actantes, contém detalhes que ilustram bem que o jornal em seus arranjos verbo-visuais estrutura as informações relativas aos fatos e às fontes de modo que vai estabelecendo confrontos entre esses vários actantes envolvidos no relato. Diríamos que o modo de estruturação textual adotado pelo jornal, com vistas a garantir tanto os efeitos de faticidade como a manter o leitor interessado pelos seus relatos, vai instaurando e orquestrando, junto aos fatos provenientes do mundo-referência, conflitos (entre as fontes) de várias naturezas por meio de escolhas em relação aos recortes das falas e às seleções lexicais e de imagens em geral. Assim, evidencia-se sua participação no processo de esquematização da informação e, conseqüentemente, na atribuição de valores aos acontecimentos sociais.

Vejamos o fragmento mencionado:

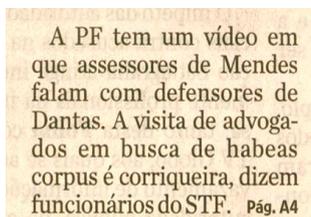


O presidente do Supremo, Gilmar Mendes, foi avisado de que a Polícia Federal monitorou seu gabinete a pedido do juiz Fausto de Sanctis, que mandou prender Daniel Dantas, informa o **Painel**.

Figura 25 – Chamada para matéria da coluna *Painel*.

Também a segunda coluna de informação verbal, sob o título “PF monitorou presidente do STF”, na qual o enunciador apresenta algumas figuras (actantes) para o estabelecimento de vínculo entre o relato e o mundo natural, entre elas “PF”,

“vídeo”, “Mendes”, “Dantas”, “advogados”, “habeas corpus” “funcionários do STF”, resulta ser bastante ilustrativa:



A PF tem um vídeo em que assessores de Mendes falam com defensores de Dantas. A visita de advogados em busca de habeas corpus é corriqueira, dizem funcionários do STF. Pág. A4

Figura 26 – Chamada para matéria da página A 4, caderno *Brasil*.

Essas figuras inseridas na matéria vão definindo a dimensão semântica e, conforme são articuladas, direcionam os sentidos em torno dos quais gravitam as informações. Assim procedendo, a instância enunciativa estabelece tensões entre “objetos”, grandezas semióticas, que se pronunciam no arranjo verbo-visual como intensidades sensíveis e afetivas. De tal forma, sedimentam-se em torno das presenças actanciais mobilizadas pelo jornal valores que se definem como constructos de figurativização, ou seja, como esquemas de representação das figuras que lhes equivalem no mundo-referente.

Disposto na margem esquerda (ao centro) aparece outro recurso enunciativo adotado pelo jornal. Trata-se de um diagrama intitulado “O vai-e-vem de Dantas” (Fig. 27) colocado estrategicamente logo abaixo da foto pequena sobreposta à fotografia principal do módulo informativo que ora se observa, em que aparecem Daniel Dantas e sua irmã Verônica Dantas no momento de sua liberação após a primeira prisão (Fig. 16). O diagrama com a demonstração analógica das prisões numa escala de tempo mantém relação intertextual (ou, diríamos, co-textual) imediata com a referida fotografia. Além de efeitos de clareza, objetividade e veracidade, tal relação se desdobra em outras relações semânticas que remetem à postura de indecisão do STF e a conflitos entre este e integrantes da PF.

Esses módulos informativos estão articulados ao restante das matérias da edição de modo que evidenciam nos arranjos verbais e visuais a instauração de subentendidos a respeito dos actantes STF e PF. Além de vincular a esses actantes uma imagem pouco coerente, talvez até pouco séria e espalhafatosa, o discurso instaurado pelo enunciador jornalístico evidencia o descompasso entre a PF e o

STF. Atribuição moralizante que se desdobra ao longo da cobertura jornalística da *Folha* e que se eleva à condição de “fato” relativo à ação do Governo Federal.

No diagrama intitulado “O vai-e-vem de Dantas” (Fig. 27) consta a sequência de atos da PF relativos à prisão Terça-feira – 6h – Dantas é detido em sua casa no Rio; Quarta-feira – 23h30 – STF determina soltura de Dantas e de mais dez pessoas, 5h30 – Dantas deixa a carceragem da PF em São Paulo; Ontem – 17h – Dantas volta à carceragem da PF. Tal forma de textualização, de encenação da informação, sugere como o jornal vai tecendo sua imagem de enunciador comprometido com a faticidade e configura uma estratégia discursiva utilizada pelo enunciador que funde ideia e imagem analógica, encurtando o caminho que leva o leitor ao sentido do tempo vivido.



Figura 27 – Diagrama sobre ações relativas às prisões no “caso Dantas”.

No caso, a informação iconográfica, além de facilitar a compreensão, já que representa de modo real e concreto, por meio de uma analogia, dados e proporções abstratas, reforça a perspectiva implicada nas escolhas do jornal que aponta para o questionamento das ações do STF e da PF, marcadas por indecisão, incertezas, incoerências, caso se recupere os implícitos e se restitua os nexos entre as unidades informativas, base da estruturação das intervenções enunciativas, as quais subentendem os percursos argumentativos do enunciador jornalístico.

Dentro do mesmo módulo informativo, no canto direito inferior (próximo ao centro geométrico da página) com título em cor azul e o restante do texto em fonte

cinza, o que difere tipograficamente esse bloco informativo dos demais, aparece a *chamada* (Fig. 28).



Figura 28 – Chamada para *artigo* de opinião, página A 2.

Tal procedimento, ao dar maior visibilidade à opinião, faz com que o todo da edição restabeleça certa coerência argumentativa. Portanto, direciona a atenção do leitor rumo aos percursos de sentido que confirmam o discurso visado pelo jornal. Com o recurso do título colorido e da tipografia cinza para o restante da mencionada *chamada*, além de demarcar a diferença entre duas categorias jornalísticas historicamente estabelecidas, “notícia fatural” (jornalismo informativo) e “opinião” (jornalismo opinativo), tal forma de apresentação deste bloco informativo reveste-se de outros valores menos explícitos. Valores esses que são recuperados (e aceitos ou recusados) à medida que o leitor avança nas trajetórias de leituras “sugeridas” pelos arranjos verbo-visuais do jornal.

Nesse sentido, uma trama informativa começa a ser tecida a partir da capa, e os valores começam a emergir e a fundamentar as escolhas do jornal. Esse *artigo* de opinião, assinado pela articulista Eliane Cantanhêde (Fig. 28), se junta aos demais textos verbais e visuais relativos à reportagem de destaque da edição, formando uma malha argumentativa e reveladora da posição enunciativa da *Folha de S.Paulo*. Muitas são as marcas verbo-visuais que se ancoram solidariamente em prol da demarcação desse lugar de fala do enunciador tanto nas matérias declaradas como fatuais como naquelas definidas e situadas em campo opinativo da edição (*artigos*, *charges* etc).

Opinião: “O homem que racha o poder”

Sob o título “O homem que racha o poder” (Fig. 29), o *artigo* em questão inicia-se pela informação da localização geográfica a partir da qual se fala, “Brasília” (em negrito no jornal), modelo de textualização padrão para todos os *artigos* assinados dos articulistas habituais, publicados no caderno *Opinião*, página A 2. A explicitação desse detalhe, além de situar o leitor em relação ao conteúdo do *artigo*, implica, em certa medida, a valorização dessas opiniões, já que elas representam posições que, por sua vez, carregam implícitos *status* vinculados à proximidade do geográfica/espacial do “sistema jornalístico” de centros de decisões políticas.

Status definido, não por convenção, mas pelo modo como tais localidades se configuram do ponto de vista social, econômico, político etc. em relação às ações do governo e instituições sociais em geral, centro da rede de captação de notícias (*news net*) (TUCHMAN, 1978), instaurada pelo jornal e pelos demais meios de comunicação de grande circulação, baseada na rede social de tomada de decisões do mundo natural. Mas há também localidades com *status* transitório. São aqueles outros locais a partir dos quais o jornal se municia com informações de relevância social, com grande potencial de abastecimento de notícias, embora esta capacidade seja provisória/sazonal, devido ao caráter temporário dos fatos que geram, como, por exemplo, sedes de copa do mundo, de jogos olímpicos, de reuniões de organizações internacionais, regiões afetadas por desastres naturais, zonas de conflito bélico etc.

Retomando a reflexão em torno das escolhas enunciativas relativas ao *artigo* “O homem que racha o poder”, de Eliane Cantanhêde (Fig. 29), destacamos que, juntamente com todas as demais informações relativas ao Caso Dantas, ele revela a quais formações discursivas³³ o jornal se filia na constituição de seu discurso. De modo que, somando-se ao restante da edição, tal matéria dirige a compreensão do leitor, por meio de intensidades visadas, ponto de vista do discurso (intensidade, afetividade), e da apreensão da materialidade verbo-visual, ponto de vista da formatação – perceptiva, cognitiva. Assim, o que se mostra e o que se diz verbo-

³³ “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva*” (FOUCAULT, 2002, p. 43).

visualmente vão apontando um percurso de sentido singular, o qual contará com a adesão ou não do leitor aos estereótipos figurativos frequentemente adotados pelo jornal. Não obstante, ressaltamos que se o leitor o segue lendo, provavelmente, há aí adesão. Vejamos o *artigo*:



Figura 29 – *Artigo* de opinião, página A 2.

Mesmo localizado no caderno denominado “Opinião”, soa curioso o padrão de textualização adotado no *artigo* (Fig. 29). Por meio do modelo seguido, o jornal se constitui “presença” para o leitor, e ocupa um campo posicional em cuja emergência de valores aparece de forma um tanto quanto apaixonada e pouco calcada em dados concretos que ancorem neste texto em si os juízos de valores emitidos. Além disso, é ilustrativo, para compreensão do sujeito semiótico “jornal”, e do jornalismo em geral, as escolhas lexicais e as maneiras de instauração dos esquemas de atribuição de valores aos objetos semióticos mobilizados (atores sociais, fatos e falas).

Percebe-se ao longo de todo o *artigo* (Fig. 29) a adoção de lugares comuns, metáforas, ironias, parábolas e adjetivações diversas que se conjugam e que para fazerem sentido remetem a um campo de memória que supera o conhecimento de mundo compartilhado entre instância enunciativa e enunciatário e atinge, concomitantemente, uma dimensão de compartilhamento e de ajustes axiológicos,

ou seja, a negociação em torno dos valores ainda não assumidos pelo sujeito-leitor porque ainda não estabilizados como informação.

Já no primeiro parágrafo, o enunciador adota a expressão verbal “As pessoas comuns” de modo a não deixar bem claro que tipo de pessoas se inscreve nesse qualificativo adotado. “Pessoas comuns” em que sentido? A menos que o leitor tenha com o jornal uma relação enunciativa singular, baseada num “contrato comunicacional” (implícito) que valide tal forma de textualizar do jornal, soa vazia de sentido a expressão adotada. Vazio que se preenche por rejeição ou concretização na experimentação da posição enunciativa do jornal, apreendida na realização do discurso (em ato).

No mesmo parágrafo (Fig. 30), na sequência predicativa, ocorre a adjetivação enfática direcionada às figuras denominadas “os poderes”, “os poderosos” e “os que se julgam poderosos”. No *artigo*, a tais figuras atribui-se o sentimento de fúria em relação à ação da PF, conforme se depreende, por pressuposição, do fragmento destacado a seguir:

BRASÍLIA - As pessoas comuns parecem unânimes contra Daniel Dantas, mas os poderes, os poderosos e os que se julgam poderosos se mostram furiosamente divididos em função dele e de sua prisão.

Figura 30 – Primeiro parágrafo do *artigo* analisado.

Mesmo sendo ressaltado como opinião, e até mesmo por causa disso, competiria ao sujeito enunciante mais clareza no que diz respeito às pessoas sobre as quais recai o sentimento, pressuposto, de fúria. Quem são “os poderes”, “os poderosos” e “os que se julgam poderosos”? Para sustentação fatural da opinião do jornal, a apresentação de tais elementos argumentativos pede o estabelecimento de vinculação semântica com fatos tangíveis que permitam o estabelecimento de uma imagem de concretude para o gesto de fúria mencionado e uma maior especificidade em relação a quais são as instituições (poderes) e quem são as pessoas sugeridas. Só assim as adjetivações ultrapassariam a condição de força retórica e ganhariam *status* de avaliação com base fatural.

No parágrafo seguinte – 2^o – (Fig. 31), a enunciação segue a mesma trajetória de mobilização de fontes e encadeamentos de valores (subentendidos), os

quais exigem que o leitor jogue o jogo da avaliação moral proposta pelo enunciador. Tal jogo revela-se como um processo em cujas tensões, continuidades e descontinuidades, geradas, por exemplo, pelo modo de organização e de mobilização de fontes e seleção lexical, solicita do leitor, para a efetivação da informação (opinião), a modulação da co-presença das fontes e dos alvos, de modo que haja a ancoragem dos valores sugeridos nos “objetos semióticos” mobilizados.

O enunciador instaura um campo de presença que remete a categorizações por intermédio da mobilização dos actantes “José Dirceu” (à época, chefe da Casa Civil), “Luiz Gushiken” (à época, ministro de Comunicação do GF), “Daniel Dantas” (banqueiro incriminado) e “Lula” (presidente da República). Por suas simples presenças no discurso e vinculação a modos de sentir e de perceber fatos, revela-se um modo de socialização de afetos, que permite, devido à manifestação observável na materialidade verbal e nos traços figurativos do *artigo*, pensar a relação entre arranjos passionais de presença do jornal e os modos de co-presença do sujeito-leitor instaurado pelo sujeito semiótico “jornal”.

No mesmo parágrafo – 2º – (Fig. 31), o enunciador gera, de forma implícita, uma atmosfera de suspeita em relação à lisura e de controvérsia envolvendo fontes do primeiro escalão do governo federal, ressaltando suas ligações com os pólos tomados como moralmente antagônicos no “caso Dantas”: com o presidente da República, Lula, chefe de Estado, responsável por manter a ordem e fazer cumprir as leis, ao qual estão submetidos os órgãos responsáveis pela prisão noticiada, e com o próprio Daniel Dantes, acusado de violar as leis. Veja o parágrafo – 2º –, a seguir:

No governo, José Dirceu era pró-Daniel Dantas, e o também ministro Luiz Gushiken, anti. E ambos eram do Conselho Político de Lula. Durma-se com um barulho desses.

Figura 31 – Segundo parágrafo do *artigo* analisado.

A opção pela metáfora final do segundo parágrafo “Durma-se com um barulho desses” (Fig. 31), é, no mínimo, curiosa, pois está atravessada de sentidos pouco explícitos, o que exige do leitor uma cumplicidade muito grande, sob pena de ser atribuído ao texto falta de coerência ou mesmo carência de base fatural. Os sentidos aos quais tal expressão remete só vão sendo estabelecidos à medida que

outras formas modais vão construindo, por recorrência, a identidade semântica que se quer conferir à ação da parte do Governo (STF e Polícia Federal). Tais modalizações, neste caso, são recuperáveis pelas manifestações implícitas no *artigo*.

Conforme já dissemos no capítulo 2 desta tese, a avaliação moral da afetividade vinculada pelo enunciador às fontes e a actantes em geral mobilizados e as escolhas lexicais e textuais de modo amplo, ao ativarem a teia de faticidade abalizada pelo jornal, é confrontada no ato de leitura com os valores do leitor, que remetem aos valores do grupo ao qual pertence, e são sancionados, positiva ou negativamente, de acordo com o grau de oposição ou manutenção de seus valores. Desse modo, a dimensão ética implicada na ação (discursiva) do jornal não se dá sem a participação ativa da instância leitora nesse processo.

No parágrafo imediato – 3º – (Fig. 32), algumas escolhas de ordem lexical e figurativa também vão dando o contorno e definindo a campo posicional do enunciador e o modo de instalação da presença do jornal, de modo a criar um ritmo para as relações que se vão estabelecendo à medida que avança o confronto no nível das oposições semânticas no que concerne às figuras (actantes) “Dantas”, “PT”, “Poderes”, “jornalistas”, “*blogs*”, “baiano”, “carioca”, “tucano”, “petista”. Chama a atenção, o grau de imprecisão na indicação dessas figuras.

No caso, trata-se de mobilização metonímica cuja abrangência fatural torna-se impraticável, dado que se toma o “todo” pela “parte” sem explicitar um correlato no mundo-referência que paute a concretização da informação opinativa do jornal. Toma-se o todo “PT” por uma parte que não se sabe qual é, “Poderes” que não se sabe quais são, jornalistas sem nomes, blogs ditos independentes que não se tem nem ideia de quais são. Assim, há certo distanciamento da opinião do jornal dos parâmetros referenciais plausíveis para um enunciador comprometido com a informação, mesmo que ela seja opinativa. Observe-se o parágrafo:

Desde então, a divisão pró e anti-Dantas avançou pelo PT, chegou aos Poderes —e alimenta e é alimentada por blogs ditos independentes. Comenta-se que há jornalistas se matando, uns a favor, outros contra o megabanqueiro baiano-carioca e tucano-petista.

Figura 32 – Terceiro parágrafo do *artigo* analisado.

No parágrafo imediato – 4º – Fig. 33, a voz do jornal ecoa por meio do recurso a uma categoria alegórica já cristalizada e absorvida pelo imaginário cultural do leitor, recortada e colocada entre parênteses. Vejamos:

Diante das prisões dele, de sua irmã e de toda a cúpula do Opportunity, ao lado do ex-prefeito Celso Pitta e do eterno megainvestidor Naji Nahas (diz-me com quem andas...), as divisões explodem.

Figura 33 – Quarto parágrafo do *artigo* analisado.

Ao utilizar o provérbio “Diz-me com quem andas e te direi quem és”, de modo reduzido e acrescido de reticências – “(diz-me com quem andas...)” – (Fig. 33), presume-se que o enunciador faz a projeção de um leitor, que, certamente, completa a sentença estabelecida. Todavia, para os propósitos deste ensaio analítico, que busca compreender de que modo o sujeito semiótico “jornal” se pronuncia em seu *formato*, chama a atenção a maneira derrisória por meio da qual a instância do discurso se pronuncia a respeito dos actantes referidos (Dantas, sua irmã, a cúpula do Opportunity, Naji Nahas) e, por implicação, às figuras (actantes) pró e contra-Dantas, mencionadas no terceiro parágrafo (PT, Poderes, *blogs*, jornalistas).

A noção de “efeito derrisório” depreendido do modelo de textualização adotado no *artigo* está sendo utilizada no sentido proposto por Simone Bonnafous (2003, p. 35), isto é, como associação do humor, zombarias, gracejos, trocadilhos, jogos de palavras irônicos etc. aos procedimentos discursivos referentes a figuras públicas, aos políticos, por exemplo. No caso em questão, o tom irônico faz instaurar no discurso do jornal a combinação de esquemas (definição de valores) que atuam na formação de sua dimensão retórica.

O provérbio estabelece um campo enunciativo de autoridade discursiva e expressa o simulacro que revela um “lugar de dizer” radicado no dever (dever fazer e dever ser). Assim, o enunciador jornalístico convoca “tipos” que, frequentemente, são reconvocados em outros textos, numa mesma edição ou em edições futuras do jornal, o que os transformam em esquemas semióticos aos quais a instância enunciativa recorre em textualizações posteriores e aos quais o leitor acaba também retornando em leituras futuras.

A forma proverbial adotada – “(diz-me com quem andas...)” – se transforma e transforma, por contágio enunciativo, as demais unidades informativas por ela implicada no discurso enunciado, em “uma voz coletiva, anônima, cuja origem é a sabedoria humana” (BARTHES, 1992, p. 52). Assim, a referida unidade informativa funciona como unidade desencadeadora de tensão, isto é, como elemento textual de interpelação passional do leitor que faz com que o discurso enunciado pelo jornal revista-se de uma autoridade científica (unanimidade a respeito do que se diz, já que se baseia num saber universal) ou moral.

O quinto parágrafo (Fig. 34) está estruturado de forma não menos marcada em relação à posição discursiva do enunciador. Destacam-se entre as marcas modalizadoras que definem a identidade do enunciador e dos atores sociais mobilizados procedimentos de “seleção lexical”. Algumas palavras escolhidas sobressaem sobre as demais por seu forte apelo “afetivo” e pela forma de orientação da atenção do leitor num campo de tensão entre valores e gradações conotativas depreciadoras da conduta e das ações adotadas pelas fontes citadas e instâncias ligadas ao Governo Federal (Fig. 28). São escolhas que interferem e acentuam os efeitos figurativos dos conflitos instaurados entre domínios semânticos, como se depreende, num nível mais fundamental, em expressões “contra”, “a favor”, “prende”, “solta”, “balé prende-e-solta”, “prende de novo”.

Vejamos o parágrafo:

A Polícia Federal e a Procuradoria decidem contra Daniel Dantas, e o presidente do Supremo, Gilmar Mendes, a favor, vociferando contra a “espetacularização” da prisões. Dantas acabou dividindo a própria Justiça, que evoluiu num balé prende-e-solta. Num dia, manda prender. No seguinte, manda soltar. No terceiro dia, prende de novo. E o que foi mais espetacular: a prisão de Dantas ou a decisão de Mendes de soltá-lo?

Figura 34 – Quinto parágrafo do *artigo* analisado.

Contudo, revelam-se mais marcantes na forma de instalação do campo posicional e da cena predicativa pela instância do discurso do jornal as expressões “vociferando contra a “espetacularização””, “espetacular”, “dividindo”, “balé prende-e-solta” (Fig. 34). No caso de “vociferando contra a “espetacularização”, ação

atribuída ao presidente do Supremo Tribunal Federal (Gilmar Mendes), a forte intensidade que determina a visada e sua força expressiva promovem a apreensão e atualização de conteúdos subjacentes contidos tanto no uso do gerúndio do verbo “vociferar” como no uso da palavra “espetacularização” – aspas no original – (Fig. 34).

A conotação negativa apreendida por meio da expressão “vociferando” ganha vigor na relação estabelecida entre os sentidos aos quais ela remete. Conforme o dicionário Aurélio, derivado do latim *vociferare*, tal verbo significa “Proferir em voz alta ou clamorosa; clamar, bradar; exclamar [...]. Dizer coisas desagradáveis, dirigir censuras e reclamações” (FERREIRA, 1999, p. 2084). Já em relação à adoção da palavra “espetacularização” há dois aspectos relevantes que sugerem as qualidades figurativas da escolha e determinam as condições do inteligível nas analogias prováveis.

As aspas de “espetacularização” (Fig. 34) sugerem a atitude de afastamento do enunciador da responsabilidade pelos sentidos negativos contidos nessa palavra. Isto é, ao aspar tal termo, o sujeito enunciante leva o leitor a aproximar-se de conotações pejorativas e, ao mesmo tempo, afasta-se delas. Conforme Maingueneau, as aspas estão relacionadas com o *implícito* e configuram um ato de distanciamento da instância enunciativa (1997, p. 90). No caso em questão, trata-se de aspas de *proteção*, para indicar que a palavra utilizada é apenas aproximativa.

De acordo com Maingueneau,

As aspas constituem antes de mais nada um sinal construído para ser decifrado por um destinatário. O sujeito que utiliza as aspas é obrigado, mesmo que disto não esteja consciente, a realizar uma certa representação de seu leitor e, simetricamente, oferecer a este último uma certa imagem de si mesmo, ou melhor, da posição de locutor que assume através destas aspas. Colocará aspas, por exemplo, para proteger-se antecipadamente de uma crítica do leitor, que, supostamente, esperará um distanciamento frente a determinada palavra, mas poderá, igualmente, não colocar as aspas para frustrar esta expectativa, provocando um choque semântico, etc. (1997, p. 91).

Também no que se refere ao uso das aspas e à carga semântica implícita na vinculação da palavra “espetacularização” à ação da Polícia Federal, o modo de textualização adotado pela instância enunciativa instaura a dúvida em relação a quem proferiu primeiro a palavra “espetacularização”. Sobre esse recurso lexical adotado no processo de semantização instaurado pelo jornal pesa a ausência de clareza em relação à origem de seu proferimento. O que só se esclarece, neste

episódio, caso o leitor prossiga a leitura do jornal e leia, na matéria da página A 6, *Brasil*, intitulada “Dantas vê motivação política em prisão”, o parágrafo que esclarece a referida autoria (Fig. 35).

Vejamos o parágrafo onde aparece uma ocorrência que remete a tal proferimento e à sua autoria:

Dantas disse que foi bem tratado nas dependências da PF, mas criticou o que chamou de “espetáculo desnecessário”, em referência à Operação Satiagraha deflagrada na madrugada da última terça. Ele considerou “superficiais” as evidências reunidas no processo.

Figura 35 – Trecho de matéria da página A 6, caderno *Brasil*, intitulada “Dantas vê motivação política pra prisão”.

Contudo, por justaposição, no *artigo* (Fig. 29), o leitor poderá atrelar tal expressão ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes. Assim, ao leitor, resta a dúvida, já que não há elementos fatuais, por exemplo, a citação em discurso direto da fala do presidente, que identifique a origem do dito e demonstre a validade da informação opinativa aí proposta. Conclui-se que há, neste caso, ausência de objetos semióticos que ancorem os valores visados pela instância enunciativa.

Entretanto, caso não se questione a modalização adota pelo enunciador e o leitor confira validade à “enunciação enunciada” no *artigo*, as relações figurativas decorrentes impelem a percursos de sentido que desqualificam a ação da Polícia Federal. Pois, na acepção mais usual, a “espetacularização” de um evento remete à perspectiva de Guy Debord, amplamente difundida, que atribui à espetacularização o poder de transformação do mundo real em simples imagens, as quais se tornam seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico (DEBORD, 1997, p.18). Contudo, em que pese o tom apocalíptico de tal visão, não se consegue desvincular a expressão “espetacularização” de sua carga semântica que sugere a ideia de autopromoção de quem espetaculariza em detrimento da verdade.

No mesmo parágrafo – 5º –, a declaração “Dantas acabou dividindo a própria Justiça que evoluiu num balé prende-e-solta” (Fig. 36) traz as modalizações que se encaixam no ritmo da instalação da presença do jornal e da orientação da atenção

do leitor para as avaliações axiológicas expressas na seleção do verbo principal “dividindo” e do predicativo “evoluiu num balé prende-e-solta”. Essa forma de modalização vai definindo o estatuto das “imagens” esquemáticas subjacentes à sintaxe do discurso do jornal. Por meio de tensões entre as unidades informativas experimentadas em sua dimensão passional na combinação dos esquemas (definição de valores) a materialidade sensível vai dando passagem ao inteligível (semiose em ato).

tra a “espetacularização” da prisões. Dantas acabou dividindo a própria Justiça, que evoluiu num balé prende-e-solta. Num dia, manda prender. No seguinte, manda soltar. No terceiro dia, prende de novo. E o que foi mais espetacular: a prisão de Dantas ou a decisão de Mendes de soltá-lo?

Figura 36 – Parte do quinto parágrafo do *artigo* analisado.

Com relação à ironia contida na metáfora “evoluiu num bale prende-e-solta” (Fig. 36) cabe lembrar que ela corresponde a um estereótipo provindo de um saber codificado, o saber da arte da dança, ou seja, define o jogo de palavras antitéticas “prende e solta”, responsável por tematizar o “desacordo” entre o STF e a Justiça Federal de SP, desdobrado no discurso realizado como “incompetência”. Esse jogo de palavras se junta no todo da edição do jornal e converte-se, na leitura, em isotopias que orientam os percursos de sentido que determinam a posição enunciativa do jornal sem deixar espaço para outras isotopias concorrentes.

As escolhas lexicais, figurativas, modalizadoras, adotadas no texto motivam tensões e conexões pontuais, e definem as qualidades sensíveis do texto, o que ao “final” estabiliza a posição referencial do jornal no “caso Dantas”. São escolhas que constroem o campo de co-presença que define o modo de interação entre jornal e leitor. Ou seja, o texto realiza intervenções que sugerem como o sujeito semiótico “jornal” instaura seu leitor. Todavia, a experiência leitora, no âmbito da recepção, é imprevisível, não havendo nenhuma garantia de adesão à opinião do jornal.

A ironia, o tom jocoso da metáfora “bale prende-e-solta” (Fig. 36) é um modo de instalação da presença da instância discursiva que permite ao enunciador emitir juízos de valor sem se comprometer “com as normas de coerência que toda argumentação impõe” (MAINGUENEAU, 1997, p. 100), fazendo com que os fatos

relatados adquiram estatuto de acabamento e de transparência. Uma transparência que pode encontrar guarida na força retórica da figura escolhida “balé prende-e-solta” na medida em que ela produz efeitos persuasivos e estéticos e possui uma dimensão alegórica que amplifica a força figurativa da informação (opinativa) do jornal.

Ao relacionar o modo de agir do STF e da Polícia Federal na operação que prendeu o banqueiro Daniel Dantas ao procedimento artístico denominado “evolução” na encenação de um espetáculo de dança, o enunciador jornalístico submete os códigos pretensamente compromissados com a precisão informativa, empenhados com a “linguagem declarativa”, na acepção de Austin – ou seja, baseada em “objetos” existentes independente do texto jornalístico – a outros códigos de representação (no caso, a arte do balé). Deste modo, a instância do discurso torna plausível a relação entre a metáfora “evoluiu num balé prende-e-solta” e o jogo de palavras desencadeado com as expressões “espetacular” e “espetaculariza”, utilizadas para definir as ações da PF e do STF.

O mesmo parágrafo – 5º – é finalizado com a interrogação “E que é mais espetacular: a prisão de Dantas ou a decisão de Mendes de soltá-lo?” (Fig. 36). Como já ressaltamos não é pequena a carga semântica da palavra “espetacular”, na medida em que ela remete à ideia de atitude artilosa de quem espetaculariza, pois o intuito do espetáculo é utilizar a super exposição de “imagens” em detrimento da “verdade”. No caso da “interrogação” proposta pela instância enunciativa, depreende-se que ela se junta aos esquemas das tensões instalados no texto com vistas a assegurar a solidariedade entre o sensível (intensidade, afeto etc.) e o inteligível (o mensurável, o apreensível).

Tal “interrogação” gera aumento da tensão afetiva, logo, intensifica a dimensão sensível e conduz a apreensão da informação/opinião proposta. A confrontação estabelecida como oposição semântica entre “prender” e “soltar”, na perspectiva do discurso em ato, é pura e simplesmente colocação em “presença”. Desse modo, estabelece-se o campo posicional (discurso em ato) que se articula em torno da definição da cena predicativa (discurso enunciado). Cabe lembrar que o “discurso em ato” e o “discurso enunciado” são os dois regimes da significação, ou seja, do processo semiótico (semiose em ato).

O parágrafo subsequente – 6º – (Fig. 37) está ligado ao anterior – 5º – pela expressão *subordinativa temporal* “Enquanto isso”, a qual se revela como uma

dimensão intertextual, que alude a um modelo de textualização típico de contos de fada, de histórias infantis. Nesse caso, recorre-se na enunciação jornalística a um efeito de “artifício de leitura” que corresponde a um código de referência literária. Caso o leitor na experiência de leitura recupere a forma esquemática que remete ao universo da fantasia, ao mundo do ‘faz de conta’ das histórias infantis, assegurar-se-á a conexão entre as isotopias da “espetacularização”, do engano, do “faz de conta”, que se opõe ao que seria o *dever-fazer* (“justiça”), *dever-ser* (“justa”) da “Justiça” (do Governo).

Esses “valores de verdade” contidos na estrutura modal do dever-fazer, denominada prescrição, opõem-se ao dever-ser, estrutura modal denominada necessidade, preservando uma afinidade semântica incontestável (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 315-316). E é no parágrafo anterior ao que se inicia pela expressão “Enquanto isso” que se pode observar a estratégia de modalização que resulta no modo como o enunciador instiga deduções e cálculos no percurso tensivo instaurado com base nas oposições semânticas (Fig. 36). Assim sendo, se a expressão “Enquanto isso” levar o leitor a estabelecer conexões semissimbólicas baseadas nos valores figurativos oriundos da percepção do discurso enunciado, esses, que são valores axiológicos, serão transformados em categorias semânticas.

Em ‘teoria da narrativa’, “Enquanto isso” equivaleria a um modalizador utilizado no processo de *encaixe*. Conforme Todorov, uma nova personagem ocasiona a interrupção da história precedente, para que uma nova história, a que explica o “eu estou aqui agora” da nova personagem, nos seja contada. Esse englobamento da segunda história na primeira é denominado *encaixe* (TODOROV, 2003, p. 123). No caso, a expressão “Enquanto isso” introduz no *artigo* um novo actante, o Senado, e personagens que o compõem, como se pode observar:

Enquanto isso, no Senado, Heráclito Fortes e Tasso Jereissati abrem o vozeirão para recriminar a prisão, e Pedro Simon faz caras, bocas e principalmente gestos em apoio à ação da PF. O próprio PT di-

Figura 37 – Sexto parágrafo do *artigo* analisado.

Neste fragmento do sexto parágrafo (Fig. 37), as escolhas lexicais confirmam o percurso de sentido – que destaca a “divisão” e os “confrontos” estabelecidos entre os eixos semânticos *pró* e *contra* – desenvolvido no restante do texto. As

seleções lexicais de “vozeirão”, “recriminar”, vinculados às figuras Heráclito Fortes e Tasso Jereissati, assim como “caras”, “bocas” e “gestos”, atribuídos a Pedro Simon, que têm como alvo a ação do STF e da PF, confirmam a perspectiva do enunciador. Com as escolhas “verbais” contidas em “abrem o vozeirão para recriminar a prisão” e “caras, bocas e principalmente gestos” o enunciador deixa subentendido um clima de animosidade e de agressividade na intervenção de Fortes e Jereissati e cria efeitos figurativos que se convertem em formas de representar as ações atribuídas aos senadores. Conforme Ingedore Koch, determinadas palavras, “colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos” (1984, p. 156).

Finalizando o mesmo parágrafo – 6º –, a passagem “O próprio PT dividiu-se entre os com e sem-jantares com Daniel Dantas” (Fig. 38) direcionada, por pressuposição depreendida da metonímia “PT”, aos integrantes petistas do Governo, explicita a participação irônica do enunciador e a atribuição aos integrantes do PT de um estatuto não sério. Além disso, a expressão “sem-jantares” gera relações semissimbólicas ao apelarem ao imaginário do leitor por implicação homônima que remete aos sem-terra, pela ocorrência homográfica da partícula “sem”, em alusão ao maior movimento de reforma agrária do país, gerado dentro do PT, o MST (Movimento dos Sem-Terra). O fragmento contém implícita a acusação de envolvimento dos membros do Governo Federal (petista) com a parte acusada por esse mesmo Governo, como se pode observar na passagem final do parágrafo (6) a seguir:

apoio à ação da PF. O próprio PT dividiu-se entre os com e os sem-jantares com Daniel Dantas. Uns não param de se justificar, os outros ficaram subitamente sem voz.

Figura 38 – Parte do sexto parágrafo do *artigo* analisado.

O último parágrafo – 7º – recorre como estratégia argumentativa, igualmente, a estruturas cristalizadas, as quais compõem a cena enunciativa que determina a intensidade da presença e o grau de figurativização que direciona o sentido na experiência de leitura. E, assim como no restante do *artigo*, não há clareza quando a origem do que se diz. Mistura-se o discurso atribuído à fonte mobilizada e a voz do jornal, criando uma espécie de pastiche (Fig. 39). Vejamos:

Perdida como cego no tiroteio de ministros, delegados, juízes, blogueiros, tucanos e petistas, a senadora Ideli Salvatti teve um lampejo acaciano. Sabe por que Daniel Dantas divide o poder, os poderosos e os que se julgam poderosos? Porque é “o maior corruptor da história”. Simples assim.

Figura 39 – Sétimo parágrafo do *artigo* analisado.

A expressão alegórica “Perdida como cego no tiroteio” que dá início ao último parágrafo (Fig. 39), além de equivaler a mais uma forma depreciadora de referência à ala petista entre as figuras do círculo político mencionadas no *artigo*, reforça o tom negativo das menções, implícitas, direcionadas ao Governo Federal. A escolha desta forma figurativa pejorativa para qualificar a conduta da senadora em questão (Ideli Salvatti) vincula sua fala, e sua imagem, por conseguinte, à ideia de despreparo e falta de visão (“cego no tiroteio”). Além disso, converte, por meio da linguagem jornalística, as opiniões da fonte mobilizada (Salvatti) em ofensivas aos companheiros de partido, projetando, assim, o “conflito” para o mundo natural.

Também as expressões figurativizantes recorridas para qualificarem os participantes do “tiroteio”, metáfora utilizada pelo enunciador para qualificar supostas divergências de opinião entre representantes do poder executivo, judiciário, legislativo e sociedade civil, como aparece no texto – “ministros, delegados, juízes, blogueiros, tucanos e petistas” – (Fig. 29), embora visem a criar efeitos de objetividade, por sua correspondência a figuras existente no mundo natural e que provavelmente participaram das discussões sobre o “caso Dantas”, caem na abstração, pois não oferecem nenhuma possibilidade de identificação de quem sejam esses supostos “disparadores” de opiniões sobre a ação da PF.

Igualmente, não se explicita quem formulou a pergunta “Sabe por que Daniel Dantas divide o poder, os poderosos e os que se julgam poderosos?” (Fig. 39). Além disso, ao trecho colocado entre aspas, delimitando a transcrição da fala atribuída à senadora Ideli Salvatti (do PT), foi interposto o fragmento “Porque é” (sem aspas no jornal) como se fosse o início de uma suposta “resposta”, atribuída, por justaposição, à parlamentar petista. O modelo de textualização adotado resulta em uma estrutura informativa não validada do ponto de vista fatural, na medida em que as críticas dirigidas à ação da PF no “caso Dantas”, e, por conseguinte, ao

Governo Federal, não tem autoria nem definição clara, o que as deslegitimam como informação jornalística³⁴.

Do mesmo modo a expressão “lampejo acaciano” (Fig. 39) recorrida pelo enunciador para classificar a atitude e o comentário da senadora do PT, Ideli Salvatti, qualifica-a como ridícula, vazia, tola. Esses são adjetivos recuperados por meio da atualização do adjetivo “acaciano”, derivação, por intertextualidade, do substantivo Acácio, personagem do romance *O Primo Basílio*, de Eça de Queirós, que, segundo o dicionário “Aurélio”, significa “Ridiculamente sentencioso pelo tom convencional e vazio de sentido e/ou pela aparatosa gravidade das maneiras, lembrando o Conselheiro Acácio”, que equivale a “bobo, tolo” (FERREIRA, 1999, p. 20).

As observações sobre o modo de enunciação do sujeito semiótico “jornal” apreensíveis no referido *artigo* de opinião demonstra que a teia de faticidade apreensível na experimentação da materialidade verbo-visual jornalística depende do esquema ao qual o discurso enunciado está submetido e das posições variáveis que os actantes-fontes devem assumir para validar a perspectiva adotada pelo jornal em momentos determinados, quando adquirem no *formato informativo* posições de dizer distintas. No caso deste *artigo opinativo*, o enunciador jornalístico posiciona-se sobre os acontecimentos em questão por meio de descrições subjetivas e sugestivas baseadas em nomeações oblíquas e em qualificações metafóricas. Deduz-se que, assim, o enunciador *Folha* adota os esquemas e constrói os simulacros que manifestam seu ponto de vista.

Teia de faticidade: “caso Dantas” em páginas internas

O modo como o jornal aciona a teia de faticidade e a maneira como a transforma em campo de presença discursiva podem ser observados por meio do encadeamento narrativo estabelecido entre edições diariamente e, analogamente, numa única edição, como podemos ver nesta do dia 11/07/2008, selecionada do *corpus* compilado para este trabalho de pesquisa. Partindo de algumas *chamadas*

³⁴ Embora de cunho opinativo, todas as matérias com a opinião do jornal constituem informação jornalística e tem como referência os acontecimentos de interesse social, de modo que estão, portanto, sujeitas à verificação prevista no contrato fiduciário implícito na relação enunciador-jornal/enunciário-leitor.

de capa fomos estabelecendo um percurso da leitura correspondente à sustentação do ensaio analítico que ora demonstramos.

No caso da matéria principal, “o caso Dantas”, ela está espargida em quase todos os cadernos do jornal, por abordagem direta ou por relação de contiguidade temática. Ocupa boa parte do caderno *Opinião* (a charge, o *Editorial*, *artigos*, *Frases*, *Painel do Leitor*, *Erramos*), quase todos os espaços do caderno *Brasil* (*Painel*, *Toda a Mídia* e diversas reportagens) e ainda está presente no caderno *Cotidiano* (coluna de Barbara Gancia) e *Ilustrada* (coluna de José Simão). Percebe-se que é em torno deste assunto que gira, na capa e nas páginas de *Opinião* e *Brasil*, a trama verbo-visual que determina a formatação das matérias aí contidas, o que cria um núcleo temático de semantização em torno do qual gravita o processo de figurativização das abordagens.

Esse procedimento de definição de um núcleo³⁵ a partir do qual se desencadeia o processo de textualização, ao orientar, no *formato*, os encadeamentos figurativos, os enquadramentos, transforma verbo-visualidade em efeitos de real, confere aos relatos do jornal maior força performativa, pois faz entrecruzar, de algum modo, por afinidades de perspectivas ou mesmo por implicação intertextual/interdiscursiva, os fatos relatados e as fontes mobilizadas. Desse modo, além de naturalizar escolhas dos elementos verbo-visuais que se converterão em isotopias, esses enlaçamentos conferem um dinamismo à leitura – o que reforça os apelos afetivos, sinestésicos, isto é, envolve o leitor na trama constituída (teia de faticidade) no processo semiótico estabelecido.

Observemos, com intuito ilustrativo, o caderno *Brasil*:

³⁵ Processo desencadeado a partir da *lexia* localizada no topo da capa desta edição do jornal FSP: “Dantas volta à prisão após 11 horas”.

Painel

RENATO LO PRETE

Supremo vigiado

Gilmar Mendes foi avisado por uma desembargadora do TRF-SP de que a PF monitorou seu gabinete na presidência do Supremo Tribunal Federal a pedido do juiz Fausto Martin de Sanctis...



Veja bem. Em conversa com Lula no Japão, Nicholas Sarkozy defende a empresa francesa Suez, líder do consórcio vencedor da licitação para construir a usina de Jirau, cujo resultado a Odebrecht quer contestar.

Terror da banca. De um experiente criminalista sobre o juiz Sanctis: "Não há quem não comeba. É duríssimo".

Tudo a ver. Quem acompanhou o histórico do litígio entre a Brasil Telecom, de Daniel Dantas, e a Telecom Itália sabe que não para em pé a alegação do advogado Nélson Machado, segundo quem não faz sentido o banimento de Naji Nahas...

Vem aí. Um grupo de deputados tucanos, Gustavo Fruet (PSDB-SP) à frente, acertou com o presidente da CPI dos Grampos, Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), a votação, na terça-feira, de requerimento de convocação de DD e outros envolvidos na Operação Satiagraha.

Cadê? Júlio Semeghini (PSDB-SP) vai à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça requisitar informações sobre as denúncias de pagamento de propina de US\$ 100 mil, pela Telecom Itália, a integrantes da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara.

Eu? Nem pensar. O deputado José Eduardo Cardoso, secretário-geral do PT, rejeita a inclusão do seu nome na chamada "banca do Daniel Dantas". "Qual é o fato que me liga a esse senão? Esteve num jantar com ele, a pedido do então ministro Márcio Thomas Bastos", diz.

Tiroteio

Lula repete o mesmo erro de Sarney no Plano Cruzado. De olho nas eleições de 1996, o então presidente não freou os gastos, e depois um tsunami inflacionário varreu a economia.

Contraponto

É o cara

Os deputados tucanos Gustavo Fruet (PR) e Carlos Sampaio (SP) estreitaram convívio na CPI dos Correltos, da qual foram subreptores. Na reta final dos trabalhos, Fruet ligava seguidas vezes para o celular do colega, mas quase sempre se desparava com uma secretária eletrônica...

Cifras 1. Márcio Lacerda (PSB), que disputará a Prefeitura de Belo Horizonte com o apoio de Aécio Neves (PSDB) e Fernando Fimentel (PT), declarou patrimônio de R\$ 55,5 mil. O valor é maior que o do campeão em São Paulo, Paulo Maluf (PP, R\$ 39,1 mil).

Cifras 2. Outro que aparece na lista dos milionários é Mauro Mendes (PR), candidato do governador Helder Maggi (PT) em Curitiba (MT). Patrimônio: R\$ 23,8 mil.

Ebulição. A disputa PT-PMDB na Bahia custou a cabeça de Gustavo Moura, diretor-geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. Ligado ao PT, foi rifeado a pedido de Geddel Vieira Lima. O ministro da Integração tinha sido enviado ao lançamento do "PAC do Cacau", num ato atribuído a artistas.

Visita à Folha. Luiz Roberto Ortiz Nascimento, vice-presidente do Conselho de Administração e representante dos Acionistas da Cargill Corría, visitou ontem a Folha, onde foi recebido em almoço. Estava acompanhado de Vitor Hallack, presidente do Conselho de Administração, João Camelas de Mello, diretor da Amazônia Madeira Energética Ltda., Antonio Miguel Marques, presidente da divisão de Engenharia e Construção, César Nogueira, assessor de comunicação, e Marietela Mafel, sócia-fundadora da Máquina Comunicação Corporativa Integrada.

VERA MAGALHÃES

REUTERS



LIBERDADE O presidente da corte, ministro Gilmar Mendes, que havia concedido habeas corpus anteontem a Daniel Dantas e, ontem, mandou soltar Naji Nahas e Pitta

11 horas após ser solto pelo STF, Dantas é preso de novo

Decisão da Justiça Federal de SP contraria habeas corpus concedido por Gilmar Mendes

Prisão preventiva se baseia na acusação de que Dantas ofereceu US\$ 1 milhão a um delegado para que ele fosse excluído de investigação

ILLIAN CRISTOPOLETTI DA REPORTAGEM LOCAL

Menos de 12 horas depois de deixar a carceragem da Polícia Federal, o banqueiro Daniel Dantas, que havia sido beneficiado por um habeas corpus do Supremo Tribunal Federal, voltou para a prisão, desta vez acusado de corrupção ativa.

Dantas estava em um escritório na avenida Nove de Julho, em São Paulo, quando foi surpreendido com a nova ordem de prisão contra ele.

O banqueiro havia deixado a carceragem às 15h30, ao lado da irmã, Verônica Dantas, e de outros nove funcionários do Grupo Opportunity, todos acusados de crimes financeiros — supesta formação de quadrilha, gestão fraudulenta, evasão e lavagem de dinheiro.

Ele passou o dia num flat e, depois, foi a um escritório. Havia sido informado para não deixar São Paulo pois sua interrogatório estava previsto para ontem mesmo. Recebeu a voz de prisão por volta das 15h30. Em seguida, foi levado para o Instituto Médico Legal, onde se submeteu, pela segunda vez no mesmo dia, a um exame de corpo de delito — a primeira foi pela manhã ao deixar a prisão.

Por volta das 16h50, Dantas já estava a caminho da carceragem da PF, na Lapa, onde chegou às 17h. "Esta prisão não tem nada a ver com a primeira. Os fatos e os fundamentos são completamente diferentes", afirmou o procurador da República Rodrigo De Grandis.

A prisão decretada ontem é preventiva (a duração será fixada pela Justiça) e atinge apenas o banqueiro por suposto crime de corrupção ativa — oferecimento de US\$ 1 milhão a um delegado para que ele, a irmã e os funcionários fossem excluídos da investigação.

A Procuradoria apresentou ao juiz Fausto Martin de Sanctis, da 6ª Vara Criminal Federal, um depoimento e um documento que, segundo o órgão, são provas novas do caso.

O documento foi achado pela PF na casa do banqueiro, no Rio. Num papel impresso, que seria de 2004, estava escrito "Contribuições ao CLUBE". Abaixo, "contribuição para que um dos companheiros não fosse indiciado criminalmente".

O documento comprova que a corrupção é um expediente contínuo no grupo criminoso chefiado por Dantas", disse De Grandis.

O segundo fato exibido como prova foi o depoimento de Hugo Chicaroni, preso pela tentativa de subornar o policial — na casa dele foram apreendidos cerca de R\$ 1,3 milhão.

Chicaroni interveio o encontro de um delegado da PF, que havia se identificado como o chefe da investigação, com o advogado Wilson Mirza Abraham, amigo do banqueiro, e Humberto Bax, "braço direito

A PRISÃO E A PRISÃO DE DANTAS

Hora a hora desde que o banqueiro foi preso na última terça-feira

Timeline graphic showing the sequence of events from 6h (Dantas preso em casa) to 17h (Dantas volta para a sede da PF).

de Dantas na organização criminosas", segundo a polícia. A Procuradoria pediu a prisão de Abraham, o que foi negado pelo juiz. O advogado disse não ter participado de nenhuma tentativa de suborno.

Com a amáncia da Justiça, o policial recebeu R\$ 50 mil mais R\$ 80 mil. Há cerca de dez dias, disse Chicaroni, "algumas pessoas ligadas ao Opportunity levaram à casa do declarante [Chicaroni] a quantia de R\$ 865 mil, que deveriam ser entregues ao delegado".

A PF Chicaroni disse ter sido apresentado ao grupo de Dantas pelo desembargador aposentado do Tribunal Regional Paulista Pedro Rotta, que ficou no órgão de 89 a 97.

Primeira prisão A primeira prisão, decretada no último dia 8 pelo mesmo

juiz que ordenou a detenção de ontem, era temporária — cinco dias prorrogáveis por mais cinco. O motivo era garantir o sucesso das ações de busca nas casas e escritórios das envolvidas. Na noite de anteontem, a ordem foi anulada em uma polêmica decisão do presidente do Supremo, Gilmar Mendes, que considerou equivocado o entendimento do juiz. Para De Grandis, Mendes "pulou" instâncias inferiores: TRF (Tribunal Regional Federal) e o STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Nas escutas telefônicas, pessoas próximas a Dantas dizem que ele só se preocupava com a Justiça de 1ª instância, "uma vez que no STJ e no STF ele resolve tudo com facilidade".

Colaboração: JOSÉ ALBERTO DOMINGOS, DA REPORTAGEM LOCAL, E DA AGÊNCIA FOLHA

LEIA MAIS A6 e A10

Figura 40 – página A 4, caderno Brasil.

Considerando-se, na coluna "Painel" (Fig. 40), os módulos informativos relativos ao "caso Dantas", encontra-se marcas enunciativas concernentes ao modo de acionamento da teia de faticidade e suas implicações quanto à colocação em presença do discurso, seja essa presença consciente ou não por parte da instância

enunciadora. Percebe-se que o posicionamento discursivo do jornal decorre da disposição das unidades informativas que são experimentadas em forma de isotopias, dispostas em profundidade, em camadas sucessivas, das mais fortemente presentes, no centro do discurso em ato, até as mais fracamente presentes, em suas fronteiras.

Logo no título do principal bloco informativo da coluna (zona primária da página), “Supremo vigiado” (Fig. 41), a instância enunciadora começa a operar a colocação em *presença* do discurso do jornal. Vejamos:



Figura 41 – Módulo informativo principal da coluna *Painel*.

Ao alocar no título juntas duas palavras antitéticas, isto é, incompatíveis, do ponto de vista “lógico-semântico”, “Supremo” e “vigiado”, o enunciador otimiza a apreensão dessa “anormalidade”, e, assim, regula a apreensão visada. Por implicação, o sentido do que se enuncia emerge da tensão estabelecida por meio da seleção lexical das referidas expressões e sua aproximação no título. E uma vez que o sentido é o princípio da intencionalidade, ao “sugerir” a “anomalia” relativa ao procedimento das instituições sociais mobilizadas no texto ao qual se refere o título (as figuras actanciais: STF e juiz Fausto Martins de Sanctis), a instância do discurso conduz a tensão entre visada e apreensão na direção de um percurso gerativo do sentido específico.

Dessa perspectiva, a significação “atualizada” pode corresponder à concretização do sentido de contradição e, logo, do confronto, entre STF e Justiça Federal de São Paulo, “indicado” no título, por justaposição, entre “Supremo” e “vigiado”. Note-se que o modo de textualização adotado coloca em *presença* do

leitor um jogo tensivo não só entre as figuras actanciais relacionadas, mas, ao mesmo tempo, entre os valores nelas implicados.

Caso o leitor recupere, tendo em conta o seu conhecimento de mundo e das matérias relativas ao “caso Dantas”, o implícito (subentendido) “de que a Supremo Tribunal Federal ser vigiado pela Justiça Federal de SP é uma inversão de valores”, na medida em que fere a hierarquia institucional, a tensão entre as grandezas semióticas que compõem o esquema discursivo adotado no ato de enunciação, as figuras (STF e juiz Sanctis) e os valores (Supremacia da Corte e “perda de supremacia”) se articulam em prol da projeção do inteligível, ou seja, da estabilização no *formato* do discurso enunciado.

Ressaltamos que esse título – Supremo vigiado – ao estabelecer conexão intertextual (co-textual) com as demais matérias relativas ao “caso Dantas”, por reiteração do direcionamento tensivo estabelecido entre unidades informativas dispostas verbo-visualmente na edição, regula a interação entre sensível e inteligível, logo, orienta o discurso e leva à homogeneização semissimbólica (no discurso em ato) que se transformará na *forma*, no “corpo próprio”: na informação (discurso enunciado).

Percorrendo o bloco verbal com o qual esse título mantém relação intertextual/paratextual imediata, pode-se esclarecer o modo como ele está relacionado, no discurso do jornal, ao esquema representacional apontado no texto. Ao proceder à listagem das figuras actanciais já é possível identificar marcas que apontam para os jogos de relações advindos do modo de articulação entre esses elementos figurativos.

No módulo intitulado “Supremo vigiado” (Fig. 41) aparecem as figuras: “Gilmar Mendes”, “desembargadora do TRF-SP”, “PF”, “gabinete da presidência do Supremo Tribunal Federal”, “juiz Fausto Martin de Sanctis”, “Daniel Dantas”, “vídeo, com imagens gravadas do Supremo”, “assessores da presidência”, “advogados de Dantas”, “Funcionários do tribunal”, “advogados”, “habeas corpus”, “clientes”. Tendo em vista que esse bloco informativo é relativamente pequeno podemos afirmar que ele se imanta de faticidade fundamentalmente pelo grande do número de figuras actanciais que mobiliza.

Como já dissemos, tal procedimento gera, entre outros, efeitos de verdade. No caso, as relações estabelecidas entre os actantes resultam ser uma estratégia destinada a alcançar a correlação e até mesmo a sobreposição de atos que

conjuguem no discurso (em ato) a dimensão da intensidade (o sensível) e a dimensão da extensão (o inteligível). Com outras palavras, os referidos actantes estão encadeados sob a orientação da sintaxe do discurso, que orienta os percursos de sentido por meio de tensões de ordem afetiva e cognitiva. Tensões que pressionam os objetos semióticos, os fatos e as fontes, rumo a enquadramentos específicos atualizáveis tanto por meio dos elementos enunciativos explícitos como dos implícitos, no caso, as ‘indeterminações’ e ‘lugares vazios’ do texto.

No módulo informativo em questão (Fig. 41), a instância enunciativa, logo na primeira passagem, mobiliza um actante, uma desembargadora do TRF-SP, sem revelar seu nome, à qual atribui a ação de avisar Gilmar Mendes de que “a PF monitorou seu gabinete na presidência do Supremo Tribunal Federal”. Monitoramento ordenado, conforme o *off*, pelo juiz Fausto Martin de Sanctis. Pelo que se pode observar, a referida modalidade de *off* fere, em certa medida, o pacto veridictório implícito estabelecido como o leitor, pois sonega a este o direito à completude da informação, a qual, em que pese não ter sido oferecida inteira (não se sabe quem é a desembargadora em questão), ganha destaque na cena predicativa, onde se dá a ancoragem dos valores nos objetos mobilizados pela instância enunciativa.

Embora se valha de sua condição de sujeito coletivo enunciante com “poder” de decisão sobre as fontes que devem ter sua identidade revelada ou não, sobre o grau de clareza em torno dos procedimentos adotados para aceder às informações sobre os acontecimentos de interesse social tematizados, esta forma de relatar diminui a legitimidade (caso se questione) do sujeito enunciante “jornal” como meio de conhecer o que se passa no mundo ao qual ele se refere.

Essa forma de validação da informação jornalística, esvaziada de clareza quando à exatidão da origem do que se diz no jornal é, estrategicamente, compensada pelo recurso reiterativo a uma série de figuras actanciais, que equivalem, no discurso, a grandezas semióticas figurativizantes ou figurativizáveis. Muitas vezes essas figuras actanciais estão sob a forma de tropos como sinédoques e/ou metonímias, que se fundam “na relação de compreensão e consiste no uso do todo pela parte, do plural pelo singular, do gênero pela espécie, etc. ou vice-versa” (FERREIRA, 1999, p. 1860).

Vejam no bloco informativo que ora observamos (Fig. 41) alguns fragmentos que comprovam tal procedimento por parte do sujeito semiótico “jornal”:

- “a **PF** tem em mãos um vídeo” [toma-se o todo (PF) pela parte (alguma autoridade pública, alguma divisão da PF)];
- “com imagens gravadas no Supremo, em que **asseessores da presidência** conversam com advogados de Dantas”;
- “no **STF**, a notícia da existência do vídeo foi recebida com indignação, mas também com algum sarcasmo.”;
- “**Funcionários do tribunal** dizem que inexistente cena mais corriqueira ali do que a romaria de advogados em busca de habeas corpus para seus clientes.”

As figuras actanciais destacadas em negrito (grifos nossos) ilustram o que estamos dizendo, isto é, confirmam a inexatidão no plano discursivo quanto à origem do que se diz. Em que pese tal debilidade fatural, eles, ainda assim, resultam em efeitos de real que naturalizam a maneira de informar do jornal. Todavia, essa forma de textualizar chama nossa atenção porque ela pode ser revelada na leitura como fragilidade que afete o “pacto veridictório”, caso o leitor assim o perceba.

A referência à função (cargo) de “alguém”, que não se sabe quem é, a uma “instituição” sem dizer quem fala, de fato, em nome dela, por exemplo, resultam em marcas de veridicção fracas. Recorrendo a Greimas e Courtés (2008, p. 530), afirmamos que embora tal forma afirme certa coerência discursiva, e possa revelar o “crer-verdadeiro” do enunciador, isso não elimina o vazio fatural. Conforme os autores, “o enunciador pode dizer o quanto quiser, a respeito do objeto de saber que está comunicando, que “sabe”, que está “seguro”, que é “evidente”, nem por isso pode ele assegurar-se de ser acreditado pelo enunciatário” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 530).

Nesse contexto, o fragmento introdutório do segundo parágrafo deste bloco informativo – destaque-se a metonímia “STF” –, assim como a passagem seguinte – destaque-se a metonímia “Funcionários do tribunal” – (Fig. 42) são exemplos da nomeada fragilidade fatural. Observemos:

No STF, a notícia da existência do vídeo foi recebida com indignação, mas também com algum sarcasmo.

Funcionários do tribunal dizem que inexistente cena mais corriqueira ali do que a romaria de advogados em busca de habeas corpus para seus clientes.

Figura 42 – Trechos do segundo parágrafo do módulo informativo intitulado “Supremo vigiado”.

Nesses casos, a força semântica do que se enuncia depende da boa-fé do leitor, pois se recorre, em ambas as ocorrências, respectivamente, aos actantes “STF” e “Funcionários do tribunal”, substituindo assim as partes (que não se sabe quais são, mas sobre as quais recai o “sentimento de indignação” e a “conduta sarcástica” – STF –, bem como a afirmação relativa à “busca de habeas corpus” – Funcionários do tribunal) pelo todo. Ressalte-se que os pressupostos e o explícito são atualizáveis partir das locuções adverbiais “com indignação” e “com algum sarcasmo”, bem com das afirmações da passagem sobre a romaria de advogados. Assim sendo, a instituição inteira “STF” e todos os “Funcionários do tribunal” se oferecem em termos veridictórios, ou seja, de apreensão semântica, como marcas de “vacuidade”.

Tal vacuidade também é apreensível no uso da hipérbole “romaria de advogados”. (Fig. 42). Isto é, ao não explicitar os nomes dos “sujeitos” aos quais se atribui as aludidas ações e comportamentos, o sujeito enunciador-jornal deixa de oferecer ao leitor elementos veridictórios, o que confere aos elementos de faticidade adotados a condição de “artifício” semântico. No caso, a instância enunciativa “atinge” todo e qualquer sujeito integrante do Supremo Tribunal Federal com a metonímia “STF” e todos os “Funcionários do tribunal” sem oferecer à leitura possibilidades de apreensão real, assim como de exclusão ou mesmo de negação de autoria (aos não autores) em relação aos fatos enunciados (à informação jornalística).

De acordo com Charaudeau, um dos problemas colocados para as mídias diz respeito aos procedimentos de citação. Segundo o autor, inseridos num jogo de troca de palavras que se mascaram, se modificam, se transformam, os modos de identificação das fontes de informação costumam produzir efeitos que muito influenciam sua credibilidade (2006a, p. 168). Conforme Charaudeau, para o leitor coloca-se a questão em torno do crédito que se pode dar a uma informação cujo locutor de origem é designado de maneira coletiva, anônima ou vaga (2006a, p. 170).

No caso analisado, em que as fontes são metonímicas (toma-se o todo pela parte), anônimas (denomina-se o cargo e se oculta o nome) e vagas (não se sabe quem diz o que se enuncia como dito), trata-se de citação *narrativizada*, na acepção de Charaudeau. Conforme este autor tal modalidade de citação “tende a um efeito de actancialização, isto é, o locutor de origem não é mais apresentado como locutor

de um dito, mas como agente de um fazer que seria então descrito como um fato relatado” (2006a, p. 172). Portanto, o modo narrativizado, além de efeito de dramatização, faz com que o locutor de origem seja “praticamente fagocitado pela instância midiática” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 172).

Conforme Mouillaud, o jornal, ao reproduzir uma enunciação primária, embora, geralmente, não a transforme no plano semântico: muda seu *status* formal, transformando-se em senhor deste *status* atribuído; institui hierarquias entre as falas mobilizadas; apaga-se atrás da citação ou se apropria da mesma; confere ‘efeito de real’ ao discurso que cita; intervém no discurso citado através de recursos da língua (sintaxe), atribuindo-se uma autoridade sobre o sentido que confere aos discursos que mobiliza; hibridiza a citação, estabelecendo dois focos de leitura: discurso de origem e discurso do jornal (MOUILLAUD, 2002d, p. 117-138).

Tudo isso se soma, no *formato*, aos recursos visuais (iconográficos, cromáticos, tipográficos e diagramáticos) vinculados às falas das fontes. Isto é, fotografia vinculada ao fato que deu origem à fala mobilizada, destaques por meio do matiz da imagem ou mesmo de grades e películas usadas no seu entorno, tamanho da fonte que apresenta o discurso citado (em destaque num título ou sumido em meio ao bloco verbal), bem como posição conferida a tais elementos na formatação da página. Esses fatores são decisivos na construção da sinergia que envolve o leitor ao definir o aspecto sinóptico da materialidade “jornal”.

Por outro lado, ainda no mesmo bloco informativo, por meio da repetição parafrástica “que mandou prender Daniel Dantas e, depois que Gilmar mandou soltar, mandou prender de novo” (Fig. 41) percebe-se a prática de redundância como expediente de fixação de sentidos no processo enunciativo numa mesma edição do jornal. Conforme Greimas e Courtés, a paráfrase é uma operação metalinguística que produz, no interior de um mesmo discurso, uma unidade discursiva semanticamente equivalente a outra[s] unidade[s] produzida[s] anteriormente (2008, p. 359).

No caso, a “repetição” em questão, contida no bloco textual intitulado “Supremo vigiado”, é denominada “paráfrase denotativa”. Ela possui equivalência direta com os enunciados parafraseados, anteriores e posteriores em termos de espaço e de tempo na edição, e pode ser concebida como modo de produção e de reconhecimento da significação (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p. 359-360). Não obstante suas variações textuais, enunciativas, tais repetições parafrásticas

contribuem para a fixação de sentidos negativos em torno dos procedimentos adotados pelo STF e PF ao exacerbar verbo-visualmente a “postura espetaculosa e instável” destes últimos no “caso Dantas”.

Por meio de tais escolhas enunciativas, o sujeito semiótico “jornal” define o campo de presença, a cena enunciativa, logo, arranja estrategicamente os objetos semióticos mobilizados sugerindo os valores a serem atualizados na leitura com vistas à estabilização de uma posição discursiva que defina o real referenciado no jornal. De tal modo, a adoção recorrente de modelos verbo-visuais típicos tende a motivar e/ou definir posturas diante do mundo natural. No caso, as escolhas do enunciador jornalístico relativas às referidas grandezas semióticas (figuras actanciais) vai definindo maneiras de construção da imagem dessas instituições (actantes figurativos mobilizados no texto) e, por desdobramento, determinam modos de representação das instituições jurídicas federais.

Com outras palavras, a ideia contida na referida repetição parafrástica aparece repetidas vezes em outros módulos na mesma edição do jornal (Fig. 43). Além de evidenciar “desacordo” e “indecisão” em relação às ações das esferas do Poder Judiciário referenciadas nas matérias do jornal sobre o “caso Dantas”, tais escolhas criam um modo peculiar de instauração da presença de figuras de modo a orientar o trajeto de leitura rumo ao percurso gerativo de sentido desencadeado pelo jornal. Vejamos as ocorrências dessas repetições parafrásticas:



Figura 43 – Trechos com repetições parafrásticas presentes na edição analisada.

Na sequência desse primeiro bloco verbal de informação, ainda sob a rubrica “Painel”, intitulada “Terror na banca” (Fig. 44), é colocada uma nota verbal ilustrada por um desenho caricatural, o qual aparece como um pequeno texto icônico subjacente, do ponto de vista enunciativo, à materialidade verbal da referida nota e à verbo-visualidade da página. Nela, a Justiça é satirizada por meio da caricaturização da figura de um juiz que é mostrado de forma vampirizada. Sua toga

é representada pelas asas de um morcego, e aparecem no desenho abertas num voo em direção a um sujeito que se encolhe, aterrorizado, diante do gesto ameaçador da “Justiça”.

Na cena enunciativa proposta pelas matérias sobre o “caso Dantas”, na qual se insere tal caricatura, esta demonstra a liberdade do enunciador em relação ao modo de atribuir valor às ações da Justiça brasileira. Cabe lembrar que caricaturas possuem um caráter de irredutibilidade a um sentido preciso, embora possuam um grande potencial de veiculação de conteúdos. Elas tematizam os acontecimentos de interesse social tratados no jornal por meio da categorização das figuras envolvidas, geralmente, recorrendo à amplificação das oposições semânticas num nível mais fundamental.

Nesse caso, ao figurativizar sua abordagem sobre a ação da Justiça no “caso Dantas”, a caricatura em questão, cujo alvo referencial é a figura de um juiz, converte tal módulo informativo em unidade semântica. Assim, o enunciador aciona um campo de memória instalado no âmbito desta edição do jornal, estimulando, na leitura, o restabelecimento dos vínculos entre este e os demais módulos contidos na capa, na página de opinião, bem como em todas as páginas que fazem referência ao que se tematiza: a ação da polícia federal e do STF. Portanto, neste módulo informativo visual (icônico), tal procedimento resulta na redefinição semântica da figura da Justiça e do cidadão sujeito à ação desta, numa perspectiva disfórica, caso o leitor adira aos percursos de sentido sugeridos pela instância do discurso, pelo sujeito semiótico “jornal”.



Figura 44 – Nota, coluna *Painel*, página A 4.

A maneira débil de acionamento da teia de faticidade já ressaltada em relação ao módulo verbal adjacente “Supremo vigiado” (Fig. 41) é semelhante à adotada no texto verbal deste bloco (Fig. 44). No caso, embora mobilize um fragmento citacional, destacado por meio do uso de aspas, indicando tratar-se de discurso direto, mobiliza-se como fonte da informação uma figura actancial inapreensível do ponto de vista fatural, qual seja “um experiente criminalista”. Além disso, colocam-se por meio de justaposição no mesmo fragmento verbal expressões carregadas de valores, subentendidos, os quais possuem bastante peso expressivo do ponto de vista semântico: “Terror da banca”, “experiente criminalista”, “é duríssimo” (Fig. 44). Contudo, a ausência de elementos fatuais/veridictórios, que indiquem com clareza a origem do dizer, implica em impossibilidade de validação, ou, no mínimo, em problema de amparo dessas informações como forma de saber.

No caso, o sujeito semiótico “jornal” vincula aos fatos que relata, aos discursos que cita, fontes de informação obscuras, na medida em que não se sabe exatamente quem proferiu tais “discursos-origem” incorporados ao “discurso-sobre” enunciado pelo jornal. O que se percebe no exame das operações enunciativas da *Folha* é que a não incorporação de informações constatáveis do ponto de vista fatural relativas às fontes mobilizadas converte-se, na leitura, discurso em ato, em “condutas-típicas” que se juntam à formação da dimensão retórica do discurso.

Desse modo, ao recorrer a atores sociais sem esclarecer a identidade individual – ocultamento de identidade –, como é o caso de “STF”, “Funcionários do tribunal”, “romaria de advogados” (Fig. 41), e inseri-los no discurso com vistas a criar efeitos de verdade, o enunciador desencadeia uma série de tensões que se transformam em isotopias. Assim, ao destinar lugares estratégicos aos actantes com “identidade oculta” na cena enunciativa, a instância do discurso define posições, no discurso, que motivam a avaliação das ações e das condutas atribuídas aos actantes-protagonistas, declarados nominalmente (Daniel Dantas, Gilmar Mendes, de Sanctis). Modalizam-se, então, como *presença*, tais figuras actanciais, de forma a instaurar, num devir, os processos que desembocam nas relações semióticas que modificam o desenrolar dos fatos.

Logo, o modo como tais figuras actanciais são articuladas no arranjo verbo-visual oferecido à leitura cria as possibilidades de ultrapassagem dos percursos figurativos (concretos) rumo aos percursos temáticos (abstratos – processos subjacentes). Dito de outro modo, o enunciador organiza no texto um campo de

presença actancial que define a orientação discursiva. Assim, os papéis actanciais definidos pelo modo de acionamento da teia de faticidade fazem coincidir sentidos visados e sua apreensão na materialidade verbo-visual da página.

Percebe-se que o modo de articulação das fontes-atores-actantes no texto noticioso equivale aos esquemas discursivos e decorre do modo de instalação da presença da instância do discurso visado pelo sujeito semiótico “jornal”. Trata-se de uma presença que instaura um “pano de fundo” sobre o qual a informação jornalística recebe uma “primeira esquematização semântica” (FONTANILLE, 2007, p. 83).

Assim, instalada num campo tensivo demarcado pela racionalidade passional, tal presença determina a intensidade e a extensão da experiência de percepção da materialidade “jornal”, do *formato*, num devir. Deste modo, as matérias interligadas, arranjadas numa virtualidade discursiva intertextual, formam um sistema: conjunto aberto de enunciações encadeadas e sobrepostas no interior do qual se introduz cada enunciação singular que dá forma (ato) à informação jornalística (FONTANILLE, 2007, p. 83).

Até aqui foram feitas, especialmente, considerações sobre o acionamento de atores sociais implicados nos acontecimentos noticiosos e sua transformação em actantes no plano narrativo de modalidades textuais jornalísticas distintas (*chamadas, artigos* de opinião, notas). Assim, demonstrou-se modos e consequências do acionamento das figuras actanciais para o processo de esquematização e sua transformação nas formas inteligíveis que remetem os relatos ao universo sensível. Isto é, apontou-se como se dá a mediação entre figuras e valores (processo de figurativização).

Observemos as unidades a seguir (Fig. 45) com vistas a compreender a *lexia* advinda da forma do conteúdo expresso nos julgamentos morais atualizáveis no *formato* do jornal.



Figura 45 – Módulo informativo de abertura das matérias sobre o “caso Dantas”, caderno *Brasil*.

O módulo informativo composto por fotografia e legenda se junta na colocação em discurso, ou seja, na experimentação do *formato*, às demais unidades verbais justapostas na página e, de modo especial, à unidade verbal correspondente ao título do caderno “Brasil” (Fig. 45) e também à *chamada* para matéria de outra página, disposta estrategicamente no entorno deste módulo, “Senado cria 97 cargos com salários de R\$ 10 mil Pág. A 10” (Fig. 45). Trata-se de colocação modular que interpela o leitor e o conduz rumo à atualização dos implícitos experimentáveis por meio do estabelecimento de vínculos verbo-visuais entre as unidades informativas aproximadas na quadratura da página.

A sugerida interpelação do leitor, neste caso, diz respeito ao jogo de relações estabelecido entre as seguintes unidades informativas (Fig. 46).



Figura 46 – Unidades informativas do módulo de abertura do caderno *Brasil*.

No caso, há um jogo de relações que instala percursos de leitura passíveis de atualização na experimentação do *formato* que engloba as unidades e módulos informativos relativos ao título do caderno *Brasil* –, as expressões verbais do *background* da fotografia “O Brasil faz a justiça” (parte superior) e “Conselho Nacional de Justiça (parte inferior), a *chamada* em retícula azul (relação cromática com o título do caderno - *Brasil*) “Senado cria 97 cargos com salário de R\$ 10 mil Pág. A10”, e a legenda ““>>Liberdade’ (esta correspondendo ao título, impresso em cor vermelha) O presidente da corte ministro Gilmar Mendes, que havia concedido habeas corpus anteontem a Daniel Dantas e, ontem, mandou soltar Naji Nahas e Pitta” e o título da nota adjacente “Supremo Vigiado” (Fig. 46).

Nesse jogo entram na cena enunciativa as oposições entre as categorias semânticas “justiça” e “injustiça”. É em torno de tais categorias que se estabelecem as tensões guiadas pela racionalidade passional, isto é, pela afetividade e

juízo moral apreendidos na materialidade modular em questão. A valorização dos objetos, grandezas semióticas (fatos e fontes), mobilizados no texto, orientam os valores estabelecidos entre esses dois eixos no nível fundamental – eixos de orientação tímica: justiça (eufórica) e injustiça (disfórica).

Tais relações entre as unidades informativas presentes no arranjo verbo-visual em questão permitem a identificação do mencionado jogo de relações e de oposição semântica que direciona o leitor a percursos de leitura que atualizam os paradoxos e os remetem ao mundo natural. Tais procedimentos de direcionamento da atenção da instância leitora dizem respeito, entre outras coisas, ao conhecimento de mundo compartilhado entre leitor e jornal. No caso, se o salário da maioria da população não passa de R\$ 510,00 (Salário Mínimo) a criação de 97 cargos com salários de R\$ 10 mil, por parte do Senado brasileiro, equivale a um ato de injustiça.

Uma vez relacionados tais dados informativos – elementos semânticos – com a sentença “O Brasil faz a justiça” no *background* da fotografia (Fig. 46), a instância do discurso coloca em presença do leitor a própria expressão da contradição. Desse modo, o conteúdo subentendido relacionado ao cumprimento da justiça por parte do Governo Federal resulta ser informação virtual, atualizável por meio da apreensão do discurso realizado (a montante). No caso, os implícitos que apontam para uma interpretação disfórica da ação governamental não têm existência verificável no campo da pertinência do discurso jornalístico, mas uma existência meta-linguística.

Na legenda da fotografia em questão (Fig. 46), como já dissemos, aparecem algumas figuras, transformadas no texto em actantes, que participam da operação do ato discursivo que dá passagem ao “corpo próprio” da informação ao se instalarem num tempo, espaço e se juntarem na trama narrativa aos sujeitos. Deste modo, promovem a passagem dos “percursos virtuais” ao sentido atualizado, fazendo consolidar, na experiência dos relatos, modos de representação dos acontecimentos sociais.

As figuras “presidente da corte”, “ministro Gilmar Mendes”, “habeas corpus”, “Daniel Dantas”, “Naji Nahas” e “Pitta” são transformadas no fragmento textual da legenda em elementos actanciais, os quais se relacionam por meio de ancoragem com as demais materialidades verbo-visuais da página e da edição no processo informativo desencadeado pelo relato jornalístico. Elas equivalem a objetos (grandezas semióticas) constituidores da profundidade que dinamiza a

materialidade verbo-visual no sentido de constituir um campo posicional, “presença”, a partir da qual tais figuras se articulam aos valores.

A referida actancialização das grandezas semióticas ocorre porque as figuras mobilizadas se transformam, no texto, em modalizadores da figura actancial principal exibida no texto icônico (ministro Gilmar Mendes). Logo, a relação verbo-visual estabelecida por ancoragem resulta em procedimento que, na leitura, põe em jogo relações importantes na definição do modo de percepção dos objetos semióticos mobilizados na instauração da cena enunciativa.

No caso, os liames verbo-visuais transformam as unidades e/ou módulos informativos (correlacionados) em *lexias*, as quais convertem o jornal, por força da carga figurativa que concentram em torno da verbo-visualidade, em conjunto sinóptico. E, imantado de carga sinestésica, tal conjunto sinóptico faz emergir a teia de faticidade que dá *forma* às materialidades em sua condição de positividade enunciativa, isto é, em seu aparecer no jogo de identidade e diferença da verbo-visualidade que se oferece como informação estabelecida num centro de referência sensível.

Nesse sentido, a partir de uma série de relações dêiticas, o sujeito semiótico “jornal” estimula a abertura do leitor a uma leitura que converte seus objetos linguísticos e imagéticos em presença, num movimento que unifica em um único plano as dimensões internas e externas (intero e exteroceptiva) que possibilita a experiência do *formato* do jornal, *forma* em ato. No caso, a materialidade icônica, acompanhada de seus fragmentos verbais, distribuídos na legenda e no “*background*” da fotografia – fundo: O Brasil faz a Justiça/CNJ: Conselho Nacional de Justiça – (Fig. 46) faz a ponte entre o axioma fenomenológico, de Merleau-Ponty, “perceber é tornar algo presente a si com a ajuda do corpo” e o axioma semiótico “enunciar é tornar algo presente a si com a ajuda da linguagem” (FONTANILLE, 2008, p. 97).

Tal processo de simulação da aproximação entre grandezas semióticas verbo-visuais (relatos e figuras actanciais) e seus “correlativos” fenomenológicos (fatos e fontes de informação) é um procedimento basilar da semiose jornalística contemporânea. Percebe-se nas relações de ancoragem estabelecidas entre os referidos módulos verbo-visuais do caderno *Brasil*, página A 4 (Fig. 46), o pronunciamento de esquemas, ou seja, a emergência dos valores nas modulações

da co-presença entre fontes e alvos, que se dão a ver no ajustamento de seus ritmos de existência no *formato* jornalístico.

Desse modo, na sintaxe do discurso, encadeiam-se e sobrepõem-se as grandezas semióticas (objetos mobilizados nos textos verbais e visuais), as quais conjugam a todo momento a dimensão da intensidade (o sensível) e a dimensão da extensão (o inteligível), apreensíveis como sentido nas tensões afetivas. Por exemplo, na referida página A4 podemos identificar marcas (recorrentes no jornal como um todo) de entrelaçamento entre textos verbais (nunca desvinculados do restante da materialidade não-verbal) que conduzem à realização da teia de faticidade, o que confere à modalidade textual jornalística *status* análogo à categoria de textos hipertextuais.

Transitando entre unidades e módulos informativos cujos sentidos se constituem por meio de enlaces avalizados entre si, o leitor experimenta o desvanecimento dos textos fechados, completos e absolutos no jornal. Para George Landow, os enlaces hipertextuais aceleram o processo de estabelecimento de relações e aportam um meio gráfico para as “transações” no âmbito da leitura (2008, p. 155). Nesse sentido, o dispositivo “jornal” é compreendido neste trabalho como um sistema hipertextual. Ou seja, o jornal revela-se como sujeito semiótico ao exercer sua condição intertextual sistêmica, isto é, sua potencialidade de consolidação discursiva por interação de seu conjunto de dispositivos – modalidades diversas de elementos textuais: verbais e visuais – correlacionados por enlaçamento no *formato*.

Segundo Landow, nos sistemas hipertextuais os enlaces permitem ao leitor situar todos os textos em uma teia de relações que estimulam a experiência de leitura e o pensamento não-sequenciais (2008, p. 153-157). Conforme o mesmo autor, sempre que se localiza um texto dentro de uma rede de textos, sua existência passa a depender de um complexo diálogo, pois a “hipertextualidade” modifica os limites de cada texto individual (LANDOW, 2008, p. 158).

Utilizando o mesmo exemplo anterior (Fig. 47), vejamos como as várias unidades informativas criam uma rede de relações que se enlaçam em prol da concretização do sentido da informação, ou seja, da emergência da forma do conhecimento no âmbito do jornal. Por meio do referido exemplo, é possível perceber o diálogo intertextual, intermodular, isto é, a inter-relação enunciativa estabelecida entre o título do caderno *Brasil*, o texto verbal chapado no fundo da

fotografia “O Brasil faz a justiça”, a *chamada* “Senado cria 97 cargos com salário de R\$ 10 mil Pág. A 10”, bem como a referida matéria, na página A10, intitulada “Senado cria 97 cargos comissionados” (Fig. 47).



Figura 47 – Unidades e módulos informativos localizados nas páginas A 4 e A 10, caderno *Brasil*.

Some-se a esse exemplo um conjunto de títulos (e outros) das matérias relativas ao “caso Dantas” apresentado logo abaixo (Figura 48 a 60). Trata-se de unidades e módulos informativos que demonstram as peculiaridades hipertextuais do jornal. Por meio deles, percebe-se que os textos sobre a referida temática estão enlaçados ao longo do jornal, e, por identidade e/ou diferença, se convertem, na leitura, em isotopias que movimentam a materialidade verbo-visual, criando, assim, um campo unificado de *presença*, o qual direciona o olhar do leitor rumo a uma perspectiva enunciativa específica.

Tais escolhas relativas à organização verbo-visual resultam em um conjunto sinóptico que implica a condição paradoxal da informação jornalística. Isto é, por meio de enlaçamentos, orientados pelo discurso enunciado, unidade e dispersão convertem-se à *forma* da informação noticiosa. Daí, a multiplicidade de trajetórias de leitura, ditadas por escolhas do sujeito enunciató-ri-jornal, no âmbito da produção, e do sujeito enunciatário-leitor, no âmbito da recepção. De modo que ambas as instâncias, enunciató-ri-jornal e enunciatário, se constroem no processo de “atualização” desencadeado na experiência de leitura. Assim sendo, os arranjos verbo-visuais

estratégicos, com base na hierarquia interposta pela formatação, emergem como *formato*, como abertura à informação mesma, num devir.

Vejamos algumas ocorrências de conjunto de unidades e/ou módulos informativos no *corpus* que ilustram esse procedimento – a constituição de *lexias* e/ou isotopias (Figura 48 a 57):

O VAI-E-VEM DE DANTAS

6h
Dantas é detido em sua casa, no Rio

23h30
STF determina soltura de Dantas e mais dez pessoas

5h30
Dantas deixa a carceragem da PF em São Paulo

12h*
Novo pedido de prisão é aceito

17h
Dantas volta à carceragem da PF

*Horário aproximado

Dantas volta à prisão após 11 horas

ELIANE CANTANHÊDE
Caso divide o PT, os Poderes e até os blogueiros
Pág. A2

Figura 48 – Módulos informativos presentes na capa da edição analisada.

Editoriais
editoriais@uol.com.br

Riscos de um sucesso

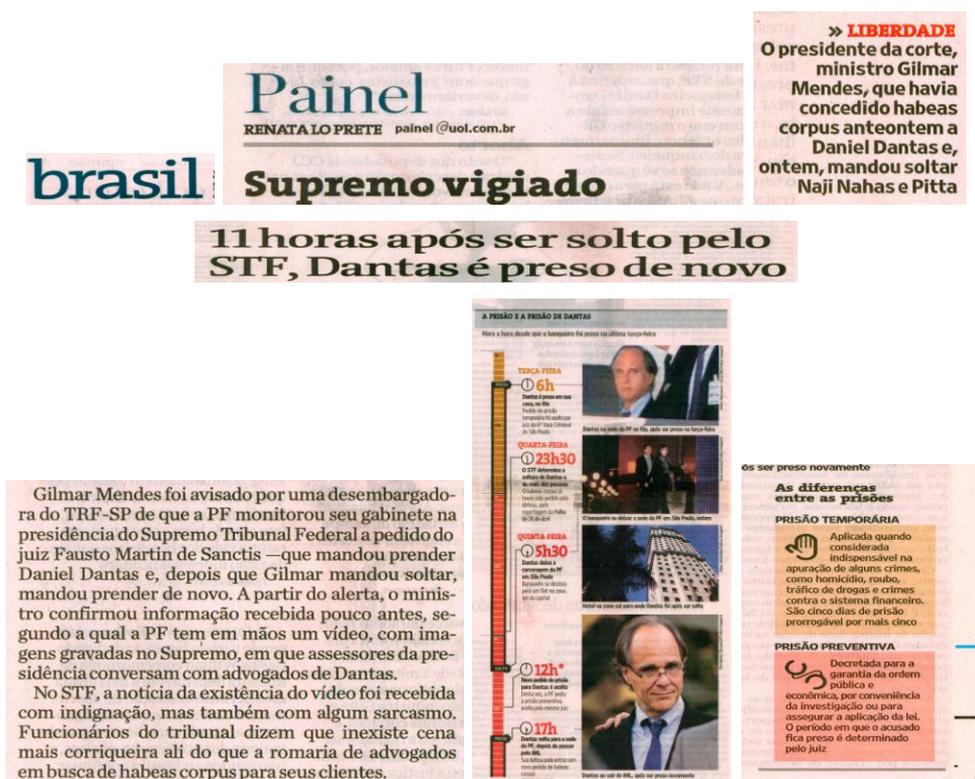
O merecido apoio popular à eficiência demonstrada pela PF aumenta, no entanto, o perigo de abuso de poder

ELIANE CANTANHÊDE
O homem que racha o poder

Figura 49 – Módulos informativos, presentes na página A 2 da edição analisada.



Figura 50 – Módulos informativos presentes na página A 3 da edição analisada.



Terror da banca. De um experiente criminalista sobre o juiz Sanctis: "Não há quem não o conheça. É duríssimo".

Figura 51 – Módulos informativos presentes na página A 4 da edição analisada.

A6 brasil SEXTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2008 FOLHA DE SÃO PAULO

Dantas vê motivação política em prisão

Petista quis saber de ligado a Dantas, afirma Carvalho

Planilha aponta pagamentos de R\$ 36 milhões 'ao Clube'

O PEDIDO DA NOVA PRISÃO

Documento da PF explicita motivos pelos quais Dantas deve, segundo a polícia, ficar preso

Contribuições ao CLUBE					
Valor	Data	Interlocutor	Motivo / Finalidade	Forma	
3.000.000,00	10/02	Rubens	Campanha de João e Proximidade	CASH	
2.500.000,00	01/03	Dado	Campanha de João e Proximidade	Pagamento de Faturas	
1.000.000,00	2004	Pedro	Contribuição para que um dos companheiros não fosse indiciado criminalmente	CASH	
36.000.000,00					

"CONTRIBUIÇÕES AO CLUBE"
Documento encontrado na casa de Dantas relaciona várias "contribuições", dentre elas uma de R\$ 1,5 milhão, feita em "cash" (dinheiro), em 2004, "para que um dos companheiros não fosse indiciado criminalmente"

outro lado
Advogado diz que não teve acesso a provas

POR DENTRO DA CARCERAGEM
A cela dos presos, que foram divididos em duplas

Presos dividiram celas de 12m² e sem vaso sanitário na polícia

Figura 52 – Módulos informativos presentes na página A 6 da edição analisada.

A8 brasil SEXTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2008 FOLHA DE SÃO PAULO

Decisão escancara disputa entre STF e PF

Para Saulo Ramos, ex-ministro da Justiça, soltura e nova prisão de Daniel Dantas é 'sacada', apesar de 'todos lutarem pela lei'

Procuradores da República consideraram 'chocante' presidente do Supremo ter liberado Dantas mesmo diante de 'provas robustas'

O argumento dele [Tarso Genro] não é o de um jurista, mas um discurso de político em campanha
Saulo Ramos, ex-ministro da Justiça

O STF não se preocupa com a qualidade da investigação criminal. A motivação colocada pelo ministro do STF é absurda, ela protege o crime
JANICE ASCARI, procuradora regional da República

[+] DEPOIMENTO: JORNALISTA SERÁ CHAMADO PARA DEPOR NA PF
O jornalista Cesar Tralli, que fez a reportagem sobre a Operação Satiagraha para a TV Globo, será chamado a depor na sindicância da PF que apura supostos abusos policiais, bem como o vazamento de informações da ação. A emissora mostrou imagens da prisão de Celso Pitta. Em nota, a Globo diz rejeitar a informação de que "obteve acesso exclusivo" às prisões e afirma que o ministro Tarso Genro (Justiça) foi "injusto" ao se desculpar com emissoras que levaram furo sobre a operação.

Se estivéssemos em um regime soviético, essas informações não sairiam, inclusive as pessoas não seriam filmadas quando são presas
TARSO GENRO, ministro da Justiça

'Justiça começa a incomodar poderosos'
O juiz da 6ª Vara Criminal Federal Fausto Martin De Sanctis

Figura 53 – Módulos informativos presentes na página A 8 da edição analisada.



Figura 54 – Módulos informativos presentes na página A 9 da edição analisada.



Figura 55 – Módulos informativos presentes na página A 10 da edição analisada.



Figura 56 – Unidades e módulo informativo presentes na página C 2 da edição analisada.



Figura 57 – Unidades e módulo informativo presentes na página E 12 da edição analisada.

Outro exemplo deste fenômeno pode ser experimentado no caderno *Dinheiro* (Fig. 58 a 60). Observe-se que o modo como as unidades e/ou módulos informativos estão dispostos demonstra a perspectiva enunciativa do jornal. Cada parte está organizada em torno de uma mesma *lexia* destacada no título de sua matéria inicial (Fig. 58).

dinheiro
 FOLHA DE S. PAULO
 SEXTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2009 • B1
WEB
 PROJETO SOBRE CRIMES NA INTERNET
 GERA CUSTO PARA EMPRESAS
 Pág. B5

Inflação sobe 0,74% e ameaça meta anual

Puxada por alimento, taxa vai a 3,6% no 1º semestre, maior variação desde 2003; aumentos previstos para julho pressionam o índice

PEDRO SOARES
 DA SUCURSAL DORIO

GREVE »
PARALISAÇÃO NO INSS ATINGE 48 POSTOS NO ESTADO DE SP

Pág. B4



Agência do INSS atingida por paralisação no centro de SP

Riscos de alta de preço persistem, diz Meirelles

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA



Permitir aumentos isolados de preços leva a uma deterioração das expectativas de inflação e piora dos índices, o que torna o combate à inflação mais custoso

HENRIQUE MEIRELLES

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, discursa durante seminário em São Paulo

[+] REAÇÃO IPCA
ABAIXO DO
ESPERADO REDUZ
JUROS FUTUROS



Use sem moderação.

Agora sua empresa conta com o Pacote Ilimitado do HSBC: serviços de conta corrente com tarifa fixa e sem limitação de uso.

hsbc.com.br/empresa

HSBC
 No Brasil e no mundo, HSBC

Figura 58 – Módulos informativos presentes na página B 1, caderno *Dinheiro*.

B2 dinheiro SEXTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2008 FOLHA DE SÃO PAULO

LUIS CARLOS MENDONÇA DE BARROS

Para onde vai a inflação

Adesaceleração dos países emergentes é a bola da vez na cadeia de eventos que podem acomodar a inflação mundial

QUESTÃO da inflação — no exterior e aqui no Brasil — ganhou definitivamente o centro de interesse da mídia no mundo. Tenho escrito de forma recorrente sobre esse tema neste meu espaço semanal. Aproveito a minha volta, depois de duas semanas ausente do país, para resumir como vejo essa questão hoje. Nesse período, muita água passou debaixo da ponte, principalmente no chamado mundo emergente. Os bancos centrais, pressionados por taxas de inflação muito acima de suas metas — formais ou não — têm acelerado o processo de ajuste dos juros para reduzir o crescimento econômico. Isso está acontecendo principalmente na Ásia, com exceção ainda da China.

Outra mudança importante na política econômica dos países em desenvolvimento tem sido a redução gradual dos subsídios dos preços da energia, principalmente dos produtos ligados ao petróleo. Em

bora esse movimento garanta uma desaceleração dos índices de inflação nos próximos meses, o resultado será uma redução no ritmo de crescimento do consumo e, portanto, da demanda final nessas economias. Sem essa desaceleração será muito difícil estabilizar os preços do petróleo e dos metais e, portanto, caminhar no sentido da redução da inflação mundial.

O outro canal de aceleração dos preços — as commodities agrícolas — tem uma dinâmica mais complexa em razão do ciclo de produção desses produtos. Em uma situação de estoques muito baixos e com a demanda refletindo um aumento generalizado de renda no mundo emergente, os preços estão ainda, nos próximos meses, sensíveis a

eventuais problemas climáticos. Mas certamente haverá um aumento importante nos níveis de produção, como é o caso da soja brasileira em 2008/2009.

Outro fator que tem influenciado o comportamento dos preços das principais commodities tem sido o valor do dólar nos mercados de câmbio, principalmente em relação ao euro. Esse movimento está ligado, no curto prazo, ao descompasso entre a política monetária nessas

duas regiões. Não acredito que o Fed terá condições de elevar os juros nos Estados Unidos em 2008 e ao longo do primeiro semestre de 2009. Portanto, a redução do diferencial de juros americanos e na zona do euro só vai ocorrer quando a recessão na Europa levar o mercado a acreditar em um início do afrouxamento monetário por parte do BCE.

Portanto, na cadeia de eventos que podem levar a uma acomodação na inflação mundial que vemos hoje, a desaceleração do mundo emergente é a chamada bola da vez. A economia americana já sofre de uma queda na atividade muito forte e que deve durar por mais alguns trimestres pelo menos. A Europa começa a perder seu dinamismo,

com queda da atividade industrial em vários países, como Espanha, Irlanda, Itália e França. Mesmo a locomotiva alemã dá sinais de desaceleração forte, sob o impacto do câmbio e dos juros elevados. Se o mundo emergente realmente caminhar na direção de uma atividade menor, mesmo com a China mantendo seu crescimento entre 9% e 10% ao ano, poderemos ter um ajuste na demanda global suficiente para estabilizar os preços de commodities.

Resta saber se essa desaceleração global será suficiente para estabilizar também os chamados índices de inflação, que têm subido na maioria dos países. Nos próximos meses, esse é o movimento que devemos monitorar prioritariamente.

LUIS CARLOS MENDONÇA DE BARROS é economista sênior da Associação Brasileira de Economia, Finanças e Mercado de Capitais (ABEFCO), professor de Economia da FEA/USP e autor de livros sobre economia. E-mail: lcarlos@terra.com.br

Mercado Aberto
GUILHERME BARROS guilherme.barros@uol.com.br

Inflação deve fechar o ano em 6,7%, diz Credit Suisse

O IPCA de junho, de 0,74%, ficou abaixo das previsões do mercado, mas a alta de preços acumulada em 12 meses chegou a 6,96%. Com o resultado, o Credit Suisse reviu a expectativa de inflação em julho de 0,60% para 0,64%. No ano, o banco projeta um IPCA acumulado de 6,7%, acima do teto da meta do governo, de 6,5%.

O economista-chefe do Credit Suisse Brasil, Nilson Teixeira, afirma que, embora a inflação em junho tenha sido menor do que a de maio, a alta de preços cai em um ritmo aquém do que se previa. O especialista diz que é grande o risco de maior repasse ao consumidor em razão da alta da inflação dos produtos industriais e alimentícios no atacado no mês passado.

Segundo o banco, neste mês, o preço dos alimentos continua elevado. A inflação de tarifas de telefone fixo e de energia elétrica também devem subir.

A projeção do banco para os preços administrados em julho é de aumento de 0,93%. A estimativa para a inflação desse grupo é de 3,5% em 2008 e de 5,5% no ano que vem.

“Se o preço do petróleo permanecer no atual patamar, vemos uma probabilidade significativa de haver novos reajustes de preços da gasolina e do diesel, provavelmente, ainda neste ano”, diz Teixeira.

O economista do Credit Suisse diz que os IGP (índices gerais de preços) devem continuar acima de 10% ainda por “muitos meses”, o que aumenta a chance de repasses ao consumidor. Os índices são indicadores de preços administrados — reajustes de aluguéis e serviços, por exemplo, estão atrelados ao IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado).

Em relação aos IGPs, no entanto, o banco diz que deve haver uma leve redução em julho com a menor alta prevista nos preços da carne, do feijão, do açúcar e do óleo diesel e a queda de preço do arroz. A projeção para o IGP-D (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) é de 1,46% neste mês e de 15,2% no acumulado em 12 meses.

Visit unforgettable places and become a fan of Brazil's wonders.

Coming to Brazil is taking a trip filled with beautiful, relaxing, and fun experiences. It is being welcomed in comfortable hotels and resorts with international standards. For your next trip, come see Brazil.

Peça publicitária do Brasil divulgada nos EUA para atrair turistas

Stefano Rellandini-27.set.02/Reuters

» NA SOMBRA
Modelo com óculos Prada; os preços de óculos de sol luxuosos subiram mais de 50%, para cerca de US\$ 350, nos últimos meses, sem espantar clientes, segundo o "New York Times"; as peças estão ocupando o lugar de bolsas no consumo de itens de luxo; as vendas de bolsas caíram 14% no último ano, segundo a empresa de pesquisa NPD, e as de óculos subiram 10%

com JOANA CUNHA e VERENA FORNETTI

[+] TURISMO: EMBRATUR INCENTIVA VIAGENS DE AFRODESCENDENTES DOS EUA AO PAÍS

Figura 59 – Módulos informativos presentes na página B 2, caderno *Dinheiro*.

FOLHA DE S. PAULO S3

Refeição fora de casa sobe 7,94% no semestre, diz IBGE

Pressão maior veio de arroz, feijão e carne; no ano, alimentos aumentam 8,64%

Segundo estimativa do IBGE, “ao que tudo indica” o grupo alimentação deve fechar o ano com alta acima dos 10,79% de 2007

DA SUCURSAL DO RIO

saiba mais

Especialistas aconselham ficar atento a contratos

DA REDAÇÃO

TRUSTE: CARGILL E EMPRESAS DE ALIMENTOS SÃO ALVO DE INVESTIGAÇÃO

Para que são usados

IGP-M:

- » Reajusta aluguéis e contratos privados, como alguns serviços de TV a cabo
- » É um dos componentes do indexador dos contratos de energia elétrica
- » É usado para fazer correção de contratos antigos de tarifas de pedágio
- » Reajusta contratos antigos de planos de saúde (anteriores à criação da ANS, em 1999)
- » Participa da fórmula para o cálculo de reajuste de tarifas de telefone

IGP-DI:

- » É usado como indexador das dívidas dos Estados com a União
- » Reajusta aluguéis e contratos privados
- » Participa da fórmula para o cálculo de reajuste de tarifas de telefone

Inflação acumulada em 12 meses até junho:

IGP-DI:	IGP-M:
13,96%	13,44%

Com Mercosul dividido, OMC refaz propostas para Doha

Sarkozy culpa Brasil e China por impasse global

MARCELO NINIO DE GENEBRA



Roberto Azevedo, um dos negociadores do Brasil

APLICAÇÕES

Rendimentos da poupança e do FGTS perdem para inflação

CONTAS EXTERNAS

Ipea prevê deterioração das transações correntes do país

MÍDIA

“Financial Times” defende inclusão do Brasil em G12

Figura 60 – Módulos informativos presentes na página B 3, caderno *Dinheiro*.

Acrescente-se a tais argumentos, à continuação, a ‘leitura’ analítica de uma matéria exibida na mesma página da seção “Painel”, A 4 – *Brasil* (Fig. 61), que se junta às demais matérias distribuídas por toda a edição, especialmente nos cadernos *Brasil* e *Opinião*, sobre o “caso Dantas”. As considerações sobre ela corroboram com as já feitas até o momento com vistas a demonstrar como o jornal se dispõe à leitura e de que maneira possibilita o *formato*, discurso vivo, que se transforma no “corpo próprio” da informação.

Observemos (Fig. 61):

11 horas após ser solto pelo STF, Dantas é preso de novo

Decisão da Justiça Federal de SP contraria habeas corpus concedido por Gilmar Mendes

Prisão preventiva se baseia na acusação de que Dantas ofereceu US\$ 1 milhão a um delegado para que ele fosse excluído de investigação

LILIAN CRISTOPOLETTI
DA REPÚBLICA FICHA

Menos de 12 horas depois de deixar a carceragem da Polícia Federal, o banqueiro Daniel Dantas, que havia sido beneficiado por um habeas corpus do Supremo Tribunal Federal, voltou para a prisão, desta vez acusado de corrupção ativa.

Dantas estava em um escritório na avenida Nove de Julho, em São Paulo, quando foi surpreendido com a nova ordem de prisão contra ele.

O banqueiro havia deixado a carceragem há 10 horas, na tarde de terça-feira, Verônica Dantas, e de outros nove funcionários do Grupo Opportunity, todos acusados de crimes financeiros — suposta formação de quadrilha, gestão fraudulenta, evasão e lavagem de dinheiro.

Ele passou o dia num flat e, depois, foi a um escritório. Havia sido informado para não deixar São Paulo pois seu interrogatório estava previsto para ontem mesmo. Recebeu a voz de prisão por volta das 18h30. Em seguida, foi levado para o Instituto Médico Legal, onde se submeteu, pela segunda vez no mesmo dia, a um exame de corpo de delito — a primeira foi pela manhã ao deixar a prisão.

Por volta das 16h50, Dantas já estava a caminho da carceragem da PF, na Lapa, onde chegou às 17h. “Esta prisão não tem nada a ver com a primeira. Os fatos e os fundamentos são completamente diferentes”, afirmou o procurador da República Rodrigo De Grandis.

A prisão decretada ontem é preventiva (a duração será fixada pela Justiça) e atingiu apenas o banqueiro por suposto crime de corrupção ativa — oferecimento de US\$ 1 milhão a um delegado para que ele, a irmã e os funcionários fossem excluídos da investigação.

A Procuradoria apresentou ao juiz Fausto Martin de Sanctis, da 6ª Vara Criminal Federal, um depoimento e um documento que, segundo o órgão, são provas novas do caso.

O documento foi achado pela PF na casa do banqueiro, no Rio. Num papel impresso, que seria de 2004, estava escrito “Contribuições ao CLUBE”. Abaixo: “contribuição para que um dos companheiros não fosse indiciado criminalmente”.

“O documento comprova que a corrupção é um expediente contumaz no grupo criminoso chefiado por Dantas”, disse De Grandis.

O segundo fato exibido como prova foi o depoimento de Hugo Chicaroni, preso pela tentativa de subornar o policial — na casa dele foram apreendidos cerca de R\$ 1,3 milhão.

Chicaroni intermediou o encontro de um delegado da PF, que havia se identificado como o chefe da investigação, com o advogado Wilson Mirza Abraham, amigo do banqueiro, e Humberto Braz, o “traço direito de Dantas na organização criminosa”, segundo a polícia.

A Procuradoria pediu a prisão de Abraham, o que foi negado pela Justiça. O advogado disse não ter participado de nenhuma tentativa de suborno.

Com a sentença da Justiça, o policial recebeu R\$ 50 mil mais R\$ 80 mil. Há cerca de dez dias, disse Chicaroni, “algumas pessoas ligadas ao Opportunity levaram à casa do declarante [Chicaroni] a quantia de R\$ 865 mil, que deveriam ser entregues ao delegado”.

A PF Chicaroni disse ter sido apresentado ao grupo de Dantas pelo desembargador aposentado do Tribunal Regional Federal paulista Pedro Hotta, que ficou no órgão de 89 a 97.

Primeira prisão
A primeira prisão, decretada no último dia 8 pelo mesmo

juiz que ordenou a detenção de ontem, era temporária — cinco dias prorrogáveis por mais cinco. O motivo era garantir o sucesso das ações de busca nas casas e escritórios dos envolvidos.

Na noite de ontem, a ordem foi anulada em uma polêmica decisão do presidente do Supremo, Gilmar Mendes, que considerou equivocado o entendimento do juiz. Para De Grandis, Mendes “pulou” instâncias inferiores: TRF (Tribunal Regional Federal) e o STJ (Superior Tribunal de Justiça).

Nas escutas telefônicas, pessoas próximas a Dantas dizem que ele só se preocupava com a Justiça de 1ª instância, “uma vez que no STJ e no STF ele resolveria tudo com facilidade”.

Nas escutas telefônicas, pessoas próximas a Dantas dizem que ele só se preocupava com a Justiça de 1ª instância, “uma vez que no STJ e no STF ele resolveria tudo com facilidade”.

As diferenças entre as prisões

PRISÃO TEMPORÁRIA
Aplicada quando considerada indispensável na apuração de alguns crimes, como homicídio, roubo, tráfico de drogas e crimes contra o sistema financeiro. São cinco dias de prisão prorrogáveis por mais cinco.

PRISÃO PREVENTIVA
Decretada para a garantia da ordem pública e econômica, por conveniência da investigação ou para assegurar a aplicação da lei. O período em que o acusado fica preso é determinado pelo juiz.

A PRISÃO E A PRISÃO DE DANTAS

Hora a hora desde que o banqueiro foi preso na última terça-feira

TERÇA-FEIRA
6h
Dantas é preso em sua casa, no Rio. Pedido de prisão temporária foi acolto por juiz da 6ª Vara Criminal de São Paulo.

QUARTA-FEIRA
23h30
O STF determina a soltura de Dantas e de mais dez pessoas. O habeas corpus já havia sido pedido pela defesa, após reportagem da Folha de 26 de abril.

QUINTA-FEIRA
5h30
Dantas deixa a carceragem da PF em São Paulo. Banqueiro se desloca para um flat na zona sul da capital.

12h*
Novo pedido de prisão para Dantas é aceito. Desta vez, a PF pediu a prisão preventiva, aceita pelo mesmo juiz.

17h
Dantas volta para a sede da PF, depois de passar pelo IML. Sua defesa pode entrar com novo pedido de habeas corpus.

Horário aproximado.

Dantas na sede da PF no Rio, após ser preso na terça-feira.

O banqueiro ao deixar a sede da PF em São Paulo, ontem.

Hotel na zona sul para onde Dantas foi após ser solto.

Dantas ao sair do IML, após ser preso novamente.

Colaboração: JOSÉ ALBERTO DOMÍNGUEZ, do Departamento Local, e a Securit do Rio

➔ LEIA MAIS A6 a A10

Figura 61 – Matéria sobre o “caso Dantas”, página A 4, caderno *Brasil*.

Apreende-se no encadeamento entre si das matérias relativas ao “caso Dantas” contidas nesta página e nas relações recuperáveis por implicação intertextual entre essas matérias e aquelas contidas na capa, cadernos *Opinião* e *Brasil*, a prática de redundância. Este procedimento influencia a experimentação das unidades informativas sobre a “prisão de Dantas”, marca a coesão textual e ressalta, na materialidade verbo-visual, isotopias que definem modos de captação estética do leitor.

As retomadas parafrásticas, já mencionadas, bem como a reiteração de alguns indicadores verbo-visuais, embora distribuídas em módulos, portadores de certa unidade, portanto, abertos a enlaces diferentes, isto é, a trajetórias de leitura distintas, agem sobre a experimentação do texto como elementos de ‘progressão textual’. Além de modulação da presença e de ancoragem dos valores implicados nas grandezas semióticas mobilizadas, relativas a fatos e fontes, tais procedimentos redundantes, por meio de constantes movimentos de retrospectção e de avanço, sugerem singularidades do gênero textual jornalístico que apontam para a racionalidade passional aí implicada.

Nesse sentido, a retomada (função anafórica) e a antecipação (função catafórica) de expressões verbo-visuais realizam, numa mesma edição do jornal, a conexão entre segmentos textuais (unidades e módulos informativos). Portanto, tais funções – anáfora e catáfora – encarregam-se de estabelecer, em tal contexto, relações semântico-discursivas favoráveis não só à ‘progressão textual’ em si, mas, igualmente, à identificação e à adesão do leitor. Trata-se de estratégias que afetam as transformações narrativas (movimento acional) e figurativas (movimento afetivo). Por conseguinte, o jornal firma um modo próprio de dizer, pois, ao destacar e iterar aspectos pontuais dos acontecimentos, demarca, ao mesmo tempo, sua perspectiva enunciativa.

Nesse bloco informativo (Fig. 61), parte integrante do conjunto da reportagem sobre o “caso Dantas”, localizado na página A 4, do caderno *Brasil*, as escolhas enunciativas revelam um modo próprio de encenação dos acontecimentos relatados. Um modo de fazer crer no simulacro que se constrói, se afirma e se justifica na reiteração verbo-visual de tudo aquilo que pode ser transformado, nos relatos, em intensidade, em presença interpelativa. São textos verbais relacionados, no *formato*, às demais unidades informativas da página – caricatura, fotografias em série, gráficos demonstrativos –, tudo transformado em “atalho” para o que se quer destacar. Cria-se assim um campo de presença que conduz o leitor a um mundo “pregnante e suficiente”, do ponto de vista in-formativo, na medida em que se mostra prene de elementos figurativos que intensificam a função fática da materialidade jornalística.

No caso, trata-se de um conjunto verbo-visual que alcança certa unidade discursiva por meio da formação do conteúdo que projeta uma síntese da heterogeneidade materializada nos objetos semióticos privilegiados no texto. Em

relação ao “caso Dantas” experimenta-se discursivamente ‘temas’ e ‘figuras’ como julgamento do sujeito enunciador-jornal sobre a ação do Governo e demais atores sociais envolvidos. Nesse sentido, os aspectos morais da representação jornalística vêm à tona no texto jornalístico por meio de encadeamentos figurativos que inscrevem figuras institucionais, como o STF e a Justiça Federal de SP, e, por sua vez, a figura ‘Governo’, num tipo de cena enunciativa englobada pelo discurso numa perspectiva disfórica. Desse modo, o texto sugere percursos de leitura por meio dos quais se torna possível experimentar a discordância e os julgamentos morais do sujeito semiótico “jornal”.

O referido ajuizamento disfórico por parte da instância enunciativa pode ser apreendido por meio de um jogo verbo-visual redundante abrangido na forma de modulação das presenças das figuras vinculadas à Justiça brasileira e da confrontação entre os valores eufóricos (implícitos) e os valores disfóricos (implícitos e explícitos) atribuídos às figuras actanciais vinculadas à instância governamental. Percebe-se que o presumível objeto de desejo “a justiça” é discursivizado por meio da mobilização de figuras verbais e visuais que se atrelam aos simulacros que sugerem os paradoxos das ações institucionais: a “espetacularização”, a falta de afinação entre instâncias do mesmo órgão governamental e a não realização da justiça.

Com base no destaque de alguns elementos verbais da página A6, *Brasil* (Fig. 62), destinada à cobertura do “caso Dantas”, apresentaremos alguns exemplos que favorecem as ponderações sobre o processo de *formação da informação* jornalística. Pretende-se evidenciar algumas escolhas relativas ao arranjo verbo-visual do conjunto sinestésico oferecido nessa página, apontando como elas atuam na legitimação da teia de faticidade estabelecida aí – sempre orientada pela perspectiva discursiva da edição como um todo. Centrará-se nas relações verbais estabelecidas entre unidades e módulos informativos delas decorrentes e nas suas implicações para a experimentação do *formato* jornalístico.

Dantas vê motivação política em prisão

Para banqueiro, informações que ele teria dado a promotores de Milão no caso Telecom Itália são uma das razões para operação da PF

Apesar de Fofha, Dantas demonstra temor de estar sendo monitorado de longe: conversa ao lado de uma coluna e com a mão na boca

CLAUDIO DANTAS/SIQUEIRA DA REPORTAGEM LOCAL

O banqueiro baiano Daniel Dantas falou com exclusividade à **Folha** pouco antes de deixar o flat de luxo em que se hospeda ontem pela manhã, por cerca de duas horas, no Itaipu, zona oeste da capital paulista. Ele tomou banho, fez a barba e vestiu roupas limpas.

Com evidente temor de estar sendo monitorado de longe, conversou com a reportagem ao lado de uma coluna, no lobby do hotel. Para evitar uma possível leitura labial por terceiros, levava a mão à boca enquanto respondia às perguntas. Dantas disse que foi bem tratado nas dependências da PF, mas criticou o que chamou de "espetáculo desnecessário", em referência à Operação Satiagraha deflagrada na madrugada de última terça. Ele considerou "superficiais" as evidências reunidas no processo.

"São acusações totalmente infundadas. Estou convicto de minha inocência", declarou. O banqueiro se mostrou surpreso com a investigação liderada pelo delegado Protógenes Queiroz. Afirmou que acreditava que estaria todo resolvido depois da saída dele da sociedade da Brasil Telecom e que a PF investiga coisas que já deveriam estar no passado.

"Falam que enviavam dinheiro pra fora, daqui pra lá, de lá pra cá. É bobagem, não há fundamento", afirmou. Para Dantas, sua prisão teve motivação política. Dentre as razões, especula sobre uma possível perseguição por parte do ex-ministro Luiz Goulart (Direção de Assuntos Estratégicos), um claro opositor aos negócios do banqueiro com membros da cúpula do governo Lula.

Delação premiada
Mas a hipótese mais provável, na avaliação de Dantas, seriam as informações por ele fornecidas à Procuradoria de Milão na investigação sobre o esquema de corrupção e espionagem legal envolvendo a Telecom Itália e o grupo Opportunity no controle da operadora Brasil Telecom (BRT). Com o benefício da delação premiada, Dantas teria acrescentado detalhes importantes ao processo, que está sob sigilo de Justiça. Ex-executivos da BRT já haviam denunciado ao juiz Giuseppe Gemari o pagamento de propina a políticos e policiais brasileiros, no intuito de afastar Dantas do comando da BRT, hoje em poder dos fundos de pensão estatais, denúncias não comprovadas.

Nesse sentido, a Operação Chapecó, deflagrada pela PF em julho de 2004, foi decisiva. O Opportunity e a Kroll foram acusados de espionagem ao governo federal. Na ocasião, Dantas conseguiu escapar da prisão. A **Folha** disse esperar que o Ministério Público brasileiro se interesse pelo caso de Milão e negou que tenha dados contra o governo Lula ou o PT, como ameaçou seu advogado, Nélio Machado. O banqueiro deixou o flat num táxi. Descartou voltar ao Rio imediatamente, pois iria depois à tarde na PF. Ele ainda não sabia que seria alvo de uma ordem de prisão, agora preventiva, expedida pelo juiz Fausto Martin de Sanctis, da 6ª Vara Criminal da PF, o mesmo que decretou a primeira.

Estou convicto de minha inocência

Falam que enviavam dinheiro pra fora, daqui pra lá, de lá pra cá. É bobagem, não há fundamento

DANIEL DANTAS
banqueiro, dono da Opportunity



O advogado de Daniel Dantas, Nélio Machado, durante coletiva na sede do Opportunity, em SP

Petista quis saber de ligado a Dantas, afirma Carvalho

DANILO GREGORI DE BRASÍLIA

O chefe-de-gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, admitiu que recebeu em audiência no Planalto, no mês de março deste ano, o ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT), apontado pela Polícia Federal como labista de Daniel Dantas. A Justiça negou o pedido de prisão do petista.

Carvalho afirmou, via assessoria, se lembrar que num dos encontros Greenhalgh disse que trabalhava para Humberto Braz, ex-diretor da Brasil Telecom e homem

de confiança de Dantas, e pediu informações sobre uma suposta investigação sobre seu cliente no governo.

Braz teve a prisão preventiva aplicada pela PF, que o acusou de tentar subornar um delegado em nome de Dantas. Braz está foragido.

Segundo Carvalho, o deputado disse que Braz havia sido seguido no Rio e que tinha informação de que era gerente da Presidência Carvalho então acionou o GSI (Gabinete de Segurança Institucional). Depois, por telefone, disse a Greenhalgh que o GSI negou qualquer investigação.

Procurado pela **Folha**, Greenhalgh não atendeu às ligações. Em nota divulgada terça, disse desconhecer razões pelas quais seu nome foi envolvido na investigação.

Planilha aponta pagamentos de R\$ 36 milhões 'ao Clube'

RUBENS VALENTE DA REPORTAGEM LOCAL

A Operação Satiagraha, da Polícia Federal, apreendeu no apartamento do banqueiro Daniel Dantas, no Rio, uma planilha intitulada "Contribuições ao Clube", na qual são registrados pagamentos de R\$ 36 milhões, em dinheiro, faturas e depósitos, a quatro pessoas identificadas só pelo prenome. Um dos pagamentos, de R\$ 15 milhão em dinheiro, é descrito como "contribuição para que um dos companheiros não fosse indiciado criminalmente".

A planilha, encaminhada anteriormente pela PF ao Ministério Público Federal e à Justiça Federal, tem três supostos doadores. O primeiro, datado de outubro de 2002, aponta R\$ 3 milhões em "cash" para "Campanha de João à Presidência", cujo interlocutor seria alguém chamado "Rubens".

Três meses depois, em janeiro de 2003, um novo pagamento de R\$ 2,5 milhões teria sido feito para a mesma "campanha". Dessa vez, os recursos foram contabilizados na forma de "pagamento de faturas".

Em 2004, há novo registro de pagamento de uma "campanha". Teriam sido entregues R\$ 25 milhões — R\$ 15 milhões em faturas e R\$ 12 milhões "depositados" — a título de "despesa da campanha de Letícia". Os interlocutores seriam "Fábio", "Eduardo" e "Duda".

Os policiais ainda não conseguiram decifrar a quais campanhas e a que "Presidência" se refere o papel. A PF também apura a identidade de "Letícia" e dos outros citados como interlocutores.

A PF apontou a planilha como um dos motivos para manter Dantas preso. "Outra prova de que pagamentos de propina são prática habitual da organização criminosa e de que Dantas tinha plena consciência disso foi o documento abaixo [a planilha], encontrado na sua

residência", afirmou a PF, no pedido de reconsideração da prisão de Dantas, subscrito por dois delegados federais.

Bilhete
Além da planilha, a Polícia Federal também apreendeu no apartamento do banqueiro uma folha manuscrita com o timbre do hotel Waldorf Astoria, em Nova York, com os dizeres: "Ligar o assunto da polícia para produzir notícia e influenciar a Justiça".

Para a PF, o manuscrito "confirma a produção de factóides pela quadrilha com vistas a manipular a imprensa, a fim de gerar notícias favoráveis à organização criminosa, tudo para abastecer 'com argumentos' as inumeráveis manobras jurídicas dos seus advogados".

A PF encontrou similitudes na planilha com a tentativa de suborno do delegado da Polícia Federal Victor Hugo Rodrigues Alves Ferreira, um dos coordenadores da Operação Satiagraha. A planilha fala em pagamentos em "cash", como no caso da Satiagraha, e "em interlocutores". Os policiais da Satiagraha foram procurados por dois supostos emissários de Dantas, Hugo Chicaroni e Humberto José da Rocha Braz.

Por meio de uma ação controlada pelo juiz federal Fausto de Sanctis, que era informado pelo delegado sobre os próximos passos, a PF fingiu participar de um suborno, de forma a coletar as provas. Ontem, em entrevista, o advogado de Dantas, Nélio Machado, negou que seu cliente tenha procurado "outras formas" de ter acesso à investigação, mas reconheceu que Dantas conhece Humberto Braz. "Não nego, eles se conhecem". Foi Braz quem se reuniu num restaurante com o delegado Ferreira para pedir, em troca de US\$ 1 milhão, a exclusão de Dantas do inquérito. A PF apreendeu R\$ 1,28 milhão na casa de Chicaroni.

O PEDIDO DA NOVA PRISÃO

Documento da PF explica motivos pelos quais Dantas deve, segundo a polícia, ficar preso



"CONTRIBUIÇÕES AO CLUBE"
Documento encontrado na casa de Dantas relaciona vários "contribuições", dentre elas uma de R\$ 15 milhão, feita em "cash" (dinheiro), em 2004, "para que um dos companheiros não fosse indiciado criminalmente".



"ESTRATÉGIAS DA QUADRILHA"
Também na casa de Dantas foi apreendido bilhete, em papel timbrado do hotel The Waldorf Astoria, de Nova York, em que está escrito: "Ligar o assunto da polícia para produzir notícia e influenciar a Justiça".



TENTATIVA DE SUBORNO
Foi de R\$ 1,28 milhão apreendido na casa de Hugo Chicaroni (já preso) e que seriam pagos, em operação controlada por Chicaroni e Humberto Braz (foragido), como propina para o delegado Victor Hugo, para que ele fosse o nome de Dantas do inquérito.

outro lado

Advogado diz que não teve acesso a provas

DANILO GREGORI DE BRASÍLIA

A assessoria do banco Opportunity informou ontem que a defesa do banqueiro Daniel Dantas não teve acesso ao pedido de reconsideração da prisão preventiva de Dantas, recolhido ontem pela Justiça Federal, nem aos documentos apreendidos no apartamento do banqueiro. Segundo a assessoria, o banco não comentaria a planilha e o bilhete apreendidos na casa de Dantas: "Precisamos ter conhecimento primeiro para depois rebater".

Uma curta entrevista coletiva concedida ontem na filial do banco Opportunity em São Paulo, na avenida Faria Lima, o advogado Nélio Machado, que defende Dantas, disse que não teve acesso ao inquérito da Operação Satiagraha. A entrevista foi concedida antes da segunda-feira do banqueiro.

"A acusação se faz através de uma denúncia formal, e eu nunca vi essa denúncia formal", afirmou. Ele disse que Dantas é alvo "de tortura brasileira".

"A tortura de hoje, essa tortura branca, é tortura também. E essa forma de bisbilhotar de forma incessante a vida alheia também merece uma intervenção de acordo com os princípios básicos da Constituição", disse o advogado.

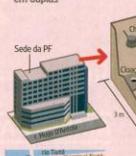
Machado também criticou o uso de algemas na primeira prisão de Dantas. "Na realidade, ninguém tem que ser algemado, a não ser em caso de extrema necessidade".

Sobre o episódio da tentativa de suborno dos policiais federais, Machado foi indagado se o banqueiro buscava "outras formas" de acesso ao inquérito da PF. "Não tenho notícias de nenhum procedimento do sr. Daniel Dantas que não fosse através de seus advogados, como eu".

O advogado negou que Dantas tenha relações com o ex-prefeito Celo Pitta e com o investidor Naji Nahas. Mas reconheceu que o banqueiro possui mantido contatos telefônicos com Nahas, conforme aponta a decisão judicial do juiz Fausto de Sanctis. "É possível que tenham se falado por telefone, e nisso não se vê nenhuma violação de sigilo", afirmou o advogado. (IVO)

POR DENTRO DA CARCERAGEM

A cela dos presos, que foram divididos em duplas



O QUE TEM NA CELA
No local pouco mais de 12 metros de alvenaria (bêliche) e uma mesa de alvenaria com um chuveiro sobre ela. O local é vigiado 24h por uma câmera.

Presos dividiram celas de 12m² e sem vaso sanitário na polícia

DANILO GREGORI DE BRASÍLIA

As celas padrão da carceragem de custódia da sede da Polícia Federal em São Paulo têm 12 m², duas camas e uma mesa de alvenaria. Não há vaso sanitário, o banheiro é uma latrina. Mas há câmeras de segurança vigiando os presos 24 horas.

Na Operação Satiagraha, os presos foram divididos dois a dois em cada uma das celas. Na terça, as famílias puderam levar toalha, lençol e colchonetes aos presos. Tudo foi entregue por carcereiros.

O ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, que governou a cidade de 1997 até 2000, chegou a dividir o local com o banqueiro Daniel Dantas.

O advogado do investidor Naji Nahas, Sérgio Rosenthal, afirmou que, até antontem,

seu cliente estava sozinho em uma cela.

Para entrarem na carceragem da sede da PF na capital, os presos precisam passar por triagem em uma sala reservada para isso e só então podem seguir para o pavilhão das celas. É o procedimento padrão da Polícia Federal.

Mulheres e homens ficam em celas separadas e, normalmente, a direção não permite que mais de três pessoas fiquem em uma mesma cela. Mesmo com a chegada dos 17 presos em flagrante na Operação Satiagraha à carceragem da PF, não houve superlotação. Presos de outros casos ficam pouco tempo no local, reservado para operações de maior porte, e são transferidos para prisões estaduais. (FERNANDO MARIANO DE MILÃO)

Figura 62 – Página A 6, caderno *Brasil*.

O fragmento verbal "Dantas vê motivação política em prisão" adquire na cena enunciativa, instaurada pelo arranjo verbo-visual da página (Fig. 62), valor de *lexia*. Esta se ancora intertextualmente ao subtítulo "Para banqueiro, informações que ele teria dado a promotores de Milão no caso Telecom Itália são uma das razões para

operação da PF” (Fig. 62). Este, por sua vez, ao ser integrado à dimensão discursiva, desempenha papel de reforço da teia de faticidade, na medida em que “justifica” a afirmação contida no título. Logo, tais unidades informativas – título principal e subtítulo – se juntam aos demais títulos da página – elementos englobantes, os quais funcionam como dispositivos de enlace dos módulos informativos contidos na quadratura da página (Fig. 62):

- “Petista quis saber de ligado a Dantas, afirma Carvalho”;
- “Planilha aponta pagamentos de R\$ 36 milhões ‘ao Clube’”;
- “Delação premiada”;
- “O pedido da nova prisão”;
- “‘Contribuições ao clube’”;
- “‘Estratégias da quadrilha’”;
- “Tentativa de suborno”;
- “Outro lado: Advogado diz que não teve acesso a provas”;
- “Por dentro da carceragem”;
- “O que tem na cela”;
- “Presos dividiram celas de 12m² e sem vaso sanitário na polícia”.

Na estrutura hipertextual da página (Fig. 62) tais módulos se apresentam como blocos interconectáveis, todavia, a atualização dos percursos gerativos de sentido decorrentes destas prováveis interconexões depende da concretização dos enlaçamentos virtuais aí oferecidos. Tais enlaces decorrem da instauração das formas discursivas (campo esquemático), articuladas por intensidades sensíveis e afetivas (campo de presença). Portanto, é o modo de instalação da cena enunciativa, fruto de experimentação estético-performática, que determina a ancoragem dos valores nos objetos (figuras actanciais).

Por meio de uma racionalidade passional, orientada pela *performance* vivenciada entre os parceiros da troca enunciativa no contexto do jornal, o conjunto de unidades/módulos heterogêneos instalam entre si e em relação ao leitor um jogo de implicações sinestésicas, numa praxiologia do agir que instala jornal e leitor num mundo pregnante. De tal modo, as relações hipertextuais, as modularizações instituídas no plano de expressão, descortinam, na leitura, a atitude de ambas as instâncias enunciativas aí implicadas e o grau de empenho do leitor na tarefa de concretização da informação.

Na página em questão (Fig. 62), sua estrutura modular demonstra uma densidade figurativa em oposição a textos mais temáticos, como é o caso dos textos do editorial (*Opinião*). Por tratar-se de página comprometida com o fatural, sua organização discursiva se ancora em figuras que, sozinhas ou em módulos, geram um processo de iconização, de representação do mundo natural. Assim, a

materialidade verbo-visual, da página A 6 (Fig. 62), dimensionada pelas *lexias* advindas das isotopias predominantes, corrobora o efeito de realidade e de verdade dos relatos sobre a prisão de Dantas na página. Estes se juntam aos relatos das demais páginas numa *práxis* enunciativa assegurada pela teia de faticidade instaurada pelo sujeito semiótico “jornal”. Depreende-se do que foi dito que a ‘teia’ estabiliza o *formato*, portando, assegura a *forma* da informação.

Por meio dos mencionados títulos, responsáveis pelo enlaçamento das unidades informativas da página – elementos verbo-visuais –, a instância enunciativa orienta a atenção do leitor, transformando as materialidades sensíveis em presença. Logo, as fotografias do “documento encontrado na casa de Dantas relativos às contribuições aos envolvidos”, do “bilhete com indícios de suborno de membros da Justiça” e o “desenho e informações verbais sobre a cela” (Fig. 62) são transformados na narrativa do jornal em objetos do processo de figurativização, investidos da função de “instrumentos retóricos”, que levam de estruturas mais abstratas a estruturas mais concretas (discurso em ato).

Nessa página (Fig. 62), as escolhas verbo-visuais revelam como a instância do discurso transforma as figuras que mobiliza (corporeidades documentais) em argumentos. Trata-se de figuras que demonstram um trabalho investigativo por parte do sistema “jornal”. Desse modo, revelam-se, no modo de articulação dos blocos informativos da página, guiados pela *lexia* “Dantas vê motivação política para prisão” (Fig. 62), como o jornal cria, nos relatos sobre as investigações em torno da prisão de Dantas, os efeitos de sentido de coisa desvelada, aumentando assim o impacto do dito, e criando o efeito de sentido de responsabilidade do enunciador em torno do que se enuncia.

Esquematisações: Visita de Lula ao Vietnã

Em outro módulo informativo da *capa* analisada, ocupando posição destacada (zona próxima do centro geométrico da página, a segunda posição se se recupera a hierarquia instituída na diagramação desta capa especificamente), abaixo das *chamadas* para a reportagem relativa ao “caso Dantas”, aparece uma fotografia do presidente Lula com o estrategista militar vietnamita Vo Nguyen Giap disposta ao lado do texto verbal vertical – margem direita – (Fig. 63). Vejamos:



Figura 63 – Módulo informativo localizado na capa com *chamada* para matéria localizada na página A11, caderno *Brasil*.

Este módulo (Fig. 63) mantém relação intertextual e fatural com o bloco verbal da *chamada* da matéria principal localizada na parte superior da *capa* (Fig. 16). Esta mobiliza a fonte de informação Lula, atribuindo-lhe o seguinte comentário, em discurso direto, feito em entrevista coletiva à imprensa, no Vietnã, sobre a operação da Polícia Federal, relativa ao “caso Dantas”: “Quem achar que pode viver de picaretagem algum dia vai cair”. Tais relações entre textos numa mesma página/edição revelam o modo de acionamento da teia de faticidade no jornal e a maneira de instalação da “presença” dos fatos em torno dos quais gravitam os actantes arrolados na cena enunciativa estabelecida – apreensível na leitura.

Nesse sentido, assim como a rede de notícias (*news net*) (TUCHMAN, 1978) tece uma rede de captação de acontecimentos noticiosos, reproduzindo, de algum modo, a hierarquia social estabelecida em torno do acesso aos meios de comunicação (como meios de visibilização de seus discursos), o jornal tece uma rede intertextual, colaborativa, na qual se ancoram os sentidos das informações nela (na rede) contidas. Isto é, os arranjos verbais e visuais, baseados em uma *racionalidade dispositiva*, fundamentam a diagramação e estabelecem nexos entre as partes (unidades e módulos), constituindo isotopias que se vão desvelando por identidades e diferenças de modo a gerar a coesão textual e, por conseguinte, a coerência do discurso enunciado pelo jornal.

No título da referida *chamada* (Fig. 64), o enunciador jornalístico recorre a expressões aspadas, recortadas da fala do presidente da República, Lula, proferidas em entrevista coletiva à imprensa na cidade de Hanói (Vietnã). Trata-se

de metáforas alegorizantes, baseadas na parábola bíblica sobre a batalha entre Davi e Golias, na qual aquele defende Israel contra o ataque do gigante filisteu Golias. Tal parábola conta que, golpeado por uma pedra, o gigante desafiador, Golias, de quase três metros de altura, fortemente armado e treinado, tem sua cabeça cortada por Davi, que utilizou para tal feito a espada do próprio inimigo.



No Vietnã, Lula
exalta vitória
de 'Davi' contra
'Golias' dos EUA

Figura 64 – Título de *chamada* de capa para matéria localizada na página A 11, caderno *Brasil*.

Com base em seu saber enciclopédico, o leitor atualiza a informação contida na alegoria proposta ao recobrar fatos históricos sobre a guerra do Vietnã, na qual o “gigante” EUA (capitalista), embora utilizando todo o seu poderio bélico (armamentos modernos, helicópteros e outros) foi derrotado pelo pequeno Vietnã (comunista), que utilizava apenas táticas de guerrilha.

Tais escolhas enunciativas justificam-se no contexto jornalístico devido a sua grande carga de figuratividade, a qual se transforma em carga semântica, após a transposição da alegoria ao seu “sentido segundo”. Ao utilizar as metáforas “Davi” e “Golias” para qualificar, respectivamente, o Vietnã e os EUA, a fonte [Lula] o faz com vistas a conferir ao seu discurso efeitos retóricos, que vão fundamentar a contraposição semântica (antitética) entre as referidas figuras alegóricas, atualizáveis por meio do pressuposto conhecimento de mundo no domínio de sua recepção.

Vale lembrar que a mobilização de elementos figurativizantes no jornalismo – que se constrói por força do eterno envio de uma figura a outra, numa sequência infinita de realização/virtualização, semantização/dessemantização – está na raiz de sua “*práxis* enunciativa”. Isto é, a figurativização é o procedimento que articula no jornal os dois regimes (diferentes e complementares) da significação – o sensível e inteligível. No caso da alegoria em questão, dois códigos, especialmente, são incorporados à materialidade sensível jornalística dando passagem ao inteligível: o

código referencial histórico (guerra do Vietnã) e código referencial bíblico/religioso (a parábola de Davi e Golias).

Ao selecionar no discurso da fonte da informação (Lula) tais recursos figurativos de caráter retórico, o enunciador jornalístico insere os “objetos” citados, ou seja, as ‘grandezas semióticas’ equivalentes às metáforas actanciais “Davi” (Vietnã) e “Golias” (EUA), num campo estratégico de orientação da atenção do leitor e de construção de faticidade. De tal modo, promove a passagem do particular, a referência à guerra travada entre o fraco Vietnã e a superpotência EUA, ao geral, a superação da fraqueza diante de desafios impostos pelos “fortes”: por força da fé em Deus (no caso de Davi) e da experiência (no caso do Vietnã). Assim, “transforma a irredutibilidade das impressões singulares em generalizações conceituais” (BERTRAND, 2003, p. 218), conforme exposto no tópico “Figuratividade, alegoria e imagem”, do cap. 2 desta tese.

De acordo com o que foi desenvolvido nesse tópico da tese, o jornal se constrói como texto, figurativamente, por meio de representações semânticas que funcionam como uma caixa de ressonância de outras significações de alcance mais geral e abstrato, inscritas nos outros discursos que mobiliza e também nos discursos a que remete por implicação indireta. Nesse sentido, o enunciador jornalístico recorta da fala das fontes informativas o que nela se oferece como “materialidade figurativa”. Assim, promove correlações entre figuras do mundo “a ser apreendido” via jornal e a própria materialidade figurativa advinda da instalação dessas ‘presenças actanciais’ no campo de presença do discurso do jornal.

Logo abaixo do título da *chamada* de capa em questão consta a unidade informativa com o nome do repórter responsável pela matéria sobre a visita do presidente Lula ao Vietnã – Raul Juste Lores –, seguida de outra unidade, que a qualifica: “enviado especial a Hanói” (Fig. 65).



Figura 65 – Crédito de *chamada* de capa para matéria relativa à visita do presidente Lula ao Vietnã, localizada na página A 11, caderno *Brasil*.

Ambos os elementos textuais equivalem a estratégias de faticidade, na medida em que a figura “Raul Juste Lores” visa a criar efeitos de veracidade e de

credibilidade. Ao demonstrar que está comprometido com a busca da informação, por meio da apresentação de tais dados, a explicitação do nome do profissional [o jornalista] enviado pela FSP ao local dos acontecimentos (Hanói), o sujeito semiótico “jornal” confere a si a imagem de enunciador autorizado, empenhado com a veridicidade, portanto, imanta-se de uma aura de legitimidade para informar, já que esses elementos textuais (Fig. 65) sugerem que a informação foi colhida diretamente na fonte [local da ocorrência dos fatos sobre os quais se baseia a informação jornalística], logo, contêm maior potência fatural.

No segundo parágrafo da *chamada* de capa que ora avaliamos (Fig. 66), um aspecto do modo de textualização adotado chama a atenção e confirma uma prática recorrente a propósito da articulação entre fatos, fontes e seus discursos (teia de faticidade) por parte do enunciador *Folha S.Paulo*. Trata-se da aproximação entre fatos e discursos das fontes – convertidos nos textos jornalísticos em objetos semióticos – sem a explicitação de limites entre a fala da fonte mobilizada e citada e a fala do enunciador. Assim, o sujeito semiótico “jornal” cria relações “fatuais”, por justaposição, e produz uma amálgama de vozes e de imagens que cria uma espécie de pastiche do que se pretende equivaler a embasamento fatural.

Vejamos o fragmento verbal, contido no segundo parágrafo, da *chamada* em questão (Fig. 66):

Lula disse que “aqueles que amam a democracia” têm Giap como referência, embora o Vietnã seja uma ditadura. Ele comparou a guerra contra os EUA à luta entre Davi e Golias. Pág. A11

Figura 66 – Segundo parágrafo da *chamada* de capa para matéria relativa à visita do presidente Lula ao Vietnã, página A 11, caderno *Brasil*.

Neste segmento, o modo de recorte e de introdução do fragmento mobilizado da fala da fonte de informação (Lula) “aqueles que amam a democracia” (Fig. 66) gera dúvida sobre onde começa e onde termina o discurso da fonte (*discurso-origem*), pois este se encontra, no texto, amalgamado ao discurso jornalístico (*discurso-sobre*). Ao aspar e demarcar como citação em discurso direto uma parte da fala citada e ao justapô-la ao restante do que se diz sem demarcação que

permita saber a origem do dizer, a instância enunciadora interrompe o pacto veridictório, o que revela a fragilidade fatural do relato.

Tal fragilidade evidencia-se ao se restabelecer a ligação entre as partes desse fragmento verbal. Observe-se que o trecho “Lula disse que ‘aqueles que amam a democracia’ têm Giap como referência,” (Fig. 66) tem como sequência o trecho iniciado pela conjunção subordinativa concessiva “embora”, a qual estabelece relação de contradição entre o ‘conteúdo’ do referido dito atribuído à fonte [Lula] e o fato mobilizado pela instância enunciadora “embora o Vietnã seja uma ditadura” (sem aspas no jornal).

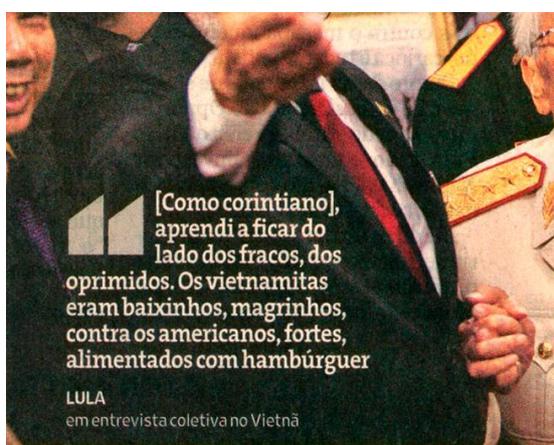


Figura 67 – Fragmento verbal (*olho*) sobreposta à fotografia da *chamada* de capa para matéria relativa à visita do presidente Lula ao Vietnã, página A 11, caderno *Brasil*.

Ainda nesta *chamada* para a matéria sobre a visita de Lula ao Vietnã, aparece sobreposto à silhueta do presidente, na fotografia que ilustra o módulo, um trecho de sua fala na entrevista coletiva em Hanói (Fig. 67).

Essa forma de textualização (Fig. 67) faz ver escolhas relativas à estruturação das unidades informativas internas ao texto verbal e sugere maneiras de instalação na cena predicativa (discurso em ato) da presença das fontes. Com outras palavras, as escolhas dos arranjos em torno da teia de faticidade, no plano verbal das matérias jornalísticas, ao serem experimentadas por meio do conjunto verbo-visual (sinóptico), determinam de que modo o sujeito semiótico “jornal” esquematiza os valores que formam a dimensão retórica do discurso enunciado.

Dois aspectos deste texto – *olho* sobreposto à foto – (Fig. 67) são dignos de nota. O primeiro diz respeito ao fragmento introdutório, colocado entre colchetes

“[Como corintiano]”. Sem a leitura da matéria que a *chamada* de capa anuncia, no caderno *Brasil*, página A 11, tal dado soa vazio de sentido, portanto, exige do leitor um esforço interpretativo extra, o qual, ainda assim, ao final da leitura, pode resultar em ruído, em falha na comunicação, que impeça a concretização da informação jornalística. Isso equivaleria a rompimento de princípios jornalísticos como objetividade e clareza, responsáveis, na leitura, pela atualização dos elementos potenciais (virtuais) contidos no texto noticioso.

No mesmo módulo informativo, a interposição do fragmento “[Como corintiano]” (Fig. 67) revela-se uma forma de esquematização adotada pelo enunciador que realça suas decisões relativas a modos de estruturação citacional e sugere a maneira de interpelação do imaginário do leitor, o que resulta no direcionamento da atenção no âmbito da recepção. Tais escolhas enunciativas revelam modos de instalação da presença do sujeito semiótico “jornal” e sugerem o estabelecimento de elo empático destinado ao direcionamento do sentido na leitura rumo à constituição da imagem actancial da fonte [Lula], que, ao final, resulta em formas de representação da imagem do presidente da República.

Corroborar com tal argumento analítico um segundo aspecto. Isto é, ao destacar, no referido fragmento verbal – *olho* sobreposto à foto – (Fig. 67), alguns “lugares comuns”, contidos na fala do presidente Lula, o enunciador jornalístico ressalta oposições semânticas em torno dos esquemas de atribuição de valores às figuras mobilizadas para a estruturação (figurativa) de seus relatos, vinculando-os ao mundo-referência (mundo a ser semantizado). Estamos nos referindo ao destaque da seleção citacional que marca a contraposição entre, de um lado: “corintiano”, “fracos”, “oprimidos”, “vietnamitas”, “baixinhos”, “magrinhos”; e, de outro lado: “americanos”, “fortes”, “alimentados com hambúrguer” (Fig. 67).

Ressalte-se que, na matéria à qual tal *chamada* se refere, “‘Oprimidos’ venceram no Vietnã, diz Lula” – caderno *Brasil*, A 11 – o time de futebol do Corinthians é mencionado pelo presidente Lula, seu torcedor, como uma equipe fraca à época da mencionada guerra. Fato que justifica a aproximação, no texto, dos referidos elementos. Segundo Iser, “só quando os esquemas do texto são relacionados entre si, o objeto imaginário começa a se formar” (1999, p. 126). Logo, a recuperação dos sentidos sugeridos pela instância do discurso neste módulo informativo, marcado por tal “inderterminação”, só se concretiza caso o leitor avance e realize a leitura da matéria que esta *chamada* anuncia.

Nesse contexto, destacamos que embora o texto jornalístico se refira a objetos existentes independentes dele, o que, usando uma terminologia de Austin, equivale a uma “linguagem declarativa”, em oposição àqueles tipos de textos que constituem seu objeto, que possuem uma “linguagem realizativa”, como é o caso dos textos literários (ISER, 1989a, p. 135), da perspectiva adotada neste trabalho, não há a possibilidade de uma separação categórica entre uma ‘linguagem’ e outra, pois, em grande medida, embora diferentemente do texto literário, o texto jornalístico também “constrói realidades”. Isto é, o jornal, ao fazer certas escolhas verbo-visuais, revela em sua linguagem seu aspecto realizativo, dado que decide, na esfera de seu poder de decisão, sobre o que destacar e o que omitir no texto.

Em que pese tal aspecto ‘realizativo’ da linguagem jornalística, entre as perspectivas textuais do jornal e o mundo conhecido pela experiência real do leitor há sempre uma margem de inadequação que produz indeterminação (ISER, 1989a, p. 136). De modo que é na leitura que tal inadequação pode ser sanada, quando o leitor acede às informações do texto e as complementam com imagens que possui do mundo (suas representações), fazendo aparecer “o sentido do jogo projetado de posições” (ISER, 1989a, p. 144) do sujeito semiótico “jornal”. Portanto, “a indeterminação funciona como comutador na medida em que ativa [os conhecimentos] e as representações do leitor para a co-realização” (ISER, 1989a, p. 147) dos percursos de sentido do texto jornalístico.

Feitas as considerações sobre os dois blocos informativos de *chamadas* de capa: o concernente ao “caso Dantas” e o relativo à “visita do presidente Lula ao Vietnã”, lembramos que embora os demais blocos de informação da capa (Fig. 68) mantenham relação intertextual menos explícita do que os blocos supracitados, quando se experimenta a página toda, como *presença*, isso muda. Esses módulos estão integrados sinopticamente à página³⁶, além disso, a leitura daquilo que anunciam (matérias internas), gera movimentos tensivos que permitem recuperar os valores que os tornam, no jornal, partes integrantes das modulações da co-presença do sujeito semiótico “jornal”.

³⁶ A ideia inicial deste ensaio previa a leitura analítica de toda a capa e de algumas páginas internas inteiras, porém, a exiguidade de tempo nos fez declinar, por ora, de tal propósito.



Figura 68 – Módulos informativos: cabeçalho, chamadas secundárias e anúncio

Tais modulações manifestam os esquemas tensivos que, num movimento de semantização-dessemantização, integram, em isotopias, os sistemas de valores visados por sujeito semiótico “jornal” (plano do conteúdo) e os integram numa realidade material (plano de expressão). Assim, num movimento de interação intermodular, fazem a passagem entre sensível e inteligível, afirmando, portanto, a identidade enunciativa do jornal, experimentada como coesão da materialidade verbo-visual, a qual se projeta no *formato* e ganha aspecto de coerência na *forma* (ou no “corpo próprio”) da informação.

Estamos falando da experimentação estética da materialidade verbo-visual, que orienta a atenção do leitor na apreensão do *formato* do jornal. Por meio de percepção sinóptica, com suas implicações sinestésicas, advindas num contexto de flutuações e recorrências de “identidade e diferença”, articula-se na leitura a ancoragem dos valores nos “objetos semióticos” que integram unidades e módulos informativos. Logo, num processo de figurativização, o corpo sensível “jornal” vai ganhando contornos de discurso.

Nesta seção, que abordou, especialmente, a dimensão verbal do *formato* jornalístico, evidenciou-se que os fatos, as fontes informativas e os discursos nele assentados – elementos básicos da constituição dos sentidos dos relatos neste contexto – ganham, na cena enunciativa instaurada pela instância do discurso, *status* de figuras actanciais. Estas tomam parte num processo de figurativização que se reproduz incessantemente e que se transforma, na cadeia narrativa instaurada pelo jornal, em força semântica. Apontou-se que, frequentemente, o sujeito semiótico “jornal” adota procedimentos de citação do discurso e de denominação das fontes que revelam inexatidão e fragilidade fatural – metonímias, alegorias, denominação obscura de fontes – que afetam o assentamento de intensidades da “presença” desses elementos figurativos e a composição da cena predicativa que define a perspectiva enunciativa dos seus relatos.

Confirmou-se, também, que, orientado pelas racionalidades dispositiva, passional e cognitiva, a verbo-visualidade, instaurada como presença pelo discurso do jornal, define a cena predicativa onde os valores enunciativos se expressam. Nesse contexto, comumente, estabelecem-se relações de oposições entre categorias semânticas, no nível mais fundamental, eixos de orientação tímica (eufórico-disfórico), as quais tencionam a narrativa a evidenciar paradoxos que se projetam no mundo natural. Isto é, a disposição verbo-visual jornalística orienta percursos virtuais que tendem, por força de sua carga retórica, a converterem-se, na leitura, em sentido atualizado.

Demonstrou-se ainda que o jornal constitui um núcleo temático de semantização em torno do qual gravitam os encadeamentos verbo-visuais, os quais orientam, no *formato*, os enquadramentos figurativos, responsáveis, no discurso, pela transformação da materialidade sensível “jornal” em efeitos de real. Assinalou-se, assim, que a força performativa do jornal advém dos arranjos verbo-visuais estratégicos, os quais fazem entrecruzar unidades e módulos informativos na formação de isotopias guiadas pelos percursos de sentido que sugerem a perspectiva enunciativa do jornal.

Tais procedimentos, entre os quais se destacaram o elevado número de figuras actanciais mobilizadas e a redundância, caracterizada esta especialmente pela repetição parafrástica, acabam validando e naturalizando escolhas verbo-visuais do sujeito semiótico “jornal”, definindo isotopias e, por sua vez, conferindo dinamismo à leitura, pois reforçam apelos afetivos, sinestésicos. Isso demonstra que

os modos de textualização adotados pelo jornal colocam em “presença” do leitor um jogo tensivo entre figuras actanciais e discursos a elas relacionados, e, simultaneamente, entre valores neles implicados, projetando, assim, no *formato*, a *forma* da informação.

Entre os pontos destacados nesta leitura da dimensão verbal do *formato* jornalístico não poderíamos deixar de ressaltar que a observação do *corpus* revelou que as unidades e módulos informativos organizam o discurso do jornal por meio da ancoragem verbo-visual e das *lexias* daí decorrentes. Estas surgem, na leitura, de enlaçamentos entre unidades e módulos informativos orientados pela força figurativa do jornal, a qual se manifesta numa conjunção das dimensões intertextual, sistêmica, sinóptica, demonstrando, assim, a qualidade hipertextual do jornalismo na contemporaneidade. Isso sugere o desvanecimento de textos fechados, completos e absolutos no jornal. Trata-se, portanto, da constatação de que a materialidade sensível “jornal”, hoje, é constituída de uma estrutura modular cuja experimentação via enlaces estabelece as relações que potencializam, no âmbito do devir, a apreensão do *formato* e a emergência da *forma* que consolida em um “corpo próprio” o discurso do jornal. Dito isso, consideraremos agora alguns aspectos da dimensão visual da experiência do *formato* do jornal.

A in-formAção visual

Informação fotográfica

Esta seção se destina a apontar aspectos da dimensão visual implicados na experiência do *formato* do jornal. A leitura-analítica aqui empreendida visa principalmente a demonstrar de que modo a fotografia participa do processo de semantização instaurado pelo jornal, ou seja, como ela toma parte na composição da materialidade sensível que performatiza os acontecimentos noticiosos. Para isso, optou-se por observar como a “corporeidade” fotográfica toma parte no ritual produtivo jornalístico, experimentado, no *formato*, como presença afetiva. Um tipo de presença que encena uma equivalência entre relato e mundo relatado por meio de uma série de apelos sensoriais que, no âmbito do discurso jornalístico em ato, transformam ‘ver’ em ‘sentir’.

Operacionalização icônica

A *Folha*, assim como todo jornal impresso, estrutura iconograficamente suas matérias por meio do recurso a atores sociais que se convertem, nos relatos verbo-visuais noticiosos, em actantes, isto é, transformam-se em entidades funcionais da narrativa que asseguram, no plano do discurso, a definição dos percursos figurativos e temáticos. Assim, a materialidade fotográfica entra no campo do devir inscrito numa esfera da experiência prevista pelo contrato estabelecido entre jornal e leitor, no qual a intenção enunciativa se revela nas escolhas do enunciador em relação ao modo de fazer-saber, fazer-conhecer as personagens imagéticas mobilizadas.

As fotografias abaixo (Fig. 69 e 70) trazem como protagonista central o presidente Lula. No processo enunciativo jornalístico, a figura do presidente é alocada como elemento de iconização dos relatos aos quais tais imagens se referem dado à sua pertinência como fontes de informação visual e à sua potencialidade de gerar desdobramentos figurativos. Na narrativa jornalística da qual tomam parte, essas imagens iconográficas são transformadas em “grandezas semióticas”. Elas se convertem em elementos da encenação que instalam um campo de presença e evidenciam o processo de iconização ativado pela instância do discurso, que os insere numa racionalidade passional, isto é, instalam-nos em um campo tensivo, onde entra em jogo o sistema de valores responsável por instalar o campo de referência no âmbito da recepção (ponto de observação da *visada*).

Do ponto de vista do discurso visual, caso recuperemos a relação entre estas fotografias (Fig. 69), da *chamada* de capa para a matéria interna da página A11, intitulada “Oprimidos’ venceram no Vietnã, diz Lula”, e a fotografia desta última (Fig. 70), é possível, por comparação da força cênica da expressão corporal do actante Lula nas duas imagens, recuperar, subjacente à sintaxe do discurso, o estatuto dessas duas representações esquemáticas. Isso, por sua vez, conduz ao campo posicional do discurso. Assim, a postura corporal do actante-protagonista, na fotografia da capa (Fig. 69), aparece modalizada disforicamente, na medida em que se trata de uma postura pouco solene para um chefe de estado.

Por outro lado, a fotografia da matéria interna (Fig. 70), com a qual essa fotografia da capa (Fig. 69) mantém relação análoga do ponto de vista funcional,

instala o actante na cena predicativa do discurso visual relativo a este mesmo tema numa posição jornalisticamente euforizada, pois ele é representado em posição sóbria e equilibrada em relação à cena iconográfica enquadrada (Fig. 70). Esse tipo de modalização assinala a atividade subjetiva da instância do discurso, o que indica que se trata de “discurso em ato” (FONTANILLE, 2007, p. 170).

Na esteira do autor referenciado, lembramos que a percepção das imagens iconográficas em geral, exemplificadas neste ensaio analítico com essas duas imagens, convoca o discurso inteiro (verbo-visual), o qual manifesta a atividade da enunciação (FONTANILLE, 2007). No caso, o sujeito semiótico “jornal” modaliza a figura actancial Lula, ou seja, figurativiza o relato noticioso, acerca da visita do presidente do Brasil ao Vietnã, por meio da recuperação dos sentidos contidos nas expressões afetivas (“corintiano”, o braço estendido e o semblante exaltado), elementos icônicos responsáveis por motivar avaliações axiológicas, orientações semânticas e efeitos argumentativos, promovendo, assim, a constituição dos sistemas de valores do discurso (FONTANILLE, 2007, p. 170).



Figura 69 – Fotografia exibida no módulo informativo da *chamada* de capa para a matéria sobre a visita do presidente Lula ao Vietnã.



Figura 70 – Fotografia exibida no módulo informativo com a matéria sobre a visita do presidente Lula ao Vietnã, página A 11, caderno *Brasil*.

Nesse sentido, o discurso visual – fotográfico –, no que diz respeito a essa matéria, que tem o presidente como protagonista, e no que se relaciona a quase todas as figuras mobilizadas como actantes dos relatos da *Folha*, participa da enunciação do discurso jornalístico como um todo quando ocorrem no *formato* os enlaces entre as várias figuras mobilizadas no entorno do que se enuncia em cada notícia, reportagem, matéria em geral. Vilches fala em enlace entre intenções do enunciador, a materialidade verbo-visual e o processo de leitura (1997, p. 223).

Desse modo, o procedimento de enlace, como foi possível observar no *corpus* (por exemplo, Fig. 69 e 70), remete a estratégias enunciativas que convocam ao “ato” tanto o sujeito semiótico “jornal” como o leitor. Nesse contexto, estabelece-se um jogo que implica os “pontos de vistas” – “miradas” – entre as personagens, tanto no nível restrito do texto visual enquadrado como no nível de uma projeção do olhar das personagens icônicas jornalísticas para um extra-campo fotográfico³⁷. Conforme Vilches, a estratégia das “miradas” em uma cena está relacionada com a angulação da personagem fotografada, que pode estar numa posição frontal (Fig.

³⁷ Os enquadramentos e a postura *corporal* das personagens fotografadas geram efeitos proxêmicos que criam a ilusão, no leitor, de participação na cena fotografada, ou mesmo de que a personagem retratada interage, como *corporeidade*, presença, com outros corpos, outras *presenças*, situadas para além dos limites do recorte fotográfico.

69), de perfil (Fig. 70) ou em posição intermediária, entre frontal e perfil – “três quartos” – (Fig. 47) (1997, p. 223).

Nesse caso, a dimensão afetiva do discurso imagético está atrelada à presença, à sensibilidade e ao corpo que toma posição na instância do discurso, dado que a “afetividade reivindica o corpo do qual ela emana e o qual ela modifica” (FONTANILLE, 2007, p. 184). De tal modo, o sujeito semiótico “jornal” desencadeia um processo de figurativização, o qual se instala a partir da materialidade iconográfica e se experimenta na conjuntura sinóptica, esteticamente.

No caso da fotografia protagonizada pelo presidente Lula, destacada na capa da edição do jornal que ora observamos (Fig. 69), sua posição é frontal, mas seu olhar não está “dirigido ao leitor”, está desviado, de modo que no processo enunciativo, na leitura, ele aparece como uma personagem (“fonte jornalística”) relatada por outra, portanto, olhado por nós como centro da cena, posição análoga à “três quartos”. Nessa foto apreciada (Fig. 69) esse “modo de mostrar” resulta ser uma modalidade fatural que orienta a encenação da participação da figura actancial Lula (processo de figurativização) e o olhar do leitor (modalidade cognitiva/argumentativa/axiológica), o que explica os prováveis efeitos passionais na experiência do *formato* jornalístico.

Já na foto da referida matéria interna, página A 11 (Fig. 70), o “protagonista”, Lula, e a “coadjuvante”, Dilma Rousseff, estão posicionados de perfil. Ou seja, ambos as personagens aparecem como aqueles que são vistos pelo leitor. Trata-se de um tipo de posição em que o leitor ao focalizar a cena enunciativa concentra sua atenção na direção do perfil. No caso os perfis de Lula e Rousseff organizam ao seu redor o sentido temático da narração, centrada na saudação entre o estrategista militar vietnamita e a ministra brasileira. Tal modo de representar imageticamente significa modos distintos de instaurar o “campo de presença” do discurso.

No caso, a escolha das fotos relativas à visita do presidente ao Vietnã (Fig. 69 e 70) e o destaque daquela que mostra o presidente numa posição pouco formal (Fig. 69), embora esteja numa solenidade que pressupõe procedimento protocolar, confere, virtualmente, ao actante Lula, atitude modal, que, na experiência estética, na leitura, pode ser experimentada por um viés disfórico, caso a “postura” (manifestada corporalmente) seja relacionada, em sua apreensão, a aspectos afetivos, sensíveis, negativos, posto que inadequada para um chefe de Estado e, mais ainda, para uma cerimônia protocolar.

Apelo sinestésico

O jornal se constrói como campo de presença, atualiza seu discurso e promove a adesão do leitor, em larga medida, por meio do recurso a fotografias. Assim sendo, orientado pelo discurso, regido pela posição enunciativa, estabelece-se, no jornal, um jogo de formas e cores verbo-visuais que cria as condições de experimentar o jornal como materialidade de sentido. Com Landowski (2002, p. 127), apontamos, no *corpus* selecionado (por exemplo, Fig. 71), que as fotografias inseridas no jornal, por meio de gestos e sensações, orientam o “ver” e o “sentir”, estabelecendo, de tal modo, no *formato* do jornal, um mundo iconográfico pregnante.



O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, discursa durante seminário em São Paulo

Figura 71 – Fotografia integrante do módulo informativo intitulado “Riscos de alta de preço persistem, diz Meirelles”, página B 1, caderno *Dinheiro*.

Portanto, na apreensão do jornal, em sua corporeidade, em sua dimensão sensível, “coisa intersensorial”, experimenta-se, através de sua materialidade fotográfica, a transformação de imagens em grandezas semióticas. São corpos de papel que encenam, no âmbito da recepção, uma presença, um vigor ausente, por meio de figuras que se oferecem como se conduzissem certa intenção motora com pretensões de ultrapassar a apreensão do “corpo próprio” e atingir a coisa mesma à qual tais corpos, com seus músculos e “sensações”, “estão como que pendurados” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 425).

Com as palavras de Merleau-Ponty:

O duro e o mole, o granuloso e o liso, a luz da lua e do sol em nossa recordação se oferecem antes de tudo não como conteúdos sensoriais, mas como um certo tipo de simbiose, uma maneira que o exterior tem de nos invadir, uma certa maneira que nós temos de acolhê-lo, e aqui a recordação apenas resgata a armação da percepção da qual ela nasceu (1994, p. 425-426).

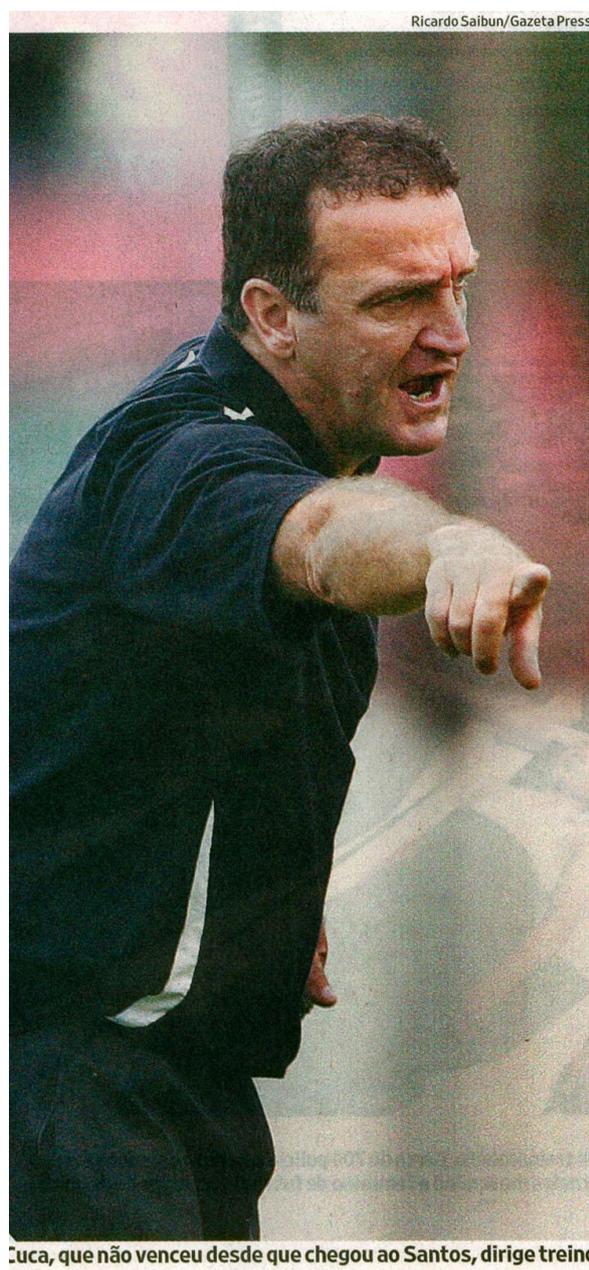


Figura 72 – Fotografia (principal), integrante da página D 2, caderno *Esporte*, vinculada ao módulo verbal, disposto no centro da quadratura da página, intitulado “Cuca afirma que não motivo para desespero”.

O que estamos tentando dizer é que nós experimentamos a materialidade sensível (verbo-visual) do jornal por meio de nossa força perceptiva, marcada por

certa atitude corporal, a qual não se reduz à experiência objetiva de objetos fotográficos como um em si e um a partir de si – leitor – como pura consciência (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 429). Na verdade tais materialidades tomam parte na *performance* do jornal, de modo que o sentido representacional completo ou mesmo o sentido de um de seus aspectos icônicos, figurativos, exige a identificação de uma posição performativa (discursiva) do “sujeito semiótico jornal”.



Figura 73 – Fotografia vinculada, na formatação, ao principal módulo verbal da página D 4, caderno *Esporte*.

Portanto, por mais fragmentário, modular, e por mais que admita percursos de leitura distintos, todas as unidades informativas iconográficas do jornal se constituem e se manifestam numa *forma* que se organiza tendo em conta o mundo do relato (inteiro), o mundo passível de ser compartilhado por reconhecimento, por parte do enunciador e do enunciatário, da procedência da proposta informativa formatada jornalisticamente, seja ela destinada à informação noticiosa fatural (Fig. 74), cultural/entretenimento (Fig. 75 e 76) ou publicitária (Fig. 77). Trata-se de uma experiência de compartilhamento que se beneficia de um “trabalho já feito, de uma síntese geral, [...] de um saber habitual do mundo, essa ciência implícita ou sedimentada.” (MERLEAU-PONTY, 1994, p. 319).



Figura 74 – Foto-legenda integrante da *Folha Corrida/Notícias em 5 Minutos*, página C 6, caderno *Cotidiano*.



Figura 75 – Fotografia integrante da *coluna* de Mônica Bergamo, página E 2, caderno *Ilustrada*.



Figura 76 – Fotografia integrante matéria intitulado “3 D garante fascínio de longa confuso”, parte do bloco informativo “Cinema”, página E 7, caderno *Ilustrada*.



Figura 77 – Recorte de anúncio publicitário exibido na página A 11, caderno *Brasil*.

Nas fotografias acima (Fig. 74 a 77) e abaixo (Fig. 78 a81), aparecem materialidades táteis, que interpelam o leitor e criam um campo sinérgico de abertura à estesia. Dessa maneira, o leitor é envolvido corporalmente e tem a

sensação de tocar corpos vivos, músculos, sentir sua pulsação, ou seja, de estar diante da “coisa real” quando se lhe mostra imagem. Assim, algumas fotos jornalísticas se inserem na cena enunciativa com tanto força estética que causam no leitor a impressão de que “a parte”, “cada imagem”, é autônoma em relação ao *formato* que, em sua singularidade, lhe alberga e lhe reveste de valor enunciativo.

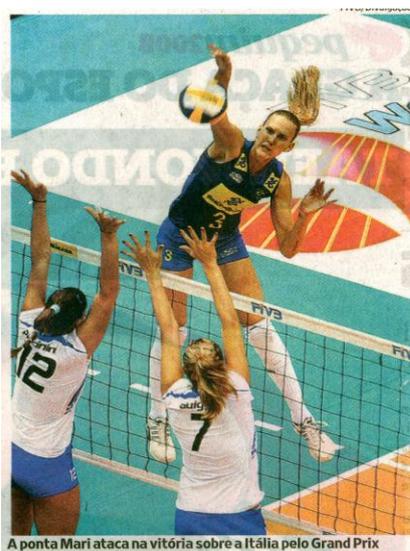


Figura 78 – Fotografia vinculada à matéria intitulada “Brasil dança em quadra e derrota a Itália no GP”, página D 5, caderno *Esporte*.

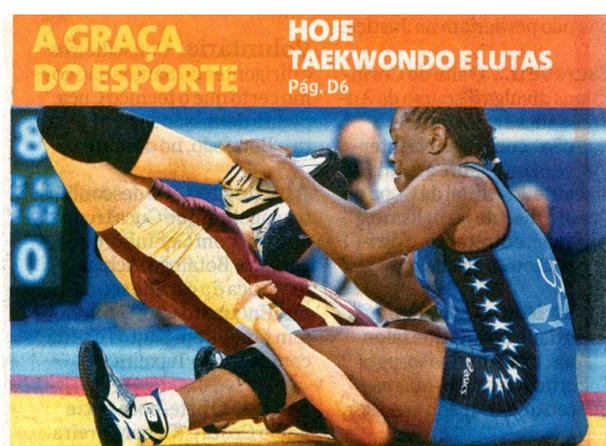


Figura 79 – Fotografia exibida na página D1, na *chamada* para matéria da página D 6, caderno *Esporte*.

As imagens fotográficas articuladas no *formato* do jornal se oferecem como realidade visual, consistência e organização. Impõem-se como “um modo de presença que lhes é específico e que depende do fato de que, afora as

características puramente plásticas que apresentam quando tomadas uma a uma, essas imagens, consideradas em bloco, possuem certos traços ligados ao modo de figuração que exploram” (LANDOWSKI, 2002, p. 127-128). Trata-se de elementos iconográficos que se encarregam da encenação da temática orientada pelo discurso enunciado, experimentado no *formato*.



Figura 80 – Foto-legenda integrante da *Folha Corrida/Notícias em 5 Minutos*, página C 6, caderno *Cotidiano*.

Com outras palavras, a fotografia no contexto do jornal analisado converte-se em estratégia de figurativização ao explorar as práticas do olhar e ao orientar a experiência de leitura. Nesse sentido, elas definem nosso modo de adesão aos simulacros orientados pelo discurso advindo dos simulacros de *presença* instaurados por força de uma verbo-visualidade na qual a imagem fotográfica ganha uma espessura semântica particular, a qual se experimenta como síntese, como a *forma* mesma da substancialidade discursiva.

A força semântica da foto-jornalística encontra-se num campo de tensão advinda de determinada carga alegórica apreendida na encenação do discurso por meio das relações verbo-visuais. Trata-se de um devir do discurso, que provém, na leitura, dos laços que a materialidade imagética mantém com um fora da imagem, que também se lê. Um fora da imagem que está ancorado num universo sócio-histórico-cultural. Logo, sua experimentação coloca em jogo, saberes, memórias,

valores, por meio dos quais os leitores se transformam, na experiência do *formato* do jornal, em interlocutores ativos.

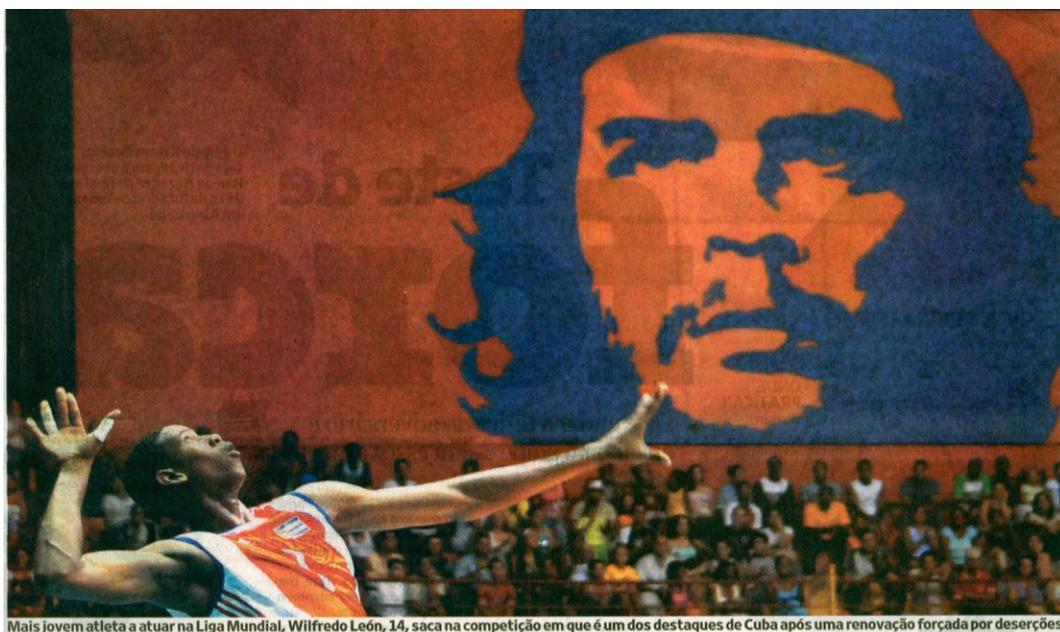


Figura 81 – Fotografia vinculada ao módulo verbal intitulado “Renovação cubana leva teen à Liga Mundial”, página D 5, caderno *Esporte*.

Conforme foto acima (Fig. 81), retirada do *corpus*, sobre a participação de jovens cubanos nos jogos da Liga Mundial, a formatação da imagem fotográfica oferece “as pistas de interpretação dos possíveis significados do labirinto semântico da imagem” (VILCHES, 1997, p. 84). No caso, a extensão experimentada por meio da “instalação” da imagem fotográfica apreendida a partir da posição dos objetos (convertidos em actantes visuais): primeiro plano (atleta cubano), segundo plano (plateia) e *background* (revolucionário cubano Che Guevara). Com suas cores e formas, tais objetos convertem-se para o leitor em marcas de reconhecimento, as quais se transformam, na leitura, em códigos que sugerem as competências sensoriais, culturais, históricas, entre outras, do leitor.

Com base em Vilches (1997, p. 86), depreendemos da verbo-visualidade instauradora do campo de presença no qual se insere a foto em questão (Fig. 81), no caderno *Esporte*, em matéria intitulada “Renovação cubana leva teen à Liga Mundial”, alguns dos tipos de “competências do leitor” mobilizadas na leitura.

Vejamos! Competências: *iconográfica* – reconhecimento do líder Guevara; *narrativa* – relação intertextual (sintaxe dos objetos fotográficos) entre grandezas

semióticas: jovem atleta (informação), plateia (contextualização referencial), imagem do líder cubano (plano alegórico-conceitual: paralelismo entre presente e passado – juventude, força, liderança); *estética* – atribuição de sentido dramático à representação a partir de experiência estética e simbólica; *enciclopédica* – leitor relaciona jovem atleta cubano com imagem de Guevara, com base na memória cultural; *linguístico-comunicativa* – vinculação entre imagem icônica e legenda verbal; *modal* – aciona competência espaço-temporal, a qual permite interpretar a foto como representação de um duplo espaço: do local de acontecimento do jogo de vôlei e o espaço ocupado por ela no jornal.

Na leitura da fotografia em questão, as competências atualizam-se na relação do texto visual com o verbal da matéria, com o restante do caderno *Esporte* e com o jornal como *práxis* enunciativa. Nesse sentido, conforme Vilches, o leitor confronta-se com sua própria emotividade e ideologia, passando do plano de uma estratégia textual e de discurso simbólico da informação ao plano passional, dos afetos, em que rejeita ou adere à perspectiva enunciativa sugerida (1997, p. 86). Assim, por meio de operações que regulam intensidades sensíveis e afetivas (campo de presença), valores se “organizam” (campo esquemático) e, a montante, ganha a *forma* do enunciado (campo diferencial).

Essas operações correspondem à semiose jornalística em ato, à in-formação, que convoca na experiência os domínios da “memória cultural”, dos “esquemas semióticos” (discurso em ato) e dos “discursos singulares”, tudo atualizado no discurso enunciado a partir das relações orientadas pela experiência estética de toda a materialidade que circunscreve cada unidade informativa visual, cada módulo visual e as *lexias* advindas da ancoragem modular apreendida como presença, figuratividade, que concretiza o *formato* ao tematizar os acontecimentos do mundo natural.

Representação cênica

No caso das fotos selecionadas para as matérias relativas à reportagem sobre o “caso Dantas”, desencadeia-se, de modo hipertextual, um processo de encenação dos fatos relatados verbalmente. Devido à grande força de figurativização e às possibilidades de acesso a sentidos pela via semissimbólica

oferecidas por meio da fotografia, elas se convertem, na leitura, em uma série de efeitos de sentido que põem em cena “o dizer verdadeiro”. Assim, oferece-se imagem, no *formato*, como correspondência ao tempo, ao lugar do acontecimento primeiro (mundo natural) e como personagens relevantes no contexto dos fatos relatados.

No caso das fotografias abaixo (Fig. 82 e 83), no *formato*, elas ganham existência na dimensão do discurso, cujo acontecer supõe o recurso a algumas estratégias vinculadas à competência leitora. A partir de um “marco referencial” instituído pela própria interlocução desencadeada pelo conjunto intertextual em questão, a experiência estético-performativa do leitor transforma-se em hipóteses interpretativas. Hipóteses que se tornam “sentido” a partir das transformações narrativas e figurativas. A primeira modalidade (narrativa) corresponde ao movimento acional, transformação no nível sintagmático (sintaxe discursiva); a segunda modalidade (figurativa) corresponde ao movimento afetivo, transformação das grandezas semióticas (imagens fotográficas, por exemplo). Todavia cabe lembrar que, na leitura do jornal, o processo figurativo é indissociável do processo narrativo, pois é a sintaxe do discurso jornalístico que organiza os sentidos desencadeados pelos processos figurativos.

seminário
brasil

Senado cria 97 cargos com salário de R\$ 10 mil Pág. A10



Figura 82 – Unidades e/ou módulos informativos integrantes da página A 4, caderno *Brasil*.



Figura 83 – Fotografia vinculada ao módulo verbal intitulado “Senado cria mais 97 cargos comissionados”, página A 10, caderno *Brasil*.

Na materialidade verbo-visual que ora observamos (Fig. 82 e 83), as imagens fotográficas, com suas personagens e demais objetos – complementares da cena fotográfica –, experimentada como materialidade sensível, que a aproxima do mundo natural, converte-se, no *formato*, em mecanismo de persuasão. O sorriso cabisbaixo (meio dissimulado) do actante visual, o ministro do STF, Gilmar Mendes, aproximado das figuras actanciais “O Brasil faz a justiça” e “Conselho Nacional de Justiça” (*background*) (Fig. 82), nos percursos de sentido instituídos no *formato* do jornal, é separado do sentido original que o motivou e convertido em elemento retórico, alusivo ao antagonismo entre a ação do STF (descontraída, jocosa) e o *slogan* do Conselho Nacional de Justiça “O Brasil faz a justiça”. E, dependendo do imaginário do leitor, por justaposição, pode-se ler a ironia da “Instituição judiciária, representada por seu ministro” em relação ao seu dever “fazer a Justiça”.

A escolha da foto de Gilmar Mendes, com um sorriso cabisbaixo e com os apelos verbais supracitados leva à formação de uma estrutura tensiva em torno dos objetos mobilizados pelo sujeito do discurso e colocados na cena enunciativa como presença sensível. No caso, alguns dos elementos semânticos, materializadores dessa presença, são o título do caderno “Brasil”, a *chamada* “Senado cria 97 cargos com salário de R\$ 10 mil. Pág. A10”, a fotografia: figura do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes e fundo verbal: “O Brasil faz a justiça” e “Conselho Nacional de Justiça”; e, também, a fotografia do diretor-geral do Senado, órgão que

criou os 97 cargos com altos salários, durante entrevista à imprensa sobre este mesmo fato (Fig. 83).

No caso, o relato se faz presença verbo-visualmente, de modo que toda a materialidade abre-se à percepção como um campo passional, afetivo, no qual a atenção do leitor se move por meio de um sistema de valores, que cria redes coerentes em torno dos polos tensivos “Justiça” x “Injustiça”, positivo x negativo.

A isso, os semioticistas do discurso chamam polarização axiológica. No entorno dos módulos ora analisados (Fig. 82 e 83) gravitam objetos de valor que se transformam em elementos estruturantes da *visada* (sensível) do enunciador jornalístico que intensificam o valor negativo (injustiça). Ao fazê-lo, a instância do discurso desencadeia um processo de valoração que determina a *apreensão* do valor “injustiça”, o qual ganha a *forma* (inteligível). Estamos falando da passagem da “substância sensível” à *forma* inteligível.

No caso, o leitor converte-se no observador da visada e o jornal em corpo sensível, ou seja, em ponto de referência (percepção). Gera-se na experiência do *formato* do jornal a passagem das figuras “identificadas” às figuras “produzidas”, processo de iconização do discurso, isto é, de emergência das grandezas semióticas: atualização (realização do discurso). Logo, a correlação entre visada (plano de conteúdo: injustiça sugerida) e apreensão (plano de expressão: verbo-visualidade transformada em argumentos que ‘comprovam’ injustiça) resulta na tomada de posição de um “corpo próprio”, o mesmo que é o lugar do efeito de presença sensível, que significa que ela – a presença – é “proprioceptiva”.

Diante de tais elementos fotográficos recorridos, percebe-se uma intervenção no âmbito da produção jornalística, a qual Vilches chama de “operação aditiva”. Segundo esse autor, tal procedimento era somente realizado em jornais sensacionalistas, mas no modelo contemporâneo tornou-se prática obrigatória. Trata-se do aumento do número aritmético das fotos, dos tamanhos dos objetos (coisas, pessoas e lugares), de maneira que se modifica a intensidade do acontecimento (1997, p. 159). Diríamos que há, hoje, um incremento do plano passional no ordenamento formal.

Segundo Vilches, nesses casos, a figura preferida dos jornais é a “hipérbole gráfica”, o que corresponde a mostrar muito para dizer pouco (1997, p. 159). No caso dos recursos fotográficos relativos ao “caso Dantas (especialmente sobre a prisão em questão)”, a repetição dos passos do actante-pivô (Dantas) produz

também um “falseamento da notícia em certo aspecto”, dado que a utilização das mesmas imagens sobre as mesmas personagens (Fig. 84 e 85) produz uma visão estática e estereotipada por meio da qual as fotografias começam a assemelhar-se às vinhetas ou tiras de desenhos ou mesmo às caricaturas (VILCHES, 1997, p. 159).



Figura 84 – Pág. A 4, *Brasil*.

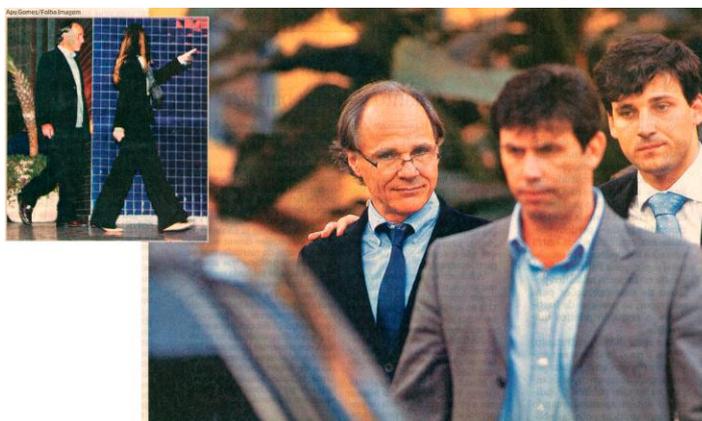


Figura 85 – Capa



Figura 86 – Pág. A 10, *Brasil*.



Figura 87 – Pág. A 6, *Brasil*.

No *formato* do jornal, a narração visual estabelece com a narração verbal uma relação de complementaridade. Não obstante, ainda que não haja no jornal um em si do conjunto de imagens, elas podem ser experimentadas como *lexias* a partir da percepção visual do leitor. Conforme Landow (2008, p. 291), ainda que no modelo de texto hipertextual o sentido seja experimentada como totalidade na leitura, esta modalidade, por muito provisoriamente que seja, abarca textos próprios a partir de fragmentos, de *lexias* autônomas. Com base nisso, julgamos pertinente afirmar a possibilidade de informação jornalística calcada exclusivamente numa narratividade visual, em que pese a quase impossibilidade de separação desta dos outros dispositivos narrativos do jornal.

Segundo Landow, o modelo hipertextual aporta uma nova classe e unidade apropriada da hipertextualidade, a qual possibilita falar de uma “síntese da heterogeneidade” visual (2008, p. 291). Estamos falando de uma síntese que se experimenta não como algo isolado da sinopse decorrente da experiência verbo-visual, mas como algo que se imanta de um saber que antecede o enlaçamento das imagens iconográficas aos demais dispositivos do jornal. Isso porque o leitor experimenta a materialidade jornalística “também” em camadas narrativas: verbal, visual (cromática, icônica).

Dessa perspectiva, textos visuais e verbais constituem-se de unidades informativas modularizadas pelo processo de virtualização iniciado na formatação e realizado no *formato* do jornal. De acordo com Vilches (1997. P. 75), existe uma “relação pedagógica” entre o texto verbal e o texto visual baseada na economia da

informação linguística, que consiste em oferecer informação semântica por meio de uma dêixes linguística e informação visual através de uma dêixes icônica.

Observe-se tal fenômeno na materialidade verbo-visual a seguir (Fig. 88), integrante do caderno *Esporte*, página D 6, no qual o texto verbal “Teste de força” – inserido na matéria de página inteira, encabeçada pelo título “Pequim2008/A graça do esporte: Taekwondo e lutas” – aparece destacado por meio de uma tipografia de grandes dimensões, que performatiza o discurso visado, ao lado do texto visual que contém dois corpos excepcionalmente musculosos em combate atlético e, igualmente, dispostos na quadratura da página em grandes proporções.

Nesta matéria (Fig. 88), o texto icônico e o texto verbal formam uma dêixes e transformam em discurso jornalístico-pedagógico informações sobre regras do Taekwondo. Percebe-se na experiência de leitura da página que a coerência do discurso enunciado se realiza de forma satisfatória porque há uma espécie de adequação sinóptica entre o que se diz e o que se mostra. Todavia, de acordo com Vilches, “quem realiza essa *performance* indispensável é somente o ato dinâmico de leitura” (1997, p. 74). Ainda conforme o mesmo autor, a relação entre linguagem do corpo e linguagem verbal, está baseada em convenções sociais, portanto, a interpretação se faz através de inferências orientadas pelas competências de quem lê (1997, p. 74).

No caso desta página observada (Fig. 88), o leitor, a partir de sua própria sensibilidade, de seu próprio repertório, interage com a materialidade sensível “jornal”, com sua corporeidade, congregada sinestesticamente pela superfície fotográfica, com seus matizes, objetos e contornos, ilusões de perspectiva e profundidade, gestos e movimentos etc. (VILCHES, 1997, p. 74).

Tudo isso soma-se, no *formato*, às convenções jornalísticas, partilhadas entre enunciador e enunciatário a respeito da fixação espacial da foto, dos espaços das legendas e textos verbais (no exemplo da figura 88: o texto central e os periféricos) e demais materialidades sensíveis mobilizadas pela instância do discurso. Tais elementos, relacionados às racionalidades *dispositiva* e *passional* estão inscritos, no *formato* do jornal, à racionalidade *cognitiva*, que explica o modo de experimentação da *forma* da informação.

pequim2008
A GRAÇA DO ESPORTE
TAEKWONDO E LUTAS



Teste de força

O egípcio Karam Ibrahim (acima) luta com o georgiano Ramaz Nozadze na final até 96 kg da luta greco-romana em Atenas-04

FAÇA VOCÊ MESMO

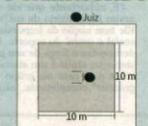


- BENEFÍCIOS**
- Desenvolve flexibilidade e força
 - Aprimora a coordenação motora
 - Promove o fortalecimento muscular de pernas e abdômen
 - Melhora a capacidade cardiorrespiratória

QUANTO CUSTA?
R\$ 150,00
preço médio da escola de taekwondo com equipamentos

QUANTO CUSTA?
R\$ 100,00
preço médio da escola de lutas

O TAEKWONDO



A regra permite chutes em qualquer parte do corpo acima da cintura e nas áreas cobertas por protetores, que ficam na cabeça e no tórax.



Os socos são permitidos somente no peito do oponente e com os punhos fechados.

Na próxima terça: **tenis**

Desvendar a tática do adversário e encaixar o golpe unem esses esportes

FABIO GREIO
MARIANA BASTOS
DA REPORTAGEM LOCAL

Uma força é testada sempre no taekwondo e nas lutas. Não apenas a força física, mas principalmente a força mental — saber executar os movimentos na hora certa para superar o adversário no combate. É preciso analisar o oponente, perceber seu jeito de lutar, para, então, pôr a força — física — nas mãos e nas pernas. “A capacidade psicológica é o que determina seu desempenho. Você tem pouco tempo para montar a estratégia em cima do seu adversário, são apenas três rounds de dois minutos cada”, fala Débora Nunes, classificada para Pequim no peso até 57 kg do taekwondo. “É fundamental ter corpo e mente em equilíbrio”, diz ela. No esporte que Débora pratica, pernas e mãos são permitidos. Nas lutas, a greco-romana proíbe o uso de membros inferiores. Na livre, é liberada a utilização de pernas. “Os chutes são 80%. O braço é usado principalmente para a defesa”, conta Débora, que diz treinar a ênfase nas pernas com muita repetição dos movimentos que serão empregados na hora da competição. “Você treina seqüências de

movimentos baseadas naquilo que seu rival poderá fazer no combate”, diz Débora.

Dessa maneira, o atleta saberá como reagir quando estiver competindo. Terá menos chances de ser surpreendido pelo oponente.

Toda atenção é fundamental na luta e no taekwondo para não apenas encaixar o golpe, mas também evitar o contra-ataque. Nas lutas, por exemplo, a queda finaliza o combate. No taekwondo, a disputa pode ser encerrada por nocautê, o golpe perfeito.

Como em qualquer esporte, os atletas dessas modalidades aprendem a conviver no limite físico e tempo todo de suas carreiras.

“Como você usa muito as pernas, é comum o atleta ter lesões no joelho e no quadril, estiramento, até pela repetição dos movimentos que faz nos treinos e na competição. Treinamos duas vezes por dia. Sempre você tem a fisioterapia acompanhando sua rotina”, fala Débora.

Haja pernas para, além de competir, ainda levar adiante a rotina de preparação. Sempre apostando na força, aliada à mente, para superar o adversário e chegar à vitória. “A cabeça é o que faz a diferença”, diz Débora.

02 MIN
é o tempo de cada round. São disputados três rounds. Em caso de empate, há novo round, com morte súbita

7 PONTOS de vantagem ou **12 PONTOS** = VITÓRIA no total

O atleta pode vencer também pela desclassificação do oponente ou nocautê (o lutador que cai tem até dez segundos para se levantar)



O MAIS VITORIOSO

O russo **ALEXANDER KARELIN** tem três ouros na luta greco-romana, em Seul-1988, Barcelona-1992 e Atlanta-1996

PAÍSES COM MAIS OUROS



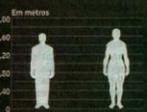
O BRASIL EM OLIMPIADAS
Sem medalhas

EM PEQUIM

AGOSTO
20 a 23
(taekwondo)
No Instituto da Universidade de Ciência e Tecnologia
12 a 21
(lutas)
No Instituto da Universidade de Agricultura da China
78 medalhas em jogo (8 de ouro, 8 de prata e 6 de bronzes no taekwondo; 18 de ouro, 15 de prata e 18 de bronzes nas lutas)

BIÓTIPO

As duas modalidades têm categorias de acordo com a divisão de peso



De país em Pequim no taekwondo

Confira esses e outros esportes na Folha Online: www.folha.com.br/081822

Figura 88 – Página D 6, caderno *Esporte*.

Por meio de uma relação de ordem sinestésica com o leitor, a relação entre o mundo-referencial e o mundo-referido aberto à significação no jornal decorre do

posicionamento corporal, que é regido por movimentos orientados pela interpelação da materialidade jornalística em relação à corporeidade leitora (Fig. 89 e 90). Marcada pelo mesmo tipo de jogo de gestos que fazem parte dos comportamentos típicos do ritual interativo interpessoal, codificado segundo convenções sociais, no processo interativo desencadeado pelo jornal, a gestualidade, expressão dos rostos e movimentos dos corpos de um modo geral das personagens representadas nos textos fotográficos, bem como objetos constituintes da cena enunciativa fotográfica, tomam parte no ritual produtivo jornalístico, experimentado no *formato* como campo de presença.



O advogado de Daniel Dantas, Nélio Machado, durante coletiva na sede do Opportunity, em SP

Figura 89 – Fotografia vinculada ao módulo verbal intitulado “Dantas vê motivação política em prisão”, página A 6, caderno *Brasil*.



Figura 90 – Foto-legenda integrante da página D 1, caderno *Esporte*.

Apreende-se na experiência do *formato* do jornal *Folha de S.Paulo* que a materialidade fotográfica que o compõe se dá, na leitura, guiada por convenções sintáticas de ordenamento verbo-visual. Ao criar uma ilusão de perspectiva e profundidade (Fig. 89 e 90) que coloca esteticamente o leitor num campo de presença, tal materialidade, que prevê e constitui a dimensão discursiva da interlocução aí instaurada, ganha a forma advinda da passagem do discurso em ato ao discurso enunciado, movimento de “per-formação” dos valores visados pelo jornal, que resulta ser a concretização de personagens, discursos mobilizados, e, a montante, do discurso do jornal.

Esta seção que ora encerramos, “Informação fotográfica”, evidenciou alguns pontos que, na reflexão proposta sobre o *formato* jornalístico, complementam aqueles apresentados sob o tópico “A in-formAção verbal”. Destacou-se que as personagens mobilizadas pelo enunciador no plano verbal participam também da encenação visual, alocadas no processo de estruturação iconográfica por meio dos recursos fotográficos, gerando, assim, um dinamismo narrativo visual. Nesse processo, os procedimentos adotados revelam a dimensão estratégica do fazer jornalístico no que diz respeito à representação dos atores sociais e à sua inserção na teia de faticidade desencadeada pelo jornal.

Desse modo, demonstrou-se que na experiência de leitura, os actantes visuais, escolhidos por seu potencial de gerar desdobramentos figurativos, revelam sua força cênica por meio da expressão corporal. Esta é subjacente à sintaxe do discurso e revela o estatuto das representações esquemáticas dos atores sociais mobilizados, os quais determinam o campo de presença e, portanto, a perspectiva enunciativa do sujeito semiótico “jornal”. Vale lembrar que a postura corporal instalada no plano narrativo visual remete imediatamente a um conjunto de decisões estratégicas no âmbito da produção que se convertem em elementos modalizadores, pois orientam os percursos de sentido possíveis.

Entre os elementos de modalização dos actantes visuais, destacados, o enquadramento, a angulação e o gestual das personagens retratadas, ou seja, o “modo de mostrar”, revelam-se decisivos na *performance* do enunciador jornalístico. Nesse sentido, a fotografia converte-se em estratégia de figurativização ao explorar práticas do olhar e ao orientar a experiência de leitura. Além de neutralizar variações subjetivas, criando certo automatismo visual e neutralizando a presença da instância enunciativa no relato, tais elementos geram efeitos passionais que interpelam o leitor e criam um campo sinérgico de abertura à estesia. Em alguns casos, como foi já dito, o leitor chega mesmo a ter a sensação de tocar corpos vivos, músculos e até de sentir sua pulsação, ou seja, de estar diante da “coisa real” quando se lhe mostra imagem.

Ressaltou-se ainda, a partir da observação do *corpus*, que os recursos fotográficos, por seu potencial de semantização, convertem-se, na leitura, em uma série de efeitos de sentido que põem em cena o “dizer verdadeiro”, oferecendo-se, no *formato*, como correspondência ao tempo, ao lugar e às ações desencadeados no âmbito dos acontecimentos relatados. De modo que tais imagens, que se oferecem à leitura como realidade visual, consistência e organização, transformam-se, no *formato*, em presença. Logo, essas operações possibilitam a adequação sinóptica entre o que se diz e o que se mostra, numa *performance* dependente do ato dinâmico da leitura, no âmbito da semiótica jornalística em ato. Tais ponderações sobre a visualidade jornalística ao focar o fotojornalismo permitem encaminhar esta leitura-analítica à próxima parte, intitulada “Matiz da informação”.

Matiz da informação

Esta seção tem como objetivo demonstrar a participação da cor na experiência do *formato* jornalístico. Evidenciam-se aspectos relativos à integração das materialidades cromáticas nos procedimentos de orientação da atenção do leitor, de modo a apontar que tal recurso resulta em mais um elemento incorporado às estratégias enunciativas no contexto jornalístico. Destaca-se, entre as intervenções propiciadas pela cor no processo informativo desencadeado pelo jornal, a criação de planos de percepção, a hierarquização informativa, o direcionamento de leitura, as relações semânticas, voltados à organização da informação, isto é, ao estabelecimento de relações semióticas com vistas à efetivação da leitura, no âmbito da recepção.

Cor e estesia

A cor, na contemporaneidade, é um dos recursos indispensáveis à atividade de semantização do mundo dos acontecimentos sociais realizada, rotineiramente, pelo jornal. E, tendo em conta que, neste trabalho, propomos uma reflexão sobre o “formato do jornal”, que reflete sobre a passagem da substância sensível à *forma* resultante da experiência de síntese da heterogeneidade verbo-visual que constitui a informação jornalística, no âmbito de um devir – discurso em ato – não poderíamos desconsiderar a importância da cor como parte desse processo informativo.

Por meio do *corpus* percebeu-se que a comunicação cromática é a primeira a “afetar” o leitor, o que ratifica a afirmação de Guimarães (2003, p. 37) de que, no todo do padrão visual, as cores se antecipam às formas e aos textos verbais. Comprova-se, diante da materialidade “jornal”, que, de fato, quanto maior o potencial de informação das cores – força semântica e clareza na identificação dos matizes –, maior será a antecipação da informação cromática em relação aos outros elementos figurativos e discursivos em geral (GUIMARÃES, 2003, p. 37).

No processo sinérgico desencadeado pela verbo-visualidade adotada no jornal *Folha de S.Paulo*, a formatação dos títulos (Fig. 91), com suas cores diferenciadas, transforma-os, na leitura, em mediadores sígnicos que direcionam a atenção do leitor rumo aos significados e aos valores vinculados às unidades

informativas que a eles estão subordinados. Conforme Guimarães (2003, p. 117), cores são aplicadas para diferenciar unidades que compõem uma página, distinguindo, por exemplo, o texto principal, os textos paralelos e os complementares (*chamadas*, títulos, subtítulos, legendas etc.). Conforme o mesmo autor, informações coloridas desta natureza “participam na composição do padrão de visualização geral da página e podem interferir diretamente na mensagem” (GUIMARÃES, 2003, p. 117).



Figura 91 – Fragmentos com os títulos dos cadernos da *Folha* e alguns títulos de blocos e unidades verbais.

No caso do padrão visual dos títulos do jornal em questão (Fig. 91), os recursos tipográficos e cromáticos discriminam/diferenciam um caderno de outro, de forma que estabelecem uma identidade para cada um. Conforme Guimarães, tal procedimento permite ao projeto gráfico do jornal organizar as informações, selecionar a parte do todo e ressaltá-la (2003, p. 129), e, do mesmo modo, facilita a identidade visual de cada tipo de informação inserido na rede de notícias estabelecida pelo jornal. Tal rede que diz respeito entre outras coisas à “news net”,

na acepção de Gaye Tuchman (1978), ou seja, ao estabelecimento estratégico de um processo de tematização que evidencia determinada delimitação espacial no âmbito da “cobertura” noticiosa, o que remete aos nós da rede de captação de notícias no mundo natural (referência).

As cores aplicadas aos títulos, na FSP, como foi exposto, além de distinção, criam uma rede que interliga cromaticamente as unidades informativas – fios, retículas etc. – no nível da página e entre páginas num nível mais abrangente. Essas relações emanam da configuração sinóptica do jornal e podem despertar, no âmbito da recepção, um comprometimento afetivo pelo sentido das cores adotadas, dado que funcionam como elemento pregnante, já que permitem transformar contato diário em identificação cromática própria, criando, portanto, no leitor habitual, um sentimento de familiaridade.

Na experiência de leitura do jornal, alguns recursos cromáticos são fundamentais para a orientação da atenção do leitor e a realização do processo semiótico, ou seja, para a articulação entre “discurso em ato” e “discurso enunciado”. Entre esses recursos, recorridos como efeitos de objetividade e de verdade, destacamos tabelas, quadros e diagramas demonstrativos. Vejamos alguns exemplos retirados do *corpus*. Trata-se de diagrama relativo às detenções de Dantas (Fig. 92) e módulos reticulados explicativos da diferença entre prisão temporária e preventiva (Fig. 93).



Figura 92 – Pág. A 4, *Brasil*.



Figura 93 – Pág. A 4, *Brasil*.

Os recursos verbo-visuais das estruturas modulares acima (Fig. 92 e 93), de modo especial as cores, inscritos nas racionalidades jornalísticas do processo semiótico – *dispositiva*, *passional* e *cognitiva* – aperfeiçoam a junção entre unidades

informativas e o ponto de vista do devir das grandezas semióticas instaladas no movimento tensivo que faz realizar as figuras de semantização que definem a informação sobre as referidas prisões. Por meio dos componentes plásticos, gráficos e suas cores, ocorre a “presentificação” que leva do sensível ao inteligível, de modo a propiciar à materialidade verbo-visual as condições de, na leitura, no ato *in-formativo*, abonarem a passagem da substância à *forma da informação*.

Por meio da gradação de cores e sua vinculação aos elementos verbais relativos às “prisões realizadas pela PF” desencadeia-se uma série de estímulos estéticos que aumentam a capacidade de processar as heterogeneidades textuais: verbal e cromática. Desse modo, aumentam-se, na leitura, os vínculos emocionais, imaginários, sinestésicos, e, por sua vez, a abertura ao devir da informação. Isso equivale a efeitos positivos da cor sobre a informação no jornal, o que coincide com o que afirma Guimarães (2003) sobre as ações positivas das cores na mídia impressa. Segundo ele, “a diferenciação cromática de um objeto ou de parte de uma informação visual se dá em parâmetros contrastantes em relação aos demais elementos do campo visual” (GUIMARÃES, 2003, p. 129).

Ao longo da edição do jornal *Folha de S.Paulo*, que ora consideramos, há uma série de módulos verbo-visuais realçados cromaticamente com vistas à aceleração do processo informativo. Seus matizes agem sobre a intensidade da visada e sobre a extensão da apreensão em relação ao campo global do discurso enunciado. Tais módulos tomam parte no processo enunciativo do jornal e atuam como procedimentos de demarcação e de direcionamento do olhar do leitor rumo a percursos gerativos de sentido distintos. Da perspectiva de Guimarães, tais procedimentos estabelecem diferenças e contribuem para a organização das informações – tanto em textos fatuais como em publicitários –, pois permitem ressaltar a parte do todo, criando hierarquias, tanto em níveis de importância quanto em sequência de leitura (2003, p. 129).

Outros exemplos desse procedimento podem ser visualizados nos módulos a seguir (Fig. 94, 95, 96 e 97).



Figura 94 – Pág. A 15, *Brasil*.

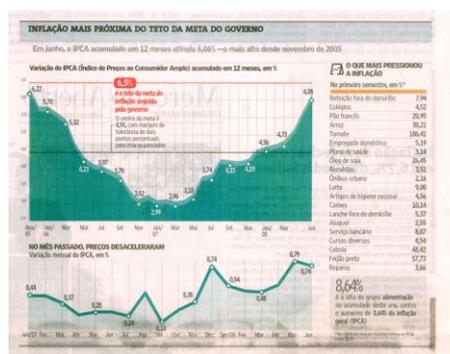


Figura 95 – Pág. B 1, *Dinheiro*.



Figura 96 – Pág. B, *Dinheiro*.

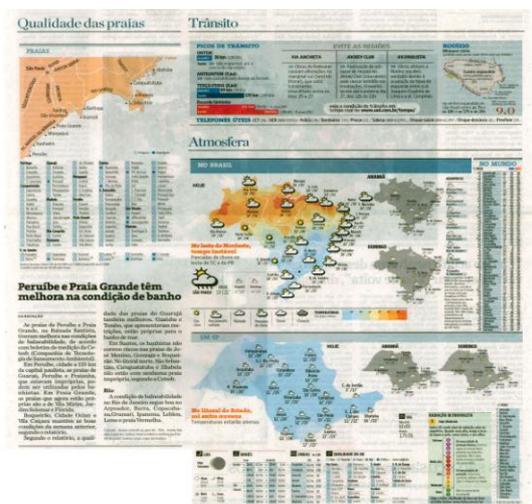


Figura 97 – Pág. C 2, *Cotidiano*.

A experimentação de grandezas semióticas (demonstrações analógicas dos fatos e fontes) por meio de tais dispositivos, conforme a perspectiva de Guimarães, ao favorecerem a discriminação, contribui para relacionar elementos que não são apresentados simultaneamente, criando vínculos entre unidades e/ou módulos informativos, o que facilita a identidade visual de alguns dados informativos e estimula no leitor a busca pelo sentido. No que tange ao discurso em ato, podemos afirmar que tais recursos verbo-visuais, com acento na demarcação cromática, criam efeitos de objetividade e de verdade, pois instituem um campo de presença que regula o processo de figurativização, presentificando, assim, representações que embutem carga de faticidade à informação.

Outro aspecto que, embora não seja um fenômeno novo, nos parece interessante na experiência da cor no *formato* do jornal, diz respeito aos novos modos de representar o mundo referencial (natural), quando o que se quer representar não se enquadra na modalidade notícia fatural “hard”, mas na

modalidade notícia fatural “soft” (cultura, moda,...). Este tipo de informação ganha, no formato do jornal, dimensões cromáticas que alteram a perspectiva do “real”, afastando os objetos, mobilizados para compor este tipo de cena enunciativa, dos rígidos padrões de representação dos fatos (Fig. 98).

O que se observa no corpus é que as imagens, principalmente, as iconográficas, nestas modalidades jornalísticas, aparecem cromaticamente saturadas, o que aponta para uma busca excessiva do estético em oposição à realidade “crua” das imagens em preto e branco. Não obstante, o recurso à fotografia em “p&b” em matérias de cultura não são infrequentes. Em cadernos de cultura, este tipo de imagem fotográfica aparece com vistas a gerar efeitos sinestésicos distintos. Pode visar a aportar o objeto descolado no tempo passado, de modo a estilizá-lo, vinculando-lhe valores ligados à memória; e mesmo, em alguns casos, cria efeitos oníricos. (Fig. 99).



Figura 98 – Pág. E 2, Ilustrada.



Figura 99 – Pág. E 4, Ilustrada.

Sobreposição cromática da propaganda

No exemplar do jornal observado por nós, composto por 50 páginas, aproximadamente 25 por cento de todo o seu espaço gráfico é ocupado por matéria publicitária. O mais interessante, tirando as sete páginas ocupadas inteiramente cada uma por uma única peça publicitária (Fig. 100), é que todas as demais, em que se exhibe propaganda, esta é o elemento que se sobrepõe, em termos cromáticos, e, por sua vez, em termos de apelo sinestésico, a todos os demais textos. Embora a força cromática da propaganda se some a outros apelos estéticos (iconográficos e verbais, por exemplo), percebe-se que são exatamente as cores que colocam em primeiro plano, na experimentação da página, os textos publicitários (Fig. 100).

Como é possível constatar na observação de parte do *corpus* (Fig. 100), há uma marcada relação mercadológica entre a materialidade fatural (noticiosa) e a publicitária na *Folha*, que mostra a ocorrência do que Luhmann aponta: “páginas inteiras ou cadernos extras [...] nas quais as publicidades aparecem vestidas de informações objetivas” (2005a, p. 112), que leva a uma espécie de contágio entre um “gênero” e outro, conforme foi exposto no primeiro capítulo deste trabalho, no tópico “Sistema e mediação”.

Observando a materialidade verbo-visual da FSP (Fig. 100) não é incomum a ocorrência de outro fenômeno destacado por Luhmann (2005a, p. 112): matérias jornalísticas de entretenimento e publicitárias “arranjadas” verbo-visualmente na quadratura da página de modo a criar relações semânticas que jogam com o pressuposto conhecimento do leitor sem trazê-lo à tona de forma evidente e direta, o que demonstra que o jornal cumpre sua função social misturando informação de entretenimento e de publicidade.

Observe-se também (Fig. 100, ilustrações “j”, “k” e “l”) que as propagandas estão distribuídas estrategicamente como “unidades informativas” integradas verbo-visualmente com as notícias fatuais, portanto, “enlaçadas” na teia de faticidade jornalística. Inclusive, percebem-se no *corpus*, matérias fatuais aproximadas estrategicamente das matérias publicitárias com base em afinidade temática. Conforme se pode conferir na página B 1, do caderno *Dinheiro*, que contém matérias ancoradas tematicamente à matéria principal “Inflação sobe 0,74% e ameaça meta atual”, aparece na base inferior da página (“zona morta” e “zona secundária”), em cor vermelha, totalmente destacado, do ponto de vista cromático,

das demais unidades e/ou módulos, um módulo informativo com a propaganda do banco HSBC, vinculado ao todo da página por ancoragem verbo-visual (Fig. 100, ilustração “l”).

Caso o leitor estabeleça nexos figurativos por meio de relações semissimbólicas entre a cor vermelha e o risco de inflação noticiado ao longo da página e conecte a materialidade verbal destacada na propaganda “Use com moderação” (Fig. 100, ilustração “l”), a matéria noticiosa e a propaganda serão experimentados no *formato* do jornal como elementos solidários do ponto de vista in-informativo.

No caso (Fig. 100, ilustração “l”), entra em jogo, no processo de enlaçamento entre as unidades informativas noticiosas e os anúncios publicitários, inúmeros apelos sensoriais, sinestésicos, estéticos, contidos nas propagandas e também nas informações visuais de cunho fatural-noticioso, o que é determinante do modo de presença da materialidade sensível “jornal”, experimentada num devir como corporeidade impregnada de elementos passionais que interpelam o leitor e direcionam sua percepção do *formato*, portanto, determinam a *forma* da informação.

Sobre essa dimensão de veículo de informação comercial, que se tem amplificado a cada dia, cabe notar que o jornal utiliza, para atingir o leitor, modernas técnicas de marketing, e recorre, inclusive, as propagandas veiculadas em suas páginas. Nesses casos, assim como nas propagandas de outros anunciantes, a cor é elemento fundamental na condução da atenção do leitor. Nas matérias publicitárias destinadas à autopromoção da empresa *Folha de S.Paulo*, por exemplo, a interpelação cromática é bem marcada, conforme matérias presentes no *corpus* (Fig. 100, ilustrações “g”, “h”, “i” e “j”).

AMERICANAS.COM

VOCÊ SABIA QUE AQUI TEM DE TUDO?

Se já tem tanta coisa diferente em casa, que experimente algo mais novo! Até mais de 200 mil produtos para você escolher.

FERRARI BEBIVANDOS - 12x sem juros em até 12 meses - R\$ 3,90

FERRARI CABERNET BEBIVANDOS - 12x sem juros em até 12 meses - R\$ 18,90

FERRARI TRIO BEBIVANDOS - 12x sem juros em até 12 meses - R\$ 27,90

FERRARI ROSÉ BEBIVANDOS - 12x sem juros em até 12 meses - R\$ 18,90

GOSSET BEBIVANDOS - 12x sem juros em até 12 meses - R\$ 29,90

100% 100% 100% 100% 100%

ADESA DE VINHOS THERM CARAFAS PARA TOLAR - R\$ 19,90

SACA-BOLHAS AUTOMÁTICO DELL PARTS - R\$ 29,90

JOGO PARA BAR DE 6 PEGAS REUNIM - R\$ 29,90

www.americanas.com.br

AMERICANAS ITALIANO

AMERICANAS.COM

4003 1000

BESA COM MODERAÇÃO

(a)

citi

HERMANOTELU NA TERRA DE GODAH

Hoje, amanhã, domingo e 18 a 20 de julho

A comédia mais aplaudida do ano

serão 22h • sábado 19h e 22h • domingo 18h

TRACES

ESTREIA 13 DE AGOSTO

"APLAUSOS PARA A IMAGINAÇÃO" "LIMITES DE TRACES" "CHIQUE DU SOLER"

www.44.com.br

(b)

AMERICANAS.COM

12x SEM JUROS

339⁹⁰

283⁹⁰

166⁹⁰

108⁹⁰

23⁹⁰

24⁹⁰

www.americanas.com.br/folha

AMERICANAS.COM

4003 1000

(c)

ÚLTIMOS DIAS

Bradesco

RÉVOLUTION GÊNOMICA

Até 13 de julho no Parque do Ibirapuera

Parque do Ibirapuera, Anticípio de Avenida Heitor, próximo ao planetário

www.bradesco.com.br

(d)

AMERICANAS.COM

12x SEM JUROS

54⁹⁰

83⁹⁰

62⁹⁰

66⁹⁰

233⁹⁰

58⁹⁰

www.americanas.com.br/folha

AMERICANAS.COM

4003 1000

(e)

V6 4X4

TUCSON. EILEITO A MELHOR COMPRA PELOS CONSUMIDORES.

MAIS DE 2 MILHÕES DE TUCSON VENDIDOS. MAIS DE 2 MILHÕES DE CLIENTES SATISFEITOS.

TUCSON

www.hyundai.com.br

(f)

Corte decreta fim da crise com Uribe

Ex-companheira de cativados contesta Ingrid e diz que ela tem "algo de teatro"

ANU

(g)

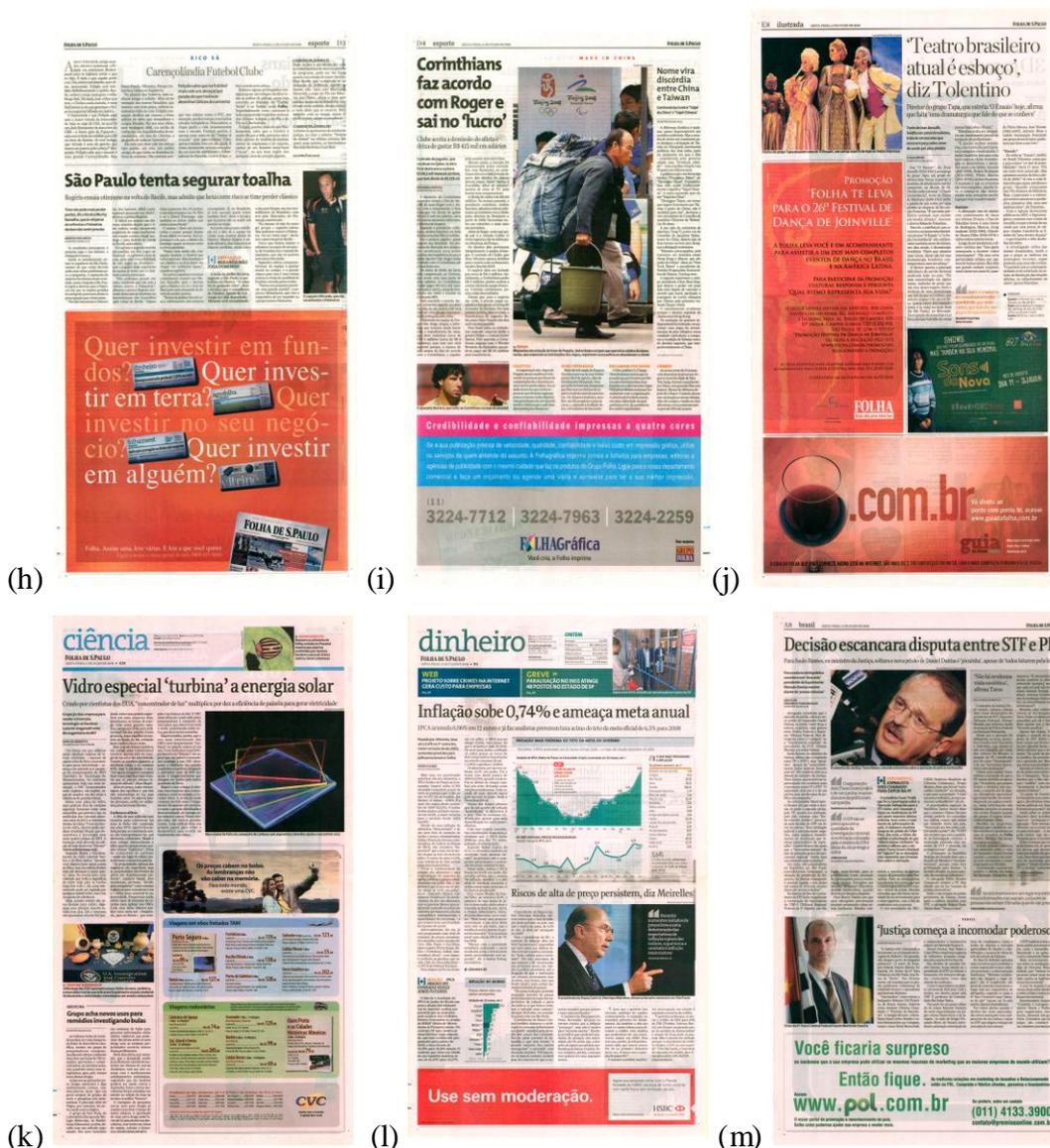


Figura 100 – Conforme ordem de exposição, tais ilustrações estão nos seguintes “cadernos” e “páginas”: **Ciência**, A16; **(b) Ilustrada**, E3; **(c) Brasil**, A5; **(d) Ilustrada**, E10; **(e) Dinheiro**, B8; **(f) Brasil**, A7; **(g) Mundo**, A14; **(h) Esporte**, D3; **(i) Esporte**, D4; **(j) Ilustrada** E8; **(k) Ciência**, A15; **(l) Dinheiro**, B1; **(m) Brasil**, A8.

Nesta última parte, dedicada a demonstrar a atuação da cor no processo informativo jornalístico, sob o tópico “Matiz da informação”, ressaltou-se que as cores se antecipam, na experimentação estética da materialidade sensível “jornal”, às formas e aos textos verbais. Além disso, ressaltou-se que a intensidade de tal antecipação é proporcional à potencialidade cromática da informação no conjunto da materialidade sobre a qual a cor atua na relação que estabelece com os elementos figurativos e enunciativos de modo geral ali contidos.

Destacou-se que as cores interatuam com as unidades e módulos informativos em geral, criando planos de interseção e de contrastes, de modo a esclarecer que tais relações emanam, por sua vez, da configuração sinóptica do jornal. Isso com o intuito de demonstrar que tais elementos interativos podem despertar, no âmbito da recepção, um comportamento afetivo pelo sentido advindo da experiência das cores adotadas, dado que, como se pode observar no *corpus*, elas funcionam como elementos pregnantes.

Verificou-se na leitura-analítica empreendida, portanto, que recursos cromáticos orientam a atenção do leitor e que eles exercem um papel relevante no processo semiótico jornalístico, ou seja, na articulação entre “discurso em ato” e “discurso enunciado”. De tal modo, apreendeu-se, na observação do *corpus*, que os módulos informativos realçados cromaticamente aceleram a ação informativa no que se refere às intensidades visadas e à extensão da apreensão nas relações que constituem o campo global do discurso enunciado na experiência do *formato* jornalístico.

Considerações finais

Tendo em conta a reflexão prévia e a leitura-analítica realizada, confirmamos a hipótese geral deste estudo: o sujeito semiótico “jornal” é produtor e produto do *formato*, que se experimenta como a passagem da heterogeneidade verbo-visual ao conjunto sinóptico, o qual, guiado pelo discurso em ato, desvela a *forma* da “informação” jornalística.

Dito isso, cabe destacar que a reflexão sobre a experiência do *formato* do jornal, discurso em ato, “vivo”, acaba evidenciando seus próprios limites: tal experiência, no âmbito do vir a ser, abertura estésica, não se percebe, na leitura, em níveis estanques, ou seja, em camadas (verbais, icônicas, tipográficas, cromáticas). A informação jornalística vem à tona como “presença”, numa *performance* que se mostra inicialmente pelo viés de sua hipertextualidade, e dá passagem, numa abertura estésica, num devir, à concretização que ganha existência numa *forma*.

Portanto, o jornal só existe “proprioceptivamente”, num corpo que lhe abriga, de modo provisório, no momento da leitura. Mas não numa leitura inserida em outro tipo de *performance*, diferente da jornalística, como, por exemplo, a acadêmica. Ou seja, a praxiologia do agir no contexto jornalístico implica o encontro entre duas corporeidades que se comprometem e se comportam num domínio de competência – não no sentido de um saber-fazer, mas no sentido de um saber-ser, como propõe Zumthor – em que uma é em relação à outra “presença” e se manifesta num quadro de teatralidade ajustado aos papéis reservados a cada uma das partes aí envolvidas, as quais se percebem e se completam, num processo de interação plena – única possibilidade da experiência estésica – que abre à informação jornalística. Trata-se de um processo de reconhecimento, de identidade, no qual o in-formador oferece como in-formação o que, experimentado em suas qualidades de identidade e de diferença, numa dimensão tensiva “complexa”, ganha uma *forma*, informa.

Entretanto, o empenho interpretativo-analítico empreendido, embora seja útil e até necessário, elimina a possibilidade de acesso a essa *forma*, pois não se trata de uma *forma* existente numa linguagem ou que se deixe apreender por meio de uma linguagem. É uma *forma* de existência que só existe no existir, nunca fora dele. Isso revela a própria sutileza das questões que alimentaram a reflexão proposta.

Em momento algum, houve a pretensão de propor uma metodologia, ou mesmo a crença na possibilidade de encontrar algum caminho seguro que levasse à iluminação da problemática que guiou o percurso empreendido até aqui. O esforço apostado na reflexão sobre o modo de ser do jornal impresso, portanto, foi pautado pela percepção de que este dispositivo, mais do que enunciar um discurso com significativo alcance social, produz “modos de estimular”, “modos de perceber” o mundo.

Trata-se de um tipo de estimulação interativa que, além de prever comprometimentos e aspirações acerca de um produto comercial, com caráter fortemente simbólico – o jornal –, está sujeita, em seu processo produtivo completo, da elaboração do jornal à sua leitura, a uma dinamicidade igualmente estimulante que diz de uma simbiose característica de toda relação estabelecida entre dispositivos midiáticos e seus consumidores.

Tal simbiose, nesse tipo de interação instaurada no universo de produção do saber jornalístico revela um importante aspecto do processo aí instaurado, pois implica a consideração de que em tal cenário os sentidos compartilhados não se reduzem ao que se apreende numa materialidade sensível em si, mas nas dinâmicas invisíveis que atuam e determinam a força do vínculo estabelecido entre as partes – sujeito semiótico “jornal” e instância leitora. A relação de troca aí estabelecida ocorre numa *práxis* em que o que se produz não se revela, de imediato, mas solicita de quem experimenta um comprometimento total, que aciona memória, imaginário, conhecimento de mundo, reconhecimento dos papéis reservados a cada um nesse encontro cujo destino é a informação. Trata-se de um corpo a corpo com um discurso enunciado, o qual se transforma, assim, em discurso em ato, numa ação que gera um tipo de saber que revela um mundo “agora” partilhado. Isso evidencia que fatos, fontes e discursos no jornal ganham *status* de verdade, ou não, num âmbito de dialogicidade, palavra-chave nessa experiência.

Nesse contexto, evidencia-se um esforço de demonstrar que a dimensão gráfica (diagramática) do jornal impresso está vinculada em sua essência à dimensão editorial. Na experiência jornalística, ambas as dimensões mantêm uma em relação à outra existencial colaborativa, ou seja, elas se determinam mutuamente. De tal modo, o que ganha visibilidade na materialidade verbo-visual jornalística e a formatação adotada em relação aos arranjos que acomodam os

fatos, fontes e discursos aí mobilizados, revelam a atitude enunciativa do sujeito semiótico “jornal”, sempre atrelado a uma instância leitora, sujeito-enunciário responsável pela concretização de tal processo discursivo.

O que foi dito aponta uma visão sobre o processo de informação jornalístico que estabelece o fim do paradigma linear; portanto, só vê como possibilidade de aceder a tal experiência informativa a adoção de uma postura atenta às dinâmicas que movem os sujeitos abrangidos nesse contexto. Este é complexo e implica a participação conjunta de uma gama de fatores, os quais se articulam e se complementam num contexto interativo que envolve uma sistemática de procedimentos, rituais estratégicos, rotinas de trabalho, ou seja, uma racionalidade própria.

Esses elementos constituem uma *práxis* enunciativa que implica leitores (ideais, reais, modelos), comunidade hermenêutica, sistema midiático em seu conjunto, sistema jornalístico em particular, jornalistas, diagramadores, contexto sócio-histórico, os quais se transformam em fatores interdependentes implicados numa intrincada equação, que não se deve reduzir ao cálculo de soma ou de diferença entre emissor e receptor, que tem como resultado a manipulação e que revela o comprometimento ideológico da linha editorial jornalística. O fenômeno é mais complexo! Ele exige que se evitem as abordagens conteudísticas! Pois, o jornal é espaço de “uma experiência”, na qual todos os envolvidos são co-responsáveis, na medida em que tomam parte no fazer e, ao fazê-lo, já estão, instantaneamente, implicados no que aí se constrói.

Outro aspecto que não podemos deixar de registrar é o fato de que o jornalismo impresso diário, assim como outros dispositivos inseridos no contexto comunicativo midiático, menos ‘cotidianos’, como, por exemplo, o cinema, a teledramaturgia, a vídeo-arte, anúncios publicitários, institui processos de experimentação estética que afetam a instância leitora a partir de recursos de captação de atenção que solicitam o engajamento intenso do corpo, com todos os seus sentidos. Estes recursos trazem à tona um tipo de interface entre uns e outros dispositivos, portanto não se justifica a separação nas discussões sobre os aspectos da experimentação estética nesses diversos contextos midiáticos, como se produtos destinados à fruição estética estivessem de um lado e os produtos destinados à informação (factual/jornalística) estivessem de outro, sem nunca se contaminarem.

Contrariamente, uns e outros recorrem a expedientes semelhantes na busca da atenção dos públicos a que se destinam, de modo a demonstrarem que todos esses tipos de experiência são fortemente marcados, determinados, por uma dimensão afetiva, o que diz respeito à racionalidade passional aí sempre implicada. Em todos estes tipos de dispositivos, crença e paixão andam juntas.

Nesse sentido, onde não se vê comprometimento, ou sinais que apontem para questões éticas, pode muito bem ser onde estão os pontos nevrálgicos desta questão. Pois hoje, mais do que nunca, na incorporação de elementos verbal e visual, este último tem ganhado espaço e força em todas as formas de sistematização informativa, de propagação de ideias, de valores. Daí a importância de refletir sobre todos esses dispositivos e todas essas questões sem cindir substância e forma, conteúdo e expressão, material e imaterial, sensível e inteligível, etc., dado que estas são dimensões inseparáveis de toda experiência informativa, seja ela de entretenimento, publicitária ou noticiosa.

Assim sendo, apenas o que se consegue ao tentar alcançar o objeto jornal em seu acontecer enunciativo, num trabalho de natureza acadêmica, é revelar os paradoxos do que se propõe e a fragilidade do tipo de saber que se busca construir. Isso se deve, como mencionamos, ao fato de que tal prática se constitui do que se afirma. E toda afirmação implica, na mesma proporção, negação, de modo que o fenômeno escapa à linguagem, pois esta se concentra e se afirma no seu dizer. Isso demonstra que a linguagem acadêmica se constrói à custa de uma “ontologia negativa”, caracterizada pelo esforço artificial de garantir a evidência do fenômeno analisado. Paramos, portanto, por aqui, com o desejo de que este trabalho seja o começo de algo.

Referências Bibliográficas

- ABRIL, Gonzalo.** *Análisis crítico de textos visuales*. Madrid: Síntesis, 2007a.
- ABRIL, Gonzalo.** *La información como formación cultural*. In. Cuadernos de Información y Comunicación, V. 12. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2007b.
- ABRIL, Gonzalo.** *Teoría General de la información: datos, relatos y ritos*. Madrid: Cátedra, 2005.
- ABRIL, Gonzalo.** *Cortar y Pegar: la fragmentación visual en los orígenes del texto informativo*. Madrid: Cátedra, 2003.
- ALSINA, Miguel Rodrigo.** *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1993.
- ALVES, Dinis Manuel.** *Foi você que pediu um bom título?* Coimbra: Quarteto, 2003.
- ARANHA, Maria L. de Arruda & MARTINS, Maria H. P.** *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.
- ARENDT, Hannah.** *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail.** *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARROS, Diana Luz Pessoa.** *Estudos do discurso*. In: FIORIN, José Luiz. *Introdução à lingüística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2004.
- BARROS, Diana Luz Pessoa.** *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- BARROS, Diana Luz Pessoa.** "De la perfection": duas reflexões. In: LANDOWSKI, Eric, DORRA, Raul & OLIVEIRA, Ana Claudia (Org.) *Semiótica, estesis, estética*. São Paulo: Educ/Puebla: UAP, 1999a.
- BARROS, Diana Luz Pessoa.** *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1999b.
- BARTHES, Roland.** *A aventura semiológica*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001a.
- BARTHES, Roland.** *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.
- BARTHES, Roland.** *S/Z*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- BARTHES, Roland.** *O Óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BAUDRILLARD, Jean.** *Para uma crítica da economia política do signo*. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.
- BENJAMIN, Walter.** *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1974.

- BENVENISTE, Émile.** *Problemas de Lingüística Geral I.* São Paulo: Pontes, 2005.
- BERGER, John.** *Modos de ver.* Barcelona: GG, 2007.
- BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas.** *A construção social da realidade.* Petrópolis: Vozes, 1985.
- BERTRAND, Denis.** *Caminhos da Semiótica literária.* Bauru/SP: Edusc, 2003.
- BONNAFOUS, Simone.** Sobre o bom uso da derrisão em J.M. Le Pen. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo.* São Carlos: Claraluz, 2003.
- BRAGA, José Luiz.** *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática.* São Paulo: Paulus, 2006.
- BREED, Warren.** Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.* Trad. Luís Manuel Dionísio. Lisboa: Vega, 1993.
- BRUNER, Jerome.** *Actos de significado: más allá de la revolución cognitiva.* Madrid: Alianza, 1990.
- BURKE, Peter.** *Visto y no visto: el uso de la imagen como documento histórico.* Barcelona: Crítica, 2005.
- CABELLO, Blai Guarné.** Imágenes de la diferencia: alteridad, discurso y representación. In: ARDÈVOL, Elisenda. & MUNTAÑOLA (Coord.) *Representación y cultura audiovisual en la sociedad contemporánea.* Barcelona: UOC, 2004.
- CASTELLS, Manuel.** *A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura.* Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- CEIA, Carlos.** *Dicionário de termos literários.* Disponível em: <<http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/C/cotexto.htm>> Acesso em: 12/09/2009.
- CHARAUDEAU, Patrick.** *Discursos das mídias.* Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006a.
- CHARAUDEAU, Patrick.** *Discurso político.* Trad. Fabiana Komesu & Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006b.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique.** *Dicionário de Análise do Discurso.* Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.
- CORIAT, Benjamin.** *El taller y el cronómetro: ensaio sobre el taylorismo, el fordismo y la producción en masa.* Madrid: Siglo Veintiuno, 2001.
- CRUZ, Francisco-Javier Bernal.** *La extensión tecnológica del conocimiento.* Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, 1985.

- DEBORD, Guy.** *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles.** *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- DONDIS, Donis A.** *La sintaxis de la imagen: introducción al alfabeto visual*. Barcelona: GG Deseño, 2006.
- ECO, Umberto.** *Lector in fabula: a cooperação interpretativa nos textos narrativos*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- FONTCUBERTA, Mar de.** *La noticia: pistas para percibir el mundo*. Barcelona: Paidós, 2003.
- FABBRI, Paolo.** *El giro semiótico: las concepciones del signo a lo largo de su historia*. Barcelona: Gedisa, 2004.
- FABBRI, Paolo.** Introdução. In: GREIMAS, Algirdas Julien. *Da Imperfeição*. Trad. Ana Claudia de Oliveira. São Paulo: Hacker, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda.** *Novo Aurélio: século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1999.
- FILINICH, María Isabel.** De la espera y la nostalgia. In: LANDOWSKI, Eric, DORRA, Raul & OLIVEIRA, Ana Claudia (Org.). *Semiótica, estesis, estética*. São Paulo: Educ/Puebla: UAP, 1999.
- FIORIN, José Luiz & SAVIOLI, Francisco Platão.** *Para entender o texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1991.
- FISH, Stanley.** La literatura en el lector: estilística “afetiva”. In: WARNING, Rainer (Ed.). *Estética de la recepción*. Madrid: La balsa de la Medusa/Visor, 1989.
- FONTANILLE, Jacques.** *Semiótica do discurso*. São Paulo: Contexto, 2007.
- FONTANILLE, Jacques & ZILBERBERG, Claude.** *Tensão e significação*. São Paulo: Discurso Editorial: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.
- FOUCAULT, Michel.** *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FRANÇA, Vera Regina Veiga.** A TV, a janela e a rua. In: FRANÇA, Vera R. Veiga (Org.). *Narrativas televisivas: programas populares na TV*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GAVAZZI, Sigrid & RODRIGUES, Tania Maria.** Verbos *dicendi* na mídia impressa: categorização e papel social. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid (Org.). *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna: 2003.

- GENRO FILHO, Adelmo.** *O segredo da pirâmide invertida: por uma teoria marxista do jornalismo.* Porto Alegre: Tchê, 1987.
- GRANDI, Roberto.** *Texto y contexto en los médios de comunicación: análisis de la información, publicidad, entretenimiento y su consumo.* Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1995.
- GREIMAS, Algirdas Julien.** *Da imperfeição.* Trad. Ana Cláudia de Oliveira. São Paulo: Hacker, 2002.
- GREIMAS, Algirdas Julien.** *Semiótica figurativa e semiótica plástica.* Trad. Inácio Assis Silva. Significação – Revista Brasileira de Semiótica, Araraquara, n. 4, 1984.
- GREIMAS, Algirdas Julien.** *Semântica Estrutural.* Trad. Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GREIMAS, Algirdas Julien.** *Semiótica e Ciências Sociais.* São Paulo: Cultrix, 1976.
- GREIMAS, Algirdas Julien & COURTÉS, Joseph.** *Dicionário de Semiótica.* São Paulo: Contexto, 2008.
- GREIMAS, Algirdas Julien & FONTANILLE, Jacques.** *Semiótica das paixões.* São Paulo: Ática, 1993.
- GUIMARÃES, Luciano.** *As cores da mídia: a organização da cor-informação no jornalismo.* São Paulo: Annablume, 2003.
- GUIMARÃES, Luciano.** *A cor como informação: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores.* São Paulo: Annablume, 2000.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich.** *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica.* Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- HALL, Stuart; CHITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John & ROBERTS, Brian.** “A produção social das notícias: os mugging nos media”. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.* Trad. Luís Manuel Dionísio. Lisboa: Vega, 1993.
- HURTUNA, Montse Mas & MONTESINOS, José Luis Martín.** *Manual de tipografia: del plomo a la era digital.* València: Campgràfic, 2007.
- INGARDEN, Roman.** Concreción y reconstrucción. In: WARNING, Rainer (Ed.). *Estética de la recepción.* Madrid: La balsa de la Medusa/Visor, 1989.
- ISER, Wolfgang.** *O ato de leitura: Uma teoria do efeito estético.* Trad. Johannes Kretschmer. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- ISER, Wolfgang.** El proceso de lectura. In: WARNING, Rainer (Ed.). *Estética de la recepción.* Madrid: La balsa de la Medusa/Visor, 1989a.

- ISER, Wolfgang.** La estructura apelativa de los textos. In: WARNING, Rainer (Ed.). *Estética de la recepción*. Madrid: La balsa de la Medusa/Visor, 1989b.
- ISER, Wolfgang.** A interação do texto com o leitor. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JAUSS, Hans Robert.** O prazer estético e as experiências fundamentais da poiesis, aisthesis e katharsis. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- JENSEN, Klaus Bruhn.** *La semiótica social de la comunicación de masas*. Barcelona: Bosch, 1997.
- KOCH, Ingedore V.** *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1984.
- LANDOW, George P.** *Hipertexto 3.0*. Barcelona: Paidós, 2008.
- LANDOWSKI, Eric.** *Aquém ou além das estratégias, a presença contagiosa*. In: Documentos de Estudo do Centro de Pesquisas Sociossemióticas-3. São Paulo: CPS, 2005.
- LANDOWSKI, Eric.** *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectivas, 2002a.
- LANDOWSKI, Eric.** "O livro". In: GREIMAS, Algirdas Julien. *Da Imperfeição*. Trad. Ana Claudia de Oliveira. São Paulo: Hacker, 2002b.
- LANDOWSKI, Eric.** *A sociedade refletida: ensaios de sociossemiótica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.
- LANDOWSKI, Eric.** Sobre el contagio. In: LANDOWSKI, Eric, DORRA, Raul & OLIVEIRA, Ana Claudia (Org.) *Semiótica, estesis, estética*. São Paulo: Educ/Puebla: UAP, 1999.
- LANDOWSKI, Eric & FIORIN, José Luiz.** *O gosto da gente, o gosto das coisas: abordagem semiótica*. São Paulo: Educ, 1997.
- LAREQUI, Jesus Canga.** *El diseño periodístico en prensa diaria*. Barcelona: Bosch, 1994.
- LATOUR, Bruno.** *Retos de la Posmodernidad*. In: GARCIA, F.J. & MONLEÓN, J.B. (Ed.) *Ciencias Sociales y Humanas*. Madrid: Trotta, 1999.
- LEAL, Bruno Souza.** *A produção da familiaridade e o pacto de leitura jornalístico*. Salvador: Intercom, 2002.
- LOPES, Edward.** *Metamorfoses: a poesia de Cláudio Manuel da Costa*. Google Livros. Acesso em: 11/01/2010.

- LOZANO, Jorge, PEÑA-MARIN, Cristina & ABRIL, Gonzalo.** *Análise do discurso: por uma semiótica da interação textual.* Trad. Gustavo Laranja e Denise Radanovic Vieira. São Paulo: Litera Mundi, 2002.
- LUHMANN, Niklas.** *A realidade dos meios de comunicação.* Trad. Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005a.
- LUHMANN, Niklas.** *Organización y decisión.* Autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Iberoamericana; Santiago do Chile: Instituto de Sociología e Universidad Católica, 2005b.
- MAINGUENEAU, Dominique.** *Termos-chave da análise do discurso.* Belo Horizonte: UFMG, 2000.
- MAINGUENEAU, Dominique.** *Novas tendências em análise do discurso.* Campinas: Pontes, 1997.
- MANUAL DE REDAÇÃO:** *Folha de S. Paulo.* São Paulo: Publifolha, 2006.
- MARIANI, Bethania.** *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais – 1922-1989.* Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Unicamp, 1998.
- MASOLIVER, Marta Selva & ARGUIMBAU, Ana Solà.** El imaginário: invención y convención. In: ARDEVOL, Elisenda & MUNTAÑOLA (Coord.) *Representación y cultura audiovisual en la sociedad contemporánea.* Barcelona: UOC, 2004.
- MATTELARD, Armand.** *História da sociedade da informação.* São Paulo: Loyola, 2002.
- MERLEAU-PONTY, Maurice.** *O visível e o invisível.* São Paulo: Perspectiva, 1999.
- MERLEAU-PONTY, Maurice.** *Fenomenologia da percepção.* São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MEYER, Philip.** *Os jornais podem desaparecer? : como salvar o jornalismo na era da informação.* Trad. Patrícia de Cia. São Paulo: Contexto, 2007.
- MIER, Raymundo.** Semiótica y discordia: el testimonio estético. In: LANDOWSKI, Eric, DORRA, Raul & OLIVEIRA, Ana Claudia (Org.) *Semiótica, estesis, estética.* São Paulo: Educ/Puebla: UAP, 1999.
- MIRZOEFF, Nicholas.** *Una introducción a la cultura visual.* Barcelona: Paidós Ibérica, 2003.
- MOLOTCH, Harvey & LESTER, Marilyn.** As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.* Trad. Luís Manuel Dionísio. Lisboa: Vega, 1993.

- MORATO, Javier Del Rey.** *Crítica de la razón periodística*. Madrid: Universidad Complutense, 1988.
- MORENO, Luisa Ruiz.** La teoría imperfecta. In: LANDOWSKI, Eric, DORRA, Raul & OLIVEIRA, Ana Claudia (Org.) *Semiótica, estesis, estética*. São Paulo: Educ/Puebla: UAP, 1999.
- MOTTA, Luiz Gonzaga.** Teoria da notícia: as relações entre o real e o simbólico. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.) *Imprensa e Poder*. Brasília: UnB, 2002.
- MOUILLAUD, Maurice.** A crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.) *O jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: UnB, 2002a.
- MOUILLAUD, Maurice.** Da forma ao sentido. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.) *O jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: UnB, 2002b.
- MOUILLAUD, Maurice.** O nome do jornal. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.) *O jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: UnB, 2002c.
- MOUILLAUD, Maurice.** O sistema das citações. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.) *O jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: UnB, 2002d.
- MOUILLAUD, Maurice.** Posturas do leitor. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.) *O jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: UnB, 2002e.
- MOURA, Maria Betânia.** Memória discursiva em Foucault e acontecimento jornalístico. WEB, BOCC, Brasil/Espanha/Portugal: 2008.
- MOURA, Maria Betânia.** *Os nós da teia: desatando estratégias de faticidade jornalística*. São Paulo: Annablume, 2006.
- NEVEU, Érik.** *Sociologia do jornalismo*. Trad. Daniela Dariano. São Paulo: Loyola, 2006.
- OLIVEIRA, Ana Claudia Mei Alves.** *A dupla expressão da identidade do jornal*. Compós, 2006a. Disponível em: <www.unicap.br/gtpsmid/pdf06/ana-claudia_oliveira.pdf>, 2006a. Acesso em: 23/06/ 2009.
- OLIVEIRA, Ana Claudia Mei Alves.** *A leitura do jornal como experiência sensível*. Revista Ampoll, n. 20. Campinas, 2006b.
- ORLANDI, Eni Puccinelli.** *As formas do silêncio*. Campinas: Unicamp, 1992.
- PARRET, Herman.** *A estética da comunicação: além da pragmática*. Trad. Roberta Pires de Oliveira. Campinas: Unicamp, 1997.
- PASTOUREAU, Michel.** *Dicionário das cores do nosso tempo: simbólica e sociedade*. Lisboa: Stampa, 1993.

- PELTZER, Gonzalo.** *Jornalismo Iconográfico*. Trad. Armando Pereira da Silva. Lisboa: Planeta, 1992.
- PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie.** *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- PIETROFORTE, Antônio Vicente.** *Análise do texto visual: a construção da imagem*. São Paulo: Contexto, 2007a.
- PIETROFORTE, Antônio Vicente.** *Semiótica Visual: os percursos do olhar*. São Paulo: Contexto, 2007b.
- PIETROFORTE, Antônio Vicente.** *O sincretismo entre as semióticas verbal e visual*. Revista Intercâmbio, volume XV. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2006.
- POZZATO, Maria Pia.** El análisis del texto y la cultura de masas en la socio-semiótica. In: GRANDI, Roberto. *Texto y contexto en los medios de comunicación: análisis de la información, publicidad, entretenimiento y su consumo*. Barcelona: Bosch, 1995.
- REBELO, José.** *O discurso do jornal*. Lisboa: Notícias, 2000.
- RICOEUR, Paul.** *Tempo e narrativa I*. Campinas: Papirus, 1994.
- ROUANET, Sérgio Paulo.** Texto de Apresentação. In: Foucault, Michel. *O homem e o discurso (A Arqueologia de Michel Foucault)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- SANTAELLA, Lúcia & NÖTH, Winfried.** *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- SILVA, Luis Martins.** Imprensa, discurso e interatividade. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: UnB, 2002.
- SILVA, Rafael Souza.** *Controle remoto de papel: o efeito do zapping no jornalismo impresso diário*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.
- SILVA, Rafael Souza.** *Diagramação: o planejamento gráfico na comunicação impressa*. São Paulo: Summus, 1985.
- SODRÉ, Muniz.** *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- STIERLE, Karlheinz.** Que significa a recepção dos textos ficcionais. In: LIMA, Luiz Costa (Ed.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- TÉTU, Jean-François.** Lê Monde e Libération em perspectiva. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: UnB, 2002.
- TODOROV, Tzvetan.** *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- TRAQUINA, Nelson.** *Teorias do jornalismo I: Porque as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005a.
- TRAQUINA, Nelson.** *Teorias do jornalismo II: Uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Insular, 2005b.
- TUCHMAN, Gaye.** *Making news: a study in the construction of reality*. New York: Free Press, 1978.
- TURNER, Victor.** *La selva de los símbolos*. Madrid: Siglo XXI, 2005.
- VILCHES, Lorenzo.** *Teoría de la imagen periodística*. Barcelona: Paidós, 1997.
- WAINBERG, Jacques A.** A morte de jornais centenários e o caso do Rio Grande do Sul. In: PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Trad. Sérgio Grossi Porto. Brasília: UnB, 2002.
- WARNING, Rainer (Org.).** *Estética de la recepción*. Madrid: La balsa de la medusa/Visor, 1989.
- WOLF, Mauro.** *Teorias da comunicação de massa*. Trad. Karina Janini. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ZUNZUNEGUI, Santos.** *Pensar la imagen*. Madrid: Cátedra Universidad del País Vasco/Signo e Imagen, 2007.
- ZUMTHOR, Paul.** *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.